

PORCHES

ARCHIVO

PORTUGUEZ-ORIENTAL

ARCHIVO PORTUGUEZ ORIENTAL

J.H. DA CUNHA RIVARA

6 FASCICULOS EM 10 PARTES

FASCICULO 1 EM 2 PARTES

FASCICULO 2

FASCICULO 3

FASCICULO 4

FASCICULO 5 EM 3 PARTES

FASCICULO 6

FASCICULO 6 SUPPLEMENTOS PRIMEIRO & SEGUNDO

ARCHIVO PORTUGUEZ-ORIENTAL

J.H. DA CUNHA RIVARA

6 FASCICULOS EM 10 PARTES

FASCICULO 2



ASIAN EDUCATIONAL SERVICES

NEW DELHI ★ MADRAS ★ 1992

ASIAN EDUCATIONAL SERVICES.

* C-2/15, S.D.A. NEW DELHI-110016

* 5 SRIPURAM FIRST STREET, MADRAS-600014.

0.109469

N 6180

V. 2

SL. No. 020720

Price: Rs. 6500 (Set)

First Published: Goa, 1865

AES Reprint: New Delhi, 1992

ISBN: 81-206-0777-5

81-206-0784-8

81-206-0785-6

Published by J. Jetley

for ASIAN EDUCATIONAL SERVICES

C-2/15, SDA New Delhi-110016

Processed by APEX PUBLICATION SERVICES.

New Delhi-110016

Printed at Gayatri Offset Press,

A-66, S. No. 2 Noida, Distt. Ghaziabad (U.P.)

ARCHIVO

PORTUGUEZ-ORIENTAL.



FASCICULO 2.º

LIVRO DOS PRIVILEGIOS

DA



NOVA-GOIA:



1857.



NA IMPRENSA NACIONAL.

THE ASIATIC SOCIETY
CALCUTTA 700016

Acc. No. 54571.....

Date. 16. 5. 95.....

FASCICULO 2.º

LIVRO DOS PRIVILEGIOS DA CIDADE DE GOA.

ADVERTENCIA.

Este Livro pertence a Camara Municipal de Goa,
e tem o seguinte titulo:

= Tombo dos privilegios da cidade de Goa cabeça do estado da India, a qual foi mandada aos mouros por Affonso d'Albuquerque no Anno de M. D. X. =

Contem não só os privilegios, propriamente ditos, mas algumas doações, e contractos.

Consta de 122 folhas, e he escripto entre os annos de 1570 e 1580 de uma só assentada da mesma letra até folhas 91, e cada documento subscripto pelo Escrição da Camara Antonio de Santo-Vitor. Di quella folha por diante vai escripto por varias letras, e successivamente, começando nos primeiros annos do reinado de Philippe 2.º de Castella em Portugal, sendo Vice-Rey da India D. Francisco Mascarenhas, Conde de Villa de Horta; e chega até já entrado o seculo XVIII.

He tambem chamado Livro Verde por ser coberto de veludo desta cor.

I.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves: daque e dalem mar em África, Senhor de Guiné, e da conquista, nanegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que os portuguezes que ora são Juizes Vereadores e procurador da nosa nobre e leal Cidade de Guoa nas partes da India em seu nome e de todos os portuguezes casados e moradores na dita Cidade escripturaõ a nos Manoel de Sumpaye e Damiao Ber-

naldez seus procuradores, e por elles nos fizeraõ saber os grandes trabalhos e riscos de suas vidas e pessoas que passaraõ na guerra que Afonso dalboquerque, que Deos aja, nosso Capitaõ mór e guonernador que foy da India, fez ao Idalcaõ Sabayo mouro, Senhor que era da dita Cidade, a qual por força darinas lhe foy tomada, e metida debaixo de nosso Senhorio, e asy mesmo os preuilegios liberdades que o dito Afonso dalborquerque nosso Capitaõ mór por galardaõ de seus seruiços e trabalhos ê nosso nome lhe outorgara, dos quoaes preuilegios nos apresentaraõ o treslado em publica forma, dado per authoridade de Dom Goterre nosso Capitaõ na dita Cidade, e feito per Mateus Fernandes pubrico tabaliaõ em a dita Cidade ao primeiro dia dagosto do anno de 516, e concertado por Jorge de Magalhaens escriuaõ da feitoria da dita cidade, e por ambos assinado, no qual se continha as liberdades e preuilegios seguintes:

I.—Item. que lhe fosse feita a nossa custa e despesa huã casa *torre* (a) pera a camara da vereação da cidade.

II.—Item. que ordenasê por pellouros vereadores da cidade em cada hũ anno, os quais prouesê nas cousas da camara segundo que ê nossos Reinos o fazê os vereadores das cidades villas e lugares delles.

III.—Item. que fação almotacés cada mes asy como se fazê ê nossos Reinos.

IV.—Item. que os Vereadores gounaõ das liberdades de que vsaõ e gounê os cidadãos da nossa cidade de Lisboa.

V.—Item. que o pono meudo ordenasê vintaquatro dos misteres asy como se fazê nesta cidade de Lisboa, e que quatro delles estiuessê na Camara asy e naquella propria forma modo e maneira que estaõ na Camara da dita cidade de Lisboa.

(a) Sera—*casa forte* ?

VI.—Item. que quando ouuesse desacordo na Camara entre os Vereadores e officiaes della, tomásem por terceiro hũ dos Juizes do crime quoaal saise por sorte, ou o Corregedor da cidade auendoo nella.

VII.—Item. que se fizesse enleiçaõ cadano de Juizes asy como se fazê nas cidades villas e lugares de nossos Reinos, e que nas ditas enleiçoẽs se goardasse inteiramente o Regimento sobre isso dado nas cidades villas e lugares de nosos Reinos.

VIII.—Item. que aos ditos Juizes vereadores procurador e almotacés e officiaes da camara sejaõ dadas quando sairẽ por officiaes suas varas cõ as nossas armas de huã parte, e da outra a roda de Sancta Caterina, que foy o dia em que a fortalleza da dita cidade se ganhou aos mouros.

IX.—Item. que dos feitos dos Juizes asy civis como crimes aja apelaçaõ e agrauo pera a mayor alçada que tiuermos na India, ou pera o capitão da fortaleza quãdo a mór alçada naõ for presente na dita cidade.

X.—Item. que das sentenças dadas pello almotacés naõ ouuesse apellaçaõ nẽ agrauo somente pera a Camara, e que hy fizessẽ fim.

XI.—Item. que a alçada dos Juizes fosse somente no ciuel até quatrocentos reis, e ate aa dita contra de quatrocentos reis naõ ouuesse delles apellaçaõ nẽ agrauo.

XII.—Item. que todo o homẽ casado portugues naõ possa ser preso por nhũ feito ciuel em cadea nem em torre nẽ em prisão, e somente o seja em sua casa sobre sua menagem.

XIII.—Item. que nunca por nhuã pressa nẽ trabalho pousem cõ elles, nẽ em seus cerrados e apartados, nem lhe tomẽ roupa nẽ lenha, fogno ne *loguo* (*sic*), nẽ outra cousa do seu contra sua vontade.

XIV.—Item. que nem fazenda, ne cõsa alguã possaõ perder salvo por traiçaõ, ou por cousas por que nestes Reinos cõ direito se costumaõ perder e tomar.

XV.—Item. que nom paguem em pontes nem fontes nem empréstimo nê pedido algum para ahuã consa, nê necessidade que sobrevenha, posto que fosse lançado a todo o pouo da cidade asy christão, como gentio, como mouro.

XVI.—Item. que os ordenulos e soldos que ouuessê dauer lhe fôssê paguos em tres pagas primeiro que a ninguem; e esto pello rendimento das rendas das aldeas, e rendas de todo o l'çoarê, querendo elles hi auer, e que o ~~mandar~~ lho pague.

XVII.—Item. que quando carregarem os fruitos de suas fazendas proprias por parçarias em nãos alheas ou suas, ou zambueos, e asy os fruitos das propriedades suas de qualquer sorte que sejaõ, o possaõ fazer sem constrangimento algum, e pera onde quer que quizerem, asy pera terra (a) da ilha, como pera dentro della, sem disso pagarem sisa nem direito algum, salvo comprando os tais fruitos por alguã maneira a outras pessoas, entã paguê os direitos acostumaos da terra.

XVIII.—Item. que todo o mantimento de qualquer sorte que seja, que traxerê e comprarem pera despesa de suas casas, segundo forem as casas, naõ paguê delles nhã direito, nem dizima, nem portagem, posto que de fora venhaõ asy por mar como por terra.

XIX.— Item. que possaõ tratar, comprar, e vender por sy e por seus homês e paniguados e escrauos, e por seus feitores todas as mercadorias, asy daquellas terras como destes Reinos, e todas as especiarias, drogas, e pedrarias, que lhe aprouuer por sy e por quê quizerê ã suas nãos e zambucos, e possaõ tornar companhia com qualquer gente que quizerê asy da terra como estrangeira, e de qualquer sorte e *ceita* (b) que sejaõ no trato de suas

(a) Assim está: mas o sentido he evidentemente—*para fora*—.

(b). Sobre esta palavra está uma emenda quediz—*ley*.

fazendas, naõ naugando porem pera lugares des-
fesos e de guerra.

XX.—Item. que naõ auendo hy crara necessida-
de e justa naõ sejaõ cõstrangidos nem demandados
por justia nem pello capitaõ da fortalleza a tra-
balho nhã nem oppressão, saluante sendo goarda
e conseruação da cidade e terra ou da fortalleza, e
asy mesmo os homẽs seus e de suas casas e escr-
uos e escravas.

XXI.—Item. que todos os officios da cidade naõ
sejaõ dados senaõ aos casados portuguezes tirando
aquelles officios, que nestes Reinos nós damos de
merce.

XXII.—Item. que seja dada embarcação a qual-
quer que se quizer ir asy pera estes Reinos, como
pera qualquer outra parte que seja, se lhe pague
o denheiro, ou lhe dem certidão pera se lhe pagar.

XXIII.—Item. que tendo hi zambuquo ou parão
seu, e querendo-se ir nelle, o posaõ fazer com todo
o seu, fazendo o primeiro saber dous dias antes ao
capitaõ da cidade.

XXIV.—Item. que indo-se possaõ vender todos
seus bẽs mouis e de raiz, asy os que lhe forem da-
dos em casamẽto, como todos os outros, naõ sendo
porem a mouro nem gentio.

XXV.—Item. que o capitaõ-mór da fortalleza,
quando a ella viesse, tomasse juramento que goar-
daria e compriria todas as liberdades do preuilegio
(sic), e naõ querendo fazelo o capitaõ, que sendo
capitaõ que enuiase o capitaõ geral e governador
das Indias, que lhe naõ fosse obediçido, nã lhe
fosse entregue pellos casados e cidadãos a fortal-
leza; e indo capitaõ enuiado por nós, e naõ que-
rendo tomar o dito juramento de goardar os pré-
uilegios, tomassem dante elle cõsentimẽto cõ sua
reposta pera o capitaõ mór da India, e lhe fosse
leuado pera elle nisso prouer.

XXVI.—Item. que o capitaõ da fortalleza naõ

possa tirar officio a homê casado, a que seja dado, saluo indo (*sic*) por mandado nosso, ou tirandose lhe por cousa licita, e por aquellas que neste Reino se tiraõ; e que se não dee, saluo a outra pessoa casada, que o merecer, e dandose a pessoa solteira não aja effeito.

XXVII.—Item. que o capitaõ da fortalleza não vá a maõ aaquillo que os almotacees da cidade fíerem em seus officios por ordenança da Camara.

XXVIII.—Item. que a pessoa que tomar officio da cidade ou julgado, que seja da órdenança da Camara sem sua authoridade, encorra em pena de duzentos crusados pera as obras da cidade.

XXIX.—Item. que o capitaõ da fortalleza vá á Camara pera juntamente cõ os officiaes prouer no que for necessario e de prol comũ, contanto que não vá contra as liberdades e preuilegios; e que tenha duas vozes, e que seja obrigado ir á Camara cada uez que o requererẽ, ou elle quizer ir.

XXX.—Item. que não aja hi meirinho, e somente aja alcaide até nos prouermos sobre isso, o quoa alcaide fosse enlegido em camara pelo capitaõ e vereadores, enlegendo cada ano hũ, e cada mez, e cada dia, se cumprir, não seruindo o tal alcaide fielmente, e que não aja escriuaõ da alcaidaria, somente seruise no dito officio o taballiaõ publico, ou judicial da cidade.

Pedindonos por merce que lhe confirmasemos e ouuesemos por confirmadas todas as ditas liberdades e preuilegios, asy como aqui saõ contendos, e lhe foraõ outrogados pello dito nosso capitaõ mór: e visto por nós seus requerimentos, e bẽm vistos e examinados os ditos preuilegios e liberdades; esgoardando aos seruigos que delles temos recebidos, e ao diante esperamos receber, e dos que delles decenderẽ, e pera folgarmos de lhe fazer merce, como sempre nos hade prazer lha fazer naquellas cousas, que justas e honestas forem; temos por

bem, e confirmamos, aprouamos, e auemos por confirmados e aprouados deste dia para todo sempre aos ditos portuguezes, que até ora são casados. e ao diante casarê na dita cidade, e nella viuerem, e aos que delles decenderê, todos os ditos preuilegios e liberdades, asy e pella maneira, que aqui são declarados e contendos, reseruâdo porem que no capitulo das seruidoês dos carguos *dos concelhos* (a) contribuirão e pagaraõ pera as pontes e fontes e calçadas, porque por serê obras de bem comum, e a todos proveitosas e necessarias, não seria razão nhũ se escusar; e resaluando asy mesmo no capitulo do tratar, comprar, e vender as especiarías e drogafas, que nestas se não entenderaa, nem em quaesquer outras, que por nossos regimentos temos tiradas e accitoadas que se não possa nellas tratar; e acerqua disso se goardaraõ como nos outros inteiramente nossos regimentos, que temos feitos e ao diante fizermos; porque em outra maneira se seguiraa mui grande perjuizo a nosso seruiço, e bem do trato da India.—Porem o notificamos asy ao nosso capitão mór e gouernador da India que hora he, e a todos os outros capitaes mōres e gouernadores que pellos tempos forem, e a todos outros capitaes, que pelos tempos forem, e ao nosso yeador da fazenda da India, e ao capitão da dita cidade, que agora são, e ao diante pellos tempos forem, e a todollos outros capitaes, officiaes, e pessoas, a que esta nossa carta for mostrada; e lhe mandamos que muy inteiramente lha cumpraõ e goardem, e fação cumprir e goardar, como nella he conteudo, naõ lhe indo contrella em parte, nem e cousa alguã della, porque asy he nossa merce, crendo que se o contrairo fizerê, que naõ esperamos, lho estranharemos muito, e o proueremos como nos bem parecer e for justiça. Dada em a nossa Cidade de Lisboa a dous

(a) Talvez seja—do concelho.

dias do mes de março. Alvaro Fernandes a fez ano de nosso Senhor Jesu Christo de 1518.

(*) A quoa! carta lhe confirmamos cõ estas declaraçoẽs, a saber, que onde diz que nem fazenda, nẽ cousa alguã possaõ perder, salvo por traiçaõ &c. se entenda que a perquaõ pellos casos que em estes Reinos se perdem.

Onde diz que tendo zambuco ou parão seu, e querendose ir cõ todo o seu nelle, o possaõ fazer &c. se entenderaa naõ sendo pera terra de infieis e imignos.

Asy onde diz que o capitaõ da fortalleza naõ possa tirar officio a homem casado, a que seja dado, salvo indo per mandado nosso, ou tirandoselhe per cousa licita, e que se naõ dee salvo a outra pessoa casada; se entenderaa que seja dos officios, que a cidade pode prouer, e quando se onuerem de dar a outra pessoa casada seraa por enleiaõ, segundo se faz quando se delles prouee. E com as ditas declaraçoẽs mandamos que se cumpra e guarde esta carta.

(fl. 1 v.)

2.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalem maar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que pelo grande desejo que temos de ãnobrecer a nossa cidade de Guoa, e aos moradores della fazer mercee e fahor em tal moõlo que cõ isso conheçaõ o amor e boa vontade que temos aa dita cidade e a todas suas cousas, e por nisto aguora folgarmos

(*) Daqui para baixo ha o encerramento de outra nova *Confirmação*, provavelmente do principio do reinado de El-Rey D. João 3.º, da qual se naõ declara a data no registo, e já no principio do documento fora ommittido o preambulo.

de fazer merce aos casados portuguezes que ora viuem na dita cidade, e aos que ao diante nella casarẽ e viuerẽ, por esta presente carta damos pre-nilegio aos casados portuguezes que ora viuem na dita cidade, e ao diante nella casarẽ e viuerem, e queremos e nos praz em quanto nossa merce for, que todos os officios da dita cidade asy da guouernança della, como da justiça, e nossa fazenda andẽ nos casados da dita cidade, em que bem couberẽ, e naõ sejaõ nelles prouidos outras pessoas, saluo elles por aquelles anos que temos ordenado que nos ditos officios ajaõ de servir aquelles que nelles saõ postos, resaluando porem feitores, escriuaõs das feitorias da dita cidade, e capitaõ principal della, e alcaide mór, e capitaõ, e alcaides das fortalezas da dita Ilha de Guoa, e das outras Ilhas, porque nestes naõ auerua lugar. Porẽ o noteliquamos asy a Lopo Soares do nosso conselho e nosso capitaõ mór e governador das ditas partes da India, e a todos outros capitaõs móres e gouernadores que pellos tempos adiante forẽ nas ditas partes, que provejam dos ditos officios aos sobreditos casados de Guoa, em que couberẽ, pelio tempo que temos ordenado; e inteiramente lhe compraõ e goardẽ este nosso preuilegio asy como nelle he contendo, e lhe naõ vãõ contr'elle em parte nẽ em todo sẽ duvida nẽ embargo algã que lhe a elle ponhã, porque asy he nossa merce. Da-da em a Cidade de Lisboa aos vinte e seis dias de março. Alvaro de Boiro a fez de mil e quinhentos e desasete. E os ditos officios de que asy lhe fazemos merce andaraaõ nelles de tres em tres annos; e queremos e nos praz que esta carta valha sem embargo de naõ ser asellada e passada por nossa chancelaria sẽ embargo da Ordenaçã em contrario..

(fl. 50.)

3.

Dom Johaũ per graça de Deos Rey de Portugal.

e dos Algarves daquem e dalem maar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte dos Juizes, vereadores, e procurador da nossa nobre e leal cidade de Guoa das partes da India em seu nome e de todos os portuguezes casados moradores nella, per Luis Fernandes Collaço, e Cosmo Fernandes seus procuradores, nos foraõ apresentadas huãs cartas e alua-raas delRey meu Senhor e padre, que sancta gloria aja, de que o theor de verbo a verbo hũs apontamentos (sic) são os seguintes:

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalẽ mar em Africa. Senhor de Guiné, e da conquista, nanegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esgoardando nos os muitos seruiços e grandes que temos recebidos dos moradores portuguezes da nossa cidade de Guoa nas partes da India, asy na tomada da dita cidade quando por força darmas foy entrada e ganhada aos mouros inimigos da nosa Santa fce por Afonso dalboquerque nosso capitão mór e gouernador da India cõ nossas gentes e armadas, como em todos os outros seruiços que des entaõ até ora se ofreceraõ, e em que delles fomos muito seruido, e aos que ao diante delles speramos; e querendolhe fazer graça e merce, como he cousa justa os Reis e principes o fazerem uaquelles que os bem seruem e deshi porque seja azo de mais nobrecimento da dita cidade, aa qual temos muito boa vontade, e desejamos de em todas as cousas muito honrrar e acrecentar: por esta presente carta nos praaç prenelegiarmos a dita cidade e de feito prenelegiamos, e queremos que para sempre seja realenga, e que nunca seja apartada da Coroa de nossos Reinos, mas que sempre nella ande, sem

por nós e pellos Reis que depois de nós vierem, ser dada em senhorio a nhuã pessoa de qualquer estado e condiçaõ que seja; e asy rogamos, encõ-mendamos, e mandamos ao principe meu sobre todos muito amado e presado filho, e a todos nossos sobcessores, que o cumpraõ e goardê, porque asy o sentimos por muito nosso serviço, e melhor cõservaçãõ, e segurança das cousas daquellas partes. E por certidaõ. lhe mandamos dar esta carta por nós asinada e asellada do nosso sello pendente. Dada em a nossa cidade de Lixboa ao primeiro dia de março. Jorge Rodrigues a fez ano de nosso Senhor Jesu Christo de 1518. (*)

(fl. 1.)

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquê e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virê fazemos saber que esguardando nós os muitos serviços que temos recebidos dos moradores da nossa cidade de Guoa, e aos que ao diante delles esperamos, e querendolhes fazer graça e merce, temos por bem e os preuilegiamos, e queremos e nos praaiz que de todos os preuilegios, liberdades e franquessas, que agora nominamente aa dita cidade outorgamos, e dermos ao diante de qualquer sorte e calidade que sejaõ, não paguê a nós nhuã chancellaria, e os libertamos e franqueamos da pagua della. Porê mandamos ao nosso chanceller moor, e escrivaõ de nossa chancellaria, recebedor, rendeiros, e officiaes della, que os não cõstranjais, nê mandê cõstranger por a pagua da chancellaria dos preuilegios, que lhe asy outorgamos aguora e ao diante, como dito he, porque

(*) Falta o encerramento da *Confirmação d'El-Rey D. João 3.º*

asy he nossa merce. Dada em Lisboa ao primeiro dia de março. Jorge Rodrigues a fez de mil e quinhentos e dezoito.

(fl. 49.)

5.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalê maar em Afriqua, Senhor de Guiné, e da conquista, navegaçãõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virê fazemos saber que esguardando nós os muitos serviços que temos recebidos dos moradores portuguezes da nossa cidade de Guoa, asy quando por força darmas foy tomada e ganhada aos mouros por Afonso dalboquerque nosso capitaõ mór e gouernador da India cõ nossas gentes e armadas, como em todos os outros serviços que depois se ofereceraõ, e em que muito nos serviraõ, e aos que esperamos que ao diante nos façaõ; e querendo-lhe fazer graça e merce, temos por bem e prenilégiamos todos os moradores da dita cidade, asy christaõs, como mouros e gentios, e de qualquer outra naçaõ, que nella viverẽ dassento, e queremos, e nos praz em quanto for nossa merce, e nõ mandarmos o contrario, que todos os mantimentos asy de paõ, como vinhos, orracas, arroz, carnes, e pescados, e todos os outros mantimentos de qualquer sorte e calidade que sejaõ. trasidos pera nella se venderẽ, e que os homẽs tragaõ. pera suas necessidades, senaõ paguẽ nhũs direitos dos que antigamente sempre das tais cousas se recadaraõ. pera os Senhores de Guoa, como dos que agora nouamente pera nós. se arrecadaõ, porque de todos os franqueamos e liberdamos, e mandamos que por direito. algum dos ditos mantimentos nõ sejaõ cõstrangidos. Porẽ o noteficamos asy a Fernaõ dalcaçoua, veador de nossa fazenda das partes da India, e ao nosso feitor, e ao

que tiuer carreguo da arrecadação dos nossos direitos na dita cidade, e a todos outros officiaes e pessoas, a que esta carta for mostrada, e o conhecimento della pertêcer, e lhe mandamos que em todo lha cumpraõ, guoardê, e façaõ cumprir e goardar, como nella se contem sê duuida nê embargo algũ, que a ello seja posto, porque nossa merce he de asy os franquear e liberdar da pagna dos direitos dos ditos mantimentos, e quanto nosa merce for, como dito he. Dada em a nosa cidade de Lisboa ao primeiro dia do mes de março. Jorge Rodrigues a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dezoito.

(fl. 49 v.)

6.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virê fazemos saber que esgoardando nós os muitos seruiços que temos recebidos dos moradores da nossa cidade de Guoa, e aos que ao diuante delles esperamos receber, e querendolhes fazer graça e merce, temos por bẽm e queremos, e nos praz que os officios dos tabaliaãs das notas e do judicial da dita cidade andẽ sempre nos moradores portuguezes casados, que na dita cidade viuerẽ, e naõ em outras pessoas, e esto de tres em tres annos que cada hũ seruiraa, e mais naõ, os quoaes sejuã dados per elleição asy de tres em tres annos feita pellos Juizes e officiaes da Camara, segundo se costuma fazer na eleição dos ditos Juizes e Vereadores e procurador, por que por mais tempo naõ queremos nê auemos por nosso seruiço que nhũ sirua os ditos officios, e aquelle a que asy vier per enleição o officio de tabaliaão das notas faraa na Camara no liuro da verca-

ção daquelle anno, em que for prouido, seu sinal publico, asy como se custuma fazer em a nossa chancellaria; e os sobreditos guoardaraõ no seruico dos ditos officios os regimentos e taxas, que saõ ordenados por nossos regimentos e ordenaçõs aos taballiaẽs de nossos Reinos sò as penas nelles conteudas, em que encorreraõ, e que se daraõ a execução naquelles que nellas encorrerẽ. E porẽ mandamos ao capitaõ mór e governador das partes da India, que ora he, e ao diante for, e a todos os outros officiaes e pessoas, a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mandamos que em todo lha cumpraõ e guardẽ, e façãõ cumprir e guardar como nella he conteudo, porque asy he nossa mercee. Dada em Lisboa ao primeiro dia de março. Aluoro Fernandes a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dezoito.—REY.

A qual carta lhe confirmamos cõ tal entendimento e decraração que os taballiaẽs das notas sejaõ em vida, os quoaes se daraõ pola cidade, asy como se atequi danaõ de tres em tres annos. E desta maneira lhe confirmamos a dita carta, e mandamos que asy se cumpra e guarde (*)

(fl. 51.)

7.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalem mar em Africa, Senhor de Guinú, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virẽ fazemos saber que querendo nós fazer graça e mercee aos moradores da nossa cidade de Guoa, asy Christaõs, como Mouros, como Gentios, e de qualquer outra nação que sejaõ, pellos seruicos que da dita cidade temos re-

(*) Esta confirmação talvez seja de D. João 3.º

cebidos, e esperamos ao diante receber, temos por bem, e os preuilegiamos, e queremos, e nos praz deste dia pera todo sempre que dos seus propios nauios, que tiuerem de qualquer sorte e callidade que sejaõ, naõ paguẽ o direito e ancoragẽ que sempre se costumou recadar em tempo dos Senhores passados de Guoa, e agnora pera nós se arrecada, porque nos praz os releuar e franquear da dita ancoragem. Porem mandamos a Fernaõ dalcaçoua, Veador da nossa fazenda nas partes da India, e a todos os nossos officiaes da dita cidade, a que esta nosa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mandamos que em todo lha cumprãõ, goardem, e façãõ cumprir e guardar como nella he conteudo sem duuida nẽ embargo algum, que a ello lhe seja posto, porque asy he nossa merce. Dada em Lisboa ao primeiro dia de março. Aluoro Fernandes a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e dezoito.

(fl. 55.)

8.

Nós El Rey fazemos saber a vós Juizes, Vereadores, e officiaes da nosa cidade de Guoa, que ora sois e ao diante fordes, que a nós praz e auemos por bem que nos officios de Juizes, Vereadores, e escriuaõ da Camara dessa cidade naõ possaõ eẽtraí nhũs christaõs nouos da apresentaçãõ deste em diante. Notefiquamosuollo asy, e mandamos que asy o cumprais, e naõ consintais entrar os sobreditos christaõs nouos nos ditos officios, porque asy o auemos por beĩm. E este andara acostado e registado no liuro da Camara da dita cidade. Feito em Almeirim aos dezoito dias de feureiro. Afonso Mexia o fez de mil e quinhentos e dezanoue. E isto seraa nõ lexando nossas prouisoẽs, porque aquelles que as leuarẽ guardarse lhaõ.

(fl. 52 v.)

THE ASIATIC SOCIETY, CALCUTTA

Acc No 54571 Date 16.5.95

9.

Nos El Rey fazemos saber a vós Diogo Lopes de Siqueira, do nosso conselho, e nosso capitão mor e governador das partes da India, e a qualquer outro nosso capitão mór e governador, que pellos tempos ao diante for, e asy ao nosso capitão, que ora he, e ao diante for na nossa cidade de Guoa, que os juizes, vereadores, procurador, e moradores da dita cidade nos enuiaraõ pedir por merce que ounesemos por bem que sempre na dita cidade ounese alcaide, posto pollo nosso capitam da fortaleza, juizes, vereadores, officiais da camara, e que posto que aja meirinho, que sempre aja alcaide da cidade, que pague do tal officio pensão na camara, aquella que bem parecer, e que o dito capitão e officiais acordarẽ em camara. E que por quanto tinhamos mandado que naõ ounesse na dita cidade outra vara senaõ a de Balthazar Rodrigues, que agora he alcaide, prouesemos acerca disso, porque erã necesarios pera bem de justiça outros mais alcaides, asy dentro na cidade, como nos arraueldes, e nos montes; e que mandasemos ao dito Balthazar Rodrigues escolher huã, qual elle mais quisesse, e nas outras, que saõ necessarias nos ditos lugares, mandasemos que se fizesẽ alcaides, asy como nolo requerẽ; e quanto ao que dizem acerca do dito Balthazar Rodrigues, mandamos a vós dito nosso capitão mór e governador que ouçais a cidade cõ elle, e a ella e a elle guoarday inteiramente justiça, asy como de nós o confiamos, e achando que cõ justiça deue ser goardada ao dito Balthazar Rodrigues sua carta, que de nós tem do dito officio, e que saõ necesarios outros alcaides nos lugares que nellẽs apontaõ pera mais nosso seruiço e bem das cousas da justiça; em tal caso auemos por bem que elle apresente aa cidade pessoas dos portuguezes casados nella, que por elle

ajaõ de servir, as quais sejaõ tais de que a cidade seja contente, e estes serviraaõ por elle, e lhe darã aquillo que cõ elle se concertarẽ, e vagando o dito officio por falecimento do dito Balthasar Rodrigues, praaños que entãõ fiquẽ os ditos officios dada da cidade, e os prouējaõ em camara, a saber, o dito nosso capitaõ, juizes, vereadores, e procurador aas mais vozes, a saber, a portuguezes casados na cidade, e não a outros algũs; e estes alcaides seraa hum dentro na cidade, e o outro alcaide do mar, e o outro nos arraualdes e montes. Porẽ vollo noteficamos asy, e vos mandamos que este alvaraa lhe cumprais e guardeis, como nelle he conteudo, porque asy o auemos por nosso serviço, e nos praaç que valha como carta por nós assinada, e asellada do nosso sello, e passada por nossa chancelaria, sê embargo da Ordenaçã em contrario. Feito em Euora a vinte e noue dias de novembro. Jorge Rodrigues o fez de mil e quinhentos e dezanoue..

(fl. 53.)

10.

Sejaõ certos os que este estromento de trelado do Regimento dos Vereadores, procurador, e almotaes, e outras cousas, que estaõ no Regimento da cidade, dado em publica forma virẽ que no anno do nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhẽtos e vinte annos aos xxxj dias do mes de Janeiro do dito anno na Camara da Vereaçã desta muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa, sendo presente Joaõ Fogaça, e Joaõ Brandaõ vereadores em presença de my Nuno Fernandes Escriuaõ da dita Camara e publico per authoridade Real das escreturas que a ella pertencẽ, e se em ella haõ de fazer, appareceo Pero Godinho, e apresentou aos ditos Vereadores huã carta de Rey nosso Senhor, cujo trelado de verbo a verbo he o que se segue:

Vereadores, procurador, e procuradores dos ...
teres. Nós El Rey vos enuiamos muito saudar. En-
comendamosvos e mandamos que mandeis dar em
publica forma a Pero Godinho procurador da nosa
cidade de Guoa o trelado do Regimento da go-
uernança dessa camara, a saber, do que pertence
aos Vereadores e officiaes da mesa della e almo-
tacés, e asy das posturas da cidade, e tambem o
trelado dos preuilegios dos cidadãos della, pera
tudo leuar á dita cidade: e por tudo se regerem
e gouernarem, porque asy o auemos por bem
que o façam; e dailhe nisso todo breue despacho,
e muito vollo agradeceremos. Escrita em Euora a
xxix dias de nouêbro. Jorge Rodrigues a fez de
mil e quinhentos dezanoue annos.

E apresentada asy a dita carta, como dito he, lo-
guo pelos ditos Vereadores foy mandado a my dito
Nuno Fernandes que a comprisse, e loguo per my
sobredito Nuno Fernandes foy buscado o dito Re-
gimento e posturas da cidade, e Regimento dos
cidadãos, cujo trellado hum após outro de verbo a
verbo he o que se segue:

..... (a)

*Titulo dos Vereadores das cidades e villas,
e cousas que a seus officios pertencem (b).*

Os Vereadores hão de ser feitos segundo he conteudo no
Titulo dos Corregedores das Comarcas, a saber, na ma-
neira seguinte:

Itẽ. tanto que o Corregedor chegar a qualquer lugar de
sua correição saberaa se he necessario fazerse enleição
dos juizes e outros officiaes do Conselho por a enleição pas-
sada já ser acabada. E achando que he necessarea se fa-
zer, juntos em Camara os juizes, Vereadores, procurador,

(a) Aqui estão alguns capitulos tirados salteadamente do
Regimento da Camara de Lisboa de 1502, que omittimos por
ir adiante por extenso do esse Regimento.

(b) Este titulo talvez pertença á primeira compilação das
Ordenações Manoelinas de 1514.

e homẽs bõs, e pouo chamado ao Conselho, e cõ ac ordo delles ás mais vozes tomaraa seis homẽs bons do lugar pera enlegedores, os quaes enlegedores lhe seraõ nomeados secretamente, nomeandolhe cada hum seis homẽs que para ello mais aptos lhe parecer, e daraa juramento aos avangelhos aos ditos seis enlegedores que bem e verdadeiramente escolhaõ aquellas pessoas, que pera taes carrigos lhe parecerẽ mais pertencentes, e que tenhaõ segredo, e nõ digaõ os que asy nomearem a outra pessoa algũa. E estes seis homẽs farã apartar de dous em dous, nõ sendo estes dous parentes aaquẽ do quarto grão, nem cunhados no mesmo grão, e sejaõ apartados em outra casa onde outra pessoa nõ esteẽ senaõ os ditos enlegedores, e estaraõ asy apartados dous e dous ã maneira que se nõ fallem hũs cõ outros, e mandelhes que cada hũ desses dous dem em escrito apartado por sy quoaes lhe parecer que som pertencentes pera juizes, nõ sendo daquelles que serviraõ os tres annos passados; e em outros titulos dem quoaes sã pertencẽtes pera Vereadores; e em outro titulo lhe dem quoaes virem que sã pertencentes pera procuradores; e em outro titollo lhe dem quoaes sã pertencẽtes pera thesoureiros, onde thesoureiro ouuer; e em outro titulo lhe dem os tabaliães, e todos os outros homẽs bõs desse lugar que forem pertencentes pera serem escriuães da Camara e bẽs desses lugares, e asi dos orfãõs, onde costumaõ andar per enleiaõ do conselho; e asy em outro titulo lhe dem quaisquer que forẽ pertencentes pera Juizes dos espritaes nos lugares, onde se costuma que o nõ sejaõ os Juizes ordinarios, e ha Juiz apartado per sy; e esso mesmo pera quoaesquer outros officiaes. E porẽ os ditos enlegedores cada dous em seu rol nõ nomearaõ mais pessoas que aquellas que forẽ necessarias pera os ditos officios os ditos tres annos, e estes rolles faraõ cada dous homẽs desses seis hũ rol em tal guisa que sejaõ tres rolles per elles assinados, e se se acertarẽ dous enlegedores que nõ souberẽ escreuer, se lhes dará huã pessoa que escreua cõ juramento que nom descubra: e logo tanto que lhe o juramento for dado, sem falando mais hũs aos outros, salvo os dous que forem apartados hũ cõ o outro, e nõ alçaraõ mão, nẽ se partiraõ daly até que sejaõ acabados os ditos rolles; e como forẽ acabados dem-os ao Corregedor, e como lhes forẽ entregues vejaos per sy só, e concerte hũ cõ os ou-

tros, e escolherá per aquelles rolles que os seis enlegedores fizerẽ aquelles que tiuerẽ mais vozes; e tanto que os asy tiuer assinados, escreua per sua mãõ hũa folha, que se chama pauta, sobre sy os que fiquaõ escolhidos pera Juizes, e em outro titulo os Vereadores, e em outro os Procuradores, e asy de cada officio. E esta folha será assinada pelo dito Corregedor, e se sarrará, e aselará cõ o sello da chancelaria, que perante elle anda. E tanto que a dita pauta for feita e assinada, como dito he, faraa pelouros desta guisa, a saber, tres pera Juizes, e tres de Vereadores, e tres de procuradores, e tres de thesoueiros, e asy de cada officio em cada pelouro; e nos pelouros dos Juizes e Vereadores nõ ajuntará parentes ou cunhados aaquẽ do quarto grão pera em hũ anno auerẽ de servir. E estes pelouros se poeraõ em hũ sacco apartado sobre sy, no quoaal sacco se faraõ tantos repartimentos, quantos forem os officios que no dito sacco ouuerẽ destar, e em cada repartimento se poerá o titulo de cada officio; e ã estes repartimentos se meteraõ em cada hũ os pelouros daquelle officio de que for o titulo, e asy se faraa outro repartimento, em que se poerá a pauta no dito sacco cõ os ditos tres rolles dos enlegedores, a qual pauta cõ os ditos rolles se veraa no fim dos tres annos, pera se saber se os ditos officiaes que nellẽ foram postos, sairaõ, ou foi feita algũa falsidade, pera se dar castigo a quẽ o merecer, e esse sacco se meteraa em hũ cofre e bem fechado cõ tres fechaduras, das quais teraõ as chaues os Vereadores que foraõ o anno passado cada hũ sua; e estes que asy tiuerem as ditas chaues do cofre nõ as daraõ a outro que algũa das ditas chaues tenha, porque nunca ã nhũ tempo em hũa mãõ sejaõ duas chaues do dito cofre, mas cada hũ dos sobreditos per sy irá abrir a sua fechadura quando comprir, e fazendo o contrario, asy o que a dita chaue der a quẽ outra tinha, como aquelle que a receber tendo já outra, será degradado por hnm. anno fora da cidade, ou Villa e seu termo, e mais pague quatro mil. reis, a ametade pera os captiuos, e a outra ametade pera quẽ os acusar. E sendo caso que algũ dos que tiuerẽ estas chaves faleça, ou lhe seja necessario ir fora do lugar, auendo de ser por tanto tempo que pareça que será necessario de se abrir o dito cofre, entãõ per ordẽnança dos officiaes que esse anno forem, se dará a dita chaue ou chaues a outra pessoa ou pessoas daquelles que nos pelouros dos ditos officios soe-

dandar. E esta maneira se teraa em todollos ontros annos.

E no tempo que ouuerẽ de fazer os officiaes segundo seu foro e costume mandaraõ apregoar a conselho, e presente todos hũ moço de hidade de sete annos meterã a maõ no dito sacco reuoluendo bem esses pelouros em cada sacco, e dy tirará de cada hũ os pelouros que compriẽ pera os officios, e aquelles que asy sairẽ nos pelouros sejaõ officiaes esse anno e ontros nõ; e os Juizes mandaraõ requerer as cartas pera vsarẽ do dito officio de julgado aos desembargadores do paço, ou ao Corregedor da comarca, ou ao Senhoryo que lho ouuer de dar; e até que ajaõ a dita carta nõ usaraõ do dito officio; e os que o contrario fizerem aueraõ por ello aquella pena que nossa merce for de lha dar. E a todolos officiaes ante de começarem de servir seus officios seraa dado juramento sobre os santos avangelhos que bem e verdadeiramente vsem dos ditos officios, goardando a nós nosso seruico e aas partes seu direito.

Itẽ. Os Vereadores haõ de ver e saber e requerer todolos bens do conselho, asy propriedades, herdades, casas, e foros, e se saõ aproueitados como deuẽ, e os que acharẽ mal aproueitados fazellos aproueitar e corregir.

Itẽ. fazer meter todas as rendas do conselho em pregaõ, e as que virẽ que he bem de se arrematar fazelas arrematar, e fazer os contratos cõ os rendeiros, e receber as fianças; e as que virem que nõ he pro do conselho de se arrematarem, mandalas correr e colher pera o conselho, e poer em ellas bõs arrecadadores, e requeredores, e fazelas vir a boa arrecadaçaõ.

Itẽ. saber se alguãs pozições, ou caminhos, ou rossios, ou seruidoõs do conselho andã enlheadas, tiralas pera o conselho, costringendo os que as trazẽ, e demandandoos que as leixem até realmente serem tornadas e restetuidas ao Conselho.

Itẽ. saber se tomaõ ou trazẽ alguãs jurdiçoẽs do conselho, ou as embarguaõ como nõ deuem, ou as forçam, ou as querem forçar; e requerer que se tornem ao conselho.

Itẽ. saber se os nossos officiaes e alcaides e outros que per foral ou costume ou outro direito haõ dauar algũs foros e direitos, os tiram como deuem, e se lhe fazẽ de nouo o que nõ deuẽ; e nom o consentir requerendoos que o nõ façaõ.

Itẽ. saber como os caminhos e fontes e chafarizes e pontes e calçadas e poços do conselho e casas, e asy quaisquer outras cousas do conselho saõ repairadas, e as que compri de refazer e adubar e corregir, mandalas fazer, e repairar,

e abrir os caminhos e testadas em tal guisa que se possaõ bem servir por ellas , fazendo em tal maneira que a sua mingoa as ditas cousas nõ recebaõ daneficacão , porque daneficandose á sua minzoa , por seus bẽs se corregeraao os ditos daneficamentos , que per suas negligensias se fizerẽ; e mandamos aos corregedores quando pelos lugares vierem que o executem e façaõ corregger per seus bẽs.

Itẽ. Proueraõ as ordenanças e vereações e costumes das cidades ou villas antigas , e as que virẽ que som boas segundo o tempo. façaõ as guardar , e as outras façaõ corregger , e outras façaõ de nouo , se cumprir a prol de bom regimento da terra.

Itẽ. consirẽ em totalas cousas que cumprir a prol comũ , e depois que asy cõsirẽ ante que façaõ as posturas e vereações e as outras cousas , chamẽ os Juizes e os homẽs bõs que pera a rollaçã e regimento da cidade ou vila som deputados , e digaõlhes aquello que virem e consirarẽ , e o que cõ elles acordarẽ , se a cousa leue e boa for , façaõ na loguo poer em escrito e goardar , e nas cousas grandes e graues depois que per todos for acordado , ou per a maior parte delles , faram chamar a conselho todo o pouo , e diganlhe as cousas quais som , e o proueito-ou danno que lhes pode recrecer , asy como se ouuessẽ demandas sobre sua jurdição , ou se lhe a filhaõ , ou vaõ contra seus foros e costumes de guisa que nom possaõ escusar demanda , ou em ouros feitos semelhantes ; e o que per todos , ou pela maior parte delles for acordado , asy o façaõ loguo poer em escrito no liuro da vereação , e dem seu acordo á execução.

E as posturas e vereações que asy forẽ feitas e outorgadas o Corregedor da Camarca nom lhas possa reuogar , antes faça cumprir e goardar , e saber se se daõ a boa execução quando pela cidade ou villa vier.

Itẽ. Os vereadores faraõ guardar em huã arqua grande e boa todollos foraes , tombos , preuilegios , e quaisquer outras escreturas que pertencerem ao conselho , e esta arqua terá duas fechaduras , das quais terá huã chaue o escriuaõ da camara , e outra hũ dos vereadores , e nunca se tiraraa escretura alguã da dita arqua , salvo quando alguã for necessaria pera se ver ou treladar , e entã somente a tiraram á dita casa dianteira , em que a dita arqua estiner , e acabado aquillo pera que for necessaria , se torne loguo á dita arqua , e esto sô pena do escriuaõ da camara perder o officio , e o vereador que a outra chaue tiuer auera aquella pena que nossa merce for.

Itẽ. como entrarẽ tomaraõ as contas aos procuradores e thesooureiros do conselho que foraõ o anno passado , e asy dos outros annos , se lhes tomadas nom forẽ , e todo o que acharẽ que deuein façaõ loguo per seus bens executar. E estas contas e execuçois faraõ do dia que entrarẽ a dous meses , sô pena de pagarẽ outro tanto por seus bẽs , quanto asy leixarẽ de executar, a qual pena seraa pera os captiuos.

Itẽ. Poeram almotaçaria aos officiaes maceanicos , e jornalheiros , e mancebos , e mancebas de soldada , e louça , e calçado, e às outras cousas , que se comprarẽ e venderem na maneira que se dene fazer.

Itẽ. faraãõ arrecadar todas as diuidas que forẽ deuidas ao conselho , e asy poer em boa goarda quaisquer cousas ouuer do conselho em maneira que se nom danefiquẽ.

Itẽ. Mandaraãõ fazer os cofres pera as enleçoẽs e pelouros , e asy as arquas e almareos pera as escrituras , e cousas que nellas haõ de ser bem goardadas.

Itẽ. Os vereadores cõ os Juizes em camara liuraram sem apellaçaõ os feitos das injurias verbais e furtos pequenos , de que lhes he dado conhecimento , segundo a decraraçaõ que no titulo precedente dos Juizes temos feito.

Itẽ. liuraram cõ os Juizes os feitos da almotaçaria , que per apellaçaõ ou agraõ vierem , como chegarẽ a contia de quinhentos e corenta reis; e os outros onde for mais pequena contia liuraraõ os Juizes per sy.

Itẽ. seraaõ auisados de saber se a terra e fructos della saõ goardados como deue , e se se goardaõ as ordenaçois e posturas , e vereaçõis do conselho ; e se acharẽ que se nom goardaõ , constrãjaõ os rendeiros e jurados e os outros que dello tiuerẽ carreguo que as façaõ goardar segundo som postas sob pena de paguarem per seus bens todo danno que se por ello seguir e recrecer.

Itẽ. Nhũ Vereador , nẽ outro qualquer official da camara não quitaraa nhuã coyma nẽ pena nẽ diuida nẽ outra cousa , que ao conselho seja diuida , a nhuã pessoa que per qualquer maneira seja deuedor e obrigado ao dito conselho. E qual quer que o contrario fizer , pague todo o que asy quitar anueado pera o Conselho , e alem dello aquelle que ao dito Conselho era deuedor e obrigado seja por ello constrangido , e todauia pague o que deuia , e a execuçãõ desto faraãõ os Vereadores que forem no anno seguinte sob as ditas penas.

Itẽ. sejaõ auisados dar aos rendeiros ou ao procurador,

em quanto as rendas nom forẽ arrendadas, jurados que auonde, que bem goardem a terra, e se nom faça nella nhũs dannos sob pena de per seus bõs pagarem todo o dano que per suas culpas se fizer ahy ao conselho como às partes.

Itẽ. Naõ consintiraãõ a nhuã pessoa por poderosa que seja que contra as Ordenaçõs e posturas do Conselho façõõ nhuã cousa, e se o fizer loguo requeiraõ aos Juizes que tornem a isso, e se o fazer não quizerem ou naõ poderem, façãõõ a saber ao Corregedor, ou a nós, pera em ello provermos e mandarmos dar a emenda que for rezaõ.

Itẽ. Os Vereadores viraãõ todos a rollaçãõ á quarta feira e ao sabbado, e naõ se escusaraãõ sem justa causa, e o que hy nom vier pague pera as obras do concelho per dia cem reaes branquos, os quouis loguo o escriuaõ escreuerna em receita sobre o procurador sob pena de os pagar anueados; però se for doente, ou ouuer algũ negoceio que nã possa vir, seja escusado, fazendoo saber ante a seus parceiros.

Itẽ. Os vereadores haõ de ter carreguo de todo o regimen-to da terra e das obras do Concelho, e qualquer cousa que poderem saber e entender, per que os moradores da terra possaõ bem viuer, nesto haõ muito de trabalhar; e se souberẽ que se fazem na terra malfetorias, ou que não he goardada pola justiça como dene, requereraõ aos juizes que tornem hy, e se o fazer nã quizerem açaõ no saber ao Corregedor, ou a nós.

Item. Carta nhuã nã deue ser escrita em nome do Conselho, saluo na Camara delle, onde se deuem ajuntar os juizes e Vereadores e procurador e homens bõs, que faren em acordo de se tal carta fazer, e hy deue per elles ser assinada, e nã se deue assinar pelas casas. E tanto que per todos for assinada façaõ a sellor cõ o sello do Concelho.

Item. Se algũs do dito Conselho quizerem fazer outra carta em contraio daquella, ajentense na dita camara e hy a façãõ e assinem, e façãõ assellar como dize he: e nã se fazendo as ditas cartas em esta maneyra, queremos que per ellas se nã faça obra alguã nẽ lhe seja dado credito nẽ authoridade. E esto nã auera lugar nas apellaçõs, nẽ õ outras cartas que pertencẽ a demandas, que sejaõ entre partes, porque estas poderaãõ ser zitas pelo escriuaõ da Camará, ou per qualquer outro a que pertencer, e assinarhaõ onde quer pelos officiaes que as ouuerẽ dasinar, posto que nã sejaõ na

Camara, e o que tiuer o sello as asellaraa tanto que asinadas forẽ, por nõ serẽ as ditas apelaçois e cartas detheudas, nem as demandas perlongadas; e os officiaes que asinarem per casas, e nõ na camara, como dita he, paguaraaõ por cada vez dous mil reis pera os captiuos, e o que asellar tres mil reis, e outro tanto o esorinaõ, e mais perderaõ os officios; e amenda das ditas penas serã pera quem os acusar.

Item. Os vereadores haõ de fazer auenças por os jornaes e empreitadas cõ os que fizerem as obras, e as outras cousas que comprem ao conselho, e talhar soldadas cõ os porteiros, e cõ outros que haõ de servir ao conselho, e por seu mandado seraõ paguos, e doutra guisa naõ.

Item. haõ de dar carniceiros e padeiras e almocreues que dem os mantimentos, e mandar talhar cõ os carniceiros e cõ as padeiras, e lhe taixar ganhos honestos, e constranger que sirnaõ, e vssem de seus mesteres, e asy os outros mesteres.

Item. Nom aforaraaõ nhũs bens do conselho senaõ em preguãõ, sob pena de pagarem anoneado pera o conselho o foro por que aforarem os ditos bens, e mais o tal contrato seraa nhũ e de nhũ valor.

Título do regimento dos almotacés. (a)

Outrosy toda demanda que façaõ, asy como de parede, ou de portal, que diz algum a outro que o naõ deue aly de fazer, e que lha faz no seu, ou sobre demanda que forem dazenel ou desterceo, ou sobre agua verter, ou sobre demauidas de ruas, e de frestas, e dazinhagas, e de pardieiros, e de janellas, e de madeira poerem nas paredes, ou sobre fazer ou lamçar casa, enxurros, e canos, ou sobre balcões, ou sobre tauoados fazer, ou sobre feitos das ruas e das carreiras, e das calçadas fazer, e sobre os monturos, ou sobre as fontes alimparem e goardar e adubar, ou sobre o vinho de fora poer, e sobre todas as cousas que forem compradas pera vender depois, todas estas, ou outras cousas que fizerẽ, ou pertencerem á almotacaria, deuem julgar os almotacés.

E todollos cleriguos, e os frades, e outros fregueses, e todolos outros que forem vizinhos da villa, se forem deman-

(a) Este Título ha de epocha anterior ao que secula de ler-se dos Vereadores; e talvez seja extrahi'o das Ordenações Affonsinas, se não for algum Regimento especial de Lisboa, o que parece mais proxavel.

dados por rezaõ dalmotaçaria , naõ se podem escusar por nhũ maneira que nãõ respondeão pollos almotacés maiores da villa.

E o peso grande per que pesaõ a cera , e o pèz , e o ceuo , e a todolas outras cousas que denem de comprar , deue ser do conselho , e a renda toda outrosy , e nãõ deue dauar outro peso na dita villa saluo este , e aquelles que em elle pesarem daraão por cada huã arroba de qualquer cõsa, que em elle pesarem, hum dinheiro , e pagará o meio o comprador, e outro meio o vendedor. Este he o peso, a saber , arratal de doze onças e meia ; e a liura som quinze onças , e meia liura , e quarta , e terça de liura ; e o quinal som quatro arrobas , e a arroba som seis arrates e quarta (*sic*).

E em toda demanda dalmotaçaria naõ julgaraõ nhũ por reuel , nem entregaraão a nhũ deue (*sic*) huã cõsa por rezaõ da reuelia, nem purgará reuelia, mas pagará a testaço que for posta sobre a cõsa.

E podese agrauar do juizo que derom os almotacés , e aquel que se mal agrauar dos almotocés naõ deue dar as custas a outra parte.

E deuem os aluazis atender a parte que se agrauar ataa tres dias, se lhe naõ foy dado dia asinado dos almotacés, em que parecese ante os aluazis , e depois que os aluazis julgarẽ o agrauo , nãõ se pode delles agrauar alhur sobre o feito dalmotaçaria.

E os almotacees naõ daraão as rezões nem agrauo em escripto aa parte , mas elles virom per sy recontar aõs aluazis as rezões em como foram baralhadas e resoadas ante elles, e o juizo outrosy que derom, e se pola ventura as partes oizem alguãs rezões , em que se cõ os almotacés naõ acordaõ ambos ou hũ delles , e as partes o quisierein prouar, deuclhes a valler.

E os almotacees maiores deuem ambos emsembra ouir os preiteiros, e daraõ os juizos que ouuerem a dar, e em outra maneira naõ deuem de valler. E podem dar o juizo em andando e estandõ caualgados e de pee , ou sendo em qualquer lugar, ou a que oras quizer do dia.

E os almotacés grandes e os pequenos emsembra , e cada hũs per sy deuem ser theudos de uer e de goardar as pesas e as medidas, per que compraõ e vendem tambem nas casas, como nas adegas, como nos outros lugares, em tal maneira que sejaõ todas dereitas e iguoais cõmunalmente tambem

aos estranhos, como aos da villa; e as medidas ou pesos que forem falsas quebrantalashaõ; e devem levar os almotacés de qualquer falsidade dalmotaçaria a primeira vez cinco soldos, e da segunda vez cinco soldos, e a terceira vez que hy for achado, quer seja homem quer mulher deuem no poer no pelourinho, e pague dellá suso cinco soldos, ou lhe faraõ como mandar o conselho, se algũ seu degredo passar que seja por elle posto.

E se alguem vender paõ cosido, que naõ seja feito de casa (a) e naõ de padeira, peroõ seja pequeno, naõ averaa porem pena, e nem dará nhũa cousa per razaõ dalmotaçaria nem dal; e o paõ que venderem das poyas deue ser maior hũa onça ca o das padeiras, e se for meor que a pesa, por que pesarem o da villa, deue apeitar cinco soldos aquelle cujo for, e fazer-lhe vender o pão por quanto pesou; que todo seja de hũ peso, o da padeira, e caseiro, e da forneira.

E todas as pesas e medidas da villa, e as de fora da villa, que sejião no termo, deuem nas dar os almotacés, tambem as da carne, como do paõ cosido, como das outras cousas, que por peso deuem pesar; e outrosy as medidas do vinho, e as do paõ, e as do azeite, e as do sal, e as da cal, e as das outras cousas, que per medida deuem medir; e quem tiuer outras medidas meores, senõ as que derem os almotacés, azorraga-loaõ per toda a villa, e depois póloaõ no pelourinho, e póloaõ fora da villa per hũ anno e per hũ dia.

Posto (b) e costu te he do conselho que os regatães, nem os homens de fora da villa naõ comprem pescado pera regatar, nem pera reuender na villa, ou fora della até que naõ tãjaõ a missa da terça na See, e deshy adiante podeo comprar quem quizer; e o que ante comprar peitaraa per cada uez que hy for achado cinco soldos aos almotacés, deshy almotaçarlheaõ aquelle pescado, e farlhoaõ vender todo per almotaçaria aos da villa.

E todas as cousas que compradas forem se as quizerem depois de vender, deuem nas vender em como lhas mandarem vender os almotacés; e qualquer que as asy não vender, peitaraa pela primeira vez cinco soldos, e na segunda cinco soldos, e na terceira póloaõ no pelourinho e pagaraa della suso cinco soldos.

(a) O sentido parece ser - - *que se, feito de casa.*

(b) *Será Postura?*

E quando vinho de fora trouxerem pera vender deuem ao ante de mostrar aos almotacés que o pouhaõ a vender, tambem de trebohas, como o que meterem em toneis, como em tinalhas, como alhur ha quer; e os almotacés deuem a filhar e ter a mostra delle por tal que se veja se o vendeo depois tal qual amostraraõ, ou se lhe deitaraõ depois aguoã: e se o acharem mudado ou aguoado deuem lhe a talhar os arcos ao tonel, ou deuem de romper a trebolha; e se acharem alguem que vendeo seu vinho por mais o pus (sic) da primeira, e for todo de huã cuba, açoutaloã por toda a villa. E o vinho que for comprado fora da villa, e o trouxerem á villa pera o vender, se vier em toneis, vendaõno em esses toneis, em que vier; e se vier em trebohas, ou em odres, naõ no metaõ em toneis ou em tinalhas, nem em al, salvo em aquella mesma cousa, em que o aduserem, em essa o vendõ. E aquelle que contra esto for esrronbarlheaõ os toneis, ou lhe britaraõ aquella mesma cousa em que o tiuer, e verterlheaõ todo o vinho pello chaõ, e peitaraa sasenta soldos.

E todo homem venderaa seu vinho como quizer que for de sua colhença, e se lhe acharem medida falsa, peitara pela primeira vez cincoa soldos, e per a segunda cincoa soldos, e per a terceira vez açoutaloõ per toda a villa.

Item. Os almotacés deuem poer embargo em aquelle lugar de que lhes fazem queixume, e se lho algũ requerer ou disser, nõ pena de sasenta soldos, que naõ laurem naquella cousa, nem iacaõ hy mais obra ataa que cada hũ jelles saya per seu direito sobrella, ou ataa que esteem a seu direito: e se aquella que atestarõ a cousa fizer hy depois algũ cousa sobre a testagom, deuem os almotacés mandar que se desfaça todo aquello que depois hy for feito, e leuaraõ delle sasenta soldos de pena, porque quebrou sua atestagom; e se acharem que nõ deue aly a ser feita per costume ou per direito algũ, mandaraõ que o desfaça todo quanto hy fez, quer o fizesse ante da testagõ quer depois.

Item. que nhũ nõ pode fazer fresta, nem janella, nem eyrado cõ beira sobre casa doutro, nem sobre quintal per que o descobra, però se passar per anno e dia que hy seja feito ante em face do que o demanda, e sendo na terra, nõ lha pode depois toiher que hy nõ seja mais, però pode fazer o que fizer casa eirado sem beira sobre a casa doutro seu veinho em tal maneira que a par de del seja taõ alta que nhũ nõ se possa geitar sobre ella, nem per que o descubra per ella.

E quem quer podese alçar pelo seu quanto quizer, que não tolha o lume ao outro seu vizinho.

Item. Nhũ ñõ pode poer madeira em na parede, em que ñõ ha quinhão, posto que nom aja parede da outra parte na casa, e se hy alguã madeira tuer, e disser que metade da parede he sua, porem aja a meia da parede des ou tuer a madeira a juso, e meta hy quanta madeira quizer, mas se se alçar quizer, ñõ posa meter madeira na parede mais suso adiante, se lhe ante ñõ comprar a metade da parede, ou se se auier cõ elle (sic).

E se alguem tuer casa que verta agoa do seu telhado sobre a casa de seu vizinho, e aquelle seu vizinho, sobre cujo telhado agoa verte, quer fazer parede no seu, podese alçar, e podelhe britar a beira, e a sobrebeira, e a sobeira, se quizer e recobor-lhe agoa, e alçarse quanto quizer, e se hy fresta, ou janella nam tuer o outro.

E se polla ventura alguem ha parede de per meyo cõ outro seu vizinho, e a casa de hũ he mais alçada que a do outro, e tem a cal em esta parede que verte agoa do seu telhado, e o que tem casa mais baxa quere se alçar pela parede mais alta que estoutro, podese alçar per toda a parede em tal guisa que lhe leixe tamanho lugar da parede per que colha agoa do telhado daquelle, que ante hy avia a cal per que a recebia, em guisa tal que lhe ñõ venha per hy danno.

E se dous homens cruerem huã casa desembra, e quizerem fazer parede de per meyo, ou se taparem cõ tauado por tal que cada hum aja sua parte estremada, se pela ventura hũ delles o quer fazer e o outro ñõ, e o que ñõ quer deve ser cõstrangido pera fazello de permeyo, e deuem ambos dar o lugar pera fazer per meio o fundamento, e deshy averaõ a parede e de per meio ambos, se ambos fizerem aa sua custa; e se a hũ del'es fizer aa sua custa per sy em lugar dambos, como dito he, quando o outro hy quizer meter madeira, deuelhe ante a dar a meia da custa que em ella fez.

Item. Outroy se o hũ quizer fazer departamento com parede, e o outro com tauado, deuem hy a ver os almotacẽs o lugar, e deuem ver, e esgoardar camanha he a casa; e se virem que pode ser mais prol dan-bos o tauado que a parede, deuem a mandar fazer o departamento de tauado, e se a parede virem que he mais proveitosa, he e o mesmo, e se hũ delles ñõ quizer dar a sua parte do lugar pera fazer fundamento, nem pera fazer a parede, e o outro fizer a parede em no seu,

dene de ser toda sua; e aquelle que naõ quizer fazer a parede, naõ pode em ella arrimar nem huã cousa, nem fazer nada em ella, nem pode em ella meter madeira.

Item. Se alguẽ sobrado ou balcaõ saydo sobre a rua fizer, pode hy fazer janella e fresta sobre a porta do outro seu vizinho da par delle, e nãõ pode mais filhar da terça da rua pera fazer balcaõ saydo, e a beira do telhado, e a outra terça da rua deixaraa pera o outro seu vizinho, que mora ante elle da outra parte da rua. E quando aquel seu vizinho outrosy quizer fazer sobrado ou balcaõ saydo a par daquelle que elle fez, podeo fazer; e pero aja ano e dia que a janella ou fresta que hy fosse feita em sua face sem contenda podelha tapar.

Item. quem quer que tiuer casa pode fazer eyrado cõ peitoril e janellas e frestas quantas ende quizer, e balcõ saydo, e portais, e alçar se quanto quizer, e tolherá o lume a outro seu vizinho dante sy se quizer. E quem quer pode fazer na parede sua sobre a casa doutrem fresta estreita como sêteira por lumieira; e quando o outro sobre que a faz se quizer alçar, podelha tapar como quer que passe anno e dia que hi fosse feita.

Item. Em beco naõ pode nhũ fazer portal nem balcõ saydo nem janellas, se as dante hy nãõ ouue; se o hy ante ouue naõ o deue a fazer ergo no lugar hu ante era feito, senãõ foy tolhido ante por algũa rezõ que o nãõ ouuesse hy, ou se pode poer por algũa rezõ que o deue hy fazer como quer que seja beco.

Item. quando janella estiuer abrida em parede sobre azinhaga que seja estreita, em que nãõ aja dentro portas, saluo per que corra agoa do telhado, e que a azinhaga seja toda daquelle que hy tem a janella, naõ se pode o outro seu vizinho alçar per que lhe tolha o lume da janella, como quer que azinhaga aja antrambos, mas però podese alçar ate direito da janella e nãõ mais.

Item. se alguem quizer fazer janella ou beira do telhado que seja sobre a casa doutrem em parede que renoue e faça de nouo porque auia hy ante, naõ o pode hy fazer maior do que era ante em esse mesmo lugar em que ante hy auia, e nãõ p. de hy fazer mais janellas do que hy auia ante.

Item. se alguem se queixa aos almotacés sobre preito de casa, ou sobre outra cousa qualquer que deuem julgar os

almotacés, ou por razaõ que pertençaõ á almotaçaria, e se deixa depois do queixume que fez em guisa tal que passe por tres pares dalmotacés, e chega aos quatro pares dalmotacés que naõ fez queixume, depois se o fizer em tempo destes quatro, nõ lhe responderá o outro sobre aquella cousa, de que já dante fizera queixume delle, e se deixou de o fazer, como dito he, e o faz depois, e aquel que se queixar de tres em tres mezes aos almotacés daquella consa sobre que lhe fez mal, ou força, ou torto, naõ poderaa per tres (*sic*) tempo se lhe alguem fizer algũa cousa.

Itẽ. todolos carnicieros deuem de dar carne asy como for *posto* (a) do concelho, e por quanto lhes mandarem dar o arratel asy do carneiro, como o da vaca, como o do porco, saluo os cabritos e os cordeiros, que venderaõ por quanto lhes ferem almotaçados e naõ a peso, e os cabrões daraõ outrosy a peso. E daraõ da carne arratal, e meio, e quarta, e terça darratel. E arroba per que pesaõ som seis arratẽs e quarta, e o arratel sã sasenta e quatro onças. E o que naõ pesar bem a carne leuaraõ cinco soldos delle da primeira vez, e da segunda cinco soldos, e por a terceira vez póloaõ no pelourinho e pagará cinco soldos dellá suso. E o açougue em que vendem o pescado he proprio do concelho, e todos aquelles que hy venderem pescado daraõ hũ dinheiro de cada sesto aos almotaces, e naõ almotaçaraõ o pescado que venderem áquelles que o matarem ou pescarem ao mar, mas almotaçarlihoaõ aaquelles que o comprarem e quiserem vender depois. E da carne e do pescado daraõ todos o foro que manda que dem ẽ na carta do foro.

Itẽ. Os almotaces deuem a mandar fazer as calçadas todas da villa, e as das carreiras, e as das saydas, e as das entradas todas da villa, e deuemnas mandar fazer da renda dalmotaçaria; e outrosy deuem mandar alimpar as fontes e fazellas, e depois deuem a dar conta e recado ao Concelho, ou a quem elles mandarem.

Itẽ. se pola ventura algũ muro cair sobre que aja algũa casa feita, aquelle que tiuer hy a casa, ou que se acostar a elle, faça o muro aa sua custa.

Itẽ. se alguem quiser verter todalas agoas de sua casa a hũ lugar da rua, deueo fazer per cal q e se venha agoa rojando per sua parede, e naõ pode nhũ ertter agoa de sua

casa per cal longa sacandoa fora em na rua, per que faça nojo nem mal a seu vezinho, ou aos que passarem pola rua; e se hy alguem tiver cal lōga, naõ a pode mudar que ponha hy outra maior, nem doutra feitura que era dante em aquelle mesmo lugar.

Itẽ. Se os almotacẽs derem juizo sobre alguã cousa de que nhuã das partes naõ for agrauado, e aquel contra quem o derem naõ quiser comprir seu juizo, deue a peitar cada dia aos almotacẽs cinco soldos ate noue dias, e se nã quiser comprir o juizo ata noue dias, des entã adiante deue a peitar cada dia sasenta soldos; e esta pena deuem a levar os almotacẽs, e o alcaide per mandado dos aluazis deue fazer comprir o juizo qual for dado pelos almotacẽs, e os almotacẽs leuaraõ delle a pena que suso he dita.

Itẽ. Se alguem na casa de huã parte da rua, e outro seu vizinho quer fazer casa da outra parte da rua, e quer hy fazer portal, ou se auia já hy casa feita quer hy abrir portal de nouo, ou quer hy fazer janella, ou fresta, naõ a pode abrir nem fazer direito do portal, ou da janella, ou da fresta daquel outro seu vesinho que mora da outra parte da rua, se o hy ante naõ ouue, mas podeo fazer desuiado já quanto do outro se quiser.

Itẽ. Outrosy nã pode fazer nhũ, nem poer escada em a rua direito do portal do outro seu vezinho, per que lhe embargue a entrada de seu portal.

Itẽ. Outrosy em rua nã pode nhũ fazer ramada, nem alpendre, nem poer escada, nem outra cousa que seja embarguo nem estreitura da rua; e o que o fizer deuemlho a derribar.

Itẽ. se algum homem ouuer duas casas que sejaõ huã de huã parte da rua, e a outra da outra parte da rua, e deitar traues per cima da rua da huã parte á outra, e fiser hy per cima da rua balcõ cõ sobrado, e depois acontecer que a huã casa da parte da rua he de hũ eréo, e a outra casa he doutro eréo com o balcõ, ou cõ ametade delle, porque a partiraõ ambos per meio; e hũ delles ou ambos se quiserem alçar, podemno fazer, e faraõ hũ e outro janellas e frestas sobre aquelle balcõ, ou o hũ se alçar, e aynda que todo o sobrado do balcõ seja do outro, e aynda que tenha as traves na parede metidas, naõ se pode poreu chamar a possisõ della por tempo nhũ; ca pois vay a rua per fundo, possisõ

do concelho he tambem em cima como em fundo (a) , e pode desfazer o concelho cada vez que quizer, ou algum que seja vesinho da villa, quoa o pode acusar que se desfaça.

Itẽ. se dous vertem agoa dos seus telhados em huã parede per cal, e algũ delles se quer alçar, naõ se pode alçar per toda, saluo per quanto he a sua metade; però podese erguer per auença dambos per toda.

Itẽ. Os almotacés da villa devem a poer almotaçaria no termo da villa arredor nos lugares das vendas, e aquellas cousas que lá ganharem per razaõ dalmotaçaria devem ende allá mandar fazer as calçadas e as fontes, cada hũ do que for ganhado em seus lugares, e o al que fiquar de mais do-loaõ ao Concelho que o goarde cõ o al que for ganhado da villa por razaõ dalmotaçaria. E os aluasis ambos quando sairem do aluasilado deuem ser almotacés no mes dabril.

Itẽ. todo homem que houuer campo ou pardieiro a par do muro da villa podesse acostar a el, e fazer casa sobre el, sometendose a pena do costume da villa, que he tal; se guerra ou cerco vier, que a derrube, ou dee per ella corredoria e serventia.

Itẽ. se alguem tiver janella sobre quintal, ou sobre campo doutrem, e aquelle cujo he o quintal ou campo, quer hy fazer casa, nã pode fazer parede tamanha per que tape a janella do outro, se passou já anno e dia que a janella hy ante aua, mas però se aquel quer fazer a casa no quintal ou no campo, e quizer derxar asinhaga tamanha ou espaço em que aja cinco pés segundo direito comũ, per que a janella receba lume per ella, bem o pode fazer.

Itẽ. se huã casa he de dous donos de guisa tal que de hũ delles he o sottom, e do outro he o sobrado, nã pode fazer aquel cujo he o sobrado janella sobre o portal daquel cujo he o sotõ, nem quanto (sic), nem outro nhũ.

Capitulo do privilegio da Cidade.

Em trinta e dous Capitulos som que bem sabedes quanto izeram os naturaes e moradores da dita cidade por uosso seruiço e por defensaõ destes Regnos poendo per vezes os corpos em auentura, e despendendo o que auiaõ. Pe-

(a) No registo está assim: *e a pois ay a rua per fundo, russia do concelho he tambem em cima como em fundo* Parece-nos porẽm que a que posemos he a verdadeira lição.

demuor por merce que por honrra da dita cidade mande que os cidadãos honrrados nam sejam metidos a tromento, saluo naquelles feitos, em que o deuem ser os fidalgos, e o foro de Lisboa he que elles ajaõ iguoaõ honrra dos infançois da terra de Sancta Maria.

A esto respondemos que nos praz que os officiaes nossos, ou que fcaõ dos Reis dante nós, e Juizes, e almotacés, e corregedores, e Vereadores que forem da dita cidade, nem seus filhos nem netos, nõ sejaõ metidos a tromento, saluo naquel caso em que o deuem a ser os fidalguos per a guisa que per elles he pedido.

Aluará delrrei noso senhor sobre o mantimento dos almotacés.

Nós ElRey fazemos saber a vós vereadores e procurador desta cidade de Lisboa que nós auemos por bem que os almotacés da cidade, que saõ seis por todo o ano, afora os das propriedades, porque cada par dellès siruaõ quatro mezes, e ajaõ algũ mantimento pelo trabalho que nisso hãõ de levar, e porque folguem de o melhor fazer, o quoaõ ordenamos que seja, a saber, duzentos e cinquenta reaes por mes cada hũ, e que todos seis ajaõ juntamente cadanno dous moyos de trigo pera o repartirem por sy, tanto hũ como outro, e que este lhe seja paguo das rendas da cidade. E porem vollo notifiqamos asy, e vos mandamos que asy o mandeis pagar o dito mantimento cadano, como 'ito he, porque asy nos parece rezaõ por ser (*sic*) trabalho, e õ auemos por bem. Feito em Lisboa a vinte dias dabril. O Secretario o fez de 1512.

E posto que em cima digua que sejaõ dozentos e cinquenta reaes por mes, nos praaõ que ajaõ hum cruzado por mes; e asy se lhe pague, e não aueraõ paaõ nhũ.

Alvara delrrei nosso Senhor sobre o mantimento dos almotacés das propriedades.

Nós ElRey fazemos saber a vós vereadores, procurador desta Cidade de Lisboa que nós auemos por bem que os almotacés da cidade, que conhecẽ das propriedades e feitos della, onde atequi seruiãõ a meses ordenados, siruaõ agora daqui em diante hũ ano inteiro, e sejaõ *anes* (a) como os *outros* (b) da Camara, que saõ *unes* (a); e que esses sejaõ

(a) Será *annuos* ?

(b) Será *officiaes* ?

hũ leterado e o outro escudeiro ; e pera que o bem façã, e queremos que polo trabalho que nisso haõ de leuar, e polla continuaçaõ que nisso haõ de ter, que aja cada hũ delles o anno que servir, hũ moyo de trigo e outro moyo de ceuada, e dous mil reaes em dinheiro. Porem vollo notificamos asy, e vos mandamos que daqui em diante asy se faça por o avermos por bem, e cousa mais proueitosa a este juizo dos ditos almotacés. Escrito em Lisboa a XX dias dabrill. O Secretario o fez de 1512.

Aluara delRei nosso Senhor, per que cidadãos nõ possam ser presos em ferros.

Nós ElRey fazemos saber a vós Bras Afonso Correa, nosso Corregedor em a cidade de Lisboa, que a dita cidade enuiou a nós Pero Vaaz da Veigua fidalguo de nossa casa, cidadão em ella, requerer alguãs cousas que compriaõ aa dita cidade, antre as quoaes se nos agrauou que vós per mandado de Dom Pedro de Crasto, nosso Veador da fazenda, prendereis Domingos de Crasto, procurador que ora he da dita cidade em ferros, e asy Sagramor (*sic*) do Basto, almotacé da limpeza, cidadãos da dita cidade, per dinheiros que se dizia nos deuerem; e que a dita cidade tinha preuilegio que nhũ cidadão seu, filho e neto, nom podessem ser presos em ferros senom per caso per que merecesse morte; e nos pedirõ que lhe mandasemos goardar seu preuilegio, o que nos ouuemos por bem: pollo qual vos mandamos, e asy a quaisquer outras nossas justiças em essa cidade, a que este aluarãa for mostrado, e o conhecimento pertencer, que quando quer que per nós, ou nossas casas das Rollaçõs da Sopricaçaõ e Ciuel, ou Veadores da nossa fazenda for mandado prender algũ cidadão da dita cidade, que vós lhe goardeis acerca dello inteiramente seu preuilegio, e nõ prendais em ferros segundo forma delle, per que asy o auemos por bem; e comprio asy sem outra duuida nem embargo algũ, porque asy he nossa merce. Feito em Estrejoz a xij dias de feureiro. Pantaliao Dias a fes anno de mil lrbij (1497). (a)

E asi mesmo lhe goardareis o dito preuilegio na maneira que dito he, quoando alguãs nossas justiças mandarem

(a) Nesta data faltam evidentemente as tetras que significam quatro centos.

prender algũ cidadão. E este alvaras serã passado pelos officiaes da Chancelaria de nossa Camera. =

Testemunhas Dioguo Fernandes e Pero Dias mesteres, e outros. E eu sobre dito Nuno Fernandes que este estromento cõ os trelados do Regimento da mesa e avereaçaõ, e Regimento dos tres vereadores, e como se hade fazer thesoureiro, e da fiança que hade dar, e Regimento dos almotacés, e da maneira que os vereadores haõ dir na festa do Corpo de Deos (a), e do Regimento dos Vereadores e cousas que a seus officios pertencê, e do Regimento outrosy dos almotacés, e do privilegio que tem os cidadãos, e de hũ alvará de El-Rey nosso Senhor do mantimento que aueraõ os almotaces das execuções, e d'outro alvará de S. A. sobre o mantimento que aueraõ os almotaces das propriedades, e o trelado doutro alvará do dito Senhor per que os cidadãos nam podê ser presos e ferros; o que todo fiz escreuer a meu fiel escriuaõ. E vaõ aqui escritas todas estas cousas em vinte e duas folhas, e soescreui e asiney de meu sinal publico que tal he.

Regimento da maneira que os officios macanicos cum na precisão de dia de Corpo de Deos. (b)

Ortelaõs cõ almoinha, e doze castellos.	xij castellos.
Albardeiros, almocreues, e gainhadeiros..	xbiiij castellos.
Atafoneiros, doze castellos.	xij castellos.
Carniceiros cõ seu Emperador e Rey.	xxij castellos.
Tecelloõs, vinte e dous castellos.	xxij castellos.
Peliteiros cõ o gato paul.	bj castellos.
Oleiros, telheiros, vidreiros.	xx castellos.
Marcieiros, especieiros, buticairos cõ gigantes.	xxiiij castellos.

(a) Estes Capitulos saõ os que aqui omittimos pela razão dada na Nota (a) de pag. 20.

(b) Este Regimento, posto que não está incorporado no Instrumento antecedente, pmo-lo com tudo em continuação a elle, como se acha no Livro.

Cerieiros doze castelos.....	xij castelos.
Cortidores.....	xij castelos.
Çapateiros com o drago, e dous diabos, e dous <i>peruiços (sic)</i>	xxxbij castelos.
Tosadores, dous diabos.....	xbij castelos.
Alfayates cõ a torre e serpe.....	xxiiij castelos.
‘Carpinteiros da ribeira e calafates cõ a nãu e a galee, e dous diabos.....	xxxbij castelos.
Esparteiros cõ sua representação dos galantes e dama, e dous diabos.....	x castelos.
Cordoeiros.....	xhj castelos.
Pescadores de Cata que farás.....	xxiiij castelos.
Pedreiros e carpinteiros da terra cõ engenho, e dous diabos, e hũ <i>peruiço (sic)</i> ...	liiij castelos.
Vinhateiros cõ a follia e bandeira, sem castelos.	
Tenoeiros cõ a torre.....	xxxb castelos.
Armeiros cõ os sagitairos e homẽs darmas.	ca.º homẽs.
Cerieiros e candieiros quinze tochas.	xb tochas.
Persaleiros (a), seis tochas.....	bj tochas.
Ourinez.....	xxbij tochas.
Moedeiros.....	xxx tochas.
Tabaliaẽs.....	ij tochas de prata
Mercadores e corretores.....	iiij toch. de prata
	(fl. 27.)

11.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. Fazemos saber a vós Diogo Lopez de Siqueira do noso conselho, e noso capitaõ mór e governador das partes da India, e ao doctor Pero Nunez do noso desembarguo, e noso veador da fazenda das ditas partes, e a qualquer outro noso capitaõ mór e Veador da dita fazenda, que ao diante nas ditas partes tiuermos, que pello muito desejo que temos de enobrecer a nossa cidade de Goa, e por folgar-

(a) Será *Pichaleiros*, ou *Picheiros*?

mos de nisto fazer merce aos portuguezes casados moradores na dita cidade, e aos outros moradores e pouoadores della; e de toda a dita ilha de Guoa de quoaquier nações que sejaõ, temos por bem e nos praaaz em quanto nossa merce for, e não mandarmos o contrario, lhe fazer merce de huã feira franca na dita cidade, a qual queremos e nos praaaz que dure trinta dias do dia que começar, e auemos por bem que de todas as mercadorias de qualquer sorte e calidade que sejaõ, e de todos os mantimentos de qualquer genero e calidade que forem, que se venderẽ e comprarẽ na dita feira durando os ditos trinta dias, se nõ pague ne arrecade pera nós direito algum daquelles que ordenadamente pera nós se arrecadaõ das ditas cousas e de cada huã dellas, porque queremos que seja franca a dita feira durando os ditos trinta dias. E vós dito nosso capitaõ mór cõ o dito nosso veador da fazenda ambos juntamente lhe asinay loguo o mes, em que vos parecer que a dita feira melhor se faraa, e em que os mercadores cõ suas mercadorias e mantimentos a ella melhor posaõ vir e cõ menos impedimento, e de que se sigua mais proueito e nobrecimento aa cidade e moradores della, e naquelle que lhe asinardes se fará a dita feira franca como dito he. Porem vollo notefiquamos asy, e vos mandamos que esta carta lhe cumprais e guardeis, e façais inteiramente comprir e guardar como nella se contem, porque asy he nossa merce. Dada em a nosa cidade deuora a catorze dias de dezembro. Jorge Rodrigues a fez ano de mil quinhentos e dezanoue.

(fl. 55 v.)

12.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, co-

mercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta carta virê fazemos saber que nós temos outorgado por nossa carta aos portuguezes casados que ora viuê na nossa cidade de Guoa, e ao diante nella casarê e vinerê, em quanto nossa merce for, que todos os officios da dita cidade, asy da gouernança della, como da justiça, e nossa fazenda, andê nos ditos portuguezes casados, em que bem couberê, e nã sejaõ nelles prouidos outras pessoas saluo elles, e esto por tres anos somente que temos ordenado que nos ditos officios ajaõ de servir aquelles que nelles saõ postos, resaluando porê feitores, escriuães das feitorias da dita cidade, e capitaõ principal della, e alcaide mór, e capitaõ e alcaides das fortalezas da dita ilha de Guoa, e das outras ilhas, porque nestes naõ aueria lugar, segundo que compridamente na dita carta he conteudo; e ora por folgarmos de fazer merce aos sobreditos casados portuguezes da dita cidade de Goa, que ora nella viuem, e ao diante nella se casarê e viuerê, temos por bem e nos praaaz que as alcaiderias das fortalezas da dita ilha de Guoa e asy das outras ilhas de junto della, e escriuaõ das feitorias da dita cidade, que polla dita nossa carta resaluamos pera nellas nã serê prouidos, os ajaõ e sejaõ nellas providos asy como o haõ de ser nos outros officios, que lhe pella nossa carta outorgamos, sendo pessoas em que bem caibaõ. E esto porê nã aueraa lugar saluo depois de acabado o tempo daquelles que agora temos prouidos das ditas alcaiderias das fortalezas, e escreuaninhas das feitorias, e por vaga daquelles que as ditas alcaiderias e escriuaninhas da feitoria agnora tem por nossas prouisois, mandaremos nellas prouer os sobreditos em que couberê por tres annos ordenados, em que as ditas alcaiderias e escreuaninhas prouemos, ou em vida de qualquer que prouermos, qual mais ouuermos por bem e noso

serviço, e vagando as ditas alcaidarias e escrivã-
ninhas, os sobreditos nos enuiaraõ requerer para
prouermos aquelles que nos bem parecer. Porẽ por
sua guarda e nossa lembrança lhe mandamos dar
esta carta por nos assinada e asellada do nosso
sello, a qual em todo mandaremos cumprir e guoar-
dar como nella he conteudo. Dada em a nossa ci-
dade deuora a õze dias de Janeiro. Jorge Rodri-
gues a fez anno de mil e quinhentos e vinte.—EL-
REY.

(fl. 50 v.)

13.

Nós ElRey fazemos saber a vós Diogo Lopez
de Siqueira do nosso conselho, nosso capitão mór
e governador das partes da India, que os Juizes,
veredores, procurador, e moradores da nossa cidade
de Guoa se nos enuiaraõ agravar que os preuilegios
que temos outorgado aa dita cidade aacerqua dos
tabaliaẽs das notas e judicial della andarem sem-
pre nos moradores portugueses casados que na di-
ta cidade viuerẽ, e naõ em outras pessoas, segundo
a nossa carta mais compridaõ ante he conteudo, se
lhe naõ guardauaõ, e que o secretario dante vós
prouia e punha na dita cidade tabaliaẽs e escriuaẽs
que os ditos officios seruiãõ; e nos pediaõ por merce
que lhe mandasemos goardar o dito preuilegio que
sobrisso lhe temos dado. Pello qual vos mandamos
que mui inteiramente mandeis em todo goardar o
dito preuilegio, que aacerqua dos ditos officios de
taballiaõs das notas e judicial da dita cidade, que
aos ditos portugueses casados della temos outorga-
do, e naõ consintais que o dito secretario dante uos
proueja nẽ ponha nella taballiaẽs, nẽ escriuaẽs para
escreuerem nas cousas das notas nẽ judicial, como
somos enformado que se faaz: e em todo lhe faaz
inteiramente cumprir e guoardar o dito preuilegio,
como nelle he conteudo, sem duuida nẽ embargo.

algũ, que a ello seja posto, porque asy nos praz.
Feito em Enora a onze dias de Janeiro Jorge Roderigues o fez de mil e quinhentos e vinte.

(fl. 51. v.)

14.

Dom Iohaõ, per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquẽ e dalem maar em Africa, senhor de Guine, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virẽ fazemos saber que por parte da nossa cidade de Guoa pelos ditos (sic) seus procuradores nos foy apresentada esta carta del Rey meu senhor e padre, que sancta gloria aja, de que o teor tal he.

Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquẽ e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa carta virẽ fazemos saber que querendo nós fazer graça e merce aa nossa cidade de Goa, e aos moradores della polla boa vontade que lhe temos, e p. rque seja azo de mais se ponoar e enobrecer, temos por bẽm, queremos, e nos praz em quanto for nossa merce, e nõ mandarmos o contrario, que daqui em diante se nõ arrecadẽ pera nos as rendas da praca da dita cidade dos bacacẽs, (*) que sãõ os que vendẽ mel, azeite, manteiga, betre, especearia, e panos, porque aquelles que as ditas couças vendẽ nos ditos bacacẽs (*), quẽremos que liuremente as vendãõ, e se naõ arrecadem delles os direitos, que se sempre costumaraõ a pagar. E asy mesmo quẽremos em quanto nossa merce for que nõ aja hy cambãdores na dita cidade, e que li-

(*) Parece que deve ser *bucacẽs*, ou *buncacẽs*, ou *huncacẽs*, que significava naquelle tempo qualquer *logar de venda*; e hoje mais estrictamente, *estancia de madeira*.

urementemente possa cada hũ troquar suas moedas cõ quẽ lhe aprouner; e auendo hy necessidade de cambadores, que se naõ arrecade delles pera nós direito algum, como sempre delles se arrecadou; e esto porem auerá effecto acabado o arrendamento que aa chegada desta nossa carta aa dita cidade for feito das ditas rendas dos bacacés (*) da praça. Porẽ o notificamos asy ao doctor Pero Nunez do nosso desembarguo e veador de nosa fazenda, e a qualquer outronoso veador da fazenda que pellos tempos em diante for, e ao feitor e escriuaõs da nossa feitoria da dita cidade, e a todos outros nossos officiaes, a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mandamos que em todo a cumpram e guardẽ, e fação cumprir e guardar como nella se contem, porque asy he nosa merce. Dada em a nossa cidade deuora a treze dias de feureiro. Jorge Rodrigues a fez anno de mil e quinhẽtos e vinte.

Pedindonos os sobreditos ẽ nome da dita cidade por merce que lhe confirmasemos a dita carta, e visto por nós seu requerimento e querẽdolhe fazer graça e merce, temos por bein de lha confirmar, e auemos por confirmada quanto aos cambadores somente, e mais naõ; e asy mandamos que se cumpra e guarde. Dada em a nossa cidade deuora a treze dias de feureiro. Jorge da Foncequa a fez anno de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhẽtos vinta quatro.—EL-REY.

(fl. 57 v.)

15.

Nós ElRey fazemos saber a vós Dioguo Lopez de Siqueira do noso conselho e noso capitão mór e governador das partes da India, que nós auemos por muito noso s. ruiço que o capitão que aguora, e ao

(*) Vide a nota da pag. antecedente.

diante pellos tempos for, da nossa cidade de Guoa, nê outra nhuã pessoa de qualquer callidade e condiçãõ que seja, naõ atrauesse nem compre nhuãs metcadorias que vierẽ para a dita cidade de Guoa nos passos da ilha da dita cidade, e que liuremente as leixẽ ir comprar aos moradores da cidade, ou as leixẽ trazer aa cidade aos moradores e pessoas que as trouxerem pera nella as venderẽ, porque naõ queremos que aos ditos passos as vá comprar nẽ atrauessar ninguẽ pera as tornar a reuender; e esto sob pena que quẽ o contrario fizer paguará a vallia do que asy nos ditos passos lhe for prouado que comprou em dobro, ametade pera quẽ o acusar, e a outra ametade pera o hospital da dita cidade. Porẽ vollo notefiquamos asy, e vos mandamos que este aluaraa mandeis loguo apreguoar pera que a todos seja notorio, e se naõ possa aleguar ignorancia, e inteiramente manday dar á execuçãõ a dita pena naquelles que nella encorrerẽ; e da publicaçãõ se faça auto publico nas costas deste aluaraa pera sempre se saber como asy foy pubricado e notefiquado. Feito em Euora a catorze dias de fevereiro. Jorge Rodrigues o fez de 1520.

(fl. 56.)

16.

Nós ElRey fazemos saber a vós doctor Pero Nunez do noso desembarguo e veador de nosa fazenda nas partes da India, e a qualquer outro que ã vosso carguo estiuer, que os portugueses casados da nossa cidade de Guoa que de nós haõ soldo, se nos euuiaraõ agravar que eraõ mal paguos dos ditos seus soldos; pedindonos per merce que a isso lhe mandascmos prouer. E porque nos queremos que elles sejaõ bem paguos dos ditos soldos, e em todas suas cousas sejaõ fauorecidos e bem tratados, asy como seja justo e honẽsto, auemos por bem que das rendas da dita cidade de Guoa aparteis em ca-

da hũ ano hũa renda das millores e mais certas, e em que bem caiba o dinheiro que montar nos ditos seus soldos, e que do dinheiro da dita renda que asy apartardes, sejaõ paguos dos ditos seus soldos aos tempos e maneira que he ordenado se lhe faze-rem seus pagamentos, e que nõ se tire nhũ dinhei-ro da dita renda pera nhũa cousa por de necessidade que seja até elles de todo nõ serẽ paguos. Porẽ vol-lo notificamos asy, e vos mandamos que asy o fa-çais. E este aluará lhe cumpri e guarday como nel-le he conteudo, e nõ aja nisso impedimento algum, porque asy o auemos por muito noosso seruiço. Fei-to em Lisboa a cinco dias de março. Gaspar Ro-drigues o fez de mil e quinhentos e vinte hũ.

(fl. 156 v.)

17.

Nós ElRey fazemos saber a vós Francisco Perei-ra, fidalguo da nossa casa, que ora enuiamos por noso capitãõ á nosa cidade de Guoa, e a todos os ca-pitaõs que polos tempos ao diante aa dita cidade enuiarmos, que nós auemos por bem e nosso serui-ço, e pera melhor gouernança das cousas da dita cidade, que vós vos naõ entremetaes em por vos só mandardes nẽ fazerdes cousa, que aa camara da dita cidade pertença, e somente em camara cõ os Juizes, vereadores, e procurador, e officiaes da ca-mara juntamente será feito as mais vozes por uos e por elles o que com direito e justiça a uos e a elles bem parecer, e naõ em outra maneira, porque o que por vós so fizerdes que aa camara pertença, queremos e mandamos que naõ seja vallioso. Porem vollo notificamos asy, e vos mandamos que este al-uaraa cumprais e guardeis inteiramente como nel-le he conteudo, e queremos e nos praez que valla como carta por nós asinada e asellada do nosso sello, e passada por nossa chancellaria, sã embar-guo da Ordenação em contrario. E mandamos e

Dom Duarte de Meneses, que ora enuiamos por nossa capitação mor e Governador a essas partes da India, e a todos nossos capitaes mores e governadores que pellos tempos ao diante fore, que o faça cumprir e goardar como aqui se contem. Feito em Lisboa a cinco dias de março, Gaspar Rodrigues o fea de mil e quinhentos e vinte hu.

Pedindonos os ditos procuradores em nome da dita cidade por merce que lhe confirmasemos as ditas cartas e aluaraas; e visto por nos seu requerimento, querendo lhes fazer graça e merce, temos por bem de lhe confirmar, e auemos por confirmadas as ditas cartas e aluaraas asy e da maneira que se nelles contem; e asy mandamos que se cumpraõ e guardem cõ as declarações que em alguas dellas vaõ postas sem duuida nẽ embargo algũ que a ello seja posto, porque asy ne nossa merce. Dada em a nossa cidade de uora a doze dias de feureiro. Jorge da Fonseca a fez de mil e quinhentos e vinte quatro. — EL-REY (*).

(fl. 57.)

18.

Dom Joaõ per grãa de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalẽ marem Africa, Senhor de Guine, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que attendo eu respeito aos muitos e mui continuados seruiços que tenho recebidos, e ao diante espero receber dos moradores e pouo da minha cidade de Guoa das partes da India, por onde cõ razão são merecedores dacrecentamento em honra e faerẽ, e por feldgar de lha fazer, tenho por bem e me praz de lhas fazer merce, e de feito per esta presen e carta faço da

(*) Faltã no principio o preambulo da Carta de confirmação.

guora pera sempre do preuilegio e liberdades abai-xô declaradas, a saber, que todos os escudeiros moradores na dita cidade nos casos crimes, per que mereçaõ ser presos, sejaõ asy tratados per minhas justicas como saõ e devê ser os cavaleiros; e os piaës e pouo da dita cidade ey por bẽ que nos casos per que mereçaõ pena publica de justiça per suas culpas e maleficios, naõ sejaõ açoutados nẽ degredados cõ baraço, mas ajam aquella pena que os escudeiros por semelhantes culpas deuẽ dauar, saluo aquelles que forẽ comprehendidos e presos por furtos, porque nos tais naõ ey por bem que aja lugar, nẽ se entenda este meu preuilegio, e farseha nelles execuçaõ segundo por direito merecerẽ. Notificoo asy ao capitaõ moor e gouernador nas partes da India, e ao Ouuidor em ellas, e ao capitaõ da dita cidade de Guoa, e asy a todos Juizes e justicas, e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e lhes mando que a cumpraõ e guoardẽ, e façaõ inteiramente comprir e guoardar como se nella contem sem duuida nẽ embargo algũ que a ello seja posto, porque asy he minha merce; e esto sem embargo de esta minha carta naõ ser passada polla chancelaria, e da ordenaçãõ do segundo liuro em contrario, que diz que todas as cartas asinadas per my e per meus officiaes passem pela dita chancelaria, e naõ sendo per ella passadas naõ valhaõ. Francisco Nobre a fez em Euora aos cinco dias do mes de março de mil e quinhentos e trinta e quatro.—EL-REY.
(fl. 58 v.)

19.

Aos quatro dias do mes de nouembro do anno do nascimento de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta e hũ annos na camara desta mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, sendo presentes Dom Pedro de Moura, e Dom Garcia Deça, e o doctor Fernãõ Martins do desembargo delRey

noso senhor e seu desembargador dos agrauos da casa do ciuel, vereadores, e Antaõ daguiar precu-
rador da dita cidade, em presença de mi Christouã
de Magalhaẽs fidalgo da casa do dito Senhor escri-
uaõ da camara da dita cidade, pareceram Bastiaõ
Lopez Lobato precurador da cidade de Guoa nas
partes da India, e Bastiaõ Fernandes, hũ dos pro-
curadores dos mesteres da dita cidade, e apresen-
taraõ na dita camara aos ditos vereadores e precu-
rador hũ aluará do dito Senhor, que loguo ahy foi
visto, e posto nas costas delle hum despacho, do
qual aluaraa e despacho (a) he o seguinte :

= Eu ElRey faço saber a vos vereadores desta
cidade de Lisboa que Bastiaõ Lopez Lobato, precu-
rador da cidade de Guoa das partes da India, me
pedio que lhe mandasse dar os preuilegios e liber-
dades que esta cidade tem, pera a dita cidade de
Goa ; e porque eu quero saber que preuilegios são
os que me elle asy pede, vos mando que lhe façais
dar o trespado de todos os preuilegios que esta cida-
de tem, o qual trelado sera asinado por nos, ou pel-
lo escriuaõ da camara della. Cumprio asy, posto
que este nõ passe pella Chancellaria sem embargo
da ordenaçãem contrario. Diogo Gnomes o fez em
Lisboa aos dous dias do meç de nonembro de mil
e quinhentos e corenta e hũ annos. Anrrique da
Mota o fez escrever. =

Cumpra-se este aluara delRey noso Senhor como
se nelle contem ; e o escriuaõ daraa o que se pede. —
Dom Pedro de Moura. Dom Gracia Deça.

E trespado como dito he, e satisfazendo ao que
o dito senhor per o dito seu aluaraa manda, eu so-
bredito Christouã de Magalhaẽs proui o cartorio
e tombo, em que estaõ as escrituras dos preuile-
gios e liberdades, capitulos de cortes, sentenças da
dita cidade de Lisbon, dos quoaes o trespado hũ
apos outro são os seguintes :

(a) Parece faltar no registo a palavra = o =.

== Dizem que elles haõ saa almotacaria isenta de guias que os feitos della haõ de ser ouuidos e desembargados per elles, e dizem que os vossos ouuidores tomaõ os feitos della por sy, e que reunos ouuir e desembargar, e pedẽuos que mĩdades que se naõ faga.

— A este artigo diz El Rey que os seus ouuidores nã filhem em sy os feitos da almotacaria, daqui adiante, e que tem por bem que os concelhos ajaõ saas almotacarias livre e sã outro embargo.==

== Ao que dizem que per os Reis que dante nã foraõ foy outorgado que as almotacarias fossẽ isentas dos concelhos, e que seus corregedores ne ouuidores non tomasẽ conhecimento dos feitos que pertencessem a almotacaria, e que dẽs que os ditos feitos fossẽ desembargados per sentença do almotacee, e confirmação do Juiz, que per aly fosse nndos; e que nã embargando esto que os nossos corregedores que andaõ pelas comarcas, e ouuidores nossos e dos outros senhores tomaõ conhecimento dos ditos feitos asy per agravo, como per simples querella, e que fosse nossa merce poermos defenõn cõ escarmento de pena que o naõ façãõ, em caso que o fazer jugitaõ, que cousa que mandem ou façãõ que nã valha nã os Juizes e almotacees nã sejaõ teudos de o cumprir.

— A este artigo respondemos e mandamos que se guarde esto e nos feitos que propriamente saõ da almotacaria.==

== Dom Fernando pella graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue, a vós homẽs boõs e concelhõs da cidade de Lisboa. Saõde. Vi vossõ recado que me enuiastes, em que diziades que per mĩ e per os Reis que ante mĩ foraõ vos foi sempre agoardados vossos furos e costumes e liberdades, da que esse concelho sempre vsou entre os quays esse concelho per aquelles que pallos tempos am e tem encarreguõ de reger esse concelho deraõ e daõ os officios delle e, que a el pertence aquelles que os merecẽ, e os haõ per suas cartas: e que se a esses officiaes acontece algũs negoçios, ou fazẽ o que nã deũ per que nã sejaõ mercedores de vsarem dos ditos officios, que aquelles que o dito lugar tem lhes tomaõ as ditas cartas, per que asy haõ os ditos officios, e os privaõ delles; e os daõ a outros que os merecẽ; e que agora algũs uos mostraõ minhas cartas, per que lhes dou, e confirme os ditos officios, e mando que os ajaõ; e que vsen delles como os outros que os haõ per

vossas cartas; e por que en esto recebiades agrauamento, e era contra a jurdição desse concelho, pediades me por merce que tais cartas nõ pasase, e entendi o que me enuiastes dizer: e vos sabede que minna vontade nõ he dar taes cartas em vosso perjuizo, e se as algũ tem, ou lhe forẽ dadas, vos auede o trelado dellas, e enuiademo pera as eu ver e vos desagranar se achar que em ello sũdes agrauados; e se vallas dar nõ quiserẽ vos defendelhes da minha parte que nõ obrẽ mais dellas. Al nõ facades. Daute em Santarẽ seis dias de Julho. El Rey o mandou per Fernaõ Martins seu vasallo Domingos Fernandes a fez era de mil e quatrocentos e seis annos =

= Dom Johaõ per graça de Deos Mestre da Ordem da cavalleria da Ordẽ (sic) dauis, filho do mui nobre Rey Dom Pedro, Defensor e Regedor dos Reinos de Portugal e do Algarue: a vos Juizes e Vereadores da cidade de Lisboa, e a todas as outras justiças dos ditos Reinos, a que esta carta for mostrada, saude. Sabede que o concelho e nomes bũs da muy nobre cidade de Lisboa nos oiseraõ que o dito concelho ha huã escreuaninha dos orfãos em a dita cidade, e outras muitas escreuaninhas asy da Camara da dita cidade como outras muitas e que fizeraõ graça da escreuaninha dos orfãos da dita cidade a Vasco Domingues (*) que podese fazer inventarios dos bẽs dos ditos orfãos e as titorias, e as outras cousas que pertencerẽ aos ditos meores; e por que era compridoiro aos ditos meores de as ditas escripturas serem publicas pera per ellas podere prouar sua tencom e arrecadar seus bẽs, e o dito escriuaõ o nom podia fazer se nossa authoridade, pediaõnos por merce que desemos nosso poder a dita cidade que podesse dar authoridade ao dito escriuaõ e aos outros escriuaõs, que a dita cidade depois poser em o dito ofcio e em todos os outros oncios que a dita cidade pertencem que possaõ em os ditos seus officios e cousas que a elles pertencem fazer escripturas publicas, que possaõ em ellas fazer asy como escriuaõs publicos seus sinaes; e nos vendo o que nos pediaõ e porque a dita cidade he merecedor desta merce como aquella que primeiramente se pôs a defender estes Reinos da sobgeição del-

(*) O registo diz = a que fizeraõ graça da escreuaninha dos orfãos da dita cidade e Vasco Domingues &c. =; o que não faz sentido.

Rey de Castella, e seja a melhor destes Reinos e a mayor; e querendolhe fazer graça e merce, damoslhe nesso poder que ella possa dar authoridade ao sobredito Vasco Dominguez, e aos que depois per ella forem feitos escrivães em o dito officio, e a todos os outros seus escrivães que cada hũ em seu officio possaõ fazer escrituras pubricas, e poer seus sinaes em as ditas escrituras, e dar se azy como cada hũ dos outros tabaliaes da dita cidade, e mãdamos e defendemos que outro nhũ nõ escreua em a dita escrevaninha dos ditos orfaõs, posto que aja per nosas cartas, salvo o dito Vasco Dominguez, ou outros quaesquer que o dito concehio hy der por escrivães; e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nosa carta. Dãte na muy nobre cidade de Lisboa tres dias do mes d'abril. O Mestre o mandou. Diogo Pirez a fez era de mil e quatrocentos e vinte dous annos. =

= Dom Johaõ pella graça de Deos, filho do mui nobre Rey Dom Pedro, Mestre da Cavalleria da Ordem d'avis, Defensor e Regedor dos Reinos de Portugal e do Algarve; A quoauntos esta carta virem fazemos saber que a muy nobre leal cidade de Lisboa nos disse que ella tem prenilegios dos Reis que ante nos foraõ em razãõ das almotaçarias da dita cidade dizendo que os feitos que ha perante os almotaçees della quando vinhaõ per appellacoens hiaõ perante os aluazis della, e hy se flavaõ (a), sey que naõ tuia hy agrauos pera os sobrejuizes, porque as ditas almotaçarias som suas proprias; e ora pedēnos por merce que pois sempre ella atãqui vsou das ditas almotaçarias sem auendo hy agrauos, senom findose os feitos pella guisa que dito he, que lhe mandasemos dar nossa carta porque usasem dos feitos das ditas almotaçarias pela guisa que usavaõ, e que mandasemos aos sobrejuizes da nossa corte e corregedores que nõ conhecessem dos ditos feitos, posto que al de nos ouuessem em contrario: e nos vendo o que nos pedia, temos por bem e mandamos que ella aja a jurdiçãõ dos ditos feitos das ditas almotaçarias, e vsem dellas pella guisa que as come e vsou ate o tempo dora. E mandamos aos nossos sobrejuizes e corregedores de nossa corte que nom conheçaõ dos ditos feitos das ditas almotaçarias; e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dãte na muy

(a) O sentido parece ser=findarão, ou se findado.

nobre leal cidade de Lisboa a onze dias de Mayo. O Mestre o mandou por Johaõ Afonso bacharel em degradedos e do seu desembarguo. Lançarote a fez em mil e quatrocentos e vinte dous annos.==

== Outrosy, Senhor, somos agravados de serem postos Regedores nas villas e lugares de vossos Reinos sobre os vereadores que som postos nos lugares per a guisa que se sempre acostumou em tempo dos Reis que ante vos foraõ. A esto vos pedem por merce que mandedes que naõ aja hy tais Regedores pois ahi haa vereadores; e tiraredes muy grandes despesas e sospeitas que aos concelhos se desto seguem; e em esto nos faredes merce.—A este artigo dizemos que nos praz que naõ aja hy Regedores, como per uõs he pedido.—ElRey o mandou per Johaõ Afonso escollar em Lisboa seu vassallo e do seu desembargo Diogo Alvarez a fez era de mil e quatrocentos e vinte sete annos.==

== Dom Johaõ pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue a vos Juises da nossa muy nobre leal cidade de Lisboa, e a outros quaisquer que esto ouuerẽ de veer, a que esta carta foi mostrada, saude. Sabede que os vereadores e procurador e concelho e homẽs boõs dessa cidade nos enuiaraõ dizer que elles ouueraõ sempre de costume quando algũs seus officiaes que per elles som postos erraõ em seus officios, que elles os mandaõ prender por escarmento, e os mandaõ soltar depois que entendem que compre; e que ora vos quando acontece que elles mandaõ prender algũs officiaes que erraõ em seus officios, que vós os mandades soltar e mandades prender aquelles que os prendem per seus mandados, yndolhe contra o dito vsa e costume, e que recebem a ello agravamento e que nos pediaõ por merce que lhes ounesemos a ello a medio; e nós vendo o que nos pediaõ, temos por ben, e mandamosvos que lhes leixedes vsar e costumar em ello, e prenderẽ os ditos officiaes quando errarẽ em seus officios pella guisa que atã ora costumaraõ de fazer sem outro embargo nhũ, que a ello ponhades: al nom façades. Dãte nos passos da Cerra dapor datonguia dezoito dias de dezembro. ElRey o mandou per Johaõ Afonso escollar em Lisboa seu vassallo e do seu desembarguo, nom sendo hy Rui Lourenço adayaõ de Coisnbra Licenciado em degradedos seu companhom. Vasco Kines a fez era de mil e quatrocentos e trinta e hũ annos.==

== Dom Johão pella graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue, a vós Corregedor e Juizes da nosa muy noble leal cidade de Lisboa, Saude, Sabede que o concelho e homẽs boõs dessa cidade nos disseraõ que os esteyos que estaõ na Rua noua, e nas outras ruas da cidade empachaõ as ditas Ruas muy fortemente em tal maneira que aas vezes quando se fazẽ algũs jogos topaõ cavallos e bestas em elles, de que se recrecẽ cajoẽs, e pediraõ nos por merce que posemos sobre ello remedio, e os mandasemos derribar: e nos vendo o que nos pediaõ, e porque nos parece que pedem bem, e o entendemos por bem da cidade; temos por bem e mandamos e danios lugar e poder ao dito concelho que possaõ mandar derrubar todos os esteyos que virem que lhe fasem perjuizo, e empachaõ as ditas ruas. E porem vos mandamos que lho deixedes asy fazer, e lhe nõ ponhades sobre ello embargo nõũ, em nõũ guisa que seja, nõ embargando quaisquer cartas nem preuilegios que em contrario dello vejades, que asy he nosa merce que se faca: e al nõ façades. Dante na dita cidade tres dias de Setembro. ElRey o mandou per Aluaro Rodrigues seu vasallo e ouuidor na sua corte. a que esto mandou signar, nõ sendo hy os do seu desembarguo. Gonçalo Caldeira a fez era de mil e quatrocentos e corêta anos.==

Capitulos de Cortes.

== Xb capitullos he, que diz que em tempo de nosso Irmãõ, e dos Reis que ante el foram, sendo guerra, e esta cidade sendo cerquada, os moradores della tinhaõ as chaues das portas da villa, e que foy nossa merce de as mandarmos tomar, e as darmos a quem nossa merce foy; e porque ElRey de Castella se partio desta Cidade, pedia-nos por merce de mandarmos entregar ao concelho suas chaues, ca as tinhaõ algũs de que a cidade nom fiaua.—A este capitulo respondemos que nos praz que se ponhãem hũa arqua da Camara do concelho, e que aja hũa das chaues de cada porta Dingo Lopez, ou aquel que nosso lugar tiuer na dita cidade, e as outras duz tenhaõdous homẽs bons, quais a dita cidade pera isto escolher, e cada noite sejaõ postas na dita arqua, e per a manhã sejaõ dadas a pessoas certas que vaõ abrir as portas, e loguo sejaõ tragudas aa camara do concelho e metudas na dita arqua.==

= xxxij Capítulos sã que bem sabedes quanto fizeram os naturais e moradores da dita cidade por vosso serviço, e per defensão destes Reinos poendo per vezes os corpos e aventuras, e despendendo o que aviaõ; pedũos por merce que por honrra da dita cidade mandedes que os cidadõs honrrados da dita cidade nã sejaõ metudos a tormento, salvo em aquelles feitos em que o deus ser os fidalgos, ca o foro de Lisboa he que elles ajaõ igual honrra dos infançõs da terra de Sancta Maria

A esto respondemos que nos praz que os officiaes nossos, ou que foraõ dos Reis diante nã, e Juizes, e almotacẽs, e corregedores, e Vereadores que forem da dita cidade, nem seus filhos nem netos, nã sejaõ metudos a tormento, salvo naquell caso em que o devem a ser os fidalgos, per a guisa que per elles he pedido. =

= Nãs El Rey fazemos saber a quantos este nosso alvarã virem que a nãs discraõ os Vereadores precurador e homẽs bõs da nossa muy nobre e leal cidade de Lisboa como algũas vezes em algũs feitos della eraõ dadas sentenças segundo era direito e requerido per seus precuradores, e que por nos ou aquelles que nãss cargo tinhaõ era mandado que reuessem os ditos feitos sem essas partes poderẽ em causam os xxx. ta escudos douro, que mandamos que pũaõ aquelles que requeressem semelhantes requerimẽtos em feitos desembargados per os desembargadores da nossa Rollaçã, pedindonos elles por merce; porque ligeiramente e a meude se daun este trabalho e despesa na dita cidade, que o mãdamos corregẽr. e nos prouese terse aquella maneira que se cõ os ditos feitos e desembargados per os da nãss Rollaçã tem; e visto per nos seu requerimento, e querendolhe fater graça e merce, a nãs praz que daqui em diante, quando quer que per algũs desembargadores, Juizes, e Justiças, ou officiaes nossos, ou da dita cidade por parte della derem algũas sentença em algum feito, e a parte contraira quizer que seja revisto como se algũas vezes requere, se nã reueja; posto que nosso mandado ne dalgũ nosso desembargador nã outra pessoa tenha, atã poer os xxx escudos em cauçã, asy como se faz e os feitos julgados per os nossos desembargadores da Rollaçã, e sejaõ executados segundo nossa ordenaçã, por que asy he nossa merce, sem outro embargo que lhe sobre ello em alguma maneira seja posto. Feito em Sintra a sete dias do mes

doutubro. Johaõ Rodrigues o fez anno de nosso Senhor de mil e quatrocentos e cincoenta e sete. E eu Joham Vaguardo o fiz escreuer.==

= Dom Johaõ pella graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue, a quantos esta carta virem fazemos saber que o Conselho e homẽ bõs da nobre leal cidade de Lisboa nõs enuiaraõ dizer que o dito conselho e homẽs bõs de tanto tempo... (a) ...que ha memoria dos homẽs nõ he em contrario, estaua de posse de dar officios descreuanias que hy ha do precuratorio, thesouraria e vereação, e almoçaria, e despritaes, e almoçarias (b), e guafaria, e doutros officios, que pertenciaõ ao dito concelho, e que ora algũs callada a verdade nos uieraõ pedir e demãçar os ditos officios, e escreuaninhas e provimentos dos ditos espritaes e guafarias, nõ nos descobrindo e como eraõ do dito concelho, que pertenciaõ a elle; e que per elle foraõ sempre dados, e que nõs lhe demos nossas cartas de merce que dello tinhaõ, no que deziaõ que lhes era feito grande agrauo e perjuizo; e pediãnos por merce que os quisesemos desagrauar, e mandasemos que elles vsase de dar os ditos officios pella guisa que de sempre vsaraõ e costumaraõ de dar; e nõs vendo o que nos dizer e pedir enuiaraõ, temos por bõ e mandamos que se elles de sempre em tempo dos outros que ante nos foraõ estiuerã de posse de dar os ditos officios e prouimentos, que elles os dem, e os possaõ dar a quaesquer pessoas que quiserẽ, nõ embargando quais quer cartas ou aluaraas, que lhe nõs ajamos dados dos ditos officios, e mandamos ao Juiz, que hora ahy he per nõs, e a qualquer que ao diante for, e a todas as outras nossas justiças, a que esta carta for mostrada, que fazendo o dito concelho certo e como de sempre deraõ os ditos officios e escreuaninhas e prouimentos, que leixẽ delles vsar aquelles a que os elles derẽ, e nõ a outro nhũ, nõ consentades a esses, que os tiuerẽ per nossa carta, que delles obrem, nõ embargando as ditas cartas nõ aluaraas, que asy de nõs tiuerẽ, em tal guisa que o dito Concelho se nõ envie a nõs por ello agrauar: al nõ façades. Daute na cidade deuora vinta dous dias de feureiro.—ElRey a mandou. Gonçalo Enes a fez era de mil e quatrocentos xxix anos.==

(a) Está aqui uma palavra, que não podemos entender.

(b) Provavelmente—albergarias—

== Dom João per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa: Fazemos saber a vos nosso aposentador mor, e aos aposentadores nossos, e de quaisquer cidades, villas, e lugares, a que esta nossa carta for mostrada, que nosa merce he quando quer que algum cidadão da nossa mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa vier a nosa corte a negociar e requerer algumas cousas della, que seja bem aposentado, e lhe deis pousada, camas, estrebarmas pera elle e aos seus que consiguio trouuer, e pera suas bestas, segundo a pessoa que for, sem esperardes outro noso mandado, e sem embargo de quaisquer ordenaçõis, capitulos de cortes, e defesas, que em contrario hy aja; e porrem vos mandamos a cada hũ em especial, e a todos em geral que asy o cumprais, e fazeis cumprir com diligencia sem outra duuida nem embargo, que a ello ponhais, porque asy he nosa merce. Dada em a nosa villa de Santarem aos viuta setẽ dias do mes dauvri. João Dias a fez ano de mil e quatrocentos e oitenta e tres annos.==

== Nos El-Rey fazemos saber a vós Bras Affonso Correa, nosso Corregedor em a cidade de Lisboa, que a dita cidade enuiou a nós Pero Vaaz da Veigua, fidalgo da nossa casa, cidadão em ella requerer alguãs cousas que cumprião aa dita cidade, entre as quais se nos agranou que vós per mandado de Dom Pedro de Crasto, noso Veador da Fazenda prendereis Domingos de Crasto, procurador qno ora he da dita cidade em ferros, e asy Sagramor (sic) do Basto almotaçee da limpeza, cidadãos da dita cidade, por direitos que se dezia nos deuerem, e que a dita cidade tinha privilegio que nũ cidadão, seu filho, e neto nõ podesẽ ser presos em ferros seno em caso por que se merecesse morte, e nos pedio que lhe mandasemos goardar seu privilegio, o que nós ouvemos por bem; pelo qual vos mandamos, e asy a quaisquer outras nosas justiças em essa cidade, a que este aluaraa for mostrado e o conhecimento pertencer, que quando quer que per nós, ou nossas casas de Hollaçõs da Suplicação o Cível, ou Veadores da nossa fazenda for mandado prender algum cidadão da dita cidade, que vós lhe guardeis acerca dello inteiramente seu privilegio, e o não prendais em ferros segundo forma dellẽ, porque asy o avemos por bem. Comprio asy sem outra duuida nem embargo algũ, porque asy he nosa merce. Feito em Estremoz a doze de fevreiro. Pantalião Dias a fez ano de mil e quatrocentos e noventa e sete..

Asy mesmo lhe goardareis o dito preuilegio na maneira que dito he, quando algumãs nosas justiças mandarem prender algũ cidadão. E este aluaraa seraa passado pelos officiaes da Chancellaria da nosa camara.==

==Nos El-Rey fizemos saber a vós Dom Aluoro de Crasto Governador da nossa casa do cível, e do nosso conselho, que nós fizemos ora ordenaçõ nesta cidade e seu termo que as pessoas que furtasẽ uvas ou frutas fosse preso e acoulado e degradado por dous anos pera as partes dalem, e porque esta jurisdicã pertence aa camara desta cidade, e por aleuantarmos as ditas penas mais do que he posto e ordenado nas posturas da cidade se poderia dizer que a dita jurdicã lhe nõ pode pertencer; a nós praa que sem emharguo disso que aquellas pesoas que forem presas pollos Juizes do crime, ou homens do alcaide da cidade sejaõ despachados pela dita camara sem mais apellaçã nem agrauo, os quoaes presos se despacharaõ segundo forma da dita ordenaçã nonamente feita sobre os ditos furtos. Notifiquamosvollo asy, e vos mandamos que lhes leixeis vsar da dita jurdicã, e lha naõ impidais, por quanto nos asy per nosso seruico *(sic)*. Feito em Lisboa a vinta tres dias do mes de Julho. Damiaõ Dias o fez de mil e quinhentos e dezanoue. E posto que diga que as pesoas que forem presas polla dita fruta e uvas vaõ degredados por dous annos pera alem, irã per hũ anno somento, e alem das outras penas aqui contendas, paguaraõ dous mil reis, ametade pera as obras da cidade, e a outra metade pera quem os prender.==

==Nós El-Rey fazemos saber a vos Pero Vasquez de Mello do noso conselho e Regedor da nossa casa do cível de Lisboa; que os Veredores e precurador da dita cidade se nos enuiaraõ agrauar dizendo que os desembargadores desa nosa dita casa do cível querem ora tomar e tomaõ conhecimento das cousas da cidade, do que a nós soo em pessoa pertence o conhecimento per agrauo, asy como ue dadas dos officiaes della, e privaçoens delles, e outros semelhantes; o que se asy he, nós o nõ avemos por bem. Porem vos mandamos que daqui em diante nõ consintais nos ditos desembargadores que se entremetaõ de tomar conhecimento de tais cousas, e as leixem vir per agrauo a nós; e se acerca dello algũa cousa tem obrado, mandamos que sobreseja, e o nõ de a execuçõ da presentaçõ deste nosso aluaraa a dous meses, porque ate entã podereis enuiar a nos, ou a parte vie requerer seu di-

reito; o que así cumpri sem outro embargo. Feito na Goarda quatro de Setembro. Dingua Gonçalvez o fez anno de mil e quatrocentos e sesenta e cinco annos.==

==Dom Johaõ pella graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue a quantos esta carta virem fazemos saber que nós querendo fazer graça e merce aos moradores e visinhos da nosa muy nobre leal cidade de Lisboa, e de seu termo, pera elles estarem mais prestes pera nos servirem, temos por bem, e mandamos que por nhuas dividas que deuaõ e sejaõ teudos de pagar por qualquer guisa que seja, não sejaõ penhorados nem costringidos nas bestas e armas que tiverem pera noso serviço, remilhe sejaõ por ello vendidas, nem arrematadas, avendo elles outros bens em que os posaõ penhorar. E porem mandamos a todos corregedores, Juizes, e Justiças dos nosos Reipos que o fação así cumprir e goardar: onde al nõ façades. Dãte em São Romão a vinte quatro dias de Julho. El-Rey o mandou. Vicente Enes a fez era de mil e quatrocentos e vinte nove annos.==

==Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem o dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio dethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos Vereadores, procurador, e procuradores dos mesteres da cidade de Lisbon me soy apresentado hum aluarã de meu Senhor e padre que sancta gloria aja, de que o teor tal he:

Nós El-Rey fazemos saber a vos Vereadores e procurador, e procuradores dos mesteres da nosa cidade de Lisboa que nós sonbemos ora como os Vereadores que entraõ tomãõ conhecimento dalgumãs cousas que estão despachadas e detremidas pelos Vereadores e officiaes dante elles, e as desfazem, e mandaõ segundo que bem lhes parece, de que se seguem muy grandes inconuenientes, e quo isto se faça pola ventura cõ bõs fundamentos e tenção pera as cousas se mudarem a melhor, e ás partes se mostrar justiça, nós aue-mos por mal feito; peron vos mandamos aos que ora sois, e aos que ao diante pollos tempos forem, que das cousas que huã vez forem despachadas e detremidas finalmente pollos passados, e que sairem, vos vos não entremetades conhecer, nem nellas entendais sem nosso especial mandado, porque así o auemos por bem e noso serviço, e quem pella ventura de sentir agrauado poder-nos-ha requerer para lhe prouer-

mos como cõ direito for ; e asy se cumpra e goarde ; e mandamos ao escriuaõ da camara que este aluaraa assente e registre no Livro dos acordos da camara para sempre se poder saber o que por elle mandamos, ou de Regimentos, em qualquer (sic) delles melhor estiuier. Feito em Sintra a dezaseis dias de Julho. Antonio Carneiro o lez de mil e quinhentos e quatro.

Pedindome os sobreditos por merce que lhe confirmase o dito aluaraa em carta ; e visto per mi seu requerimento, querendolhe fazer graça e merce, leuho por tem e lho confirmo em carta cõ tanto que não aja lugar nas cousas que forem antre partes, e que algũa dellas viesem cõ embarguos em tempo deuido, e de que os passados poderiaõ conhecer per direito : e com a dita decaração lho confirmo como nelle he conteudo, e mando que se cumpra e goarde. Diogno Lopez a fez em Euora a 12 dias de Janeiro de mil e quinhentos e trinta e tres.==

Capitulo de Cortes del-Rey Dõ Afonso ao anno de 1471.

==Ao que dizeis que nós temos dado hũ aluaraa a cidade per o qual mãdamos que nhũ feito, de que a cidade tiuer alçada, depois que detreminado for na camara, que nõ seja reuisto por carta nem aluaraa nosso até poerẽ xxx escudos em caução, e que ora tanto que somos na cidade por cimpres enformação mandamos a qualquer desembargador que tome conhecimento de qualquer feito, e posto que lhe seja dito que os feitos som decisos, e que deuenem de auer mandado pera serem reuistos poendo sua cauçõ não curaõ dello, e apenaõ os officiaes sobre ello como lhes praz ; pedindonos que seja nosa merce mandarmos que quando algũa per nom verdadeira enformação ouuer nosso desembarguo pera o corregedor, ou pera outrem pera que lhe tome conhecimento delle, que tal mandado lhe não seja goardado, e os que nos mandarmos que se reuejaõ, que sejaõ reuistos na camara cõ os Vereadores, poendo primeiro os ditos xxx escudos em cauçam.

A esto respondemos que nos praz lhe outorgar o aluaraa que dizem que desto tem, e praznos que aja lugar o dito aluaraa quando se reuir per portarja, conto se fosse per nosso aluaraa escrito.==

== Doum Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Affrica Seubar de Guiné

de da conquista, navegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos Vereadores e precarador e precuradores dos mesteres da cidade de Lisboa me foy apresentado hũ aluaraa de meu Senhor e padre, que sancta gloria aja, de que o teor tal he :

Nós Elley fazemos saber a vos Bispo Regedor da nosa casa da sopricação, e a Dõ Aluaro de Crasto Governador da nosa casa do ciuel desta cidade, e a todos os corregedores da nosa corte, e ao corregedor da cidade, e a todas outras justicas, a que este aluaraa for mostrado, que os vereadores da dita cidade se nos agrauaraõ dizendo que vós vos entremeteis de conhecer dos feitos das injurias verbais de que a cidade tem o juizo e jurdição, esendo as injurias verbaes as auocaueis a vós como atrozes per qualquer cousa como atrozes volas fizesem, o que era em grande perjuizo da cidade e de sua jurdição, pedindonos que a ello lhe prouesemos, sobre a qual cousa temos pasada huã certa prouisaõ, pela qual mandamos que os escriuaes dante as justicas que dos tais feitos denjurias verbais conhecem sem que nelles escreuessem (*), fossem suspensos de seus officios, cõ alguãs decrarações segundo se compridamente na dita nossa prouisaõ ha declarado; e porque achamos pola enfermagaõ que disso nos foy feita que isto ainda naõ abasta para na cidade neste caso se guardar sua justiça, agora per este noso aluaraa vos defendemos, e mãdamos que daqui em diante naõ conheçais nem consentais conhecer denhũ feito de injuria verbal, em que naõ aja sangue, ou magaduras ou outra qualquer callidade, porque conhecidamente logo seja sabido e visto que he atroz: porque se o fizereis vollo estranharemos muito, e defendemos isso mesmo, e mandamos que ninã parte que alguã pessoa queira demandar por injuria verbal, de que a dita cidade tem a jurdição, como conhecidamente pelas ditas rezoens nã for atrás, a naõ demande saluo perante os Juizes do crime da dita cidade pera elles os tais feitos despacharem em camara cõ os Vereadores della, segundo que estaa ordenado, e se costuma fazer, sob pena de qualquer parte que perante outra alguã justiça as ditas injurias verbais for demandar pague por cada uex que o fizer quous mil reaes pera as obras da

(*) O sentido parece que deve ser—e que nelles escrevessem—.

cidade, que damos poder aos Vereadores que por sens ben- mandem logo executar. Porem vollo notificarmos asy, e vos mandamos que asy o goardeis e cumpraes, e aos ditos Vereadores que dem a execucao as ditas penas naquellos que nel- las encorrerem. Feito em Lisboa a vinte de dezembro. Aluo- ro Fernandez o fez anno de mil e quinhentos e tres. E os pre- curadores que precurarem nos feitos das ditas injurias verbais, que atrozes non forem, e os escriuais que nelles escreuerem por cada vez que quoaquer delles o fizer encorreraa em pe- na de dez cruzados douro pera as obras da cidade, que nel- les mandaraõ executar os Vereadores no modo que o haõ de fazer as partes segundo que em cima he declarado.

Pedindome por merce os sobreditos que lhe confirmase o di- to aluaraa em carta, e visto per mi seu requerimento, que- rëndolhe fazer graça e merce, tenho por bem e lho confirmo em carta, e mando que se cumpra e goarde asy e taõ inteiri- ramente como nelle he conteudo. Dinguo Lopez a fez em E- uora a 16 de Janeiro, anno do nascimento de noso Senhor Je- su Christo de mil e quinhentos e trinta e tres annos.==

==Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues da quem e dalem mar em Africa Senhor de Gui- né e da Conquista, nauegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faco saber que esguardando en os serviços, que aos Reis pasados, e a Elley meu Senhor e padre, que sancta gloria aja, e a mi tem feitos esta minha muy nobre e sempre leal cidade de Lis- boa e pouo della cõ muito amor e lealdade, e como he bem que seja favorecida no que seja rezao, auendo isso mesmõ respeito aa callidade das pessoas per que he regida, que sem- pre em tudo faraõ o que a meu seruico e a bem da justiça. e de pouo cumprir como quem saõ, e delles confio, queren- dolhe fazer graça e merce, ténho por bem e me praz que os officios que a dita cidade daa per suas cartas, os posa isso mesmo dar per erros em Camara a pessoas pera isso apta, por cartas de *seu xz le*, e conhecerao dos ditos erros em ca- mara os ditos Vereadores co o Juiz do ciuel, e detremina- raõ o que acharem que he direito e justiça segundo forma das minhas ordenaçõis sem delles auer mais appellação e a- grano; e isto quanto ao que toqua somente ao perdimento do officio, e quanto a mais pena ciuel ou crime que merecer, e que per rezao de seus officios alguãs partes lhe queirao de- mandar, remeteraõ os autos as justiças, a que por direito

pertencer, pera se fazer comprimento de justiça, e a parte vencedor não sera melido em posse do dito officio, nem o servira até não trazer certidão de como os ditos autos saõ entregues em poder da justiça que isso ouuer de conhecer. E dandolhe a posse do dito officio sem a dita certidão, a tal posse seraa nhuã, e o não podera servir. Outrosy me praz por fazer merce a dita cidade, e por ser cousa mui necesaria, pollo que compre a hem de justicia e hũ despacho das partes, que ella possa poer hũ homẽ em cada aldea do termo della, que escreua cõ o juiz da dita aldea em todas as cousas que lhe o dito juiz mandar, que pertencer a seu officio, e os autos e cousas que elle escrever teraõ tanta fee e authoridade como se fosse escriuaõ dante os juizes da dita cidade, a qual pessoa que asy poserẽ sora pera isso apta e pertencente, o lhe seraa dado juramento em camara que bem e verdadeiramente, e como a meu serviço e hem das partes compre, sirua o dito officio. E porẽ mando ao Regedor da minha casa da sopricação e Governador da minha casa do ciuel, e desembargadores dellas, e a todollos outros juizes e justiças, officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento dela pertencer, que em tudo a cumpraõ e goardẽ, e façaõ mui inteiramente cõprir e goardar como se nella contem, e deixem usar aa dita cidade de todo nesta carta contendo, sem embargo de quaisquer minhas ordenaçõs, leis, e direito que hy aja em contrario, posto que se requiera fazer da sustancia dellas mençaõ, sem embargo de minha ordenaçãõ do segundo liuro que manda que quando se derogar alguã ordenaçãõ se faça da sustancia della expressa mençaõ Antonio Panex a fez em Lishoa a noue dias de mes dputubro ano do nacimiento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vinte poue.==

==Eu El Rey faço saber a vos Vereadores, Procurador, e Procuradores dos mesteres desta cidade de Lishoa que eu sou ora enformado como as pessoas que triguo leuaõ a moer às atafonas se queixaõ muitas vezes que os atafoneiros lhe daõ menos farinha do que monta no triguo que lhe asy leuaõ, e querendo sobre ello prouer, ey por bem e me praz que daqui em diante toda o atafoneiro que der menos farinha do que render o triguo que lhe for dado a moer, a pessoa que lho asy levar a atafona, e disser que lhe migoa alguã cousa, seja crida per seu juramento, e todo o que disser que lhe mingoa lhe seja pago pelo atafoneiro que lha moer, com tanto que a pessoa que, asy lha de ser crida per seu juramen-

Is seja tal a que segundo direito se deua dar feo; e se o dono do trigo quizer dar alguã outra testemunha alem da que leuar o trigo á atafona, e cõcordar em seu testemunho com o que asy o dito trigo (*), alem de o atafoneiro asy pagar o que se asy achar que mingoa, lhe seraõ dados dez açoutes ao pee do pelourinho. Notificouello asy pera que o cumprais, e fagais inteiramente cumprir e guardar como se nelle contem. Duarte Velho o fez em Lisboa a cinco dias do mez doutubro de mil e quinhentos e vincoito annos. E este valha posto que naõ passe pola chancelaria.==

Capitulo de Cortes.

= E asy me foi mais apresentado antre outros capitulos de cortes que foraõ dados e outorgados aa dita cidade pollo Infante Dom Pedro, sendo Regedor destes Reinos a vinte quatro dias de feuerreiro de mil e quatro centos e coreta e dous hum Capitulo que me aprouue lhe confirmar, de que o trellado tal he:

Item. Ao que me pedis que demos lugar aos cidadãos dessa cidade; e outrosi aos vassallos della e de seu termo que possaõ trazer espadas dambilas maõs sem embargo da nossa defesa, a nos pranz, e damosuos a licença dita a vós cidadãos em especial; e quanto aos vasallos que requireis, a naõ entendemos porora de dar.==

Eu Christouaõ de Magalhães que estes preuilegios e capitulos de cortes fiz trelladar dos proprios que estaaõ no cartorio e tomo da dita cidade de Lisboa, e por mim conceitey, e sobescreui, o asiney.

—Christouaõ de Magalhães.

(fl. 3. v.)

20.

Sejaõ certos os que este pubriquo estromento de trellado de hũa sentença virẽ que no anno do nacimiento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta e dous anos aos vinte dias do mes de Janeiro do dito ano, na Camara da vereação desta mui nobre e sempre leal cidade de

(*) Faltta sem duvida a palavra—lerou.

Lisboa sendo presentes Dom Pedro de Moura e Dõ Gracia Deça, e o doutor Fernão Martins desembargador dos agraços da casa do ciuel. vereadores, e Antaõ daguiar precrador, em presença de m̃ Christouaõ de Magalhaẽs, fidalguo da casa delRey noso Senhor, e escriuaõ da Camara desta dita cidade e publico per authoridade Real das escrituras que a ella peffencê e se della haõ de fazer, pareceo Bastiaõ Lopez Lobato precrador da cidade de Guoa nas partes da India; e apresentou na dita Camara aos ditos vereadores um aluaraa do dito Senhor, do quoaõ o trellado tal he .

(Segue-se o Alvara de 2 de Novembro de 1541, que ja fica transcripto a pag. 49.)

E trelladado como dito he, loguo pelo dito Bastiaõ Lopez foi dito aos ditos vereadores que o dito Senhor tem dado e concedido a dita cidade de Guoa os preuilegios que tem esta cidade de Lisboa, e que os cidadãos da dita cidade de Goa gosem de todollos preuilegios que tem e gosaõ os cidadãos desta cidade de Lisboa, dos quoaõs preuilegios elle já tinha o trellado; que pedia que lhe mandasẽ dar o trellado da sentença que esta cidade de Lisboa tinha sobre os infançoẽs da terra de Sancta Maria, e lhe fosse dada em publica forma pera a dita cidade de Goa. E visto pellos ditos vereadores e precrador o dizer e pedir do dito Bastiaõ Lopez, mandaraõ a m̃ dito Christouaõ de Magalhaẽs que lhe desse o trellado da dita sentença ao dito Bastiaõ Lopez da maneira que per elle era pedido. E loguo em comprimento do que asy me foi mandado, prouui o cartorio da Camara da dita cidade onde estaa a dita sentença dos infançoẽs da terra de Sancta Maria, da qual o trellado tal he .

—Saibam quantos este estromento de crença e sã dada per authoridade de justiça cõ o trellado da sentença em publica forma virẽ que no anno do nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e oytenta e oito

anos aos sete dias do mes de Junho na cidade de Lisboa no paço do concelho, e audiencia perante o bacharel João Vaaz dalualade, Juiz dos feitos civis em a dita cidade e seus termos, pareceo Amador dalpõy caualeiro fidalguo da casa delRey noso Senhor e cidadão da dita cidade, e apresentou ao dito Juiz huã sentença escrita em purgaminho asellada com hum sello de cera amarela cõ as quinas, e pendurado em huã fita de linhas azuis e brancas, e disse ao dito Juiz que a elle era necessario o trellado da dita sentença, que pedia a elle Juiz que lho mandase dar per hu estromento publico que fizesse fee e lhe dese credito; e vista pollo dito Juiz a dita sentença per saã e limpa sem respansadura nem antrelinha, nã vicio algũ que fizesse duuida, antes de todo carecida, e asinada pollo Licenciado Rui da Graã, segundo se afirmou per Nuno Martins, Fernam dafonso, e Sebastião Diaz, taballiaes do dito Juizo, me antrepoz e deu sua authoridade a mi taballiaõ abaixo nomeado, pera que pasase o dito estromento ao dito Amador dalpõy pella maneira que per elle era pedido, da qual sentença de verbo a verbo o teor tal he como se aa diante segue.

— Dom João per graca de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquẽ e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A vós Dom Gonçalo de Castelbranco do nosso conselho, e governador da nossa cidade de Lisboa, e aos desembargadores da dita casa, e a todollos corregedores Juizes, e Justicas de nossos Reinos, a que esta nosa carta de sentença for mostrada, e o conhecimento della pertencer per qualquer via e maneira que seja, saude. Sabede que perante nós e nossa pessoa, dentro em rollaçõ na casa da sopricaçõ, parecerão os Vereadores e Juizes e precrador que ora saõ, e a nosa cidade de Lisboa, e asy outros fidalguos e cidadãos da dita cidade, e e ella moradores, e nos apresentaraõ huã peticaõ per elles asinada, da qual o teor tal he:

— Senhor. Os Vereadores e Juizes, e precrador, que ora somos e esta vossa cidadẽ de Lisboa, e todollos ontrus cidadãos della nos aqueixamos a V. A. do governador Dom Gonçalo, e desembargadores da casa do civil como seja verdade que quantos Reis vossos antepassados nos sem dados muitos preuilegios e liberdades ante os quais

he que os cidadãos della nã sejaõ presos em ferros, nã nas prisões dos concelhos, os quaes V. A. nos firmou, e o dito governador e desembargadores por qualquer dellito que qualquer cidadão faça, posto que seja de pequena cabilidade, os mandaõ prender, e meter em ferros como malfeitores, como ora fizeram a hum. Pero Cardoso, que sendo Juiz do crime na dita cidade, o mandaram prender, e tẽ na prisã e cadea; e posto que pella dita cidade por nosso procurador lhe fossẽ mostrados os ditos nossos preuilegios, e pedido que soltasem ao dito Pero Cardoso sobre sua menagẽ, segundo se contem nos ditos preuilegios que os cidadãos o deuẽ de ser, elle governador e desembargadores o nam querem mandar soltar. Pedimos a V. A. que nullo mande entregar, e sob hũa grande pena mande ao dito governador e desembargadores que daqui por diante tenha outra maneira cõ nosco, e nos goardem o que nos ditos nossos preuilegios se contem, e nos naõ deuasem polla maneira que o atequi tem feito, no que nos faraa justiça e merce. —

A qual petição nós vimos; e perante nós vos fizemos vir, e asy os desembargadores da dita casa do civil, e vos fizemos pergunta que rezão linheis a nã goardar os preuilegios da dita cidade, que nos loguo os ditos vereadores e cidadãos apresentaraõ, ao que nos respondestes que elles se agrauaraõ mal, e naõ linhã rezaõ de se agrauar de vós, por quanto quando quer que algũ cidadão dos que andauaõ nos pelouros e governauaõ a cidade fazia cousa per que merecia ser preso, estes tais se prendiaõ sobre sua menagẽ e no castello, se o dellito tal era, e algũs ã suas casas; que antre estes auia humẽs que naõ eraõ cidadãos por geraçã nã merecimento. nã andauaõ nos ditos pelouros, antes seruiã per outros, como fazia o dito Pero Cardoso, que seruiã á ausencia de Francisco Pestana, que era verdadeiro Juiz do crime por sair no pelouro, e a cidade e cidadãos encarregaraõ o dito Pero Cardoso que seruise o dito officio, o que elles naõ podiaõ fazer; e quo por isso vós dito governador e desembargadores o naõ mandauẽs soltar, nem dar sobre sua menagẽ como elles podiaõ; por seu dellito ser tal que merecia grande pena de justiça, por quanto ferio a hũ Luis Gomez a porta da Rolaçãõ de preposito; e quanto era que nos preuilegios da dita cidade se contem que os cidadãos della gusem das liberdades, e honrras que solhaõ de gosar os infangões

a terra de Sancta Maria, que vos governador e desembargadores mandareis aos vereadores que ora são da dita cidade, e aos que foraõ os annos passados que vos fizese certos que homens foraõ, ou são os ditos infançoës, pera se saber seus merecimentos e vallia quẽ tinhaõ, ou tem, se os inda hy ha; o que elles nunca fizeraõ: a qual contestação abastou pera vos amostrardes por sem culpa, e por se nom alongar longo processo, e dar despeza aa dita cidade, mandamos Amador dalpõy como cidadão antigo, e que nella por vezes foy vereador, que per escreturas autenticas nos fizese certo de que callidade e merecimento foraõ os infançoës que antigamente possioõ a terra de Sancta Maria, que se pos preuilegios da dita cidade contem, a cujo requerimento mandamos pasar mandados pera o Doutor Vasco Fernandes noso Coronista mór, e guárda da nossa torre do lumbo que estaa no castello da dita cidade, e asy pera o prior de Santa Cruz de Coimbra, e pera os abbades dalcobaça, e Boiro, e Santo Tiso, e pera as abbadesas de Loruaõ, e Udiuellas, e Arouca, aos quoaes mandamos que deixassem ver nos seus cartorios todas escreturas, preuilegios, e doações, que o dito Amador dalpõy ver quisesse, e daquellas que lhe pedisse lhe mandasse dar o trelado em publica forma, atempãdolhe pera ello termo, dentro do quoaal elle appareceu perante nós, e nos apresentou certos estromentos, os quoaes mandamos acostar à petição e preuilegios da cidade, e a vossa contestação, e cõ tudo mandamos dar a vista à cidade, a qual per seu procurador rezou tanto que nos foy trazido concurso; e que todo visto per nós em Rollação cõ os do nosso conselho e desembarguo: Acordamos que vista a petição da dita cidade, e os preuilegios a ella dados, e vossa contestação, e vistos isso mesmo os estromentos oferecidos por Amador dalpõy em ajuda e fauor da dita cidade e cidadãos della, pellos quoaes se mostra e prova claramente os infançoës que soliaõ pessoir a terra de Santa Maria e de Besteiros serem netos de Reis, fillos dos infantes móres nados depóis os principes herdeiros, e a estes somente pertencer o tal nome, que a outras pessoas não: e visto como nos ditos preuilegios se contem que os cidadãos da dita cidade gosem da liberdade que gosauão os ditos infançoës: Por tanto vos mandamos que daqui por diante os ajais por tais, e como a infançoës, netos dos Reis, os trateis asy nas prisões, como em todas as outras cousas que lhe sobreuierem, e lhe goardeis em todo e por todo seus preuilegios

como se nelles contem, asy aos que andarem nos pelouros e gouernança da cidade, como a todos os outros que de geração verdadeira forem de cidadãos, e asy a seus filhos e netos, e todos os que delles decenderẽ. E quanto a Pero Carduso se liure por seu direito, visto como não he cidadão, nem sahio por pelouro pera servir o officio de Juiz do crime que servia ao tempo que foy preso. E por tanto vos mandamos que asy o cumprays e goardays, e fagays cumprir e goardar como por nós he julgado e mandado: e al não fagades. Dada na cidade de Lisboa aos tres dias do mes de Julho. ElRey o mandou pelo Licenciado Rui da Graã do seu conselho e desembarguo, e Juiz dos seus feitos. Duarte Peixoto a fez ano de mil e quatrocentos e oytenta e tres annos.—

E trelladada a dita sentença eu taballiaõ abaixo nomeado a concertei cõ o proprio original, o qual tomei a dar ao dito Amador dalpoy. Testemunhas fernaõ dafonso, e Sebastião Dias, taballiaes do dito Juizo, e Alvaro Anes porteiro do concelho. E eu Thomas Lopez taballiaõ judicial que este estromento escreui, e nelle meu publico sinal fiz que tal he—(a).

Eu sobredito Christouão de Magalhaães fiz trelladar esta sentença do dito estromento que a dita cidade tem em seu cartorio, e por mí concertei e sobservei e asinei de meu publico sinal que tal he.

(fl. 9 v.)

21.

Apontamentos que vieram da Camara de Lisboa

Ao 2.º apontamento digito que o Corregedor da cidade toma os votos cõ o escriptaõ da Camara, e não outro nhũ official, quando se fazẽ as enleiçãos dos officiaes acima ditos que haõ de servir. (b)

(a) João Pedro Ribeiro nas suas *Memorias* prova que he falso o fundamento historico desta Sentença.—E he facil de ver quão pouco informados estavam da historia patria os Desembargadores de D. João 2.º

(b) Por aqui parece que a resposta (que falta) ao 1.º apontamento continha a declaração de quantos e quaes eram os Officiaes, que cumpunham a Camara.

Ao 3.º diguo que a mesa da Camara que he de catorze palmos em comprido e de larguo seis palmos, e estaa cheguada a hũ dos topos da casa, a saber, aquelle topo que estaa defronte da porta, cerrada cõ suas liças e antre ellas e a parede fica a mesa, e estaõ tres assentos, hũ que esta antre a mesa e a parede defronte da porta, e os outros que estaõ antre os topos a mesa e as licas, tem du portas por onde entraõ a se assentar na dita mesa, e asy as pessoas que pella calidade de quẽ são de nẽ estar assentados dentro quando vaõ aa dita Camara.

Ao 4.º apontamento diguo que o assento dos Vereadores he no banco desta mesa que estaa encostado aa parede per maneira que estaõ cõ o rosto aas partes que vem aa camara requerer seus negocios, e no topo da mesa da maõ direita se assenta o Corregedor quando vay aa camara e asy os Juizes do ciuel e crime, e o procurador da cidade se assenta tambem neste banco de poucos annos a esta parte por os Vereadores o quererẽ concentir, e naõ porque elle o tenha por regimento da camara, e no banco do topo da maõ esquerda se assenta o escriuaõ da Camara.

E neste tambũ se responde ao 5.º e 6.º

Ao 7.º apontamento diguo que da banda de fora das liças da dita mesa defrõte dos Vereadores peguado cõ a dita mesa estaa hũ banco mais baixo que estes outros de dentro, no qual estaõ assentados os quatro procuradores dos mesteres.

Ao 8.º apontamento diguo que os Vereadores quando estaõ em pratica sobre quoaquer coisa do regimento da repubrica, ou sobre dadas de officios, ou êleições dalmotaces, e despesas que se ajaõ de fazer das rendas da cidade, nas quaes cousas o procurador da cidade e os mesteres tem vozes asy e da maneira que as tem os Vereadores, estãdo todas as vozes sobre quoaquer destas cousas, nunca

ha y desacordo, porque sempre a huã banda pende mais vozes quando saõ quatro Vereadores, e o que pollas mais vozes he acordado, isso se faz; e quando naõ saõ mais que tres Vereadores, que saõ oito pessoas as que haõ de votar, e acontece que de huã parte e outra liquẽ em vozes iguaes, em tal caso deitaõ dous pelouros, hũ por huã parte, e outro polla outra cõ as suas tençoẽs; e isso que sae no pelouro se detremina e fiqua assontado sê mais outro nhũ debate.

Ao 9.^o apontamento diguo que tanto que os vereadores comecaõ a servir seus cargos, lógua deitaõ pelouros qual delles aquelle mes primeiro hade servir no meio, e aquelle que sae em pelouro aquelle serue, e dahy por diante vaõ os outros servindo asy em roda; o quoaal do meo responde ás partes que a Camara vaõ requerer sous negocios aquillo que per toda a mesa he detreminado, e isto nas cousas que verbalmente se requerẽ, e verbalmente se haõ de respõder, porque as que requerẽ per petiçaõ, lhe responde per escripto assinado polos ditos vereadores.

Aos 10 apontamentos diguo que quando na Camara ha algũs debates e perfiãs antre os officiaes ou partes que aa Camara vaõ requerer seus negocios, os vereadores os fazem callar, e poẽ pena de dinheiro e prisaõ aquelles que se callar naõ querẽ e saõ mal encinados, e elles mesmos vereadores daõ á execuçaõ as penas que asy poẽ, e outra pessoa nhũ naõ.

Aos 11 apontamentos diguo que as posturas que na Camara se fazẽ, que naõ saõ temporaes, e haõ de servir por mais que por hũ ano, fazense per accordo dos Vereadores e procurador e Juizes do civil e crime e o corregedor e outros officiaes da Camara, a saber, thesourciro, veador das obras, e os quatro mesteres, e com todas estas pessoas se continuaõ, e nã saõ chamados para isso mais outras

nhuãs pessoas, porque cõ esta solemnidade se guoardaõ as taes posturas, e saõ auidas por valiosas. Ha hy outra maneira de posturas, a que se chamaõ pergõees, que se fazẽ sobre cousas leues e temporaes, que naõ seruẽ mais que por aquelle anno que as fazẽ. Estes tais pergõees saõ continuados e assinados pelos Vereadores e procurador da cidade somente.

Aos 12. Capitulos diguo que as cousas que os Vereadores e officiaes da Camara detriminaõ em ella sobre o regimento da cidade e seu termo, nhuã pessoa lha reuogua, nũ pode reuogar, excepto quando saõ cousas que nouamente se ordenaõ, e perjudicaõ ao proueito das rendas delRey nosso Senhor, porque em tal caso os veadores de sua fazenda o podẽ reuogar quando os rendeiros vaõ a elles cõ encãpacoẽs das rendas, em que asy recebem perjuizo pellas taes posturas. on nouidades que na Camara se ordenaõ.

Aos 13 Capitulos diguo que na Camara naõ ha y officiaes, a que se tome conta ordinariamente, somente ao thesoureiro da cidade, e ao dito thesoureiro lha toma cadanno o contador da fazenda da cidade cõ seu escriuaõ dos cõtos, que saõ officios ordenados para isso, e depois de tomada, os Vereadores e procurador e escriuaõ da Camara se vaõ á casa dos contos que he ahy na dita Camara, e estaõ ao ençarramento da dita conta e rellaçaõ della, pera que os Vereadores lhe dem quitaçaõ ao dit thesoureiro, e o escriuaõ da Camara carregará de nouo sobre elle em receita o que fiquar deuendo.

Aos 14 apontamentos diguo que os preuilegios e doaçoẽs e escreturas, que pertencẽ aa cidade, estaõ metidas em hũs almarios, que estaõ na casa do cartorio da cidade, que he nas mesmas casas onde se faz a camara, dos quoaes almarios ha y tres chanes, huã dellas tem huã Vereador ao que vem por sorte, e a outra tem o procurador da ci-

dade, e a outra o escriuão da camara, e quando as taes escreturas se haõ de tirar dos ditos almarios haõ de ser presentes estas pessoas que tem as chaues delles, as quais pessoas se naõ mudaõ em quão saõ officiaes, e naõ tem por isso mais ordenados que os que lhe cabe auer polos ditos seus carrognos, e quanto aos liuros da vereação, e do regimento da Camara, e das posturas, e papeis outros que seruẽ cada dia, estes tais estaõ debaixo de duas chaves em huã arqua que estaa na mesma casa onde se faz a Camara, as quais duas chaues huã dellas tem o escriuaõ da Camara, e a outra o guoarda da dita Camara, o qual guoarda tem todas as outras chaues das portas destas casas da Camara, e sobre elle carregua tudo o que estaa das portas a dentro para seruiço da dita camara e officiaes della.

Aos 15 apontamentos diguo que quando alguã pessoa pede o treslado dalgũ preuilegio, e asy de qualquer outra cousa e escretura, e verbas de liuros, que aja na dita camara, pedesse aos Vereadores, e elles o mandaõ dar, e por seu mandado o escriuaõ da Camara daa o treslado das tais escreturas.

Aos 16 apontamentos diguo que as pessoas que gosaõ dos preuilegios da cidade saõ os Vereadores, e procurador, e Juizes do ciuêl e crime e orfaõs, e Corregedores, e almotacês, e escriuaõ da Camara, thesoureiro, e veador das obras da cidade, e seus filhos e netos destes officiaes gosaõ dos preuilegios dos cidadãos.

Aos 17 apontamentos diguo que os almotacês e pessoas que andaõ nestes pelouros, sam auidos por cidadãos, e gosaõ dos preuilegios e liberdades que saõ concedidas polos Reis aos cidadãos desta cidade.

Aos 18 apontamentos diguo que o Corregedor da cidade naõ tem voz na Camara mais que nas cousas que tocaõ á gafaria e casa de São Lázaro, de que a cidade he administrador, e nunca vay ua

camara somente quando he chamado pera isso, ou pera as enleicoes, e a dar juramento aos Vereadores e outros officiaes que pelas tais enleicoes, ou pollos ElRey nosso Senhor mandar serũe de nouo. E isso mesmo os Juizes ordinarios naõ tem voz, somente no despacho dos feitos desta maneira, a-saber, os Juizes do ciuel per ordenança e regimento da Camara vaõ a ella aos sabbados pella meihã aas oras da Camara, e cõ hũ dos Vereadores qual sae por pelouro dos dous que naõ seruã do meo, em huã casa que ahy estaa ordenada pera isso despachão os feitos que aa Camara vaõ per apellação da almotacaria, asy das execuções como das propiedades, porque ha y nesta cidade dous almotaces das execuções, e dous das propiedades, dos quais as apellações de suas sentenças vaaõ aa Camara, e ahy se detreminaõ finalmente da maneira sobredita; e os Juizes do crimeisso mesmo per ordenança da dita Camara vaõ a ella ás quintas feiras pela menhã e na mesma casa ordenada pera estas cousas cõ hum dos Vereadores despachão os feitos de injurias verbais outrosy finalmente sem apellação nẽ agrauo, os quais Juizes naõ estão na Camara mais que em quanto despachão os ditos feitos, ou quando saõ chamados para fazer algũa postura, porque em nhuũ outra coisa naõ tem voz.

Aos 19 apontamẽtos diguo que o lugar que na Camara daõ ao Corregedor ou Juizes quando he chamado a ella, he no banco dos dous dos topos da mesa da vereação o da mãõ direita, e o Corregedor precede aos Juizes do ciuel e os Juizes do ciuel precedem aos do crime; de maneira que os que estão mais chegados aos Vereadores, esses precedem os outros.

Aos 20 apontamẽtos diguo que o lugar que se da ao gouernador quando vay aa Camara, ou outra pessoa que seja pouco mais ou menos desta calidade, he neste mesmo banco em que se arrentaõ

o Corregedor e Juizes, e a honra que lhe fuzê he levantar-se os Vereadores e officiaes que estão na Camara em quanto a tal pessoa entra das licas para dentro, e se assenta.

Aos 21 apontamentos diguo que neste mesmo banguo se assentaõ os fidalgos quando vaõ aa Camara, e em outro que estaa detras deste das licas para fora se assentaõ as outras pessoas honradas que não são de tanta calidade.

Aos 22 apontamentos diguo que nas precissoês, em que ElRey noso Senhor vay, não indo ahy o principe herdeiro do Reino, os Vereadores desta cidade de Lisboa que a representaõ, precedem a todos os outros Senhores e vaõ aa mão dexteyta de S. A.—E quando vaõ nas precissoês, em que ElRey não vay, elles ditos Vereadores vaõ no meio dos officiaes da dita cidade a saber, Corregedor e Juizes do civil e crime e escriuaõ da Camara, hũs aa mão dexteyta delles Vereadores, e outros aa mão esquerda.

Aos 23 apontamêtos diguo que quando os Vereadores hão de hir ver alguã deferença ante partes de cousas de propriedades, vaõ cõ elles os Juizes do civil, a que pertence despacharẽ cõ elles os tais feitos, e asy o escriuaõ da Camara e procurador da cidade segundo forma do Regimento da dita Camara; e pera a tal vista se ordena na Camara o dia que hão de ver a tal deferença, e as partes são os que esse dia tem enidado de chanar e requerer estes officiaes pera o irem ver; e quando os Vereadores vaõ dar ou asorar algũs hũs vaõ cõ elles o procurador e mesteros, por terẽ nisto voz, e asy vay o escriuaõ da Camara.

Aos 24 apontamentos diguo que quando os Vereadores vaõ a estas cousas sobreditas não leuaõ varas, e porẽ pollo Regimento lhe he mandado que as leuem quando forẽ ver as contendias e deferenças de propriedades.

Aos 25 apontamentos diguo que quando os Vereadores vão ver as cousas sobreditas de contendas e outras quaisquer que necessarias sejaõ, nunca sobcedeo serẽ desobedecidos e desacatados : e quando quer que o fossẽ, elles podẽ mandar prender e dar pena de dinheiro, e soltar as pessoas que lhe desobedecerem ; e isto he o que sempre esteue em costume e se guoarda sempre.

Aos 26 apontamentos diguo que os almotacẽs das execuções se fazẽ em Camara por vozes dos Vereadores e procurador e mesteres, a saber, cada quatro meses dous almotacẽs, começando do principio do anno de maneira que saõ seis pera hũ ano, porque cada dous delles naõ seruẽ mais que quatro meses do anno asy como saõ enleitos ; e os ditos almotacẽs nã tem mais outro nhũ percalço que hum cruzado a cada hũ por mes.

Aos 27 apontamentos diguo que ha hy tres maneiras dalmotaces desta cidade, a saber, dous das execuções e almotacaria, e dous das propriedades, e dous da limpeza. E os dous das execuções seruẽ de repartir a carne e tomar conta aos obrigados aa cidade, e olhar pollo peso do paõ, e almotacar os mantimentos e frutas e legumes, que vem aa cidade, pondolhe os precos conforme ao tempo ; prouer nas medidas e pesos daquelles officiaes que vendẽ suas ineraquadarías por peso e medida ; e asy prouer nas mesmas mercadorias e obras dos officiaes macanicos e saõ quacs deuõ para desẽgano do pouo ; e fazẽ guardar as posturas e preguoẽs ; e fazẽ execucao contra aquelles que as ditas posturas e pregoẽs nã guardãõ, executando nelles as penas das ditas posturas ; e julgaõ as soldadas e seruiços e bradager ate contia de seis centos reis, sem apelaçaõ nẽ agrauo segundo forma da ordenaçaõ ; e nas cousas que julgaõ pelas posturas da cidade ha dellas apellaçaõ e agrauo para os Vereadores, e em algũs casos leues os ditos almotaces podẽ prender e soltar, e e outros naõ po.

dê mais que prender, porque o soltar hade ser por despacho da Camara.

Ha y outros dous almotacês que se chamaõ da limpeza, os quais nõ seruõ de outra coisa, somente de fazer alimpar a cidade. Estes tem alçada de penhorar e prender as pessoas que fazem suacidade nos lugares desertos, e daõ execução ás penas que pelas posturas da cidade são postas acerca da limpeza, e elles mesmos asy como prendê mandaõ soltar, auendo tambẽ dellos agrauo pera a Camara. E estes almotaces da limpeza são officios dados polla cidade em vida.

Ha y outros dous almotaces que se chamaõ das propriedades, que se ellegem per hũ anno somente, os quous conhecẽ per aucaõ noua das contendas que ahy ha antre partes acerca de hũ abrir janella sobre o telhado, ou quintal doutro seu vesinho per maneira que o deuassee, e cousas desta calidade, naõ o podendo fazer segundo forma do foral da cidade: e destes vão os feitos per apellação e agrauo (a), onde se despachaõ finalmente.

Aos 28 apontamentos diguo que quando se faaz Camara geral por algũ caso que sobrevenha, chamaõse a ella o cabido da See, e a Uniuersidade do estudo, quando o nesta cidade auia, e os Condes que nella viuẽ e são moradores, e estas tais pessoas são chamadas da parte da cidade pollo Procurador della. E asy se chamaõ todos os fidalguos, caualeiros, e cidadãos, e os vinte e quatro dos mestres, e estes se chamaõ per roces que se jaõ a certos homẽs que a cidade têm pera mar ar as cousas que compre a seu seruiço. E estes tais chamamentos nõca se fasẽ cõstrangidamente nẽ com penas.

Aos 29 apontamentos diguo que os pregoẽs que se mandaõ lançar das cousas que se acordaõ Camara são ã nome dos Vereadores e procurador da cidade.

Aos 30 apontamentos diguo que na Camara não ha y prouisaõ per que escuse os vereadores e juizes ordinarios e o procurador de servir dalmotacões, e porê dado caso que alhy nã aja tal prouisaõ, elles nã serũ, uẽ estã e costume fazer-se.

Aos 31 apontamentos diguo que os despachos que so poẽ nas petições que á Camara vã, sã postos pollo escrivaõ da Camara, e algũas vezes os fazẽ os Vereadores quando alhy ha muito que fazer. E quanto ás sentenças poẽnas os Juizes dos feitos que aa camara vã despachar com os Vereadores.

Aos 32 apontamentos diguo que os Vereadores podẽ castigar os almotacões com prisã segundo a calidade de suas pessoas quando em algũa maneira desobedecerũ; e nã acodirẽ a seu chamado e dos Vereadores. Nã ha hy por tal caso apellação nẽ a-grauo.

Aos 33 apontamentos diguo que aos que nã obedecẽ ao mandado dos Vereadores, elles lhe dã por isso penas de prisã, e per seu mandado delles Vereadores se faz a execucao.

Aos 34 apontamentos diguo que quando algũa pessoa se enlege na camara para servir dalmotacõ, os quatro meses que sã ordenados, e elle nã quer servir, os vereadores o prendẽ e mandaõ ao castello, donde nã sã soltos até que nã seruem o dito cargo.

Aos 35 apontamentos diguo que quando a pessoa que ellegẽ para almotacõ he ausẽte, e elegem outro para servir em seu lugar deste, e nã o quer servir, tense cõ elle a maneira sobredita no capitulo acima.

Aos 36 apontamentos diguo que os mestres que sã quatro, tem quatro vozes cada hũ a sua em todas as cousas que elles podem votar.

Aos 37 apontamentos diguo que os quatro mestres tem vozes nos officios que a cidade dã, e sã de sua dada, asy e da maneira que as tem os Ve-

readores e procurador; e as cartas dos taes officios são asinadas por elles como pelos Vereadores.

Aos 38 apontamentos diguo que os mestres não tem vozes nos feitos que se despachão em Camara, não nas sentenças, não asinao nellas; e isto somente pertence aos Juizes que os ditos feitos vem despachar na camara e ao vereador ou vereadores que cõ elles o despachão.

Aos 39 apontamentos diguo que os mestres tem voz nas dadas e aforamẽtos de chaõs, e asy em quaesquer outras propriedades da cidade da propria maneira que tem os Vereadores e procurador; e as cartas das taes dadas e aforamentos são asinadas por elles, como pellos Vereadores.

Aos 40 apontamẽtos diguo que os mestres tem vozes em todas as cousas seguintes, asy nãe mais nãe menos como os Vereadores e procurador, a saber, na receita e despesa das rendas da cidade; na dadda dos officios, que a cidade pertence dar; nas vendas e dadas e aforamentos dos chaõs maninhos, e asy dos outros que a cidade tem aprometidos e casas e outras bemfeitorias; e nos arrendamẽtos das rendas da cidade, asy de paõ como de dinheiro; e em toda a cousa que seja da fazenda da cidade; e asy nas elleições dos almotaçes das execuções, e das propriedades, e Juizes dos orfaõs. He os casos, em que podẽ falar são em todos aquelles que redundão em proveito das rendas da cidade, e asy no que pertence ao bem comũ della.

Aos 41 apontamentos diguo que as cartas que os mestres escreuẽ a El Rey como Senhor sobre cousas que a elles, e a sua casa dos vinte e quatro pertence, não as amostroẽ aos vereadores, nãe ha y necessidade disso; e o escriuão da dita sua casa dos ditos vinte e quatro lhas, escreue;

Aos 42 apontamẽtos diguo que o que os mestres podẽ escreuer per si sós em nome do pquo licitamente, he no que comprar a sua casa dos vinte

e quatro, a saber, nas deferenças ou nouidades que se nella vsarẽ, e quiserẽ fazer.

Aos 43 apontamẽtos diguo que as cartas que em Camara se escreuẽ pollos Vereadores e procurador o nome da cidade, sã vistas pollos mestres, e tambem asinadas por elles.

Aos 44 apontamentos diguo que ja estaa respondido no apontamento acima corenta e tres.

Aos 45 apontamẽtos diguo que os mestres nã fazẽ gastos, nẽ ha hy em que os façaõ, somente quando sã mandados aa corte, ou a outra parte qualquer por mandado da cidade e em seu seruiço danhe pera seu gasto hum tostaõ por dia.

Aos 46 apontamentos diguo que os chaõs que se daõ cõ pensaõ ou foros, sã dados pollos Vereadores e procurador e mestres, os quoaes nas cartas que fazem aas pesoas a que os daõ dos taes aforamẽtos, obrigaõ os bens e rendas da cidade a lhe fazer bõs os ditos chaõs ; e estas cartas sã feitas pollo escriuaõ da Camara em livro de notas, no qual asinaõ os ditos Vereadores e procurador e mestres, e da nota se tiraõ em publico polle dito escriuaõ da Camara, e naõ sã cõfirmados por mais outra nhũ pessoa.

Aos 47 apontamẽtos diguo que quando o Regedor ou Governador, ou outros quãesquer officiaes de Justiça querem ver os preuilegios da cidade por algũ caso que seja pedẽno aos Vereadores, e elles lhe mandaõ dar o trellado do que pede, feito bello escriuaõ da Camara.

Aos 48 apontamẽtos diguo que quando alguãs pessoas lhes he necessario algũs capitulos de preuilegios, ou outras prouisoẽs que aja na Camara pera delles se ajudarem em feitos ou demandas que trazẽ, os Juizes dos taes feitos em que forma e maneira passaõ os mandados pera lhe serẽ dados he esta : pedem aos Vereadores per escrito feito pollo escriuaõ do feito, em que dizẽ que da parte delRey

nosso Senhor lhe requerê, e da sua pedem por mer-
ce que lhe mandem dar o que a parte requiere dos
ditos privilegios; e os Vereadores mandaõ ao es-
crivaõ da Camara que lho dee.

Aos 49 apontamêtos diguo que a Camara desta
cidade ê meu tempo nõ vy nenhũ official ser com-
prehendido em descobrir o segredo da Camara; e
por tanto naõ sey que pena tem, nê quẽ o pode
castigar, porque naõ ha hy regimento disso.

Aos 50 apontamêtos diguo que o regimento que
ahy ha da precissaõ de Corpus-Christi se vera a
maneira que se tem nella, com os officios e bandei-
ra e tochas.

Aos 51 apontamêtos diguo que nesta cidade nõ
se leua bandeira mais que na precissaõ do Anjo,
e esta leua hum Juiz do ciuel desta cidade.

Aos 52 apontamentos diguo que a cidade tem
tombo de seus privilegios escritos em hũ liuro,
que se chama o liuro do tombo, alem dos propios
que estaõ no seu cartorio.

Aos 53 apontamêtos diguo que os officios que
saõ dadas da cidade saõ os seguintes:

primeiramente os que paguaõ pensão:

it. oyto escriuaes dos orsaõs, a saber, seis na ci-
dade, e dous no termo; e pagua de pensão cada
hũ da cidade mil e oitocentos reis, e os do termo
cada hum mil reis.

it. o officio de contador dos feitos pagua de pen-
são quatro mil quinhentos e sasenta reis.

it. o officio de afinador (*sic*) das medidas pagua
de pensão dous mil e seiscentos reis.

it. os vinte corretores de caualos pagua cada hũ
de pensão quynhêtos reis.

it. seis emquerêdores pagua cada hũ de pensão
cem reis.

Officior que nao paguaõ pensão, que são em vida:

it. officio de thesoureiro.

it. officio descriuaõ do thesouro.

- it. officio de veador das obras.
- it. officio de escripturaõ das obras.
- it. officio de contador da cidade.
- it. officio de escripturaõ dos contos da Camara.
- it. doze officios de correctores de mercadorias.
- it. officio de guarda do terreiro.
- it. officio de escripturaõ dalmotacaria das execuções.
- it. officio de escripturaõ dalmotacaria das propriedades.
- it. dous provedores da saude
- it. escripturaõ da saude.
- it. veador das naos,
- it. contador dos orçaõs.
- it. officio de guarda da Camara.
- it. dous homens da Camara.
- it. dous almotacões da limpeza.
- it. thesoureiro dos depositos.
- it. escripturaõ dos depositos.

Afora outros officios de menos callidades que estes acima.

Aos 54 apontamêtos diguo que o escripturaõ da Camara tem regimento de seu officio, e he obrigado a escreuer toda a receita e despesa das rendas da cidade, e fazer os cadernos para os saquadores por elles arrecadarem suas rendas, e fazer toda a outra cousa que he em proueito do bem comu sem por isso leuar nhuã cousa, e das escreturas e aluarás que requerẽ as partes leua o que estaa pollo dito seu regimento alem do seu ordenado e mantimento que tem cõ o dito seu oncio. E asy tẽ mais deza-seis reis por milheiro de todas as rendas da cidade que se arrendaõ; e he publico em todas as escreturas que pertencẽ aa cidade.

Aos 55 apontamêtos diguo que o porteiro e guarda da camara tem de mantimêto e ordenado cada anno seis mil reis em dinheiro e hũ moyo de trigo de sesenta e quatro alqueires o moyo, e asy mais tem quatro reis por milheiro das rendas da cidade que se arrendaõ, paguos aa custa dos rendeiros, e

a metade das buscas de todas as escreturas e preuilegios e alvaras del Rey, de que se as partes querẽ ajudar, e verbas de liuros de que se deue pagar busca segnuo a ordenaçãõ; e a outra metade he do escriptaõ da camara. E asy tem cadauno o pano verde que estaa na mesa da camara, e setecentos reis pera penas e area, que na meso da camara se gastaõ. E he officio em vida. A calidade de sua pẽsoa he homẽ limpo, e auido por escudeiro. He escuso por preuilegio concedido aa cidade de naõ pagar nos seruicoes reaes, e tem outras liberdades.

Aos 56 apontamẽtos diguo que o foral e taixas desta cidade, e o regimento dellas he cousa taõ comprida que se não pode responder a isso senaõ cõ o trellado do mesmo foral e taixas.

Aos 57 apontamentos diguo que quando ha ly deferenças nas obras dos pedreiros e carpinteiros e outros officiaes cõ as partes que as obras mandaõ fazer, detreminaõse as taes duuidas pello almotacẽs das exeuçõs cõ os juizes dos officios das taes obras.

Aos 58 apontamẽtos diguo que aos 18 apontamẽtos tenho dito com quem se detreminaõ os feitos e camara, e que feitos pertencẽ a ella.

Aos 59 apõtamentos diguo que quando os vereadores mandam prender algum official da cidade, ou outro que naõ seja official, não lhe corrẽ folha per seu mandado, nẽ por mandado doutra nũa justiça.

Aos 60 apontamentos diguo que pello regimento da maneira que os Vereadores e officiaes della (Camara) haõ de ter e servir seus officios, se veraa meudamente a maneira que se tem nos recebimentos que se fazẽ ao Rey e Rainha, e que lugar he dos Vereadores nelles.

Aos 61 apontamentos diguo que quando a cidade manda fazer calçadas asy dentro na cidade como fora della pollos caminhos e estradas, os se-

nhorios das heranças e casas que confrontaõ cõ os lugares õnde se haõ de fazer as tais calçadas poẽ a pedra ou tijollo, quando he de tijollo, cada hũ em sua confrontaçãõ aa sua custa e despesa, e a isso saõ obrigados, e a cidade pagua todo o mais custo do feitio dos officiaes e outras despesas.

Aos 62 apontamentos diguo que quando ElRey entra nouamente na cidade, sempre lhe guarda seus preuilegios, e quando (a) lhos naõ confirma; e as cerimonias que lhe fazem, no dito regimento no capitulo dos recebimentos dos Reis se veraa.

Aos 63 apontamentos diguo que os botiquairos paguam pera as despesas do officio de Saõ Miguel, no qual officio de Sam Miguel entraõ muitos officios; e os botiquairos naõ seruẽ pessoalmente, nem vaõ na precisaõ cõ nhuã cousa.

Ordenança da precisaõ de Corpus-Christi.

Primeiramente Ortellaes cõ vinte castellos e almoinha.....	xx
Almocreues cõ vinte e quatro castellos..	xxiiij
Atafoneiros cõ doze castellos.....	xij
Carniceiros cõ vintaquatro castellos, e o Emperador, e Rey.....	xxiiij
Tecelaes cõ vinte e dous castellos.....	xxij
Pelliteiros e esteireiros cõ a saluagẽ e seis castellos.....	bj
Oleiros e telheiros, vinte castellos.....	xx
Officio de Sam Miguel vinte e quatro castellos.....	xxiiij
Corrieiros cõ doze castellos, e os gigantes.	xij
Capateiros cõ o dragno, e corenta castellos.	xxxx
Tosadores cõ doze castellos.....	xij
Alfayates cõ a serpe, e vinte e quatro castellos.....	xxiiij
Carpinteiros da ribeira cõ a não e galec,	

cô dez castellos.....	x
Esparteiros cô a dama e galante , cô dez castellos.....	x
Cordoeiros cô dezaseis castellos.....	xbj
Pescadores de Cate que farás, cô dezano-ue castellos.....	xix
Pedreiros e carpinteiros da terra cô cincoenta e quatro castellos.....	liij
Vinhateiros cô vinte castellos.....	xx
Tenoeiros cô a torre e vinte e seis castellos.....	xxbj
Oficio de Sam Jorge cô cem homê's armados.....	ct.
Cerieiros cô dezaseis castellos.....	xbj
Pichaleiros com seis tochas.....	bj
Orivez douro cô dezaseis tochas.....	xbj
Orinez de prata.....	xliij
Moedeiros com trinta tochas.....	xxx
Escriuaes e tabaliaes duas tochas.....	ij
Merquadores e corretores quatro tochas..	liij

Eu Christouão de Magalhaes escriuaõ da Camara desta cidade de Lisboa. o fiz escreuer, e soescreui, e asiney por tudo asy passar na verdade, oje vinte e hũ dias de março de mil e quinhentos e co-
renta e dous annos.—*Christouão de Magalhaes.*

(fl. 42.)

22.

Regimento da Camara de Lisboa. (a)

Dom Manoel, per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues, daquẽ e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. Fazemos saber que consirando nós a obrigaçaõ em que somos de buscar toda maneira de bõs

(a) A falta de data no traslado deste Regimento não deixa saber ao certo quando foi tirado; e expedido a Goa; mas parecendo sê-lo na mesma epocha do antecedente, o pomez neste lugar.

regimentos e ordenanças per onde nossos Reinos e Senhorios sejaõ bem regidos e governados, e principalmente esta nossa muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa, por ser cabeça delles, e de que deve sair todo bom exemplo pera todas as cidades e villas dos ditos nossos Regnos e senhorios, e vendo (louveiros a nro. senhor.) como a multiplicação do seu pouo e rendas vaõ em grande crescimento, e por causa dello na Camara e vereação da dita cidade he mui necessario algũa cousas serem emendadas e corregidas alem das leis e ordenações per que se regem os ditos nossos Regnos e Senhorios, e asy mesmo a dita cidade; e por tanto ordenamos e mandamos que na dita vereação e officios que pertencẽ aa dita Camara e almotaçaria &c. se cumpraõ e guardem as ordenanças e apontamẽtos adiante escritos e declarados como a cada hũ officio e carreguo pertence, asy pelos Vereadores de cada hũ anno, como per todos os outros officiaes da dita Camara e almotaçaria, como dito he.

Regimento dos tres Vereadores de cada hum anno.

Primeiramente tanto que os tres Vereadores e procurador sairẽ nos pelouros segundo ordenança, todos tres juntamente cõ o procurador e escriuaõ da Camara na primeira vereação leiaõ este nro. Regimento e apontamẽtos pera os espartar a todo, e saberẽ o que deũ e saõ obriguados de fazer, e asy o que haõ de mandar fazer aos outros officiaes que lhe pertencem:

Como farãõ o Thesoureiro.

Itẽ.—loguo na primeira vereação sem trespasso farãõ thesoureiro, pessoa fiel e prudente, e pertencente pera tal carreguo, porque loguo seã encarregado de todas as rendas e direitos da dita cidade pera as correr e arrecadar em quanto nõ forẽ arrematadas, e asy depois que o forem segundo ordenança. E naquella ora que for feito lhe será dado hũ õmenta das ditas rendas, foros, e direitos feita pelo escriuaõ da Camara, pera o dito thesoureiro auer dellas conhecimento, e ter muito bom cuidado em quanto nõ saõ arrendadas, como dito he, porque tanto que forem arrendadas e arrematadas lhe será dado hũ caderno feito pelo dito escriuaõ da Camara e assinado pelos Vereadores, em que serãõ escritas e assentadas as somas contias que as ditas rendas aquelle dito anno sam arrendadas, e com declaração dos nomes dos rendeiros dellas pera lhes to-

tar suas fianças, e dalgũs outras rendas que nã sã da
qualidade de serem arrendadas, asy como corentenas, e penas
da mesa da Camara, e dante o corregedor, Juizes, e almo-
racees, todas e cada huã per titulo sobre sy serã intitula-
das e assentadas no dito caderno pera o dito thesoureiro
saber donde hade receber e arrecadar dinheiro, que cousa
algũa nã falleça nẽ fique; e alem desto serã assentados
e escritos no dito caderno todos os foros da cidade e sen-
terno per titulos de freguezias, e nomes de ruas, e dos
possuidores dos ditos foros e propriedades pera se milhor
poder saber e arrecadar como deue. O qual caderno serã
feito e ordenado asy como mandamos per todo o mez da-
bril, em que as ditas rendas deũ de ser acabadas darrendar.

Como se duraa caderno das rendas ao thesoureiro.

Item.—feito e acabado no dito tempo o dito caderno seraa
chamado o thesoureiro e escriuaõ do theouro, e o contador.
e o escriuaõ dos contos, e todos de presente seraa entregue
o dito caderno ao dito thesoureiro, e mandado ao escriuaõ
do theouro que logo lho carregue em receita em seu liuro,
e ao contador que per elle lhe demande conta a seu tempo
ordenado segundo forma do regimento do dito contador.

Das despesas ordenadas.

Item.—Alem deste caderno da receita das rendas logo
apõs elle seraa feito outro das despesas ordenadas daquelle
anno com decraraçaõ de todas as pesons que o dito ano haõ
dauar mantimentos e tenças ordenadas, e mercearias, e es-
milhas, e despesas mysticas, em sua adiçaõ sobre si, que
podem ser quarenta mil reaes por orçamento pouquo mais
ou menos, e asy o que fiqua por despende aquelle ano de
todas ditas rendas e direitos pera despesa das obras e ou-
tras, pera o dito thesoureiro e escriuaõ do theouro serem
de todo em bom conhecimento; o qual caderno sera asina-
do pelos ditos Vereadores; e asi se faraa outro caderno
semelhãte das rendas do paõ daquelle ano, como de di-
nheiro pela sobredita maneira, porque todos sejaõ em bom
conhecimento do que hi ha de renda; e se hade fazer a-
quelle ano de despesa.

Fiança do Thesoureiro.

Item.—E todo thesoureiro, ou recebedor do dia que en-
trar em seu carreguo a trinta dias seguintes daraa fiança a

çadas o anno passado, e por ventura aynda nom som acabadas, e asy outras que em seu ano sejaõ necessarias de se começãr e fazerem, e cõ o dito veador e escriuaõ e mestres dellas fãraõ orçamentos do que podẽ custar asy as começadas, que nõ som acabadas, como as outras, que de necessidade e bem comũ se deũẽ começar e fazer, e porque jã sabem o dinheiro que tem aquelle ano pera nellas despende, acodiraõ e mandaraõ fazer o mais necessario cõ acôrdo e parecer delles todos, acabando as começadas, e começando as outras, como dito he. No fazimento e pagamento dellas se goardaraa a maneira conteuda no regimento do dito veador e escriuaõ das ditas obras.

Vereação.

Item.—fãraõ os ditos Vereadores sua vereaçãõ nos dias antigamente ordenados, ante comer, e quando virẽ tal necessidade deũẽ fazer depois de comer por melhor despacho de seus carregos, empero nos dias que saõ ordenados aos feitos das partes, nõ fãraõ mestura de negoços; e por quanto os dias de sabbado saõ ordenados aos feitos das partes que pertencẽ à almotaçaria, os quois nõ podem ser despachados sem os irẽ ver em pessoa, ordenamose mandamos que todolos ditos dias de sabbado depois de comer vaõ ver todalas duvidas e contendas que asy ouuer ante as partes, e cõ o Juiz e procurador e escriuaõ da Camara, e os ditos tres Vereadores cõ suas varas vermelhas na mãõ, e a pé da obra vejaõ o que lhes parece, e asy sem mais delonga detreminẽ e julguẽ sobre ello o que lhes parecer, e o escriuaõ o assente loguo na detreminaçãõ, e quando por ventura naõ poderẽ todos tres Vereadores por impedimento dalgũ delles, os dous cõ o Juiz abastaõ pera o detreminar e julgar cõ o escriuaõ de presẽte, e cõ o procurador da cidade pera requerer e refertar alguã cousa que lhe parecer por bem comũ da dita cidade, e os Vereadores cõ o Juiz daraõ sua voõz, e mais naõ.

Almotacês.

Itẽ.—Pella sobredita maneira serã mandado aos almotacês que nõ fãçaõ nẽ criem mais processos nẽ feitos de semelhantes contendas, que pertençaõ à almotaçaria de casas, e obras, somente ouvida a parte hũa vez e a outra parte isso mesmo, loguo vaõ ver em pessoa tal contenda e ponhaõ nella sua sentença, e mandem tal feito ao Juiz,

que loguo sem trespaso, nã dilatoria escusada, o leue a seu dia de sabbado aa mesa da vereaçãõ, como dito he.

Injurias verbais.

Itẽ.—Por quanto os ditos Vereadores tem muito que entender e fazer no bem comũ e regimentos da cidade, e o negocio das injurias verbais lhes daa muita toruação a todos juntos asy nos requerimentos das partes, que saõ muy so-bejos, e taes casos nã saõ pera toruarẽ toda a mensa da vereação, pera se esto melhor fazer e despachar, orden mos e mandamos que no dia ordenado que o Juiz vier com tais feitos aa mesa, se metaõ em hũ barrete pelouros de todos los tres vereadores, e seja tirado hũ delles pera se apartar na outra mesa da Camara cõ o Juiz, e despacharẽ ambos os ditos feitos, e quando per ventura desacordarẽ, seja tirado outro pelouro pera o terceiro, e asi serãõ despachados finalmente por elles ambos ; e asy a mesa da vereação nã receberaa toruação, nã as partes saberaõ quẽ ha de ser seu Juiz, por cuja causa se peruerte a justiça asi per afeiçãõ, como per muitos rogos, e importunidade das partes.

Da vereação.

Itẽ.—quando quer que hũ caso ou feito tiuerẽ começado nã se leixaraa de acabar por outra alguã pessoa que venha cõ outro feito nã caso, porque doutra guisa toruase os entendimentos, e se despachaõ mienos cousas, guardese o que vier pera tanto que for acabado o caso, em que estine-rẽ, ou pera outro dia, e pera isto compre boa goarda na porta da Camara, e que por mandado dos Vereadores seja aberta temperadamente e a quẽ deue, e sejaõ escusadas perfiãs como em cousa de comũ, porque no Regimento de tal cidade e por tais pessoas feito deue se fazer de maneira que nã aja nello prazmo, antes seja bom exemplo pera todos los outros lugares, como dito he.

Mantimentos.

Itẽ.—sobretudo pertence aos Vereadores entenderem continuamente nos mantimentos do pão, vinho, carnes, pescados, e fruitas, e preços, e pesos de todo, e limpeza, e boa regra, e ordenança de todas las cousas da cidade, e de vigiarẽ os almotaces que sãõ os ministros della pera darem a todo boa prouisaõ, se o elles ditos almotacẽs nã fizerem, fazendo execuçaõ, e cumprir as pesturas ordenadas, e fazen-

na outras de novo no que desfalecer e comprir de maneira que a dita cidade seja fornecida e abastada das cousas que Deos daa na terra cõ boa governança em ellas, e dando ordem como venhaõ de fora quando comprir.

Penas das mesas.

Item.—Nõs temos ordenado e mandado que as penas dante o corregedor se ponhaõ todas pera as obras da cidade, e asi os almotacés e juizes do crime e do ciuel e dos orfaõs, e que ante cada hũ destes aja escriuaõ e recebedor que arrecadem as ditas penas, e lancem em hũ mialheiro em fim de cada mez, e logo dante elles vá o dito mialheiro ao thesoureiro: emperó pera melhor arrecadação avemos por bem e mandamos que tal recebedor e escriuaõ no derradeiro dia do mez, ou no primeiro do seguinte quando leuarem o liuro e mialheiro ao thesoureiro vaõ primeiro aos Vereadores aa mesa da Camara, e lhe mostrem o liuro do rendimento das ditas penas daquelle mes, e o escriuaõ da Camara assente a copia delle no liuro da fazenda da dita cidade em seu titulo ordenado e com boa declaraçãõ pera na fim do anno de saber quanto verdadeiramente as ditas penas renderaõ, e daraõ agardecimento ou reprehensãõ a quem o fez: bem, asi pelo contrario, emperó o mialheiro nõ sera a quebrantado na mesa da Camara, mas no thesouro, onde o receberá o thesoureiro presente o escrivaõ de seu officio, que lho carregara em receita, alem da outra receita que já ficou na Camara, como dito he.

São Lasaro.

Item.—todo Vereador que sair mordomo de São Lasaro, e nõ der sua conta com entrega per todo o mes de mayo seguinte depois do seu anno, mandamos que pague em dobro todo o que daly em diante for achado em diuida, e aay logo nom pagar dentro no dito termo, e que nunca delle possa ser quite nem releuado, e a questa pena seja logo carregada em receita sobre o mordomo que entra apõs elle, e feito logo execuçaõ sem delonga.

Comprir o regimento.

Item.—os Vereadores em cada hũ anno e em seu tempo veraõ o regimento do escriuaõ da Camara, e dalmotaçaria, e do thesoureiro, e contador, e reador das obras, esoriuões destes officios, e do guarda da Camara, pera saborem o que

todos e cada hum hade fazer e cumprir e goardar em seu officio, e os ditos Vereadores fazerem cumprir e goardar os ditos regimentos mui inteiramente, como nelle he conteudo por constrangimento de penas de dinheiro e suspensão e qualquer outro modo que lhes melhor parecerem.

Das cerymonias.

Item.—Alem destes capitullus e apontamentos atrás escritos, e todas as outras ordenaçõis, e posturas da dita cidade, outrosi conuem de ser posto em regra e ordem e ordenança as cerymonias devidas da dita cidade a seu Rey, aos principes herdeiros, e asi as honrras, preminencias que lhe os Reis passados detão, e nós asy mesmo por seus grandes serviços e merecimentos; e asy mesmo as cerymonias que ella em sy faraa cõ seus Vereadores e officiaes da dita cidade nos tempos e casos que acontecer, porque se nõ signa a ello as duuidas que por alguãs vezes aconteceo por nõ ser posto em regra, nem ordenança, como dito he; e auendo nós dello comprida enformaçã pelos antignos da dita cidade, e cõ noso parecer e conselho as mandamos ordenar e fazer como se adjante segue.

Palleo.

Item.—Primeiramente quando quer que o Rey destes Reynos a primeira vez entrar na dita cidade seraa recebido com palleo de brocado desda porta da cidade da parte de dentro até seus paços, o quoad palleo seraa leuado pelos tres Vereadores do anno presente, e o noso corregedor da cidade cõ elles, e por outros tres Vereadores do anno passado, e por hũ dos Veredores do anno atras pasado, que são asy oito pessoas pera leuarem o dito palleo cõ oito varas, pera cada hũ leuar sua, os quais serã repartidos na maneira seguinte.

Item.—Os tres Vereadores do anno presente lançarão sortes qual delles leuaraa a vara do couce da parte direita, e os dous isso mesmo qual delles leuara a vara do couce da parte esquerda, e cõ elles apaar iraa o noso corregedor da cidade, e por esta mesma guisa lançarão sortes os tres Vereadores do anno trespassado, e asi mesmo se tomaraa por sortes hũ dos tres Vereadores do anno trespassado pera encher as oito varas de maneira que nõ aja antrelles duuida nem cõlenda sobre este caso, e que nunca este paleo seja leuado senõ por aqueles que sã nos pelouros da mesa da vereaçã pela maneira sobredita, e quando algũs delles forem impedidos por

justa causa, correrão por elles atrás pella dita guisa até que enchão as oito varas do paleo, e qualquer que pera ello for chandido e nō vier aja de pena cem cruzados douro pera as obras da cidade.

Recebimento.

Item.—Posto que ElRey aja dentrar no paleo da porta da cidade pera dentro, toda a dita cidade saíraa da parte de fora cō seus tres Vereadores do ano presente cō suas varas vermelhas do regimento na mão, e contras nō leuaraõ varas senõ os ditos tres Vereadores e o procurador, a qual seraa mais pequena grande parte que as dos Vereadores, e iraa diante delles mandando apartar e despejar a gente, e o escriuaõ da camara nas costas delles Vereadores, e os homẽs da camara diante dos Vereadores e procurador, e aly (a) iraa o veador das obras diante a par cō o procurador, e cō as chaves da cerimonia douradas e alçadas na mão direita em vista de todos, e da parte da mão direita dos ditos Vereadores os Juizes do cinel, e da esquerda os do crime, e almotacês, thesoureiro, contador, e escriuaẽs, e todos os fidalgos, caualeiros, escudeiros, e mercadores, e pondo iraaõ detrás dos ditos Vereadores, e tanto que elRey for em vista delles abalarãõ os ditos Vereadores e cidade toda cō elles, e junto cō elRey leixaraã suas varas, e lhe iraaõ beijar a mão, e ante que lha beijemo veador das obras entregará as chaues que antrelles forem ordenadas por sortes (b) alçadas na mão em vista de todos, e o dito Vereador as beijaraa e meterá na mão a elRey cō as palauras seguintes: a saber, que esta sua mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa lhe entrega as chaues de todas suas portas, e dos leais coraçõs de seus moradores, e de seus corpos e aueres pera todo seu serviço; e ditas estas palauras, e outra alguã arenga se for ordenada, lho beijaraa a mão, e os outros apõs elle por elles e por toda sua cidade.

Pulleo.

Item.—Dali se virãõ tomar seu paleo, segundo atrás he ordenado até a porta da Sec, onde virãõ as cruces cō a precisaõ ordenada. Aqui se decerá elRey, e saíraa do paleo, e os ditos Vereadores irãõ cō elle até fazer sua oração da

(a) Talvez—asy.

(b) Assim está; mas o sentido he—entregará as chaves ao Vereador, que ante elles for ordenado por sortes &c.

maõ direita delRey atrás delle hũ pouquo; emperó outrem se nõ meteraa diante dos ditos Vereadores daquela parte na maõ direita saluo atrás delles ou da outra parte esquerda, e se aly for principe herdeiro; que deua dir da maõ direita delRey, os tres Vereadores iraaõ da parte esquerda delRey, e indo atrás, e nom a par delle, como dito he; e asi torna-raõ a metello no paleo ate ás portas do paço. e leixaraõ seu paleo ao official delRey que he de ordenança o dauer; e quando elRey sair do paleo os tres Vereadores e outros do paleo cõ elles chegaraõ a elRey poendo os gíolhos em terra se espediraõ delle, e elRey os enuiará de si cõ gosto amoroso, e alguã semelhante palaura, se lhe bem parecer.

Uniuersidade.

Item.—A' porta de See, ou de qualquer igreja a que elRey decer, quando entrar na cidade, aly no lugar, que per ella cidade seraa ordenadõ estará todo o collegio da Uniuersidade ordenadamente per suas grãos segundo antresy tem per ordenança, e asy a pessoa dantrelles que fará arenga a elRey segundo he de costume.

Ruas.

Item.—Neste recebimento e entrada desda porta da cidade até See, e daly até o paço as ruas seraõ mui varridas e mui ajuncadas, e paramentadas dos melhores panos que cada hũ tiuer, e cõ perfumes, e todos bõs cheiros ás portas, e percebidos pela cidade todos ministrés e tangedores que nela e no termo ouuer, e trombetas, todos postos nos lugares pertencentes, e todos outros joguos o representaçoẽs que se poderem fazer,

O tal dia seraa de guarda de todo lauor em louuor de Deos e honrra da Estrada de seu Rey, e todalas náos e nauios que no porto jouuerem em sinal de prazer e alegria lhe seraa mandado que estendaõ seus toldos, e balsaões, e bandeiras que tiuerem, e desparem dos tiros de poluora que tiuerem na ora da entrada.

Entrada da ribeira.

Item.—Acontecendo dentrar elRey por mar, se nõ quiser entrar polo caes, faraa a cidade sua ponte de duas brácas de craueira daucho, e mais se comprir, naquello lugar que elRey quiser desembarcar cõ seus degraõs e varandas paramentadas; e no cabo da ponte só receberá no paleo no modo e maneira da porta da cidade quando vem por terra, e

as ruas e caminhos da ribeira e ponte joncadas e paramentadas, como dito he; e se vier pelo caes desta maneira.

Precissão de Corpus Christi.

Itẽ.—Se acontecer delRey estar na cidade quando se ñzer a precissão do dia de Corpo de Deos, e quizer ir em ella, os ditos tres Vereadores com suas varas vermelhas asy como vaõ na dita precissão iraaõ da parte direita delRey atrás delle de man'ira que nõ a paar, nõ o possa parecer, e isso mesino que outra pessoa algũa de qualquer estado e condiçaõ que seja naõ vaa diante delles, se nõ da outra parte esquerda, salvo se na dita precissão for princepe herdeiro, que aja dir da maõ direita do Rey, entam os tres Vereadores na dita maneira iraaõ da parte esquerda atrás do Rey, como dito he.

E todos os outros senhores iraaõ de huã parte e da outra onde quizerem, salvo diante da cidade, como dito he; e asy em qualquer outra precissão, que se faça.

Item.—quando acontecer pellos annos e tempos de vir ElRey aa cidade, seraa recebido pelos tres Vereadores e procurador cõ suas varas, e o escriuaõ da camara cõ elles sem vara, a saber, o precurador diante despejando-lhe o caminho, e o escriuaõ da camara atrás delles, e asy os juizes, e almotaçes, fidalgos, e canaleiros, e pouo sairaaõ cõ elles ao dito recebimento até Alualade o pequeno, ou até o mico d'Alualade o grande, e acerca delRey se deceraõ, e leixaraõ as varas, e os tres Vereadores e precurador; e escriuaõ da camara lhe iraaõ beijar a maõ, primeiro aquelle dos Vereadores que sair per sortes, e dos outros a que poderem, sem outra mais arenga e cerimonia; e desta maneira quando vier por mar a ribeira seaa recebido ao caes sem outra ponte; salvo se o ElRey mandar.

A Rainha.

Item.—toda esta regra e ordenança se goardaraa á Rainha, ou princepe herdeiro da primeira vez que entrar na cidade, salvo mandando ElRey o contrario.

Das Capellas.

Itẽ.—No dia de São Vicente, e de São Sebastião quando acontecer de elRey ir aas vespertas e missa em tempo que a cidade lhe daa e oferece huã daquelas capellas, como he costume de naquelles dias levar os cidadãos por festa dos beaaventurados Sanctos, a dita capella seaa levada em h

bacio de prata alçado nas mãos diante dos Vereadores, a qual em chegando a elRey o dito veador das obras a dar a aquelle Vereador que por sortes for ordenado antre elles; quando este Vereador apresentar a dita capella ao Rey no dito bacio, todos em giulhos, como dito he, a beijaraa e lha meteraa na mão com aquellas palauras de serviço e umildade que o caso oferecer.

Do falecimento dos Reis.

Itẽ— quando acontecer de falecer o Rey destes Reinos da vida deste mundo, naquella ora seraõ tangidos os sinos da See e de Sam Vicente de fora, e de todas as outras igrejas e mosteiros desta cidade, a saber, vespõra e toda a noyte, e no dia seguinte até sainte das missas. Emperõ tanto que a cidade for junta na Camara, Vereadores, procurador, juizes, e officiaes, fidalgos, caualeiros, e põno cessaraaõ todos os sinos de dobrar e tanger, e a dita cidade saíraa cõ seu pendão e bandeira na mão de seu alferes a cavallo, e todos com elle a cavallo, e diante do alferes todas trombetas e manístrees que hy ouuer, e os três Vereadores cõ suas varas nas mãos, vestidos de festa e alegria de traz do alferes, e todos os outros fidalgos e caualeiros, escudeiros com ellas, e logo a porta da See estaraõ quedos, e o dito alferes abaixará a bandeira hum pouquo, e tornara a levantar direita impinada bradando alta voz tres vezes :

—Real, Real, Real, pollo muito alto, e muito excellente, e muito poderoso principe, Rey, e Senhor ElRey Dom Foaõ nro Senhor—

E asy uballaraaõ per toda a cidade caminho da porta do ferro e padaria, e á porta dalfandega, faraõ outro semelhante; e ás casas do Chamiça outro que sy (*sic*), e pola Rua noua delRey caminho d Ressio, e á entrada do Ressio faraõ outro tanto, e tornaraõ pela porta do espirital, e a Sancta Justa, e a porta dalfosi faraõ outra vez, e ás portas do terreiro do paço isso mesmo, e chegaraõ á porta do castelo, e será entregue a bandeira ao procurador da cidade, e a leuara a puer na torre da menagõ; e no mais alto lugar, onde estaraa todo aquelle dia até o outro seguinte, e quando se fizer esta orimônia e levantamento todas as náos e nauios que ouuer ante o porto erraõ apendoadas e despararaõ seus tiros a tempo devido, e asy todos espingardeiros que ouuer na cidade quando se der a voz

do leuantanento, acabada de se dar, despararaaõ seus tiros, como dito he.

Do pranto.

Itẽ —No dia seguinte, porque nõ aueraa tempo pera se todo fazer em hũ dia, logo naquella noite tornaraõ a dobrar todos los sinos como da primeira até o outro dia depois de missa, e os Vereadores, e fidalguos, caualeiros juntos na Camara todos cõ seu duo, e sairaaõ fora cõ seu alferes a caualo cõ hũ pendaõ preto metido em hũ aste preta leuado ao poscoço, derribado per detraz, que lhe vá arrastando pelo chaõ hũ pedaço, e o cauallo cubertado de preto que roce pelo chaõ, e diante do alferes iraaõ os juizes do crime, e hum dos do ciuel com tres escudos todos pretos postos na cabeça a pee, indo os do crime diante, e o do ciuel de traz, e os Vereadores e procurador cõ suas varas pretas nas maõs a pee, e todos los outros fidalgos, caualeiros, officiaes, e pessoas, e pouo atraz elles, e loguo á porta da See os Juizes do ciuel dos degrãos da See derribará seu escudo da cabeça nos degrãos, e asy se quebrará, e faraõ seu pranto, e daly abalaraõ, e no meio da Rua noua estará hũ banquo preto, e aly subirá hũ dos Juizes do crime cõ outro escudo, e derribará da cabeça, e quebraraa no banquo, e faraõ seu pranto sobre elle pela dita guisa, e daly abalarãõ com seu alferes e pendom pera o Kessio, onde estará outro banco preto, e quebraraõ o outro escudo cõ seu pranto pela dita maneira, e se tornaraõ aa Camara cõ seu alferes e pendaõ, e daly se iraaõ pera a See ouvir sua missa de *Requiem* por sua alma cõ toda sua solenidade a dita missa, e outras resadas quantas por elle se aquelle dia poderem dizer, e por todas las outras igrejas e moesteiros da dita cidade, e desta maneira faraõ suas hesperas como a missa do dia, e todos los sinos dobrados, como dito he.

E do enterramento se nõ falla, porque se faraa naquelle tempo, dia, ora, que for ordenado, e asy no lugar, ou leuado aa Batalha &c.

Nascimento do Principe.

Item.—quando Deos ordenar e acontecer de nascer principe nestes Reinos, asy de homẽ, epmo de molhier, seraõ repiquados por festa em louuor de noso Senhor os sinos da See, e todas las outras igrejas e moesteiros na ora que for sabido, e no dia seguinte com sollene procissão a noso Senhor a Sao. Domingos ou a Nossa Senhora da Graça cõ toda a cidade e ordẽs de igreja e moesteiros della, e no Domingo se-

guinto se deoẽ de correr touros e fazer toda outra festa em louvor de Deos pelo nacimiento do herdeiro destes Reinos.

Precurador.

Item.—Pera o Precurador nõ he necessario apontamẽtos de nouo, nẽ outra declaraçãõ, saluo que seja experto e diligente a servir seu carreguo segundo forma da ordenaçãõ, e cõ muy hõ cuidado das rendas, fóros, e dereitos da dita cidade e de requerer aos Vereadores que os arrendem e mandem arrecadar lem e como deuem. Emperõ elle em todo tempo de seu carreguo será obrigado de saber todas as cousas que se fazem em danno da cidade, e requerer por ello aos ditos Vereadores segundo he obrigado, porque se o asy nõ fizer encarega sua consciencia, e merece de auer pena por ello por razãõ de sua negligencia.

Escriuão da Camara.

Item.—O Escriuão da Camara a principal cousa de que deue de ter bom cuidado asy he das rendas e direitos, fóros, rendas, e heranças, propriedades da dita cidade de tal guisa que todas venhão a boa e verdadeira receita, e asy da despesa dellas, e pera se esto milhor fazer, ordenamos e mandamos que o dito escriuão da Camara faça em cada hũ anno os liuros adiante declarados como se fazẽ em qualquer almoxarifado de nossas rendas.

Item.—Primeiramente em cada hũ anno fará hũ liuro, em que serãõ intituladas todas as rendas de dinheiro e pão, e penas, e officiais (a) que pertencẽ á Camara, e asy todos os fóros, propriedades de dentro e de fora da cidade, intituladas por freguesias e nomes de ruas, e dos pessuidores das ditas propriedades, o qual liuro se faraa no mes de Março pera servir no ano seguinte que começa em primeiro d'abril, e deste liuro tirará o dito escriuão da Camara hũa fmenta de todas as ditas rendas e direitos pera no primeiro dia da verreação que os Vereadores nouos entrarem lhe ser apresentada per elle na mesa da Camara cõ o dito liuro, pera os ditos Vereadores darẽ ao thesoureiro pera saber per elle as rendas de que he encarregado pera as correr e arrecadar em quãto nom forem arrendadas, e asy terá cuidado o dito escriuão da Camara de requerer cada dia aos Vereadores que tenham cuidado de as arrendar segundo ordenança.

Item.—E tanto que cada hũa renda for arrendada e arrematada, o assentado seu arrendamento e arremataçãõ no li-

(a) Provavelmente—officios.

bro dos lanços ordenado, alem dello neste dito liuro da receita e despesa em presença dos ditos Vereadores na mesa do dito escriuaõ assentará no titulo da renda que for aquella copia por que he arrenda o arrematada, e o nome do rendeiro pera se todo achar no dito liuro, e se verem em breue quando comprir.

Item.—quando quer que se fizer algũ foro nouamente depois de ser assentado no tombo e liuro dos aforamentos ordenado, todauia será trazido a este liuro da receita e despesa posto no titulo de sua freguezia e nome da pessoa e rua, ou lugar em que jiz pera daly ser dada no caderno do thesoureiro cõ os outros, e per esta maneira quando alguã pessoa fizer alguã venda ou escambo per licença e authoridade da cidade, logo em seu titulo seraa riscado o nome daquella pessoa de que sae, e assentado o que nelle entra, e asy mesmo quando se der a licença pera ello, logo em presença dos Vereadores será receiptada em seu titulo a quarentena, que se dello hade pagar, pera daly passar ao thesoureiro, e se carregar sobre elle em receita pera a receber, e dar conta della, e per esta maneira se nõ podem perder nem enlhear alguãs rendas e propriedades da cidade como so per vezes acontece.

Itẽ.—Per todo o mez dabrill deũ ser as rendas acabadas darrendar, ou per ventura mais cedo, e por todo o dito mez dabrill o dito escriuaõ da Camara faraa hũ caderno que se chama das arremataçoẽs, em que serraõ postas e intituladas todas as rendas, e as copias per que aquelle anno som arrematadas, e as que per ventura nõ forem iraõ cõ as somas em branco até que o sejaõ; e o dito caderno iraõ assentados todos os foros, propriedades, heranças, que a cidade tiuer, nõ fiquẽ (sic), e feito asy no pé delle hũ mādado pera o thesoureiro e escriuaõ asynado pelos Vereadores, per que lhe mado que vejaõ bem o dito caderno, e tomẽ boa fiança aos rendeiros e arrecadem as ditas rendas e foros como saõ obrigados, e os que nõ derem logo fiança os prenda pera se remouer a renda, e o que desfalecer se auer per seus corpos e bens.

Itẽ—tanto que o dito caderno for feito e asinado seraa chamado á mesa o thesoureiro e escriuaõ e asy contador e escriuaõ dos contos em presença de todos faraa entregue o dito caderno ao dito thesoureiro, e mandado ao escriuaõ que lho carregue em receita, e ao contador que per elle e pullo liuro do escriuaõ lhe tome sua conta a seu tempo ordenado segundo forma de seu regimento;

Itẽ.—Após este caderno faraa o escriptaõ da Camara outro caderno que se chama do assentimento, que começaraa desta maneira—Vallem as rendas e direitos da cidade este ano presente de tal anno tantos mil reis—per arrendamentos das que são arrendadas, como por bõ orçamento do rendimento daquellas que o nom são.

Dos quois dinheiros se fazem estas despesas :

Itẽ.—Primeiramente aos tres Vereadores tantos mil reis, a saber . tantos a cada hum ; ao escriptaõ da camara isso mesmo ; asy ao procurador, e guarda da Camara, e homẽs della, cada hum em seu Itẽ com as somas na margẽ e a destinaçõ dentro ; e asy a juizes, thesoureiro, contador, e escriptaõ, veador das obras, e a todos os officiaes e pessoas que hã mantimentos e tenças ordenadas ã cada hũ anno, cada hũ em seu Itẽ, com boa deccaraçao, e a soma saida em breue fóra na margẽ, como dito he ; e per escriptaõ as mercenarias, esmollas, e toda outra despesa espiritual ordenada.

Item.—Pera despesas mysticas das cousas da Camara tantos mil reis, per orçamento, a saber, papel, tinta, panos das mesas, festas, precissoẽs, leuadas de presos, &c. E asy siquaõ pera despende em obras tantos mil reis ; e por esta propia maneira seraa feito adiante a receita e despesa das rendas do paõ ; e feito asy o dito caderno, será asinado pelos Vereadores, e dado ao thesoureiro pera sãber o que hade fazer.

Item.—No cabo deste liuro aueraa hũ titulo, que se chama do registo, pera se registarem os mandados das despesas mysticas, que ora vallem mais ou menos ; e asy das obras, e cousas extraordinarias ; porque das despesas ordenadas nõ aueraa outro registo, somente detrás do Item do mandamẽtoy tenças, mercenarias, esmollas ordenadas, quando lhe dello fizerem o desembargo, aly assentará o escriptaõ per sua maõ huã verba que digna, ouue carta de tal mantimento, tença, ou esmolla ; e desto nõ ha mister outro registo ; porque he couza ordenada, e de que se nõ faz mudança, somente das outras cousas que nõ são certas em cada hũ ano, como dito ho.

Item.—destes mantimẽtos, tenças, e despesas ordenadas tanto que as o escriptaõ da Camara fizer os mandados, elle os concertaraa pelõ dito liuro, e os registaraa de seu simil e registo nas costas de tal desembargo ante que seja asinado pelos Vereadores, porque o dito escriptaõ ha de dar resaõ e responder pollo erro que for feito em tal desembargo, por ser ja couza ordenada, e de que elle deve de ter millhor a pra.

liqua e o conhecimento; e todos os outros mandados e despesas que se fizerem serão primeiro vistos e asinados pelos Vereadores e depois registados de suas principais causas no dito livro em seu titulo dos registos, como dito he.

Item.—Por quanto o escriuão da Camara hade ter escritas e assentadas as obrigações dos carneiros e pessoas a que se dão os talhos da carne daquella quantidade e tempos que se cada hum obriga de cortar, tanto que os almotacés entrarem a servir seu cargo o dito escriuão dará o rol das ditas obrigações e tempos e pessoas aos ditos almotacés para saberem a que hão de constranger por ello, e com espaço largo entre pessoa e pessoa para se assentar ao pee de cada hum o que paga, e satisfazer de sua obrigação, e así ficar este rol de hús almotacés nos outros até fim do anno.

Item.—Assy nestas cousas neste Regimento apontadas, como é todas as outras regras e ordenanças da Camara o dito escriuão della serviraa seu officio em boa deligencia, e obediencia, e acatamento ao mandado dos Vereadores, e lhe espartaraa e lembraraa todas as regras e ordenanças que na dita Camara ouuer, de que elle deue ter melhor conhecimento por ser continuo official que os Vereadores e procurador, e outros officiaes que cada hũ anno são. E porem para seu avisamento, e elle ter melhor cuidado de tudo así cumprir, e quando quer que elle saisse de nũ cumprir e goardar todo o que lhe nestes apontamentos e regimento mandamos, avemos por bem que polla primeira vez que em cada hũã cousa encorrer, pague vinte cruzados douros para as obras da cidade, e pella segunda seja suspenso do officio até nosa merce, e pella terceira o perqua; e per esta guisa se entenda em todos os outros officiaes continos na dita Camara nom comprindo o que lhe neste Regimento he mandado que encorrao na pena sobredita segundo aqui he conteudo.

Regimento do thesoureiro, e escriuão.

Posto que o thesoureiro da cidade e escriuão do dito thesoureiro tenhao sua regra ordenada de receber e despendar segundo ordenança geral, vinperó para seu avisamento lhe seáo neste capitulo algumas cousas apontadas, a saber, que nunca o dito thesoureiro pague dinheiros de mantimentos, tenças, senom nos quartéis do anno, quartel servido, paguo; e se o doutra guisa fizer, que o pague á sua custa, e nã a cidade, quando em tal for achado, salvo das mercarias e esmollas, que pagaraa per inteiro, como melhor poder, e así dos mantimen-

tos e tenças do paí, que se pagaõ juntamente na barqua, por a cidade nom fazer outra mais custa e despesa de logeas. Emperó quem nõ servir todo o anno, que o torne soldo á liura; e o dito thesoureiro o farrecade loguo, saluo das merçarias, e esmolas, como dito he.

Item.—o dito thesoureiro sempre receberaa e despenderaa presente o escriuaõ de seu carreguo sã aquellas penas que he ordenado em regra de contos; } e que nunca lhe assente em liuro cousa que nõ veja receber e despende sã as ditas penas. E quando acontecer do dito thesoureiro fazer despesa pera cousa das obras, que aja de ficar em poder do veador dellas, nunca lhe seraa, leuada em conta saluo per conhecimento do dito veador pelo escriuaõ das obras em forma ordenada de como couhece que o dito veador o recebe do thesoureiro, e sobre elle fiquaõ carregadas em receita pera delhas dar conta a seu tempo deuido.

Veador e escriuaõ das obras.

Item.—O Veador das obras teraa ordenada huã casa pera goarda da gayolla e cousas das obras, de que o Veador terá sua chaue somente; emperó na dita casa aueraa huã arqua de duas fechaduras e chaues, de que o dito Veador terá huã, e o escriuaõ outra, pera terem o liuro da receita e despesa de todas as cousas das ditas obras, asy ferramentas, madeiras, pregaduras, e todas as outras que acontecẽ, pera todas serem escritas e receitadas no dito liuro sobre o dito Veador, que dellas hade dar conta e recado a seu deuido tempo, e cõ huã tauola pequena cõ hũ pano verde o tempo que poder durar pera se nella escrever o que pertence, de maneira que nunca o dito Veador receba nem despenda cousa alguã senõ perante o dito escriuaõ. Será sempre deligente a servir seu carreguo sendo presente a todas as cousas das obras pera ver e escrever os carretos dellas, e serviço dos officiaes, que quando per alguãs vezes acontece que som cousas em que nõ cabe empreitadas, pera dar fee do que he servido e merecido nas obras da dita cidade; e quando o elle asy nom fizer quando por o dito Veador dellas for requerido, que encorra na pena atrás escrita no capitullo do escriuaõ da Camara.

Item.—o dito Veador será obrigado de vigiar sobre todas as obras da dita cidade e seu termo, a saber, muros, e barbacãs, cauas, portas, pontes, fontes, chafarizes, calçadas, canos, e caminhos &c. que se nõ danefiquem, e por pouqua

despesa de seu reparo venhaõ a maior danno e despesa, e de todo o que vir, e achar que compre de se fazer, requeira na Camara aos Vereadores que ordenem dinheiro pera se corregerem e repairarem, e do requerimento que lhe sobre ello fizer tome testemunho do escriuaõ da Camara, a que mandamos que lho dee pera resgoardo do dito Veador, porque se o asy nõ fizer, será obrigado pagallo de sua casa todo corregimento, despesa que se por ello mais fizer.

Item.—Posto que seja ordenado que todas as obras da cidade se fação de empreitada, emperõ o dito Veador será obrigado vigiar todos os mestres e os officiaes que as fizerem, porque sejaõ feitas e compridas como deuem, posto que os ditos moradores (a) e officiaes sejaõ obrigados a compoer o dano, o dito Veador isso mesmo responderaa pelo dano se nõ vigiou sobre ellas como deuia, salvo quando for alguã taõ pequena cousa, e de tal calidade, em que nõ possa nem deua caber empreitada, e entãõ o escriuaõ seraa de presente a todo, e pera escreuer e dar fee de quem serue, e o que se nello gasta.

Contador e escriuaõ dos contos.

Item.—Alein da regra de contos que he geral a todos os contadores, porem ao contador da cidade, por ser e usa de comũ, deue ser mais encarregado na execuçaõ de seu officio; e porem ordenamos e mandamos que o dito contador tenha cuidado de tanto que passar o mes de março logo chamar o thesoureiro e escriuaõ do thesouro que venhaõ a camara, e elle dito contador cõ o escriuaõ dos contos vejaõ muyto bem a receita de tal thesourçiro do ano que passou, fazendo certa pelo caderno que das rendas lhe foi dado, assinado pelas Vereadores e procurador, e polos arrendamentos das rendas que acharã no liuro da Camara, e asy per rendimentos verdadeiros das que per ventura aquelle ano nõ terãõ arrendadas, e se enformará de todo pelos ditos liuros da Camara, e per outra qualquer maneira que o melhor pode ser; e feita, e asomada a dita receita lhe pedirá a despesa, e correrã os desembarguos e mandados por onde o fez, tendo os cadernos das remataçõis e do assentamento diante de sy; e feito este varejo em breue, pagando as despesas daquelle ano, qualquer dinheiro ou paõ que ficar deuendo, mande o dito contador que lhe faça logo entrega a pee quedo, o qual se entregatã logo todo ao dito thesoureiro do ano presente, que

(a) Assim está, mas parece que deve ser—mestres.

lhe passe dello seu conhecimento de como o recebe: e depois desto faça o dito contador e escriuão sua recadação comprida, e lhe dêa seu encerramento ordenado; e se por ventura fiquar mais deucendo, faça fazer entrega ao dito thesoureiro do ano presente, como dito he, e não aguarde o dito contador pera lhe esto ser mandado pelos Vereadores, mas que elle tenha cuidado de começar e acabar per todo o mes d'abril e maio seguinte, que he assas tempo pera o bem poder fazer, e mandar executar as diuidas no dito tempo. E quem se delle agrauar, perto estão os Vereadores, os quoaes a ello não darão outro espaço, somente detreminarão as diuidas ou agrauos do dito contador, o qual fará mandar fazer sua execução, e se o asy não fizer no dito tempo, mandamos que o pague á sua custa, e a elle fique recadallo depois de quem poder.

Item.—feita sua arrecadação cõ seu ençarramento ordenado, o faraa saber aos Vereadores pera a verem cõ elle, e asy a linha dos mandados, segundo forma de seu regimento, mandarão fazer sua quitação em forma ordenada asinada per elles e pelo procurador, e sellada cõ o sello da cidade pera guarda de tal dinheiro.

Item.—todas as outras contas que os ditos Vereadores mandarem fazer, o dito contador as faraa cõ boa deligencia segundo seu mandado; e todos os liuros e arrecadações dos contos estaraõ metidos em seus almainros e arquas fechadas de duas fechaduras, huã do contador, e outra do escriuão dos contos.

Item.—quando se fizer algũa busca de contas pasadas pera hein das partes, ou qualquer outra escretura, o interesse ordenado da busca se partiraa per ambos de per meo, e na porta dos contos auerá huã fechadura com duas chaves do contador e do escriuão, que cada hũ desfeche quoaal primeiro vier.

Guarda da Camara.

Item.—Em poder do guarda da Camara estaraõ aquelles liuros que cada dia são necessarios de se verem, asy como o das posturas e ordenações da cidade, e asy o da fazenda della, e quoaesquer outros em que o escriuão da Camara escreue, e que cõpre a meu (sic) de setem vistos, os quoaes estaraõ em sua arqua de duas fechaduras e chaves, huã terá o escriuão da Camara, e a outra o dito guarda della, e asy teraõ as do alinereo em que estão os pesos, e medidas, e a das outras

cousas que jouuerem das portas a dentro da dita camara, e do almareo do cartoreo, em que estaõ os tombos e todas as escrituras da cidade, e asy as pontas da ley do ouro e prata, e bandeiras, e outras cousas, auera delles tres chaues, huã terá os Vereadores, outra o precurador, e a outra o escriuaõ da Camara, o qual faraa hum liuro e inventario de todas as cousas sobreditas que na dita Camara saõ entregues ao guarda della, que cousa alguã nõ fique, e asy mesmo faraa inventario do cartoreo e escrituras da dita Camara, e asy das outras cousas, que nhuã nom fique por ver e assentar no dito liuro, e da dita Camara nõ sairaa liuro algũ pera casa do escriuaõ nem para outra nhuã parte, saluo quando for enuiado pelos Vereadores por bem da cidade, e quando asy for enuiado será pelo guarda da Camara, e nom per outrem, e quando acontecer de se fazer alguã busca de liuros, ou outras escrituras por bem das partes, e per mandado da cidade, detreminamos e mandamos que o interece ordenado da busca de tal liuro, ou escritura se parta de per meo pelo dito escriuaõ, e guarda da Camara.

Almotacés.

Item.—Alem das ordenaçõs do Reino endereçadas a almo-taçaria, asy pera o bem comũ, como dos feitos dantre as partes pertence aos almotacés de Lisboa pela grandesa della mais algũs apontamentos pera avisamento e decraraçaõ dos quatro almotacés que entraõ cada quatro mezes, asy dos dous do regimento do bem comũ e limpeza da cidade, como dos dous almotacés dos feitos dantre partes, os quouis apontamentos sãõ os que se seguem.

Item.—Primeiramente tanto que os dous almotacés do bem comũ forem feitos e ordenados e asinados nos pelouros, proueraõ sobre a padaria se se vende o paõ cosido daquelle peso que he ordenado, e asy sobre os asongues da carne, e ordenança da venda dos pescados, e das versas, e fruitas, caças, galinhas, e unos, e legumes, &c., e asy no terreiro do trigo e logeas delle se se alienantãõ ou abaixãõ os preços fora da ordenança da cidade, e qualquer pessoa que nestas callidades acharem encorrido seja em elles rigulosamente executada a pena ordenada, e asy mesmo proueraõ se se vendem todas as cousas na ribeira nos lugares ordenados, e asy per todos os outros lugares da cidade dos muros a dentro, fruitas, e caças per seu preço, e os que acharem desordena-

dos da ley e ordenação que lhe executem a pena ordenada, e principalmente no dia da feira no reccio faryaõ manter, e guoardar esta regra, e todo este curulareo faryaõ os ditos almotacés em cada hum dia de pola menhã ate o jantar, e do jantar até noite proueraõ sobre a limpeza da cidade polos quadrilheiros de todalas ruas de cabo a cabo com grande execuçaõ nos ditos quadrilheiros se o hem nom fizerem, e asy os ajudaraõ cõ todo seu carrego e execuçaõ que compir.

Item.—Posto que lhe departamos os tempos aqui em que cada cousa ajaõ de fazer, emperó nã se lhe tolhe que quando diante de sy acharem humã cousa e outra a nõ correjaõ e •façaõ como deuem.

Item.—alem das cousas dos mantimentos sempre os ditos almotacés vigiarão sobre os pesos e medidas e preços dos officiaes mactanicos, e de todalas outras cousas que se compraõ e vendem na dita cidade que se nõ fação desordenadamente, como de ferradores, çapateiros, alfaiates, selleiros, barbeiros, cerieiros, candieiros, carpinteiros, pudreiros, telheiros, e olleiros, e todos os outros officiaes que nõ passem dos preços e sellairos ordenados, e com grande execuçaõ a quem nello encorrer, e quando acharem cousa fora do seu estillo, em que lhe parecer que nõ vay como deue, e que nõ tem pera ella regra ordenada pera fazerem execuçaõ, logno o façaõ saber aos Vereadores pera cõ elles prouerem sobre ello n que lhe bem parecer.

Item.—Algũas vezes acontece a esta cidade ser fallecida de carnes per menguoa de execuçaõ dos carniceiros e pessoas obrigadas a ello, e porein ordenamos e mandamos que todolas obrigações que forem feitas na Camara seja dado hum rol feito pelo escrivão da Camara e asinado pelos Vereadores, e entregue por elles aos ditos almotacés pera saberem as pessoas que sãõ obrigadas, e as constrangerem por ello, e asy como forem cortando e cõprindo sua obrigaçaõ, asy lhes sersa assentado no dito rol cõ boa deccaraçaõ della. E quando sairem os primeiros almotacés entregarão o dito rol aos almotacés seguintes, e asy de hums a outros até fin do anno, e pelo dito rol poderão saber se tem pessoas obrigadas que abastem á cidade, e sendõ que se trabalhem de auer outras asy os Vereadores, como elles.

Item.—Os dous almotacés que pertencem ás casas e heranças e feitos dntre partes serão auisados e amosados que nos feitos dntre partes nunca dem dilatores e excusadas, ante se trabalhem cõ toda ordem de juizo abreuiaer as contendas e

demandas, principalmente nos embargos das obras e casos dependentes em que nõ deve auer mais processo que ouvir e rezar huma parte e a outra, e vêla obra e caso per pessoa cõ o escrivão da almotafaria, e julgar logo sem trespassso o que lles parecer, e quem apellar da sentença hirá a seu juiz, que leuará tal feito á Camara, pera com os Vereadores ser asy visto e julgado ao dia do sabbado, que he pera ello ordenado segundo he cõtendo no capitulo de seu Regimento, e todos os outros casos e contendas despacharaõ com diligencia segundo firma das leis e ordenaçõis do Regno.

Item.—E porque se este Regimento cumpra e guarde muy inteiramente, ordenamos e mandamos que este liuro delle continuamente seja posto na mesa da Camara quando se fizer vereação, pera todos delle serem em conhecimento, e por elle poderem saber todos e cada hum o que lles pertence fazer em seus carregnos. Feito a trinta dias do mes dagosto era do nacemento do noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dois annos. E eu frei Gonçallo, frade de missa da ordem de Sam Domingos, que esto escreui.

Este Regimento fez Aurrique de Figueiredo por nosso mandado por seruiço de Deos e nosso e bem da cidade, e visto por nós cõ nosso conselho, emadendo o que nos bem pareceo, e por lembrança dos que bem seruem, o mandamos aqui assentar, e pera em todo tempo a cidade ser em conhecimento de seu bom seruiço, e merecimento, asy nesto, como em outras cousas que sempre frequereo por honra e liberdado da dita cidade, como seu bom vizinho e morador.

En Christouaõ de Magalhaẽs escriuaõ da camara desta cidade de Lisboa fiz tresiadar este Regimento do proprio assinado por ElRei, e por my conortei, e sobescreui, e assiney.—*Christouaõ de Magalhães*:

(fl. 16.)

Ordenado dos Vereadores (a).

Item.—Cada hum dos Vereadores tem de mantimento a dinreiro..... xs mil reis.

E de pam, cinco moios de trigo.

(b). Este Titulo vem no registo em continuacão do Regimento antecedente; e como lhe serve de complemento, e por isso tambem aqui junto ao mesmo Regimento.

E de couada outros cinco moios.

Procurador.

Item.—De seu mantimento o Procurador a dinheiro
iiij mil reis.

E de pam dous moyos de trigo.

E de couada hum moyo.

Escruiço da Camara.

Item.—De seu mantimento o escruiço da Camara a dinheiro
bj mil reis.

E de trigo tres moyos somente, afora arrematações de do-
zentos moyos de renda, que tem a cidade cadano de trigo e
couada.

Juizes do ciuel.

Item.—Cada hum Juiz do ciuel de seu mantimento a di-
nheiro cadanno..... xx mil reis.

E de trigo dous moyos cada hum.

E de couada outros dous moyos cada hum.

Juizes do crime.

Item.—Cada hum Juiz do crime de seu ordenado cadanno
x mil reis.

E de trigo cada hũ dous moyos.

E de couada cada hum dous moyos.

Thesoureiro.

Item.—O Thesoureiro da cidade de seu ordenado de di-
nheiro..... xij mil reis.

E de pam quatro moyos de trigo.

E de couada dous moyos,

Mesteres.

Item.—Cada hum Mester de seu ordenado a dinheiro
iiij mil reis.

E saõ quatro Mesteres.

E de paõ, a saber, de trigo cada hum dous moyos.

(fl. 26 v.)

23.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal
e dos Algarues daquẽ e dalcẽ mar em Africa, Sc-

nhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que auendo eu respeito aos muitos seruiços que os fidalguos, caualheiros, escudeiros, moradores, e pouo da minha cidade de Guoa nas partes da India tem feitos a ElRey meu Senhor e padre, que sancta gloria aja, e a my'em todas as guerras e armadas que por seruiço de Deos e meu se tem feito e fazê nas ditas partes per meus gouernadores e capitaes contra imiguos da nossa sancta fé catholica, pellos quoaes he rezaõ que a dita cidade receba de mi honra e merce, por estes respeitos, e por muito folguar de nisto lha fazer, tenho por bem e me praaaz que os Vereadores, e officiaes da Camara della posaõ fazer e ter seus aposentadores que siruaõ pelo tempo que lhe per elles for ordenado, pelos quais e naõ por outra nhuã pessoa seraõ aposentados todos e cada hũ dos que na dita cidade pousarẽ, aos quais aposentadores os ditos Vereadores e officiaes daraõ seu regimento da maneira que ajaõ de ter no aposentar e seruir de seu officio, pera que dem as pousadas a cada pesoa segundo sua calidade, e poderaõ aposentar dous, e tres, e mais em huã pousada segundo as calidades das pessoas forem, e delles poderaõ apellar pera os ditos Vereadores e officiaes da Camara, e dos officiaes da Camara pera o meu gouernador, que nisso proueraa como lhe bem parecer. E todos aquelles a que asy derẽ pousadas daraõ loguo penhores douro ou de prata aos donos dellas, pellos quais estem seguros de todos seus alugares (*sic*), e naõ os dando lhe naõ seraõ dadas pousadas. E por quanto a Rua direita desda porta da cidade até a porta da Ribeira he a principal Rua della, e em que viuẽ mercadores e pessoas que a nobrecẽ, ey por bem e mando que naõ possaõ nella dar, nẽ dem pousadas a nhuã pesoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja. Porẽ o notẽquo asy ao dito

meu capitaõ mór e gouernador das ditas partes, e todos e quaisquer outros meus officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que em todo o cumpraõ e goardê inteiramente como se nelle contem sem duuida nê embargo algum, que lhe a ello seja posto, porque asy o ey por bem e meu seruiço. Dada em a cidade de Lisboa a vinte e tres dias de março. Pero Fernandez a fez ano do nascimento de noso senhor (*sic*) de mil e quynhentos e co-renta e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que naõ seja pasada pela chancelaria, sê embargo da ordenaçãõ em contrario. E posto que diguã que outra nhuã pessoa possa aposentar senaõ os aposentadores que a Camara ordenar, o meu capitaõ mór e gouernador poderaa tambem ter aposentador, o quoaõ cõ os da cidade aposentaraõo juntamente.—EL-REY.

(fl. 62 v.)

24.

Dom Johaõ pêr graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalê mar em Afriqua, senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que a minha cidade de Guoa nas partes da India me enuiou dizer per seus procuradores que os moradores e fronteiros della portuguezes naõ podiaõ passar aa terra firme, onde lhe era forçado ir buscar seus mantimentos e neguoeçar muitas cousas que lhe eraõ necessarias sem licença do meu capitaõ da dita cidade, pela qual licença o dito capitaõ lhe leuaua hũ vin-tê a cada hũ por cada vez quê lha daua. Pedin-dome por merce que lhe quisesse tirar o tal trebuto; e auendo eu respeito aos muitos serpiços que os ditos moradores e fronteiros me tem feitos, e por muito folgar de nisto fazer merce á dita cidade,

por esta presente carta tenho por bem e me praaç que o dito capitaõ nẽ outra algũa pessoa lhe possa leuar nẽ leue dinheiro algũ pelas ditas licenças, e lhe sejaõ todas dadas de graça cada vez que as pedirem, e lhe forem necessarias; somente das que o dito capitaõ lhe der pera irem cõ jangadas e co-tias, leuaraa o escriuaõ que as fizeram que se montar na escretura conforme a ordenaçãõ. Porẽ o notifiquo asy ao meu capitaõ mór e governador das ditas partes, e ao capitaõ da dita cidade que hora he, e aos que ao diante forẽ, e a todos e a quaisquer outros officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que em todo a cumpraõ e guãrdẽ inteiramente como se nella contẽ sem duuida nẽ embargo algũ que lhe a isso seja posto, porque asy he minha merce. Dada em a cidade de Lisboa a vinte e tres dias de março. Pero Fernandez a fez anõ do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que naõ seja passada pela chancelaria sem embargo da ordenaçãõ.—I L-REY.

(fl. 60 v.)

25.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegaçãõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito a como os fidalguos, caualeiros, escudeiros, moradores, e pouo da minha cidade de Goa nas partes da India me tem servido e sernẽ cõ suas pessoas e fazendas e todas minhas armadas e cousas de meu seruiço, que nas ditas partes se fazẽ e ofrécẽ, pelo que he rezãõ que a dita cidade receba

de mi toda a merce e fauor; por esta presente carta tenho por bem e me praaaz que todas as vezes que os moradores della daqui em diante armarẽ e equiparẽ quaisquer náos, gallees, e nauios dé qualquer sorte que seja que naõ forẽ meus, de seus proprios escrauos e mantimentos pera quaisquer guerras e cousas de meu seruiço que se offecerẽ, os Vereadores e officiaes da Camara da dita cidade possaõ apresentar e apresentem ao meu capitaõ mór e gouernador das ditas partes os capitaes pera as taes galces, náos, e nauios que asy equiparẽ, ao quoaal mando que sendo as pessoas, que pella dita camara lhe asy forẽ apresentadas, aptas e suficientes pera as taes capitancias, os receba e confirme nellas. Porẽ o notifiquo assy ao dito meu capitaõ mór e gouernador, e a todos e quaisquer outros meus capitães, officiaes, e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conheçimento della pertencer, e lhe inando que em todo a cumpraõ e guardẽ inteiramente asy e da maneira que nella se contem sem duvida nẽ embargo algũ que lhe a isso seja posto, porque asy o ey por bem. Dada em a cidade do Lisboa, a vinte e tres dias de março. Pero Fernandez, a fez ano do nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil, e quinhentos e corenta e dous. Esta quero que valha e se cumpra posto que não seja passada pela minha chancelaria sẽ embargo da ordenaõ em contrario.—R. REY

(fl. 60)

26

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues plaquẽ e dalẽ mar em Afrigua, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virẽ faço saber que deſejando em que a minha cidade de Guoa nas-

partes da India seja sempre regida e governada per tais pessoas que a bem saibaõ reger e governar como cumpre a meu serviço e a seu nobrecimento, e querendo nisso fazer merce aos fidalguos, caualeiros, escudeiros, homens bons, e pouo della, tenho por bem e me praz que os officios de Vereadõres, Juizes, procurador, escriuão da Camara, Almotacés, procuradores do pouo, e os vinta quatro dos mesteres, em que anda o regimento e governança da cidade, andẽ sempre naquelles casados e moradores della, que forẽ portuguezes de nação e geração, e não em outros nhũs de nhũa outra nação, geração, e callidade que sejaõ. Porẽ o notefiquo asy ao meu capitão mór e governador das ditas partes, capitão da dita cidade, ouuidor geral, e ouuidores della, e a todos e quaiquer outros meus officiaes e pessoas, a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que em todo a cumpraõ e guardẽ inteiramente como se nella contem sã duuida nẽ embargo algum que a isso seja posto, porque asy o ey por bem e meu serviço. Dada em a cidade de Lisboa a vinta quatro dias de março. Pcro Fernandez a fez anno do nacimiento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhẽtos e corenta e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que naõ passe polla chancelaria sem embargo da ordenaçãõ em contrario.—EL-REY.
(fl. 52.)

27

Dom Johaõ per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalẽ mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e de India. A quantos esta minha carta virẽ faço saber que a minha cidade de Guoa nas partes de India me enuiou

dizer por seus procuradores que muitas pessoas que nestes Reinos tiueraõ carreguo e officios, de que per justiça foraõ priuados por culpas e falsidades que nelles cometeraõ, se hiaõ, e cõ cartas minhas de encomenda que leuauaõ, ou per suas aderencias entrauaõ loguo nos carregos e officios da gouernança da cidade e da justiça, e asy de minha fazenda, pedindome por merce que por quanto as tais pessoas eraõ infames, e de que sempre se esperaua cometer semelhantes culpas, ouuesse por bem que naõ podesẽ laa servir e nhum dos ditos carreguos; e auendo a isso respeito, e assi pello que toqua a meu seruiço; por esta presente carta defendo e mando que nhuã pessoa de qualquer calidade que seja, que nestes Reinos fosse ou ao diante for priuada per justiça de qualquer carreguo ou officio que tenha seruido, ou ao diante servir, possa laa servir em nhũ outro asy da justiça e da gouernança da dita cidade, como de minha fazenda, e sendo caso que algum dos sobreditos leue minha carta dencomenda em seu fauor pera a dita cidade que o prouēja, ey por bem e mando que lhe naõ seja comprida, e me seja feito saber a sustancia de tal carta, e a pessoa que lha der. Porẽ o notefiquo asy ao meu capitaõ mór e gouernador das ditas partes, e veador de minha fazenda, e a todos e a quaisquer outros officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conheçimentõ della pertencer, e lhe mando que inteiramente a cumprão e guardẽ como se nella contem sem duuida nẽ embargo algũ que a isso seja posto. Dada em a Cidade de Lisboa a vinta quatro dias de março.— Pero Fernandez a fez ano do nacimiento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que naõ seja passada pola chancelaria sem embargo da ordenaçãõ em contrario.—EL-REY.

28.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem mar em Afriqua, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que a minha cidade de Guoa nas partes da India me enuiou pedir por mercê per seus procuradores que a enleição geral dos officiaes da justiça e governança se fizesse cõ o escriuão da Camara della, e naõ cõ outros escriuães como sempre se fazia, e que o Ouvidor que estiuere ao fazer da enleição a acabase na Camara, e nam leuase as pautas pera sua caza, como já acontecera; e querendo niso prouer como cumpre a meu seruiço e boa governança da dita cidade, ey por bem e mando que acerca do escriuão se guarde a ordenança inteiramente, e que as pautas da dita enleição fiquê fechadas na Camara em hũ cofre de que auerá tres chaues, huã teraa o dito ouvidor, e outra o Vreador mais velho, e a outra o escriuão da dita Camara, e nella se acabará a dita enleição sem as ditas pautas della sairê. Porê o notifiquo asy ao meu ouvidor geral das ditas partes, ouvidor da dita cidade, e a todos e quais quer outros meos officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conbecimento della pertencer, e lhe mando que em todo a cumpraõ e guarde como nella se contem sem duvida nẽ embargo algũ que a isso lhe seja posto. Dada em a cidade de Lisboa a vinte quatro dias de março. Pero Fernandes a fez ano do nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que não seja pasada per minha chancellaria sem embargo da ordenação em contrario.—EL REY.

29.

Dom Johaõ per graça de Doos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem mar em Afriqua, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que a minha cidade de Guoa nas partes da India me enuiou dizer como eu lhe tinha dado sello pera que delle se vsasse da maneira que se vsa nas cidades destes Reinos; do quoaal sello sempre vsaraõ muitos ouuidores que nela foraõ, somente de certos anos a esta parte o deixauaõ de fazer e vsauaõ doutros sellos: pedin-me por merce que lho defendese; o quoaal visto por my, por esta presente carta defendo e mando que nhuã pessoa que na dita cidade me servir de ouuidor della naõ possa vsar nê m vsê doutro sello algũ, nem o tenha, salvo da dita cidade, e com elle mandará a pessoa que o tiuer asellar suas sentenças e cartas que ouuerê de ser aselladas, asy e da maneira que se faaz nestes Reinos sũ embargo de todas e quaisquer prouisoês e sentenças minhas ou de meus governadores e ouuidores geraes que em contrario sejaõ pasadas. Porem o notifiquei asi ao meu capitaõ-mor e gouernador das ditas partes, e ao ouuidor geral, e a todos outros ouuidores, juizes, e justiças, a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que inteiramente a cumpiraõ e guardem como se nella contẽ sem duuida nê embargo algũ, que lhe a ello seja posto, porque asy o ey por bem. Dada em a cidade de Lisboa a vinte e quatro dias do março. Antonio Ferraz a fez ano do nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que não seja passada pola chancelaria sem embargo da ordenação em contrario.—EL-REY.

30.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalê mar em Afriqua, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que desejando eu que a minha cidade de Guoa nas partes da India se ênobreça e vaa em todo crescimento asy polla muita boa vontade que lhe tenho, como polos serviços que os casados e moradores della me tem feito, e ao diante espero que me façaõ, tenho por bem e me praaaz que toda a pessoa asy portuguez, como de qualquer outra nação, geração, e calidade que seja que na dita cidade casar, que fizer casa de nouo, sendo christaõ, tanto que nella for casado e fizer as ditas casas, gose logo e vse inteiramente de todos preuilegios e liberdades que por my são concedidos, e ao diante conceder aos moradores della, sem embargo da ordenaçã do Liuro segundo de minhas ordenaçõs, titulo vinta hũ em contrario, que declara em quanto tempo se fazê os vesinhos e moradores das cidades e villas para poderê gosar de seus preuilegios; a qual ey por bem e mando que nestes não aja lugar, nũ se entenda. Porê o notefiquo asy ao meu capitaõ mór e gouernador das ditas partes, e ao ouuidor geral, e a todos os outros meus ouuidores, juizes, justiça, officiaes, pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que em todo a cumpraõ e goardê como se nella contem sê duuida nê embargo algũ que lhe a ello seja posto, porque asy he minha merce. Dada em a cidade de Lixboa a vinte e quatro dias de Março. Pero Fernandês a fez anno do nacimêto de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que naõ seja pasada per minha chancelaria sê embargo da ordenaçã em contrario.—EL-REY. (fl. 61 v.)

31.

Dom Johão per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalê maar em Affrica, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que desejâdo eu que a minha cidade de Guoa nas partes da India seja taõ acrescentada e ênobrecida como os seruços que os fidalguos, caualeiros, escudeiros, moradores, e pouo della me tem feitos, e ao diante espero que me fação, o merecê; per esta presente carta tenho por bem e lhe faço pura doação e merce deste dia pera todo sempre do chaõ salgado que está ao mandouy velho, que parte da bãda do muro com o esteiro que entra na caua, e da outra parte cõ a orte que foy de Rui Paacz, e cõ outra orte que ora he de Fernão Lopez, e casas de Diogo Guomez, e pola banda de baixo cõ o vallo que se mete antro o dito salgado e o mar, que he o caminho que vay do dito mandouy velho pera as casas e rua de Mestre Pedro; a qual doação e merce lhe asy faço pera praça e nobrecimento da dita cidade, derredor da qual praça, ey por bem e me prauz que a cidade possa fazer casas que lhe rendão, e no edeficar dellas se teraa sempre respeito á fortificação da cidade. Porê o notefiquo asy ao meu capitão mór e gouernador das ditas partes, veador da minha fazenda, capitão, e feitor da dita cidade, e a todos e quoaesquer outros meos officiaes e pessoas, a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que em todo a cumprão, e guoardê inteiramente como se nella contê sem duuida nê embargo algũ que lhe a isso seja posto, a qual se registará no liuro da minha feitoria para sempre se saber como lhe asy tenho feito merce do dito salgado, e a propria se guoardaraa no cartorio da Camara. Dada em a cidade de Lisboa a vinta

quatro dias do mez de março. Pero Fernandez a fez ano do nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quinhêtos corenta e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que não seja passada pela minha chancelaria sem embargo da ordenação em contraíro.—EL-REY.

(fl. 66.)

32.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalem már em Afriqua, senhor de Guiné, e da conquista, nanegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu os muitos serviços que os fidalguos, canaleiros, escudeiros, moradores, e pouo da minha cidade de Guoa nas partes da India me tem feitos, e ao diante spero me facão, pellos quois he razaõ que a dita cidade receba de mi honra e merce, e que os officiaes da gouernação della sejaõ preuilegiados como per bem de seus carguos e officios merecem: por esta presente carta tenho por bem e me praaaz que todas as pẽsoas que na dita cidade por sua enleiação tiuerẽ seruido, e asy os que ora seruẽ, e ao diante seruirem de Julzes, Vereadores, procurador, escriuaõs da Camara, e almotaces, naõ possaõ e nhũ tempo ser metidos a tromento per minhas justicas por nhũs casos de nhũ callidade que sejaõ, saluo por aquelles per que o saõ e deũ ser os fidalguos, e esto em quanto elles na India viuerẽ, porque viuendo fora della naõ gosaraõ deste preuilegio, nẽ lhe será goardado. Outrosy ey por tem e me praaaz que nhũ dos sobreditos que asy per eleiaõ tiuer seruido, ou seruẽ, e ao diante servir em cada hu dos ditos carreguos e officios naõ possa ser preso em ferros per nhũ caso ciuel nẽ critne de nhũ callidade que seja, saluo por aquelles per que por bem de minhas ordenações se mereça morte, o

que asy se entenderaa e se lhe goardaraa em quanto viuerê na India, como acima he dito. Poreim o norifiquo asy ao meu capitaõ mór e gouernador das ditas partes, ouuidor geral, e a todos os outros ouuidores, juizes, e justiçaes, officiaes, e pessoas, a que esta minha carta de preuilegio for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que mui inteiramente a cumpraõ e guarde como se nella contem sem duuida nem embargo algum que lhe a elio seja posto, porque asy he minha merce. Dada em a cidade de Lisboa a tres dabrill. Pero Fernandez a fez ano do nacimiento de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que não seja pásada pela chancelaria sê embargo da ordenaçãõ em contrario—EL-REY.

(A. 62.)

33.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarucs daquõ e dalem mar em Affrica, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçãõ, commercio de Ethiopia Arabia, Persia e da India. Faço saber que desejando eu que a minha cidade de Goa nas partes da India seja regida e gouernada em tal maneira que della saya exemplo pera todas as outras minhas cidades e fortallezas das ditas partes e vendõ como louuores a nosso senhor o pouo della vay em muito crecimento, pelo que he necessario serê ordenadas e emendadas alguãs cousas pera melhor regimento e gouernança della, alem do que por minhas leis e ordenaçõis he declarado, ordeno e mando que na vereaçãõ e officiaes (a) da dita Camara e almotaçaria se cumpraõ os apontamentos e cousas seguintes, asy e da maneira que se faz e esta cidade de Lisboa.

(a) Parece que deve ser—*officios*.

Primeiramente a Mesa da Vereação da Câmara ey por bem e mando que seja quadrada, de dez palmos de longuo, e seis de larguo, pera que os Vereadores todos tres possaõ bem caber nella de huã parte, e despejados cõ o rosto pera o pouo. e o que estiuer no meio sera encarregado de responder a todas as partes aquillo que por todos tres for acordado e determinado, e cada hu dos ditos tres Vereadores estara em este lugar do meio nũ mez, e mais naõ tirado per sorres o que começará primeiro, e así mesmo os dous que hiquere, e dy em diante tornaraõ per roda asy como sairaõ ao dito lugar do meio encarregados de responder como dito he: e caso que aconteça algu delles naõ estar na Câmara e mesa, aquelle que acontecer a sorte do meio fiquará da parte direita, e daly servira seu carguo da dita mesa e responder ás partes; e se for impedido o do meio, entre a responder o que de mais tempo passado não respondeo. E o escrivão da Câmara sera assentado no banco do topo da mesa da mão esquerda, e no topo da dita mesa da mão direita se assetaraa o ouvidor geral quando aa dita Câmara for por qualquer causa que seja, e asy o ouvidor da cidade; juizes ordinarios, e almotaces, procurador da cidade, e juiz dos orfãos, e procurador dos negócios; quando forem desembargar os feitos das partes, ou os mandare chamar. E quando ouuer Vendor das obras, e for chamado, ou o contador da cidade pera cõ cada hu auerem de despachar, ou falar cousas de seus carregos, os mandaraõ assentar no banco e topo do escrivão da Câmara, em quanto os elles fallar e despachare, e mais nũo, e da outra parte da mesa se contra o pouo naõ auerá banco salvo hua grade que naõ seja de maior altura que a mesa, e arredada della dous ou tres palmos, que não torça a vista dos Vereadores ao pouo, senaõ quanto for grossura da grade, e bẽ pintada e la-

urada. E outra pessoa alguma de qualquer estado e condiçãõ que seja senuõ assentaraa na dita mesa, e isto asy por naõ darẽ toruaçãõ aos ditos Vereadores, e os deixare despachar seus feitos, como pella cefimonia e acatamento devido aos que principalmente saõ encarregadõs do regimento e governança da dita cidade e bein comũ della. E pera as dignidades, e fidalgos, caualleiros, quando na dita Camara forẽ abastã aquelles escanos dos topos da mesa acostumados de huã parte e da outra, onde os ditos Vereadores, daraõ aquella honra e acatamento devido a cada hũ segundo for

E se acontecer estar o mou capitã mór e governador das ditas partes na cidade quando se fizer a precissãõ do dia de Corpõ de Deos, e quizer ir em ella, os ditos tres vereadores com suas varas vermelhas asy como vãõ na dita precissãõ iraaõ da parte direita do dito governador atras dõlle de maneira que naõ vãõ a par, nẽ o possa parecer; e outra pessoa alguã de qualquer estado e condiçãõ que seja naõ iraaõ diante delles, senaõ da outra parte esquerda, e todos os outros fidalgos e pessoas iraaõ de huã parte e da outra onde quiserẽ, saluo diante da cidade, como dito he; e asy em qualquer outra procissãõ que se fizer

E pera que este regimento se cump a e guarde inteiramente ordeno e mãdõ que esten scinpre posna mesa da Camara quando se fizer vereaçãõ, cada hũ pòder saber o que lhe peẽe fazer em as cãrguos Pero Fernandes o fez em Lisboa a cinco dias d'abril de mil quinhẽtos corẽta dous. — EL-REY.

O qual aluaraz eu Duarte Gracia, escriuaõ da Camara da dita cidade, terladei do propio por se ir daneficando por estar esorito em pergaminho; per mandado dos Vereadores, sẽ acrescentar nẽ minguar cõsa que duuida faça, estando presentes ao cõcerto Francisco Fernandes e Bastiaõ Dias, tabaliaẽs

publicos, em esta cidade, que comigo asinaraõ o dito concerto de seus sinais publicos e rasos, oje xxx dias dagosto de Mhclxx (1570). — Duarte Gracia

Concertado comigo tabaliaõ que o asinei de meu sinal raso e publico que tal he como se segue — Francisco Fernandes.

Concertado comigo tabaliaõ, e me asinei de meu sinal publico e raso acostumado — Bastiaõ Dias.

(A 37.)

34.

Dom Joham, per graça da Deos Rey da Portugal e dos Algarues daqne e dalem maar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação commercio da Ethiopia, Arabia Persia, e da India. A quantos esta minha carta virãtaço saber que auendo eu respeito aos muitos serviços que os fidalguos, cavalleiros, escudeiros, moradores, e pouo da minha cidade de Guoa, nas partes da India tem feitos a El Rey, meu senhor e padre, que sancta gloria aja, e a my pellos quais he rezaõ que a dita cidade receba de my honrra, e merçe, e por muito confiar nas pesqas per quem he regida e governada que em tudo faraaõ o que a meu serviço e bem da justiça e do pouo cumprir, por esta presente carta tenho por bem e me praaiz que os officios que a dita cidade daa per suas cartas os possa asy mesmo dar per erros em Camara a pdsqa para isso aptas per cartas de rezaõ he, e conheaõ dos ditos erros em Camara na Vereadores e Juizes, e determinõ o que for direito e justiça segundo forma de minhas ordenaçõs sem dalles apelaõs, mais apellaçao, ne agrauo, e isto quanto ao que toqua ao perdimento do officio somente, e quando aa mais pena ciuel ou crime que merecer, e que por rezaõ de seus officios alguãs partes lhe quizerẽ demandar, remetteraõ os autos aas justicas a que per direito pertencerẽ para se fazer

comprimêto de justiça, e a parte vencedor nam se-
raa metida em posse do dito officio, nê o serviraa
em quanto não trouxer certidão de como os ditos
autos são entregues aa justiça que delles ouner de
conhecer, e dandolhe a posse do dito officio sem
a dita certidão. a tal posse seraa nhuã, e c não po-
deraa servir.

Outrosy me praaaz por fazer merce aa dita
cidade, e ser coisa necessaria á justiça e bom
déspacho das partes, que ella possa poar hu homê
em cada aldea do termo quando nella poserem Juiz,
que escreua cõ elle todas as cousas que lhe mandar,
que a seu officio pertençaõ, e os autos e cousas que
escreuer teraõ tanta fé e auctoridade como se fossẽ
escriuãis ante os Juizes da cidade, a qual pessoa
que asy posere, seraa pera isso apta e sufficiente, e lhe
seraa dado juramento em Camara que bem e verda-
deiramente sirua o dito officio como cumpre a meu
serviço e bem das partes. Porem o notifique asy ao
meu capitão mór e governador, ouvidor geral, e
tòdos os outros ouuidores Juizes, e justiçaes, ofi-
ciaes, e pessoas a que esta minha carta for mostra-
da, e o conhecimento della pertêcer, e lhe mando
que em tudo a cumpraõ e guoardem, e façaõ in-
teiramente cumprir e guoardar como se nella con-
tem, e deixẽ vsar a dita cidade de tudo o nella
conteudo sũ embargo de todas e quoaesquer leis e
ordenacõis que aja em contrario, posto que a sus-
tancia dellas aqui não seja rellatada, sem embargo
da ordenaçãõ do segundo liuro que defende e man-
da que nhuã ordenaçãõ se entenda derogada se
da sustancia della se não fizer expressa mençãõ.
Dada em a cidade de Lisboa a cinco dias d'abril.
Pero Fernandez a fez anno do nacimento de nosso
senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta
e dous. E esta quero que valha e se cumpra posto
que não seja passada pella chancellaria sem em-
bargo da ordenaçãõ em contrario.—EL REY.

(fl. 53 v.).

35.

Eu El-Rey faço saber aos que este meu alvaraa virê que eu ey por bem e me praaaz que a minha cidade de Guoa nas partes da India possa ordenar e dar hũ tanto aa custa das rendas do conselho a huã pessoa que ê minha corte lhe precure seus negoceos, o quoaal tanto quanto quer que for ey por bem e mando que pello registo deste, e conhecimento da pessoa a que per mandado dos Vereadores for entregue pera o trazer e entregarao dito seu procurador, seja leuado em conta ao thesoureiro ou recebedor da cidade. E este quero que valha como carta em pergaminho asinada per my, e passada per minha chancelaria sem embargo da ordenaçã do Liuro segundo, titulo 20, que defende e manda que naõ valha aluaraa, cujo effecto aja de durar mais de hũ ano, e asy sem embargo de este naõ ser passado pela chancelaria. Antonio Ferraz c fez em Lisboa a oito dias dabrill de mil e quinhentos e corenta dous.—REY.

(fl. 63 v.)

36.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ o dalem mar em África, senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçã commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito a como os quatro procuradores dos mesteres da minha cidade de Guoa nas partes da India deixaõ de fazer seus officios, e de negocearẽ suas proprias fazendas por andarem requerendo e procurando as cousas do pono e bem da dita cidade, pello que he resaõ que os que bem fazẽ recebaõ por isso algum premio e galardã de seu trãbalho, e asy pera que mais folgẽ de servir

os ditos carreguos, e o fazer como deuê; por esta presente carta tenho por bem e me praaç que o officio de aflador das medidas, que he da dada e prouimento da dita cidade, seja sempre prouido per enleição de tres em tres anos cada hũdos ditos quatro procuradores que mais e melhor tiuerem seruido, de maneira que nelles ande sempre, e não em outras nhuãs pessoas de nhuã calidade que sejaõ, posto que em outras cousas e carregos tenhaõ seruido a cidade, e lhe seja em obrigaçaõ, porque somente quero que ande nos ditos procuradores, e a elles e não a outrẽ seja prouido.

Outrosy pera bõ auiaimento e mais desengano dos merquadores e pessoas que na dita cidade comprarẽ quaisquer mercadorias, ey por bem e me praaç que os Vereadores e officiaes da Camara della possaõ ordenar e mandar fazer huã ballança em hum lugar ou casa publica, pera nella poderẽ ir pesar e repezar suas mercadorias todos os merquadores e pessoas que per suas vontades e pera seu desengano o quiserem fazer e não por obrigaçaõ nẽ costringimento que lhe a isso seja feito; por que o não ey por meu seruiço, da qual balança a dita cidade faraa juiz hum dos ditos quatro procuradores de tres em tres annos, ou como lhe milhor parecer, e não outra nhuã pessoa; e lhe ordenaraa por seu trabalho hũ tanto por cada quintal soldo á liura de todas as mereadorias e cousas que os ditos merquadores e pessoas por suas vontades, como dito he, quiserem ir pesar a ella.

Porem o notifiquo asy ao meu capitaõ mór e gouernador das ditas partes, veador de minha fazenda, ouuidor geral, Vereadores, procurador, e officiaes da Camara da dita cidade, e a todos e quaisquer outros meus officiaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhe mando que asy o cumpraõ e façaõ cumpriř e guardar inteiramente sem duuida nẽ embargo algum

que a isso seja posto, porque asy o ey por bem e mett' scruiço, e bem da dita cidade. Dada em a cidade de Lisboa a dez dias d'abril. Pero Fernandez a fez anno do nascimento de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e corêta dous. E esta quero que valha e se cumpra posto que naõ seja passada pela chancelaria sem embargo da ordenaçãõ em contrario. E posto que digua que os Vereadores somente limitem o que aja de leuar a dita pêssoa que asy tiuer cargo de Juiz da balança, elles o limitaraõ cõ o ouvidor geral juntamente.—EL-REY.
(fl. 64.)

37.

Dom Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algaruês daquê e dalem maar em Afriqua, senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçãõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. Faço saber a quantos esta minha carta virem que auendo eu respeito a esta cidade de Guoa naõ ter lugar limitado pera ribeira e varadouro dos nauios dos mercadores naturaes e estrangeiros, e quaisquer outros que nauegaõ e vem aa dita cidade cõ suas mercadorias pera nella os carregarê, e vararê, e pola necessidade que disso teth pera nobrecimêto della, ey por bem e me praaaz fazer merce aa dita Cidade do sapal alagado dagoa salgada que está ao longo deste rio, das casas d'antonio Correa até ás casas d'afonso Piquo, e esto para sempre, o quoaal se entulharaa, e fará d'elle o dito varadouro e ribeira pera os ditos mercadores poderê nelle varar e corregger suas náos e nauios, e fazer seus bangaçaes, e o dito chaõ naõ seruirá mais doutra cousa alguã, senaõ do dito varadouro, nã a dita cidade e officiaes della o poderaõ dar e nhũ tempo a pessoa alguã. Notifiquoo asy ao meu capitaõ mór, e governador da India que ora hê, e aos que ao diante forê, e ao Veador da minha fazenda, e ao capitaõ da dita ci-

dade, e officiaes a que pertencer, pera quem todo cumpraõ esta carta como se nella contẽ, e naõ dem o dito chaõ, nẽ o consintaõ dar ã nhũ tempo a pessoa alguã, como dito he. E mando ao dito Veador da fazenda que lhe dê a posse delle, e mande marcar, e pôr as marcas necesarias, e pera firmeza dello lhe mandey passar esta, a qual se registaraa na feitoria da dita cidade, e na Camara della, aonde estãraa, e se guardaraa sã duuida alguã. Dada em a cidade de Guoa sob meu sello. El Rey o mandou por Martim Affonso de Sousa, do seu conselho, seu capitaõ geral e governador da India &c. Antonio Gonçalvez a fez a vinte e synquo de mayo ano do nascimento de noso sephor Jesu Christo de mil e quinhentos e corenta e tres. Cosme Ayes a fez escrever.—Gouernador *Martim Affonso de Sousa.*

(fl. 66 v.)

38.

Dom Johão per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. Faço saber a quantos esta minha carta virẽ que pelos officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me foi apresentado huã minha carta patente por my asinada e asellada, per que eu tinha feito merce á dita cidade do chaõ, que estas noçoes della, onde foraõ as ferrarias, pera se nella fazerẽ casas pera recolhimento dos mantimentos que a ella viesẽ; pedindo-me a troco do dito chaõ lhe fizesse merce doutro chaõ que estaa da casa do mandouĩ até á porta da ribeira, que está ao baluarte da poluora, que teria de comprido cento e corenta couados, e doze couados em banda e largura, bem resguardadas as portas, pera se nelles fazerẽ as logeas pera recolhi-

mento dos ditos mantimêntos, por quanto asy he muito melhor, e cõ muito mais nobrecimêto da dita cidade, e menos oppresaõ dos que aa terra trazê os ditos mantimentos se poderiaõ fazer, ainda que á dita cidade fose mais custo: o que visto per my, avendo respeito a lhe eu ter feito a dita merce do dito chaõ das ferrarias pera mais nobrecimento da dita cidade; e por outros muitos respeitos que pera isso auia, e ora elles dizerê que muito melhor o poderaõ fazer nestoutro chaõ por estar em luguar mais cõuinhael: ey por bem e me praaaz fazer mercê aa dita cidade doje pera sempre emfatiota do dito chaõ da casa do mandouy ate á porta da ribeira que está ao baluarte da polnora, por quanto por elle alargou o outro das ferrarias, e asy a pedra que nelle estaa, que della não auerá cousa alguã, por quanto a dita carta foy rota ao asinar desta, no qual chaõ se faraõ as ditas logeas. Por tanto o notifiqũo asy ao vedor da fazenda, officiaes a que pertencer, pera que metaõ de posse a dita cidade do dito chaõ, e lhe deixem fazer nelle as bemfeitorias sem lhe á isso ser posto duuida alguã, porque asy he minha merce; e sendo o dito chaõ carregado em receita sobre algũ official de S. A. mando que lho seja leuado em conta polo treslado desta e certidaõ de como a dita cidade he em posse. Dada em Guoa sob meu sello a dez da feureiro. ElRey o mandou por Martim Afonso de Sousa, do seu conselho, e governador da India. Antonio Teixeira a fez ano do nacimiento de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos corenta e cinco. Antonio Cardoso a fez escreuer.

—Gouernador *Martim Affonso de Sousa.*

39.

Dom Johão per graça de Deos Rey de Portugal e dos algaruês daquê e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que os vereadores, Juizes, procurador, e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me enuiaraõ dizer ã nome della que eu tinha feito merce á dita cidade que ella podesse ter huã casa cõ huã balança pera nella pesarê aquelles que quiserê per sua vontade, por ser muy necessaria pera bem dos mercadores e outras pessoas que tratauaõ cõ suas fazendas e mercadorias; e por quanto esta casa em que auia destar a dita balança cumpria muito ser em parte conuinhaue para o dito meneo, me pediraõ ã nome da dita cidade que lhe fizesse merce d'huã casa velha que estaua no cabo das ferrarias velhas que foraõ no caes da dita cidade, pera a mandarê concertar e ordenar nella a dita balança; e visto por my o que dizê e requerê ã nome da dita cidade, e auendo respeito ser isto pera nobrecimento da dita cidade e bem do pouo, e mercadores, e pessoas que nella tratarê: ey por bem e me praz fazer merce aa dita cidade de Guoa da dita casa velha e chaõ della que estaa no cabo das ditas ferrarias, asy e da maneira que ora estaa cõ suas seruentias, e esto emfatiota para sempre, pera se nella fazer e ordenar a dita casa e balança como acima he declarado. Notifiquoo asy ao Veador de minha fazenda nestas partes, e ao feitor da dita cidade, e officiaes a que pertencer, e mudo que metaõ loguo de posse a dita cidade das ditas casas, e lhas deixê ter, e fazer nellas a dita ballança, e o que for necessario para isso, de que se fará assento nas costas desta cõ declaração do tamanho e grandura das ditas casas, sê uisso lhe ser posto duuida nê embargo algũ, e far-

selha declaração no liuro dos propios de como lhe asy foy dada. Dada em a minha cidade de Goa sob meu sello. ElRey o mandou por Dom Johão de Crasto, do seu conselho, e seu capitaõ geral e governador da India. Antonio Gonçalvez a fez a dezoito de Janeiro ano de nacemento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos corenta e seis. Antonio Cardoso a fez escreuer.—Governador *Dom Johão de Castro.*

(fl. 68.)

40.

Eu ElRey faço saber a quantos este meu aluara vyrem que eu saõ emformado que algũs cidadãos e moradores da mynha cidade de Goa nas partes da India, que per eleição da dita cidade saõ por Vreadores, Juizes, e officiaes da Camara della cõforme a ordenação, se escusão de servir os ditos officios, e tem auidas prouisões dos meus capitaes môres e governadores per que os haõ por escusos de os servir; e porque naõ hey por bẽ que se vse das tais prouisões por alguns justos respitos que me a yso mouẽ, por este aluara hey por reuogadas todas e quaisquer prouisões que os ditos meus governadores tynerem pasadas per que ajaõ por escusos a quaisquer pessoas de qualquer callidade e condiçãõ que sejaõ de servir os ditos officios, e quero e me praz que sem embarguo delas as pessoas que as tem syrnaõ os ditos officios e cargos do concelho da dita cidade quando pera isso forẽ eleitos cõforme a hordenação, e mando a Dom Affonso de Noronha, meu muito amado sobrynho, VisoRey nas ditas partes, e a todos meus desembargadores, ouvidores, juizes e justiças a que o conhecimento pertencẽr, que asy o cumprãõ e guardem e façaõ ynteiramente cõprir sã nyso ser posta duuida nem embarguo alguũ. E este quero que valha e tenha força e vignor como se fose carta e pergaminho asynada per my, asel-

lada do meu sello, e pasada pela chancellaria sem embargo da ordenação do L.^o 2.^o tit. 20, que manda que as cousas cujo effeyto ouuer de durar mais de huũ anõ pasê per cartas, e pasũdo per aluara não valhaõ, e se cumpra ynteiramente posto que não seja pasado pela dita chancellaria outrosy sê embargo da ordenação ê contrario. Antonio daguyar a fez em Lisboa a dezasete de nouembro de mill quynhêtos cincoõta e dous.—REY.

(fl. 90.)

41.

Dom Joaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Affrica, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. A quantos ésta minha carta virem faço saber que os Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me imuiaraõ dizer que antiguamente e sempre a praia de Pangã da Ilha de Guoa estiuera despeiada e sem nenhuũ impedimento nem valados, e o pono se seruia por ella, e que podia ora auer hum anno e meio, ou o tempo que viesse em verdade, que o meu Viso Rey da India dera parte da dita praia e fizera della merce em meu nome a huã Isabel Ferreira, molher que foi de Luis Alvarez de Figueiredo defunto, que ora he casada com Francisco Coelho, os quais valaraõ a dita praia de valados novos, pollo que se empedia a seruentia do concelho, e varação de cotias que ahi se sohiaõ varar; pedindome que nisso prouesse como fosse resaõ e justissa; e visto por mi seu requerimento, e por quanto o dito meu Viso Rey foy ver a dita praia, e achou que estando valada da maneira que ora está fazia muyto perjuizo, e o pono recebia dano e opressaõ por se lhe impedir a seruentia, cousa taõ necessaria para muitos socadimentos que podia a.

contecer de guerra, e pera despeio e desembarcação dos nauios que de fora vem e estão na franquia, polla qual resaõ o caminho hade estar despeiado, principalmente aguora que o dito Viso Rey mamdou fazer huã ponte que vay da fortaleza de Pangy pera a dita praia, e estando como ora está, senaõ pode servir por ella; e auendo a tudo respeito, ey por bem e me praz de fazer doação e merce pera sempre ha dita cidade, como de feito por esta minha carta faço doie pera todo sempre, da dita praia e chaõ, de que o dito meu Viso Rey fez merce em meu nome ha dita Isabel Ferreira, posto que nella tenha feitos quaesquer vallados, os quais loguo seraõ desmanchados e postos por terra, e ficará o dito chaõ deuoluto ao concelho assy como dantes estaua; e isto sem embargo de lhe o dito meu Viso Rey ter feita a dita merce, e da prouisaõ que lhe disse passou, e sem embargo tambem de ser de qualquer guanearia, e me pagar-foro, por quanto assy o ey por bem polla necessidade que disse ha pera o sobredito; e porẽ o dito chaõ e praia será aualiado por pessoas que o bem entendaõ, e o presso por que for aualiado se paguaraa ha dita Isabel Ferreira, ou ao dito seu marido Francisco Coelho, de minha fazenda, e esta merce faço á dita cidade com tal condiçaõ e declaraçaõ que nunca aguora nem em nenhũ tempo dê a dita praia e chaõ todã nem parte della a nenhuma pessoa, mas antes fique da maneira que dito he pera seruentia do pouo. Por tanto o notifieo assy ao Veedor de minha fazenda, Capitaõ da dita cidade, e a todollos mais officiaes e justissas a que esta minha carta for mostrada; e o conhecimento pertencer, e lhes mamdo que a cumpraõ e façaõ inteiramente cumprir e guardar da maneira que se nella conthem, e metaõ loguo em posse ha dita cidade do dito chaõ e praia da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum que a ello

seia posto, e sem embargo de qualquer prouisaõ que tenha o dito Francisco Coelho ou sua mulher, por quanto assy he minha merce, e a ey por derogada pellos ditos respeito, e pera firmeza dello lhe mandey passar esta minha carta, dada em a dita minha cidade de Goa sob meu sello. ElRey o mandou por Dom Afonso de Noronha, seu muito amado sobrinho, e Viso Rei da India &c. Rodrigo Monteiro a fez a vinte e noue dagosto anno do naciemento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos sincoenta e quatro. Simaõ Ferreira a fez escreuer.—*Dom Affonso.*

Carta per que V. A. faaz doaçaõ e merce doie pera todo sempre aa cidade de Goa da praja e chaõ acima declarado que está junto de Pangim, de que o seu Viso Rey da India fez merce a Izabel Ferreira, que hora he casada com Francisco Coelho, sem embargo da prouisaõ que lhe passou, e sem embargo de ser o dito chaõ de qualquer guancia, e pagar forq, e será aualiado por pessoas que o entendaõ, e se pagará da fazenda de V. A. o presso por que for aualiado, e a dita merce faz á dita cidade com condiçaõ que não possa dar nunca o dito chaõ e praja a nenhuma pessoa, e fique pera seruentia e despeio pollos respeito acima.—Registada. Simaõ Ferreira—Gonçalo Lourenço.

Foi embargada esta carta na chancellaria por parte de Francisco Coelho em Goa a dezassete de setembro, de mil e quinhentos sincoenta e quatro annos.—Agostinho Saluado.

Tanto que for dezêbarguada se tornará á chancellaria pera se nella registrar. Pagou nichil, e aos officiaes duzentos sincoenta e dous reis e meio. Em Goa a quinze dias de setembro de mil quinhentos sincoenta e quatro annos.—Agostinho Saluado.

12

Dom Sebastião per graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarues daquê e dalêm mar e Affrica, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que os Vereadores, precurador, e precuradores (sic) da minha cidade de Guoa das partes da India, e precuradores dos mestres della, me enuiaraõ dizer per suas cartas e apontamentos que me foraõ apresentados por Pero Fernandez meu escriuaõ da Camara, seu precurador, que ElRey Dõ Manoel meu bi-avô, que sancta gloria aja, avendo respeito aos muitos serviços e merecimentos dos cidadãos casados e moradores da dita cidade entre outras merces que lhe fez ouue por bem de lhe conceder todos os privilegios e liberdades e franquezas que ao tal tempo per elle e pellos Reis seus antecessores eraõ concedidos aa cidade de Lisboa, de que tinhaõ sua carta confirmada per ElRey meu senhor e avô, que sancta gloria aja, e por na dita carta não ser feita expressa e particular menção dos ditos privilegios, e da sustancia delles, os meus governadores, capitães, e officiaes das ditas partes asy da justiça como da fazenda os não deixavaõ vsar inteiramente dalgũs dos ditos privilegios dizendo que lhes não constava de como a dita cidade de Lisboa os tinha: pedindome por merce que lhe mandasse passar minha carta cõ o teor e sustancia dos ditos privilegios, cujos trellados autenticos me foraõ presentados pelo dito Pero Fernandez, seu procurador; e visto seu requerimento, e trellados dos ditos privilegios, avendo respeito aa dita cidade de Guoa ser a mayor e a mais nobre e importante das ditas partes da India, principal e cabeça de todas as outras cidades e fortalezas que eu nellas tenho; e asy aos muitos e grandes serviços, que os

Reis meus antecessores, e eu temos recebidos dos casados, cidadãos, moradores, e pono della, asy na tomada e defensão da mesma cidade, quando se tomou aos mouros, como depois em todas as guerras que os mouros e gentios lhe fizeraõ, e em todas as mais guerras, conquistas, soccorros, e armadas, que os meus capitaes môres e gouernadores das ditas partes nellas fizeraõ contra os inimigos de nossa sancta fee catholica e de meu seruico, oferecendose sempre a isso de suas liures vôtades e aa sua propria custa e despesa, e em suas proprias náos e nauios cõ gente sua e mantimentos seus arriscando suas vidas e gastando muito de suas fazendas, e alem disso fazendome outros muitos e grandes seruicos e empréstimos de dinheiro todas as vezes que vem que os ditos meus capitaes môres e gouernadores tem necessidades pera cousas importantes e de meu seruico; pelos quoaes he rezaõ que lhe seja feita honra, acrescentamento, e merce, conforme a grandesa e merecimento delles, e por esperar dos ditos cidadãos casados e moradores de Goa que toda a honra e merce que lhes fizer me seruiraõ sempre em tudo o que se ofrecer ao diante como atéqui o tem feito; por todos estes respeito, e por muito folguar de lhes fazer merce, ey por bem de conceder e fazer merce aa dita cidade de Guoa de todos os ditos prauilegios asy e da maneira que a dita cidade de Lisboa os tem, e lhes foraõ concedidos pelos Reis meus antecessores, e por mî, dos quoaes algũs em sustancia e callidade sãõ estes que se contem nas addiçõs e capitulles adiante declarados.

I. Primeiramente quero e me praez que todos os cidadãos da dita cidade de Guoa, e pessoas que agora e pello tempo em diante andarẽ nos pelouros e enleiaçã dos officios da Camara e governança da cidade, e todos seus filhos e netos e decendentes delles deste dia para sempre gosem e usem:

de todas as honras, franquessas, preuilegios, isenções, e liberdades que tinham, e de que antigamente usauam os infanções da terra de Santa Maria, que heraõ netos dos Reis destes Reinos, filhos dos Infantes filhos segundos dos ditos Reis; e mando que as suas prisões e em todos os mais casos e cousas que lhe sobcederẽ sejaõ tratados dos Viso Reis, capitaães mōres, gouernadores das ditas partes, e de todos e de quaesquer outros meus capitaães e officiaes asy da justica como da fazenda dellas, e de todos meus Reinos e Senhorios, como o saõ os netos dos Reis destes Reinos filhos de seus filhos segundos, porque asy o ey por bem e meu seruiço.

II. Outrosy me praaaz e ey por bem que quando os officiaes dos officios que saõ da presentacão e promimento da dita cidade de Goa cometerẽ nelles erros per que deuaõ de ser presos ou suspensos, os Vereadores e officiaes da camara della que ao tal tempo forẽ os possaõ mandar prender e responder, e proceder cõtra elles como for justica, e alenantar-lhe as prisões, e restituillos aos officios segundo lhes parecer que o detẽ fazer per direito, sem outras algũa justicas poderẽ conhecẽr dos taes casos, nẽ lhe irẽ a isso na mão, porque eu lhe concedo e faço merce a elles da dita jurdição.

III. Outrosy ey por bem e me praaaz que o escriuaõ da Camara da dita cidade e os escriuaães dos orsaõs della e seus termos possaõ fazer e façaõ escrituras publicas e as asinãr de seus sãdals publicos, e dar lee cada hũ no que tocar a seu proprio officio, a saber, o escriuaõ da Camara nas cousas da Camara, e os escriuaães dos orsaõs no que toca aas cousas dos orsaõs, asy e da maneira que o fazem e podem fazer os taballiães em seus officios de taballiães.

IV. E pera melhor ordẽ e mais nobrecimento da dita cidade de Goa, ey por bem e me praaaz que os Vereadores e officiaes da Camara della querendoo

fazer, possam ordenar e mandar que todos os officiais, de cada bũ dos officios, mechanicos e mesteres da dita cidade, se ajuntem e vivão juntos em quaesquer bairros ou ruas da cidade, que lhes melhor parecer, e os não consintão fazer os tais officios, e mesteres, apartados hũs dos outros, oũ tanto que a cidade, contente e satisfaça as pessoas que tiverẽ casas nas ruas e bairros pera que asy mudarẽ os ditos officiaes e mesteres, dando a cada hũ pellas ditas casas que nellas tiverem outras tantas e tão boas como as que lhe tomarẽ pera os tais officios em outras ruas tão boas e tão conuenientes, ou outro tanto aluger quanto por ellas ao tal tempo lhe dauão.

V Outrosy ey, por bem e mando que os ditos cidadãos e quaesquer outros moradores da dita cidade, do Gõu que harrmas defenciua e ofensiuas tiverẽ pera oũ ellas me servir, não sejam nẽ possam ser nellas penhorados, nẽ executados pelas diuitas que deuaõ de qualquer contra o callidade que sejam tendo outros bẽs e fazendas em que a tal penhorãtẽ execuçaõ se possa fazer nelles.

VI Outrosy ei por bem e mando, que todas as vezes e a todo tempo que qualquer cidadão da dita cidade do Guadalupe aa minha corte per mandado dos Vereadores e officiaes da Camara della negocear e requerer, algũas cousas e negoceos da cidade seja bem representado e lhe sejaõ dadas casas, pousadas, e coimas, pera elle e os que consigo trouerem e conforme a sua qualidade e estrebarias pera suas bestas qẽ mais ser necessario pera isso outra minima prouisaõ nem mais expresso mandado, que não pagam pelo estado da terra.

VII Outrosy ey por bem e mando que as naos e nauios de qualquer sorte que sejaõ que andarem occupados do carreto do paõ e outros quaesquer mantimentos necesarios pera o prouimento da dita cidade, não possam ser tomados per nhũs meus

oficiaes, salvo per expresso mandado do meu capitão mór e governador quando fore necessários pera o socorro e prouimento de minhas fortallezas, e não pera outras algũas cousas posto que de meu serviço sejaõ.

VIII. E pera a dita cidade de Guoa poder ser melhor prouida e abastada de mantimentos, como compra a meu serviço e bem della, ey por bem e me praaiz que todo o trigo, arroz, e quaisquer outros mantimentos de qualquer sorte e validade que sejaõ, que quaisquer pessoas de qualquer nação, asy moradores na dita cidade, como estrangeiros a ella leuare, the não possaõ ser tomados nas outras minhas cidades e fortalezas, e lhos deyxẽ liuremento levar aa dita cidade de Guoa, salvo quando acõtecer serẽ os tais mantimentos necessários pera prouimento dalgoas minhas armadas ou fortalezas, a que cõvenha prouer com tanta diligencia que não haja lugar pera poderem auer por outra via pera as tais necesidades.

IX. Outrosy ey por bem et me praaiz de fazer merce aa dita cidade de Guoa que o escrivão da Camara della queõ hora he, e os que ao diante forem, gozẽ e usem de todos os prouilegios e liberdades que tem, e de que usem os escrivães dos contos da cidade de Lisboa, e sejaõ excusos de pagarẽ todos e quaisquer pedlidos, e de servir em todos os outros encheffegos e obrigações do conselho e do povo.

X. E por fazer merce aos moradores e povo da dita cidade de Guoa, e por muito desejas o nobreimento dessa, ey por bem e me praaiz que os Vereadores, procurador, e procuradores dos mestres della juntem em Camara, e sendo permissão chamados os cidadãos e pessoas que soem andar na governança da dita cidade, possaõ repartir e alojar em fatibõs a quaisquer pessoas que the bem pareceẽ todos os capos, rossios, e baldios della pera nelles se fazerẽ casas, e quaisquer outros edificios que so-

rem em proveito do pouo e nobrecimento da dita cidade, e lhe dou poder e authoridade, para isso, o que se entenderaa naquelles câpos e baldios que não servêrẽ nê forem necesarios pera o negócio da ribeira, almases, e varadouros de náos e natios, asy de minhas armadas como das outras de partes.

XI. Outrosy ey por bem e mando que os ditos Vereadores e officiais da Camara da dita cidade de Goa possam asinar e asinẽ os lugares em que se aja de cortar a carne e vender o pescado, e o trigo, e arroz, e todos e quaisquer outros mantimentos que se nella venderem, e fazer sobriesso as posturas que lhes bẽ parecer, e que nhuã pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja possa talhar carne, nẽ vender as ditas cousas e mantimentos, salvo nos lugares asinados pellos ditos Vereadores e officiais, e todos e cada hũ dos que asy não comprirẽ, e forem contra as ditas posturas, e lhe for prouado, serãõ acontados loguo publicamente pela dita cidade, alem das mais penas conteudas nas posturas que asy fizerem.

XII. E outrosy me praaaz, por fazer merce aa dita cidade de Goa, que o porteiro da Camara della, e o sacador das rendas da dita cidade sejaõ preuilegiados e escusos de pagar nos pedidos, e lançamentos que por meu mandado, ou de meus capitaẽs mores e governãdores das ditas partes forẽ lançados aos moradores e pouo da dita cidade.

XIII. E outrosy auendo eu respeito aa callidade das pessoas per que a dita cidade de Guoa he regida e governada, e pella confiança que tenho em todo o que tocar a meu serviço e bem da governança e pouo della, faraãõ sempre o que deuem, e por lhes fazer merce, ey por bem e mpraaz que, os officios que a dita cidade daa per suas cartas per bem de suas doaçõis e preuilegios, os ditos Vereadores e officiais os possam asy mesmo dar em Camara, per erros a pessoas aptas per,

os servir per suas cartas de *se así he*: e que outrosi possaõ conhecer e conheçaõ dos erros per que os así derem juntamente cõ o juiz da dita cidade, e detreminar o caso dos tais erros como for justiça, e segundo forma de minhas ordenaçõis, sê delles aver mais appellaçaõ nê agrauo; e isto quanto ao perdimento dos ditos officios somente, e quanto a mais pena ciuel ou crime, em que os officiaes que tais erros cometerẽ tiuerẽ encorrido, e as partes danificadas ou quaiquer outras lhe quizerẽ demandar, remeteraão os autos aas justiças a que o conhecimento dos tais casos per direito pertencer; e as partes vencedores dos officios naõ averão posse delles, nê os poderaão servir sê certidaõ do julgador que dos taes casos ouuer de conhecer de como os ditos autos lhe forẽ entregues.

XIV. Outrosy pellos mesmos respeito ey por bem e me praaaz que a dita cidade de Guoa tenha a jurisdicaõ dos feitos das injurias verbais que nella forẽ feitas a quaiquer pessoas de qualquer calidade e condiçaõ que sejaõ, e mando ao ouvidor geral das ditas partes da India, e a todos meus desembargadores, ouvidores, juizes, e justiças que naõ conheçaõ, nê deixẽ conhecer de nhũ feito de injurias verbais, em que naõ aja sangue nê machaduras, ou crã a quoaquer calidade per que conhecidamente logo seja visto que he atroz; e outrosi mando que todas e quaiquer partes que quaiquer pessoas quizerem demandar por injurias verbais, de que ey por bem que a dita cidade tenha jurisdicaõ, e que conhecidamente pelas ditas rezoẽs naõ forem atrozes, as naõ possaõ demandar senaõ perante o juiz do crime da dita cidade, o qual conhecerá dos tais feitos, e despachará em Camara cõ os Vereadores della como for justiça sem mais appellaçaõ nê agrauo. sob pena de qualquer parte que perante outras alguas justiças demandar as ditas injurias verbais, por cada vez que o fizer pagar dous mil

reis pera as obras da cidade. E don poder aos Vereadores della que os possaõ mandar loguo executar em seus bens e fazendas; e os precuradores que nos feitos das ditas injurias verbais, que não forem atrozes, e os escriuaes que nellas escreuerẽ, saluo perante o dito Juiz do crime e Vereadores da dita cidade, por cada vez que qualquer delles o fizer êcorreraa em pena de dez cruzados pera as obras da dita cidade, e os ditos Vereadores os poderaõ mandar executar em seus bens da maneira que acima he declarado que o possaõ fazer nas partes

XV. Ontrosi por algũs justos respeitos que me a isso mouem, ey por bem que os Vereadores e officiaes da Camara da dita cidade de Guoa que nouamente entrarẽ a seruir as ditos cargos, não tomẽ nẽ possaõ tomar conhecimento das causas e cousas que já forẽ detremiinadas e despachadas finalmente pellos Vereadores e officiaes que antes delles foram, posto que lhes pareça que seraa melhor e mais meu serui o e proueito da cidade fazerse em outra maneira, saluo quando o eu mandar per meu expresso e especial mandado, porque asi o ey por bem e meu seruiço, e quando algũs partes se sentirẽ agrauadas pellos ditos Vereadores e officiaes da Camara me poderaaõ requerer, e eu prouerey nos tais casos como bem parecer: e esto se compriraa e guardaraa naquelles casos, em que algũs das partes que tocarẽ não tiuer vindo cõ embarguos ao tempo que o podiaõ fazer per direito, e de que os Vereadores e officiaes passados auiaõ de conhecer segundo forma de minhas ordenaçõis, se primeiro se não acabára o tempo de seus cargos.

Os quoaes preuilegios e cousas conteudas nesta carta asy e da maneira que se nella contem, ey por bem de conceder e fazer merce aa dita cidade de Goa pellas resõis acima ditas de meu moto pro-

pio, certa ciência, poder real e absoluto, sê embargo de todas as leis, ordenações, direitos, estillos, foros, e costumes, e de quaesquer outras cousas que em contrario aja, ou possa auer, as quais todas e cada huã delleas em quanto contra isso forem as ey por derogadas, casadas, e annulladas, e de nhũ vigor e efeito, posto que tenhaõ clausulas derogatorias, de que se requeira fazerse aqui expressa menção, e sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo 49, que diz que se naõ entenda ser derogada per mim nhũ ordenação se della e da sustancia della naõ fizer expressa menção, porque todas as ey por expressas e declaradas como se de verbo ad verbũ aqui foraõ tresladas. E mando ao Visorrey ou capitaõ mór e governador das ditas partes que hora he e ao diante for, e ao capitaõ da dita cidade de Guoa, e quaesquer outros capitaes, e Veeadores de minha fazenda, ouvidor geral, e desembargadores, ouvidores, juizes e justicas, officiaes, e pessoas a que esta minha carta, ou treslado della em publica forma for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que em todo a cumpriaõ e goardem, e façaõ inteiramente cumprir e goardar, sê nella. ou contra alguã della lhe ser posta duvida nê embargo algũ, por que minha tenção e vontade he que em todo lhe seja cumprida e guardada com se nella contem; avendo por certo que de o asi fazerẽ leuarei contentamento, e me uerei por seruido; e do contrario (que naõ espero) me desprazerã; e mandarey proceder contra todos e cada hũ dos que o asi naõ cumprẽ cõ aquellas penas civis e crimes que me bem parecer, e alem disso incorrerã em pena de dez mil reis por cada vez que naõ cumprẽ, ou forẽ contra os privilegios e cousas conteudas nella, ou contra quaesquer outros que á dita cidade de Goa pellos Reis meus antecessores e per mim sãõ ou forem concedidos, ametade para a mi-

na Camara, e a outra metade para as obras da dita cidade, alem das mais penas contendas nos ditos privilegios; as quais penas, todas se darão e farão dar a inteira execuçã pelos Vereadores e officiaes da dita cidade e todos e cada hũ das que nellas encorrerem, todas as vezes que niso forem comprehendidos, e lhe for prouado, sê mais apellaçã uê agrauo. Dada em a cidade de Lisboa a vinte e cinco de mar. o. Antonio da gular a fez ao do nascimento do noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e cinquenta e nouo. Pero Fernandez a fez escrever.

RAINHA.

Carta dos privilegios de que V. A. ora faz merces aa cidade de Guoa, que saõ outros taes como os que tem a cidade de Lisboa—Per mandado del Rey noso senhor. Em Lisboa a 27 de Março de 1559 anos.—Antonio Vieira.

(fl. 11 v.)

43.

Dom Sebastião per graça de Deos Rey de Portugal e dos dalê mar em
Afriqua, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçã, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India: A quantos esta minha carta vi em furo saber que os Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me enuiarã dizer que por quanto o meu procurador requeria aa dita cidade pellas terças das rendas do conselho della, de que a dita cidade estaua de posse, e as despendia em pontes, fontes, calçadas, e outras cousas do prol comũ, em que se fazia muita despesa, e me enuiara pedir ao Reino que lhe fisesse merçe dellas, pello que eu lhe escreuera este anno huã carta, na qual lhe desia que aua por bẽ e mandaua ao Conde do Redondo, meu Visorey, que ora he da

India, que as ditas terças se despendesẽ nas ditas cousas por sua ordẽ, comunicandoas primeiro cõ a dita cidade, como també o dito Visorey trasia por meu regimento e lembrança: pedindo-me ora a dita cidade que prouese niso conforme o sobre dito, e lhe fizesse merce das ditas terças, pera que ella não fosse perturbada dellas, e se despendesẽ nas ditas cousas; e visto per mi seu pedir, e a dita carta que lhe escreuy; e por o dito Visorey o trazer també asy per minha lembrança em hum capitulo do seu regimẽto, e pola enformaçãõ que disse to-mey, e por fazer merce aa dita cidade, ey por bem que se faça hum liuro, que estaraa na Camara, no qual se assentaraõ e declararaõ as ditas terças, e quantas saõ, e o que rendẽ, e se despenderaaõ nas ditas cousas, comunicandoas primeiro cõ o dito meu Visorey, que hora he, e os que ao diante forẽ. Por tanto o notefiquo asy ao Veador da minha fazenda, e a todolos mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhe mãdo que asy o cumpraõ, e deixẽ aa dita cidade ter as ditas terças pera se despenderẽ da dita maneira, como dito he, sẽ duuida nẽ embargo algũ. Dada ẽ a minha cidade de Guoa sob meu sello a desanoue doctubro. El-Rey o mandou por Dom Francisco Coutinho, Conde do Redondo, o Visorey da India. Rui Martins a fez ano do naciamento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhẽtos sesenta e hum.—*Conde Visorey.*

(fl. 83 v.)

44.

Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquẽ e dalẽ mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, navegaçãõ. comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. Aos que esta minha carta virẽ faço saber que ven-do eu como de todos os officiaes macanecos da ci-

dito de Guoa se escolhe vinte e quatro para ordenar as cousas do pouo como seja bem e proueito delle, e dellas se escolhem quatro pessoas para estarem na Camara da dita cidade na mesa della por procuradores do dito pouo, e como peasy serem escolhidos e eleitos para o dito officio de procuradores, e auerem destar no dito lugar, he tesaõ que tenham mais liberdades que os outros que pera isso naõ saõ escolhidos num seruem; por lhes fazer graca e merce, ey por bem e me praz que os quatro officiaes macanecos que pellos ditos vinte e quatro serẽ eleitos segundo una ordenança e regimen to pera estarem na dita Camara per procuradores do pouo e seruirem, naõ possaõ nunca em tempo algũ auer pena publica de justicia, a saber agmtes, baraçõ e pregaõ, nẽ outra desta qualidade que se da aos outros macanecos. E per tanto mando a todas minhas justicas, a que esta minha carta for mostrada, que quando acontecer algũ dos ditos quatro officiaes macanecos ser comprehendido em tal caso por onde segundo forma de minhas ordenaçõs mereça algũa pena publica, lha mudẽ em outra que o naõ seja, e acerca disso se lhe guardasse o que se goardaria, e faria se o tal macaneco fosse escudeiro, e porque me disto praz, lhe mandey dar esta carta per iny assada e asellada de meu sello pendente pera a lerẽ para sua goarda. Guaspar Nunes a fez em Lisboa a cinco de março ano do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhẽtos e sesenta dous. Fernão da Costa a fez escrever.—RAINHA.

(fl. 64 v.)

45.

Eu ElRey faço saber aos que este meu alvaraz virẽ que por justos respeitoes que me a isso moue, e por fazer merce aos officiaes macanecos da cidade de Guoa, ey por bem e me praz que daqui em di-

ante sendo elles, ou os seus obreiros que forẽ esq-
dos, achados pellos alcaides e meirinho e depois
do sine ser corrido indo de suas tendas para suas
casas, ou das casas para as tendas, naõ sejaõ por is-
so presos, nẽ encorraõ nas penas em que encorrẽ os
que saõ achados depois do sino, posto que espada,
ou punhal, ou adaga leuẽ, sem embargo da orde-
naçaõ em contrario, nẽ lhe sejaõ tomadas as ditas
armas, e isto indo elles per seu caminho direito; e
leuãdo elles mais armas das acima ditas encorre-
raõ nas penas da dita ordenaçã. E portanto man-
do aas justiças da dita cidade de Guoa, e a quai-
quer outras a que o conhecimento do caso perten-
cer, e este alvaraa for mostrado, que o cumprã, e
goardem, e façãõ inteiramente cumprir e goardar
como se nelle cõtem, o quoa ey por bem que va-
lha e tenha força e vigor como se fosse carta feita
ẽ meu nome, per mi assinada, e passada pela minha
chancellaria, e asellada do meu sello, sem embar-
guo da ordenaçã do 2 Liuro, titulo 20, que diz
que as cousas cujo efecto ouuer de durar mais de
hũ anno passẽ per cartas, e pasando per alvaraa
naõ valhaõ. Gaspar Nunez o fez em Lisboa a cin-
quo de março de mil e quinhẽtos sesenta e duas.
Fernaõ da Costa o fez escreuer.—RAYNHA.

(ff. 65.)

46.

Eu El-Rey faco saber aos que este alvaraa viẽ
que eu ey por bem e me praa que quando quer qe
os procuradores dos mesteres da cidade de Guoa
pedirẽ para bem comũ da dita cidade ao escriuaõ
da Camara della o traslado de quaiquer escreturas
ou acordos que na dita Camara estiverẽ e forem
feitos, ou algũs estromẽtos dagrao que dãserẽ que
lhe fazẽ os ditos Vereadores, os ditos traslados e
estromentos lhe sejaõ dados tanto que os any pedi-
rẽ sem o escriuaõ da Camara da dita cidade lhes

levar porisso dinheiro algum. E portanto mando aos Juizes, Vereadores, precurador da dita cidade, que ora são, e ao diante forem, que sendo pedidos os ditos estromentos da graua ao dito escrivão da Camara, ou os treslados de quaesquer escrituras que lhes forem necessarias, e que na dita Camara estiverem para bem e proveito da republica, lhos fação logo dar sem porisso pagarê cousa alguma ao dito escrivão; porque auendo eu respeito a elle ter mantimento da dita cidade com o dito officio, o e-y assy por bem. E este alvaraa se tresladara no liu o de dita Camara, e se cumpri-ra, e tera força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, per mi assignada, e passada por minha chancelaria, sem embargo do 2.º liuro, titulo 20, que diz que as cousas cujo effecto ouuer de durar mais de hũ anno passê per cartas, e passando per alvaraa não valhaõ. Guarpar Nunez o fez em Lisboa a cinco de marco de mil e quinhentos sesenta e dous. Fernaõ da Costa o fez escreuer.—RAYNHA.

(fl. 66 v.)

47

Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem mar em Africa, senhor de Guine, e da conquista, nanegação, e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, da India. A quantos esta minha carta de doação emfatista pera sempre virê faço saber que por parte dos Vereadores, e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me foi dito que nella e seus arrabaldes e ilha não aua outro campo nem rocio pera os Visorreis e governadores e capitaes fazerem alardos, suas (sic), escaramuças, e outros exercicios de guerra, senaõ o campo de São Lazaro, e os outeiros que estão junto com elle, os quoaes eraõ tomados, occupados, e cerquados com vallados e espinhos, e que os gancares da aldeia de Cariboly, e de Corly

os deraõ a algũs pessoas, o que era ã muito perjuizo de todo pouo, por ser a mór larguesa que a dita cidade tinha no veraõ e inuerno, e o caminho por onde a gente de pé e de canallo hiaõ corref os passos da ilha, e vegiallos no tempo das necésidades e guerra, e tambẽ seruia pera pacer o guado, e seruidadõ do concelho: pedindome nisso os prouesse mandando que o dito campo e outeiros fiquasẽ liures e desembargados á cidade pera que em tempo nhũ se dessẽ a nhũ pessoa: e visto por my seu requerimẽto, e por Johaõ de Mendonça, meu capitãõ geral e-gouernador nas partes da India, em pessoa ir ver os ditos chaõs, e achar a dita dada ser muito em perjuizo da cidade e pouo, pelo que auendo respeito a ella ser a cabe a e pñcipal destas partes, e ao mais que alegaõ, ey por bem fazerlhe doaãõ em fatiota pera sempre do dito campo de São Lazaro todo, e outeiros que estaõ detrás da orte e quintal de Jorge Toscano e Ayres Pinto, e asy ao longuo e por cima do caminho que vay pera Benastary, e da outra banda quando vaõ pera o passo sequo, e que nunca ã nhũ tempo os gancares das ditas aldeas, nẽ outra pesoa algũa de qualquer cãlidade e estado que seja dee, nẽ possa dar do dito sitio nhũ chaõ per nhũ via que seja, e os chaõs e outeiros que estaõ dados, a tal dada ey por nhũã e de nhũ vigor, nouto que tenhaõ passados setis nemos, que ey por nhũs, por quanto nos ditos chaõs senaõ podẽ fazer vrzeas, antes de muito antigo tempo sempre foraõ liures e desembargados pera larguesa e seruiço do pouo, e pera o que dito he: e o gancar ou gancares que os taes chaõs derem, ou as pessoas que os aceitarẽ, encorreraõ em pena de cinquenta cruzados cada hũ dellẽs, ametãdo pera quẽ o acensar, e a outra pera as obras do hospital: e o escriptaõ que lhe passar o nouto, perderá o officio. Nitefquẽ asy ao Vedor de minha fazenda nas ditas partes, tenãdar mór em ellas, e as

mais justiças e pessoas a que pertencer, e lhes mando que em todo cumpraõ e goardê esta minha carta sem duuida nê embargo alguê que a ello seja posto; e sendo caso que alguã pessoa os tenha occupados, ou occupar, mando que sê mais ordem nem figura de juizo, os juizes, ou almotacés desta cidade lhos façaõ loguo despejar, e poer no estado que dantes estauaõ, e lhes dou, e ey por dada a pose delles, por quanto asy he minha merce. Dada em a minha cidade de Guoa sob meu sello a vinte e sete de março. ElRey o mandou por Johão de Mendonça, seu capitaõ geral e gouernador da India. Paulo Fernandez a fez ano de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e sesenta e quatro. O Secretario a fiz escreuer e sobescreuy.—*Joaõ de Mendonça.*

(fl. 68 v.)

48.

Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem marem Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quãtos esta minha carta for mostrada, e o conhecimento della com direito pertencer, faço saber que os Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me enuiaraõ dizer que o pouo della hia em grande crescimento, e muitos moradores negoceauaõ e ganhar o sua vida em fustas e embarcações, cõ que traziaõ mantimentos a ella no veraõ, e no fim delle tinhaõ grande trabalho na varaçaõ por auer poucos lugares para isso, por o varadouro de Bangany ser ocupado e nãos e nauios grossos, e fiquar a somente o terreiro do mandouy onde se varauaõ poucos por ser pequeno, pelo que muitos se hiaõ varar num lugar e varadouro que está detrás de Sancta Luzia

quando vaõ para Madre de Deos aa maõ esquerda, e que os gancares daldea della o deraõ a hũ Gaspar Moreira, escriuaõ do passo de Daugi, com foro de trinta tangas brancas por anno, o qual depois de o ter pedia e leuaua aos donos das embarcações polas deixar varar-dinheiro e enterece, e lhes daua oppresaõ, pelo que a dita idade pedira ao Conde Visorey, que esta em gloria, ouuesse por bem que o dito chaõ e varadouro se lhe desse pollo tanto, o que ouuera por bem, e lhe mandou disso passar prouisaõ sua por elle asinada, cujo treslado he o seguinte;

—O Conde Visorey da India faço saber a quantos este virẽ que eu ey por bem e mando que o chaõ e varadouro de Sancta Luzia quando vaõ pera a Madre de Deos, que os gancares tem vendido a Gaspar Moreira, seja tanto pelo tanto dado a esta cidade, e ella o aja pera que lhe fique, auendo respeito a ser varadouro dos nauios de partes, e pera bem do pouo. Per tanto o notefiquo asy a todos os officiaes e justiças a que pertencer, e este for mostrado, e lhe mando que asy o cumpraõ, e fa aõ cumprir e guardar sem duuida nẽ embargo algũ. Rodrigo Monteiro o fez em Guoa a catorze doutubro de quinhentos sesenta e tres,—*Conde Visorey.*—

A qual e passada pela chancelaria e registada por Rodrigo Monteiro. Pedindome ẽ nome da cidade e pouo ouuesse por bẽ fazerlhe merce do dito chaõ e varadouro, asy e da maneira que foy dado ao dito Gaspar Moreira, e que delle naõ pagase as ditas trinta tangas; o que visto per my, e auendo respeito a me servir sempre das ditas fustas e embarcações quada vez que cumpre, e he necessario pera minhas armadas, e outrosy por folgar de fazer merce aa dita cidade, ey por bem fazer-lha do dito chaõ e varadouro em fatiota, para sempre asy e da maneira que foy dado pellos ditos

gancares ao dito Gaspar Moreira, e delle nunca agora, nê em nhũ tempo pagaraão as ditas trinta tangas brâcas que poseraão, antes dellas lhe faço merce, e fiquaraa deuoluto ao conselho pera nelle se vararê todas as embarcações sem porisso lhe ser leuado cousa alguã, nem os ditos Vereadores e officiaes que ora saõ, e ao diante forê, daraão o dito chaõ em parte, nê em todo a pessoa alguã, porque somente lho dou para varadouro, e isto posto que o dito Gaspar Moreira o tenha por nemo dos gancares, que ey por nhũ, e denhũ vigor, e aos ditos gancares se faraa no foral desconto das ditas trinta tangas brancas, pera que as naõ pagnê. Notifico asy ao Veador da fazenda, tenadar mor, justicias, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que em todo cumpraõ e guardê esta carta como se nella contem sem lhe ser posto duuida nê embargo algũ, porque asy he minha merce. E esta se registaraa nos contos pera se leuarê em conta aos ditos gancares no foro que saõ obrigados a pagar da dita aldea. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello a vinte e sete de março. El-Rey o mandou por Joaõ de Mendonça, seu capitaõ geral e gouernador da India. Rui Martins a fez anno do nacimiento do nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhêtos e sesenta quatro.—O Secretario a fez escreuer e sobescreuy.—*Joaõ de Mendoça.*

(fl. 69 v.)

49.

Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da conquista, nauegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. A quantos esta minha carta virê faço saber que os Vereadores, Juizes, procuradores, mestres da minha cidade de Goa, e seu nome e

do pouo della se me enuiaraõ agrauar dizendo que estando ã posse antiga os moradores portuguezes christaõs e de toda outra calidade vêder a ortalixa e nouidades de suas ortas franquamente sê pagar dizima nê direito algũ, inda que as arrendasê a outras pessoas, posto que o rendeiro da dita ortalixa tiuesse por condiçaõ de seu arrendamento que ninguê a podese vender arrendandoas sê se concertar cõ elle e lhe pagar de dez hũ, saluo grãgeando as ditas ortas per sy, seus escrauos, e paniguados; e que o procurador dos meus feitos lhe mouera demanda, e per sentença fora detriminado que os ditos moradores pagasê das ditas ortas de dez hũ ao rendeiro da ortalixa, no que os ditos moradores e pouo recebiaõ muita oppressaõ; e porque isto montaua pouco, me pediaõ que sê embargo da dita sentença ouuesse por bẽ franquear a dita ortalixa, e que a podesê vender sê nhũa obrigação; e visto por my seu requerimento, por não poder dar detriminaçaõ final ao caso, o comety a Dõ Antão de Noronha, do meu conselho, que mandey por meu Visorrey á India, e lhe dey em seu regimento o seguinte.—Por parte da cidade de Goa me foy apresentada hũa carta testemunhauel, que tirou de hũ agrauo que diz lhe ser feito ã obrigare os moradores que arrendasê suas ortas a pagarê de dez hũ, peyndome ouuesse por bẽ que lhe goardasê sua antiga posse e preuilegios, e que nhuã ortalixa pagase or regatagê, por que o procurador dos meus feitos os obrigaua a isso; e por que me não pude qua detreminar nesta materia, vos mando que a vejais laa, e fazeis nella o que vos parecer justiça e meu seruico.—Pelo que o dito Visorrey tomou enf rimaçaõ do caso, e o que podia render a dita renda da ortalixa, e feito exame por pessoas juramentadas, em que o procurador dos meus feitos e o rendeiro della se louuaraõ, se achou olhado tudo meudamente que me podia importar

em cada hũ anno, e ao meu rendeiro cento e deza-seis pardãos e meio em tangas, tirando o bagoane, e isto andando as ortas arrendadas, por que grangeandoas seus donos per sy não deuẽ nada; o que todo per my visto, e auendo respeito aos muitos e grandes seruiços que os moradores e pouo da dita cidade tem feitos a ElRey meu Senhor e auô, que sancta gloria aja, e a my, e aos que ao diante espero que me fação, ey por bẽ e me praz de fazer merce á dita cidade em fatiota para sempre que a ortaliza das ortas dos moradôres portuguezes e christãos que nesta cidade de Goa e ilha tẽ, e nas outras a ella sobgeitas, e pelos tempos em diante tiuerẽ, vendaõ e possaõ vender liure e franquamente nos bazares, praças, e pelas ruas, sã concerto nẽ licença dos rendeiros da ortaliza, nẽ doutra pessoa alguã, posto que as ditas ortas tenhaõ arrendadas, e ao diante arrendarẽ, e as não grangeẽ per sy nem seus escrauos e seruidores, porque de tudo os ey por liures e franquos, e que nunca ã nhũ tempo paguẽ nẽ sejaõ obrigados a pagar direito, nẽ imposição alguã, porque asy he minha merce; e ao rendeiro que hora he se descontaraõ os ditos cento e desaseis pardãos e meio por anno á conta da dita renda, e se leuaraõ ã conta ao meu thesoureiro da dita cidade, sobre quẽ a renda estaa carregada; e mando que no foral, onde as rendas estaõ, se faça deçaração de como ey por bẽ que este ramo da ortaliza se ha darrendar co esta condição. Noteficoo asy ao Veador da minha fazenda, thesoureiro, e todos os mais officiaes a que pertencer, que hora saõ, e ao diante forẽ, e lhe mando que asy o cumprão e guardẽ sã duida nẽ embargo algũ que a ello seja posto. Dada em a minha cidade de Goa sob meu sello a desaseis de nouembro. El-Rey o mandou por Dom Antão de Noronha, do seu concelho, e VisoKey da India. Gaspar Pereira a fez anno do nascimento de nos-

so Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos sesenta e quatro. O Secretario a fez escrever. — *Viso-Rey.* (fl. 89)

50.

Dom Sebastião per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalê mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem, e o conhecimento della com direito pertencer faço saber que os Vereadores, Juizes, officiaes da Camara da minha cidade de Guoa enuiaraõ dizer per sua petição a Dom Antão de Noronha, do meu conselho, Visorrey das partes da India, que eu por respeito de seus merecimentos, e muitos seruicos lhe fizera merce das boarras, preuilegios, que tem a cidade de Lisboa, de que lhe mãdara passar carta que apresentaraõ feita em ella per Antonio daguiar a vinte e cinco de março da era de mil e quinhentos e cincoenta noue anos, sobescrita por Pero Fernandez (a), aa qual fora posta duuida pelo ouuidor geral e desembargadores, dizendo que apresentasê outra del Rey Dõ Manoel meu bisavô, que sancta gloria aja, com que aleganaõ; e que se entaõ não satisfizera por se não achar: e que ora no cartorio da Camara se achara hũ liuro antigo em o qual estaua o traslado de huã carta que o dito Rey Dõ Manoel escreuera aos Vereadores e officiaes da dita cidade de Lisboa, cujo traslado he o seguinte:

(He a carta de 29 de Novembro de 1518, que fica no n.º 1º deste Fasciculo).

Pelo que craramente estaua visto ser esta a propria, de que no preuilegio se fazia menção, e a vontade do dito Rey ter a dita cidade os preuile-

(a) He o n.º 42 deste Fasciculo.

gãos e honrras de Lisboa; e por então ser posta a dita duuida, os officiaes daquelle anno mo escreue-raõ, e por minha carta escrita em Lisboa a quatro do mar o de mil e quinhentos sesenta e tres mandeyao t onde. Visorrey, que Deos aja, que especialmente prouesse a cidade, como pello treslado de dons capitulos della. que são os seguintes, se veriax: — Conde Visorrey, amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar, como aquele que amo. A cidade de Guoa me fez saber por sua carta como na per que lhe fiz merce dos preuilegios que tem a cidade de Lisboa, faz menção doutra delRey Dom Manoel meu bisauô, que sancta gloria aja, e quando se oferecia algũa duuida lhe pedem a dita carta, a qual não tinhaõ pola terẽ enuiado a este Reino; pedindome prouesse nisso de maneira que se lhe não posesẽ semelhantes duuidas. — E posto que eu desejasse de fazer merce aa dita cidade, como requerẽ seus muitos seruiços, todauia pareccome deueruos remeter estas materias, pera que as vejais, e as cartas, preuilegios, e prouisoões de que se faz menção, e lhos façais guardar e comprir mui inteiramente sê lhe nello ser posto duuida, nê auer diminuição algũa; pelo que vos encomendo muito que o façais asy, e que em todo o que for rezaõ folgueis de fauorecer aa dita cidade. — O qual tomado enformação do caso ouuera por bem e r eu nome concederlhe todos os preuilegios, honrras, e liberdades que tinha a cidade de Lisboa, e que lhe mandara posar carta, sendo presentes os Vereadores daquelle anno, e por fallecer sê não assignára; e requerendose a Joaõ de Mendonça. que o sobcedeo na guoernança, o ouuera por bem, e mandou que se passasse outra, que tambem se nã assignára, por a este tempo chegar do Reino o dito Visorrey: e por que eu lha encomendaua pera que em todo a honrasse e fauorecesse conforme a seus merecimentos, e o que requeriaõ não era cousa que diminuisse e mi-

nha fazenda, somente honrra, com que os fidalguos, caualleiros, cidadãos, e pouo, que me seruê, se satisfazia, e ora se acrecêtana mais esta carta, que era a que saltaua, lhe pediaô que , pois estaua em meu lugar, e tinha meu inteiro poder, e como testemunha de vista sabia os muitos merecimentos, e grandes seruiços da dita cidade, e minha vontade em que em todo fosse fauorecida e honrada, ouuesse por bem concederlhe a dita merce, e mandase passar noua carta dos ditos preuilegios, no que receberiaô justiça e merce. O que tçdo bem visto pello dito VisoRey, a saber, o preuilegio per mî dado, cartas, e mais papeis, mandou que tudo fosse leuado aa Rellaçaô, e com parecer dos desembargadores mandou e ouue por bem que a dita cidade de Guoa vsase de todos os preuilegios, que lhe tenho côcedidos expressamente na carta e confirmaçaô, de que acima se faz mençaô, que diz ser feita em Lisboa per Antonio daguiar aos vinte e cinco de março de mil e quinhêtos cincoenta e noue ; e que os mais preuilegios lhe mostrasê pera nelles prouer como for justiça. Portanto o notefiquo asy ao capitaô da dita cidade, Vedor da minha fazenda, Ouuidor geral, Juizes , e justiças , e pessoas a que esta for apresentada, e o conhecimento della com direito pertencer, e lhes mando que inteiramente cumpraô e roardem os ditos preuilegios, e fação guoardar e con.prir, asy e da propia maneira, que lho tenho concediô pella dita confirmaçaô, e nella se contem, sem a isso lhe ser posto duuida nê embargo algũ, porque asi he minha merce. Dada na dita minha cidade de Guoa sob meu sello aos vinte e tres dias do mes de Julho. ElRey o mandou por Dom Antaô de Noronha, do seu côselho, e Visorrey da India &c. Francisco Neto Mexia a fez ano do nacimiento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos sesenta e seis. O Secretario a fiz escreuer e sobescreui.—*Visorrey.*

Carta de confirmação aa cidade de Guoa dos preuilegios que lhe V. A. expressamente concedeo e confirmou per outra carta feita em Lisboa em vinta cinco dias de marco de mil e quinhentos cinquenta e noue da maneira que acima declara. Pera V. A. ver.

(fl. 14 v.)

51.

Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem maar em Affriqua, senhor de Guiné, e da conquista, nanegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu ey por bem e me praaз fazer merce aa minha cidade de Guoa de todo chaõ salgado que estaa do baluarte das casas da fortaleza, em que pousa o meu Visorrey da India, até o caes da Santa Catharina ao longo do muro até o rio pera seruiço de despejo do pouo da dita cidade, cõ tal condição que nunca em nhũ tempo Vereador algũ nẽ official da Camara, nẽ outra nhuã pessoa possa dar nẽ aforar o dito chaõ em todo nẽ em parte sob pena das pessoas que forem na tal dada, e o derẽ ou aforarẽ, pagar cada hũ cẽ crusados pera as obras da minha ribeira da dita cidade, e a dada fiquar nhuã e denhũ vigor ; e tendo eu necessidade do dito chaõ pera meu seruiço, o tomarey sem ser obrigado a lhe dar por isso satisfação alguã, por quanto tambẽ cõ esta condição lhe faço delle merce. Por tanto o notefiquo asy ao capitaõ da dita cidade, e ao Veador da minha fazenda, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer ; e lhes mando que asy o cumprão e guoarem, e dem a posse do dito chaõ aa dita cidade, e lho deixẽ ter pera seruiço e despejo do pouo della, da maneira que dito he cõ as condições sobre ditas sem duuida nẽ embargo algũ. Dada na minha cidade de Guoa sob meu sello aos

quinze dias do mes d'abril. ElRey o mādou por Dom Antaõ de Noronha, do seu conselho, Visorrey da Índia, &c. Gaspar Pereira a fez anno do nascimento de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e sesenta e sete. Nuno Aluarez a fez escreuer. — *Visorrey.*

(fl. 70 v.)

Em nome de Deos Amen.—Saibaõ quantos este publico estromento cõ o trelado de huã petiçaõ e preuisaõ delRey noso senhor, e certidaõ nella posta virem, que no anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos sesenta e sete anos aos vinte e sete dias do mes de nouembro do dito ano na Camara da vereação desta muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa, sendo presentes Antonio Corrêa, e Dõ Antonio dalmeida, Vereadores, e Francisco Vaz, Procurador da dita cidade, em presença de my Christouaõ de Magalhaães, escrivão da dita Camara e publico por authoridade Real das escrituras, que a ella pertencem, e se em ella haõ de fazer, foy na dita Camara apresentada huã petiçaõ em capitulos, e nas costas della huã preuisaõ de Rey noso senhor; de que o trelado he o seguinte;

Petiçaõ.

Dizê os Vereadores, Juizes, procurador, e procuradores dos mesteres da cidade de Goa, que ElRey Dõ Manoel, que sancta gloria aja, tendo respeito aos muitos merecimentos e serviços dos moradores da dita cidade, houue por bem de lhe conceder os preuilegios, graças, e liberdades que são concedidas aa cidade de Lisboa; e porque pera bom regimento e gouernança da dita cidade de Goa lhe são necesarios os trelados dos Regimen-

tos per que se gouerna a cidade de Lisboa: Pede a V. A. mande aos Vereadores della que lhe facas dar o traslado dos abaixo declarados e maneira que façaõ fê, e sejaõ por duas ou tres vias, pera se the poderẽ enuiar; no que receberaõ merce; a saber:

I. De que maneira, e per que ordem se faz eleição dos Vereadores, e se seruẽ cadanno, ou peccauaraa de V. A. e quantos saõ, e se fiquaõ por vellos.

II. E o mesmo os Juizes, e o tempo que seruẽ, e quantos saõ do ciuel, e quantos do crime, e as cousas em que podem votar na Camara e tem vozes, e se haõ destar ás vereações, ou se pode fazer sê elles, e querendo estar nellas se os consentẽ. E a maneira que tem no despacho dos feitos, que vem despachar a ella.

III. Quantos procuradores do Concelho saõ, e cada hũ de que serue, e se votaõ em todas as cousas como os Vereadores, ou em quaes.

IV. E se se faz a enleição geral cada tres annos conforme a ordenaçãõ, e se seruem os officiaes que nella saem, e qual he o escriuaõ que a escreue, e o corregedor ou Juiz que está presente a tomar os votos do pouo.

V. Os quatro mesteres que seruem na mesa de que maneira estaõ assentados, e o co' mo falaõ aos Vereadores, e as cousas em que haõ de votar, e se saõ enleitos cadano, ou se fiqua a l' gum na mesa por velho por costume ou aluaraa de V. A.

VI. As posturas, pregõis, e taixas de que maneira se fazẽ, e os que haõ de votar nellas pera ficar duradouras, e os que as assinaõ.

VII. As despezas que fazẽ, e ordenados que poẽ aos officiaes que seruẽ, se he por accordo da mesa, ou aluará de V. A.

VIII. Quantos almotacês, e per que maneira saõ ereitos, e o tempo que seruem, se por costume ou prouisaõ de V. A. E se os Vereadores os podem

castigar quando são desobedientes, ou outros officiaes da Camara.

IX. Se alguã justiça ou corregedor pode entender na Camara, Vereadores, e officiaes della, ou se podem devassar delles sem especial mandado de V. A. e se se fez alguã vez. Per que ordem, e de que maneira lhe passaõ os papeis quando querẽ alguã cousa ou preuilegio da Camara, sê precatorio ou mandado.

X. Os officios, que a cidade provê, quaes saõ, e per que ordem, se per preuilegio especial, ou por costume.

XI. As terças da renda do concelho e verde se as entregaõ a algũ official de V. A. ou se se gastão per ordenança da Camara e officiaes della per prouisaõ ou costume.

XII. Se os Vereadores tem antre sy repartição do que a cada hũ cabe fazer pera bem do pouo, e que cousas estas saõ.

*Aluará de S. A. per que mandou dar
este Regimento.*

Vereadores, Procuradores desta cidade de Lisboa, e procuradores dos mesteres della. Auendo respeito ao que na petição escrita na outra meia folha desta folha dizẽ os Vereadores, Juizes, procurador, e procuradores dos mesteres da cidade de Goa das partes da India: Ey por bem e me praz que lhes façais dar os treslados dos Regimentos e eleições, e das mais cousas conteudas e declaradas nos apontamentos juntos á dita petição, e modo que fação fé, pera delles poderem vsar conforme aos preuilegios, que em sua petição dizẽ que lhes concedeo ElRey Dõ Manoel meu visauõ, que Deos tem, e pera melhor regimento e gouerno da dita cidade de Goa; e este comprircis posto que não seja passado polla chãcelaria sê embargo da ordenação em contrario. Joaõ Galuaõ o fez em Lisboa

ao primeiro doctubro de mil e quinhentos sesenta e sete: Os quais trelados lhe fareis dar per duas ou tres vias , pera lhe poderẽ ser dados. Joaõ de Castilho o fez escreuer.

Cumpra-se esta prouisaõ delRey noso senhor, como se nella contẽ, e o escriuaõ da Camara passe os treslados que se pedẽ, e pela dita maneira. Oje vinte e sete de nouembro de quinhentos e sasenta e sete.—Antonio Corrêa—Dõ Antonio dalmeida—Francisquo Vaz.

Certidão.

I. Satisfazendo eu sobredito Christouaõ de Magalhaẽs á dita petição, e prouisaõ do dito senhor, e despacho da dita Camara, diguo que he verdade ao primeiro capitullo da dita petição que antigamente e depois que eu saõ official, quando se auiaõ de fazer Vereadores, Juizes do ciuel e crime, e procurador da cidade, eraõ chamados á dita Camara fidalguos, caualeiros, cidadãos, e casados, vinte e quatro do pouo macaniquo da dita cidade, e todos elegiaõ seis pessoas pera estas elegerem noue fidalguos pera Vereadoeres, e doze Juizes do ciuel e crime, e tres procuradores pera seruirẽ na dita cidade de tres em tres annos, e os ditos seis eleitos elegiaõ os ditos Vereadores e Juizes e procuradores, e a pauta de tal eleiçaõ se leuaua a El-Rey pera a uer e confirmar, como o feito confirmaua, e a mandaua á dita Camara, onde se lançaua pelouros quais dos noue fidalguos auiaõ de seruir os primeiros tres anos, e quais os segundos, e quaes os derradeiros tres annos; e os mesmos pelouros se faziaõ pera os mais officiaes, e os que sayam pola ordẽ sobredita, esses seruiaõ de tres e tres annos, e acabados se faziaõ outra eleiçaõ pela dita ordem. A qual eleiçaõ se fazia como diguo, e eu tomaua os votos com o corregedor do crime, que he conseruador da cidade. E agora ElRey noso senhor, e seu auõ, que es-

taa' em gloria, fazê os ditos Vereadores per' promissaõ sua, e no tempo que llic bem parece, e seruem o tempo que ha por seu serviço.

II. E os Juizes do ciuel são dous, e outros tantos do crime; os quoaes antigamête entrauaõ cõ a eleição de Vereadores e procurador pola maneira atras declarada; e agora ás vezes os faz o dito senhor, e ás vezes a cidade, e nisto naõ ha a ordẽ certa que antigamente se costumara, como dito tenho: os quaes Juizes votaõ nas cousas da Camara pera que são chamados. E as posturas que se na dita Camara fazê solenes, e que haõ de durar, se fazê e continuaõ com elles ditos Juizes; e estaõ, e votaõ em todos os feitos que na dita Camara se despachaõ em huã mesa e casa pera isso ordenada fóra da mesa grande da vereação, onde está tam' bem hũ Vereador, ou os que são necesarios pera despacho dos ditos feitos segundo a calidade do caso, o qual Vereador he o que sae por peloúro pera ir estar ao despacho dos ditos feitos. E quando os ditos Juizes estaõ assentados na mesa da vereação, se os Vereadores querem praticuar e ordenar alguã cousa, em que naõ querem que os ditos Juizes estem presentes, os despejaõ da dita mesa, e se uaõ pera a casa ordenada pera o despacho dos feitos.

III. Ao terceiro apõtamento diguo que antigamente naõ seruia ja dita Camara de proeurador do concelho mais que hũ soo; e de certos annos a esta parte acrescentou S. A. hũ mais, e seruem dous, e estes estaõ sempre assentados na mesa da vereação, e votaõ em tudo o que votaõ os Vereadores, salvo no despacho dos feitos; e igualmente seruem seus officios de precuradores do concelho, e asinaõ em tudo aquillo que votaõ com os ditos Vereadores.

IV. Tenho declarado no primeiro capitulo no que se pede no quarto; e ao que nelle dito tenho me reporto.

V. Ao quinto capitulo diguo que os quatro procuradores dos mesteres estaõ assentados defronte dos Vereadores fora da mesa, em que estaõ os Vereadores e eu, e asy os Juizes do ciuel é crime e procurador do concelho, os quoaes mesteres estam assentados em hũ banco forrado, de bordo cõ seu encosto por de trás, e outro por diante, e antre este seu assento e a mesa em que estamos assentados ha hum vaõ per onde passa huã pessoa; e este vaõ he de largura de dous palmos e meio, e daly falaõ os ditos mesteres aos Vereadores cõ toda a cortesia deuida e por vosa merce, e votaõ em todas as cousas em que votaõ os Vereadores, salvo no despacho dos feitos em que elles naõ tem voto, e cadanno saõ todos quatro eleitos na casa dos vinte e quatro do pouo da dita cidade, e o primeiro dia de Camara passado dia de Janeiro vaõ aa dita Camara a tomar juramento, e os apresenta o Juiz da casa dos vinte e quatro, e antigamente ficaua sempre na dita Camara hu dos ditos mesteres por velho cadanno per prouisaõ del-Rey Dom Joaõ o terceiro, que estaa em gloria, e agora per outra prouisaõ, que pason o dito senhor em contrario da primeira, naõ fica nhũ por velho, e todos quatro saõ nouos, e no dito lugar estaõ os ditos mesteres assentados como dito he, fallaõ aos ditos Vereadores cõ as cabeças cobertas.

VI. Ao sexto capitulo diguo q' e as posturas e taxas que se fazẽ pera durarẽ, e que naõ saõ anais, se fazẽ na dita Camara cõ os Vereadores e juizes do ciuel e crime e procuradores do concelho e os procuradores dos mesteres, e todos votaõ nisso, e asinaõ a postura que sobre isso se faaz.

VII. Ao setimo apontamento diguo que as despesas que a cidade faz saõ nas obras de que ha necessidade, e as manda fazer se mais outra prouisaõ de S. A. e naõ daa nẽ acressenta nhũs ordenados aos seus officiaes, senaõ os que ja tem polas cartas

de seus officios , e os ordenados que se acrescentaõ nouamente he por prouisaõ delRey nosso Senhor.

VIII. Ao oytano apontamento diguo que na dita cidade ha quatro almotacés das execuções , e antigamente naõ eraõ mais que dous; e depois por prouisam do dito Rey Dom Johaõ se acrescentaraõ mais outros dous de maneira que ha quatro , os quais saõ eleitos na dita Camara a mais vozes pollos Vereadores e procuradores e mesteres ; e aos ditos almotacés e mais officiaes da cidade ciuelmente os Vereadores della os reprehendẽ e castigam conforme a culpa.

IX. Ao noueno capitulo diguo que nhuã justiça pode entender nas cousas da Camara que os ditos Vereadores fazem , nẽ deuasar delles , nẽ de seus officiaes sem especial prouisaõ de S. A. e naõ me lembra que depois que saõ official , que ha corenta annos pouquo mais ou menos até agora , que se deuasase dos ditos Vereadores , e quando alguã justiça quer algũs papeis da Camara , passaõ perũ os Vereadores hũ precatoreo muito cortes , e bem ensinado , e naõ mandado.

X. Ao decimo apontamento diguo que os Vereadores e procuradores e mesteres da dita cidade prouem por suas cartas assinadas per elles os officios seguintes ; a saber :

O officio de thesoureiro da cidade.

O officio de escrivaõ do thesoureiro della.

O officio de contador e escriuaõ dos contos da fazenda da dita cidade.

O officio de Veador das obras e escriuaõ dellas.

Os officios de corretores de mercadorias.

Os officios de corretores de caualos e escauos incertos.

Os officios de contador dos orfaõs da dita cidade.

Os officios de contador dos juizes dante os corregedores do ciuel e crime, e juizes do ciuel e crime da dita cidade , a saber , das custas dos officiaes

dos ditos juizos.

Os officios de porteiros do concelho.

O officio de porteiro e goarda da Camara.

Os officios dos homens que nella seruê de recados, e ir fora quando cūpre á cidade.

O officio de fiel da balança da casa do peso.

Os officios de Sindieos da cidade, hũ na casa do ciuel, e outro na casa da supplicação.

O officio de sollicitador dos feitos e demandas da cidade.

O officio de Juiz e veador das náos do marquo.

O officio de escriuaõ da dita casa do marquo.

O officio de escriuaõ da receita e despesa da casa de São Lazaro.

O officio de recebedor da dita casa.

Os officios dos almotacês das execuções.

O officio de escriuaõ da renda da sestaria, e mealharia da cidade.

O officio de escriuaõ dos pescadores, do ciuel e crime.

Os officios de escriuães dos orfaõs desta cidade e termo.

Os officios denqueredores e partidores dos ditos orfaõs.

Os officios denqueredores dos Juizes do ciuel.

Os officios dencondoadores dos panos.

O officio de Juiz e escriuaõ do terreiro do triguo.

Os officios de provedores e escriuaõ da saude

O officio da goarda da bandeira da saude do porto de Bellem.

O officio dafinador (sic) das medidas de pao e barro.

O officio de fiel da balança do açougue do peso da carne.

Os quais officios a cidade prouê por suas cartas, como dito he, e muitos delles per prenilégio que pera isso tem, e outros per antigo costume e posse.

XI. Nesta cidade não ha darse terça das vendas

della, e as que tem são todas suas, e usa dellas nas cousas que são necessarias aa dita cidade, e todas recebe o thesoureiro della, e as gasta per mandado da dita cidade, e lhe dá dellas conta, e não se entregaõ a outro nhũ official, e nesta posse e costume estaa a cidade.

XII. Os Vereadores tem quatro cousas, que a cada hũ delles cabe o pelouro de huã delas, que são o pelouro das execuções; e o das carnes, e o das obras; e tanto que entraõ lanção pelouros a qual delles cabe cada hũ dos ditos carreguõs, e aquelle que sãe per pelouro pera cada hũ delles, tem carreguõ disso, e ordena, e manda fazer no pelouro, que lhe cabe, aquillo que se ordena e assenta per toda a mesa de Camara; e cada hũ per sy só não pode fazer mais que ter carreguõ, e dar a execução, ou mandar fazer aquillo que por toda a mesa foi assentado, e alem dos ditos pelouros ha outro do carreguõ de provedor mór da saude da dita cidade, que per costume anda sempre no Vereador letrado, porque nelle começou o dito carreguõ quando se meteo Vereador letrado na dita Camara.

O que tudo certifique passar asy na verdade. Eu Christouão de Magalhaães, escriuaõ da Camara desta cidade de Lisboa o fiz escrever, e subscreui, e asinei de meu publico sinal, que tal he.

Confirmação de Visorrey Dõ Luis datada.

Dom Luis datada, do conselho delRey meu Senhor, e seu Visorrey da India, &c. Faço saber a quantos este virẽ que os Vereadores, Juizes, procurador, e procuradores dos mesteres desta cidade de Guoa me apresentaraõ o treslado do Regimento atrás escrito e arnado em publica forma por Christouão de Magalhaães, escriuaõ da Camara da cidade de Lisboa, per que se na dita usa, que lhe foy dado per prouisão de S. A. tresladada nas costas da petição, que esta dita cidade lhe fez, como

tudo atraz de crara. Pedindome ouuesse por bẽ confirmarlhe o dito Regimẽto, e que usase delle asy e da maneira que se nelle continha, o quoa visto por my e seu pedir, e auendo a isso respeito, e por fazer graça e merce aa dita cidade; Ey por bem e me praz ẽ nome do dito Senhor confirmar o dito Regimento em todo e per todo asy e da maneira que se nelle contẽ, e que se use delle nesta cidade de Guoa e Camara della inteiramente, sã a isso lhe ser posto duuida nã embargo algũ. Por tanto o notefiquo asy ao capitaõ della, e ao ouuidor geral, e a todos os mais ouuidores, juizes, justiças, officiaes, e pessoas; a que pertencer, que ora saõ, e ao diante forẽ, e mando que asy o cumprã e guardẽ, e façãõ inteiramente cumprir, sã em parte nã em todo irem contra o dito Regimento em cousa alguma, mas antes o façãõ cumprir como se nelle contem, e da maneira que neste meu aluará de confirmação de crara, o quoa ey por bem que se cumpra e tenha força e vigor como se fosse carta passada ẽ nome de S. A. e assellada de seu sello pendente sã embargo da ordenação do 2.º L.º titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito ouuer de durar mais de hũ anno passẽ per cartas, e passando per aluaraas naõ valhaõ. Manoel Coelho o fez em Guoa a oyto de março de m b e l x i x (1569). E o mesmo valeraa posto que naõ passe pella chancellaria, sã embargo da ordenação em contrario.—*O Viso Rey.*

Perque V. S. confirma este Regimento atrás que veio da cidade de Lisboa, como se nelle contem, e que nesta cidade de Guoa se use delle.

*Confirmação do Governador
Antonio Moniz Barreto.*

Ey por bẽ e me praz ẽ nome del Rey meu senhor confirmar o Regimento em todo e por todo asy e da maneira que se nelle contẽ, e que se use delle

ta cidade de Goa e Camara della inteiramente, sê a isso lhe ser posto duuida nê embargo algum asy e da maneira que está confirmado polo Viso Rey Dom Luis detaide ; e este valha e tenha força como carta passada ê nome de S. A. e assellada de seu sello pendente sê embargo da Ordenação do 2.º L.º titulo 20. E este valeraa posto que outrosy não passe pelá chancelaria sê embargo da Ordenação em contrario. Em Goa a 19 de Setembro de 577.
—Gouernador, *Antonio Moniz Barreto.*

(fl. 38.)

53.

Dom Sebastião per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, comércio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê, e o conhecimento della com direito pertencer, faço saber que os Vereadores e officiaes da minha cidade de Guoa me enuiaraõ dizer que Dõ Antaõ de Noronha, do meu conselho, Visorrey nas partes da India, ouuera por bem, por asy o sentir por mais meu serviço e segurança da fortificação da Ilha, e cõ parecer de pessoas que o bem entendiaõ, mandar cortar todo sapal, madeira, e mato que estaa dos moinhos que fora de Martin Garcia, até a fortaleza e passo de Ben-tary, porque alê de se meter antrelles escrauos ou siados, que da dita cidade fogiaõ pera a terra firme, se passavam armas, enxofre, e outras cousas defesas, pera que depois de tudo cortado, e ficar raso, fiquase em sapal de vasa solta para mais fortaleza da dita Ilha, por estar ao longo do rio mais o fronteiro aa terra firme. E porque pello tempo adiante poderia auer alguas pessoas que pediseto dito sapal e chaõ pera nelle fazerem varcos, estulhos para palmaras, e ortas, o

que ficaria em perjuizo da defensão da dita ilha, me pediaõ quisesse fazer merce á dita cidade do dito chaõ, pera que fiquase deuoluto pera o que dito he. E visto per my seu requerimento, e auendo respeito ao que alegaõ, ey por bẽ e me praaaz fazerlhe merce de todo o dito chaõ salgado, começãdo dos moinhos que foraõ do dito Martim Garcia até a fortaleza de Benestery, asy e da maneira que ora estaa e me pertence, emfatiota pera sêpre, pera que fique asy em sapal de vasa solta em fortificaçaõ da ilha; e isto cõ tal condiçaõ que os ditos Vereadores e officiaes da Camara, que ora saõ e ao diante forẽ, nunca ẽ nhũ tempo dem nẽ aforẽ, nẽ tomẽ pera sy nada do dito chaõ, sob pena de fazendo o contrario me tornar a fiquar todo, e cada hũ delles pagar dozentos cruzados, ameta-de pera quẽ os acusar, e a outra pera as obras do passo sequo; antes todos como entrarẽ a servir seus carguos teraãõ especial cuidado de mandarẽ fazer caneiros no dito chaõ nos lugares onde forẽ nece-sarios, pera que de cada uez a dita vaza fique mais solta, pera que ninguẽ possa andar por ella, e nunca em tempo nhũ sirua doutra nhuã cousa. E mando ao escriuaõ da Camara que tanto que os officiaes della começãrẽ a servir, lhe notefique esta minha carta. Por tanto o notefiquo asy ao capitaõ da dita cidade, Vedor da minha fazenda, tenadar mór, e a todas as mais iusticias, officiaes, e pessoas a que esta pertencer, pera que asy o cumpraõ e goardẽ, e façãõ dar a posse do dito sapal aa dita cidade, pera que o tenhaõ e pessuaõ sã a isso lhẽ ser posto duuida nẽ embargo algũ, por que asy he minha merce. E esta se registaraa nos contos e Camara. Dada em esta cidade de Guoa sob meu sello aos cinco dias do mes de Julho. ElRey o mandou por Dom Antaõ de Noronha, do seu conselho, e seu Visorrey da India. Diogo Cardozo a fez, ano do nacimiento de nosso senhor Je-

su Christo de mil quinhentos e sesenta e oytos annos.
— *Viso Rey.*

(fl. 71.)

54

Dom Sebastião per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues da quẽ e dalem maar em Affrica, Senhor de Guiné, e da conquista, nau-gaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta de Ley virẽ faço saber que os Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa enuiaraõ dizer per sua petiçaõ a Dõ Luis dataide, do meu conselho, e Visorrey das partes da India, que por ley deuina e humana eraõ os Reis obrigados dar a seus vassallos moedas pera seu uso, que correspon-desẽ ao metal e peso de quẽ eram feitas, pera que corresẽ em todos seus Regnos, e nos outros onde fossẽ leuadas, per seu justo preço, e nos tempos passados tomando Affonso dalbuquerque, que Deos tem, a dita cidade aos mouros, e depois de a me-ter debaixo do meu senhorio, mandára loguo ba-ter moeda de cobre conforme ao preço que vallia, que era o quintal a treze pardãos, e se fazeraõ leais a rezaõ de corenta e oito a tangua, que corriaõ por todas as partes onde se leuauaõ, e por auer muita moeda de pardãos douro, xerafins, tangas laaris, queinhaõ dormuz, naõ quisera mandar laurar mais que esta de cobre pela muita abastan-ça que da outra auia, naõ auendo deferença, e corria igualmente no Balaguete, Bisnagá, e Cam-baya, e em todos os Regnos, o que eu aprouára e ouuera que naõ era necessario mandar bater mais moeda; e corrẽdo o tempo, gouernando Nuno da Cunha, por o cobre ir sobindo, e valler o quintal a dezaseis pardaos, a essa razaõ o mandara bater, e sobcedendo na gouernança Dom Garcia de No-zonha, o posera a dezoito pardaos, e pera beneficio

do pouo mādara que se pagase a cada homê de mantimento seis tangas por mes, pagandose dantes a quatro, por respeito deste aleuantamento; e sendo governador Martim Affonso de Sousa, fizera outro mudamento e mandar que se laurase o quintal a trinta e seis pardaos, que causára muito desasocego no pouo pella grandissima perda que recebia, por valer em pasta a desoito até vinte, e ouuera muitos dias grande detrimêto, porque os mesteiraes não usauão de seu mister, e se fecharão todas as tendas, nem os mercadores trasião mantimentos, e estaua tudo muito fora do que sohia, e andando a dita cidade cõ seus requerimentos pedindolhe tornase a moeda ao preço que dantes estava, chegára Dom João de Crasto, que Deos tem, do Reino por Governador, o qual informado do danuo e perda asy de minha fazenda, como da repubrica, mandára cõ parecer do Bispo que se laurase a rezão de vinte e cinco pardãos o quintal, que era o preço que então o cobre vallia, e nunca até então nhũ destes Visorreis e governadores entenderão no lauramento da moeda douro nem prata, vendo que auia muita bastança della, e vallia hũ pardão redondo seis tangas laarins, e hũ xerafim dormuz cinco, e hũ venezeano sete, e era tanta que sobejaua, como o dito meu Visorrey seria lembrado deste tempo que nas ditas partes andára, e não se contentando os Visorreis e governadores que sobceberão desta estiba que inda corria, foraõna aleuantando cada vez mais, não dando pelos requerimentos e exclamações da cidade, até que o Visorrey, que foy, Dom Constantino posera o quintal do cobre a corêta e dous pardãos, e que era a moeda que ora corria, e fora o primeiro fundamento da perda e destruição do dito pouo, porque como os meus officiaes o vendião geralmente aos infieis, e a quẽ o queria a rezão de vinte, e vinte e quatro pardãos o quintal, de

necessidade os homêns auiaõ de comprar em suas terras os mâtimentos e cousas necesarias pera seu sustentamento, e tomãolhe (a) a moeda pelo preço e vallia por que comprauão o cobre, e somente eu ficaua ganhando cõ meu pouo, que mo aceitaua no ê que lho dana; e apresentandose ao Conde Visorrey, que Deos tem, este dano, visto por elle camanho era, juntos em Camara cõ o Arcebispo, capitaõ, inquisidores, desembargadores, meu procurador, secretario, fidalguos, caualeiros, cidadãos, cõ parecer de todos mandára que o cobre se laurase a trinta e cinco pardãos o quintal, de que mandára passar carta ê meu nome per elle assinada, que estaua no cartorio, de que se não usára por ê alguã parte ser em fauor da dita republica. E que outro danno recebia no lauramento da moeda douro e prata, porque sendo gouernador Garcia de Saa mandara que se laurase nesta cidade a douro, que foraõ os Santhomés, que hora corrião, a que a cidade e officiaes della lhe forão aa mão cõ requerimêtos e protestos, receando que a tal moeda causase danno, e mais auendo tanta abastança de moeda, que não auia necessidade doutra nhuã. E depois, sendo Visorrey Dom Affonso de Noronha, ordenara e mandara laurar moeda de prata, que foraõ patecoês, e posto que fossê de ley e peso que correspondia cõ o metal, nunca a cidade em tal consentira, antes fizera muitas petiçoês e exclamaçoês sentindo já grande perda que auia de causar no pouo; sem embargo do tal mandára dár a execução seu mandado, e se laurara o marquo de prata a rezaõ de dous mil e quatrocentos réis, a qual moeda, inda que não fora aceita da, era justa na ley e peso, e corria igualmente com o pardão douro redondo, e nhuã deferencia auia delles no preço, e não contentes delle, o Visorrey, que foy, Dom Pe-

(a) Parece que deve ser—*tomar-lhe*.

dro Mascarenhas, e depois o governador Francisco Barreto poseraõ o marquo em tres mil quinhentos e corenta reis, a saber, tres mil e trezentos que se daua ás partes, e os dozentos corenta de direitos e feittio aos officiaes, que he a que aynda agora corria, e fora a destroiçaõ desta terra, e estar no estado em que a o dito meu Visorrey achára, por que aynda que a perda do pouo fosse muito grande pelas resoẽs que apontariaõ, mayor era a de minha fazenda: e posto que a dita cidade e officiaes sempre clamasẽ e pedisẽ justiça aos ditos Visorreis e governadores, naõ foraõ prouidos por rezão do contrato dos armadores, que no Reino se fizera neste tempo, por terẽ por condiçaõ delle, que eu confirmára, que em quanto lhe durase naõ ouuesse nouidade na moeda, antes se laurasse pelo preço em que estaua, por nisso terem grande ganho, por laa comprarẽ a prata a dous mil e tantos reis o marquo, e qua se lauraua a tres mil e trezentos, em que ganhauaõ a trinta e sete e meio por cẽto na prata somente, que causára acodir tanta asy do Reyno, como de Mequa, que vieraõ a valer os pardãos douro a corẽta por cento: e escreuendome este dano todos os annos, escreui que qua se requeresse aos meus Visorreis, que elles proueriaõ, porque asy lho mandaua. como pelas cartas da cidade poderia uer; o que se naõ efectuara; sómente o Visorrey, que soy, Dõ Antaõ de Noronha mandára que se naõ laurasse mais nhuã moeda de prata, e dera certo termo pera que a feita se gastase, e já fora gastada, se se naõ laurára mais nhuã em Cochim, como ynda se lauraua, e õ todas as outras terras de infieis, que como a faziaõ desta ley e peso, e cõ os cunhos da que se na casa da moeda fazia, corria onde se leuaua, que era a rezão por onde se naõ acabaua de gastar: e dando a dita cidade conta ao dito meu Visorrey do dano da repubrica por caso da dita moeda, lhe

mandára que apontase por escrito as perdas, que minha fazenda e o pouro por ella recebia, as quaes por serê taõ notoreas e manifestas tinha pouco que dizer, porque bastaua saber que o cobre se vendia geralmente em pasta a vinte e cinco pardãos o quintal quando era caro, e que já se vendera muitas vezes a vinte; e a moeda se mandaua laurar a corenta e dous; e como eu não tinha nas ditas partes Regnos que fossê de ruinha vasalgê pera obrigar a meus vasallos que a tomasê polo preço em que lhã posese, e na ilha de Goa não auia mantimentos nê o mais de que os homêis viuiaõ, e tudo auia de ser comprado em terra de infieis, e elles a tomãuaõ a peso pello preço e vallia de como o cobre val, e se lhe vendia por quintal; e ayn-da que na dita cidade obrigase que não vallesse huã tanga mais que sesenta leais, tanto que pasauaõ da outra banda se achaua a oytenta e a mais, de maneira que a perda somente recebiaõ os moradores e vasallos meus, que os mercadores estrangeiros, e todos os outros que vinhão vender suas mercadorias, as vendiãõ cõforme ao preço em que achauãõ as moedas de prata e cobre; e o candil darroz, que sohia valler a tres pardãos, se não achaua agora por seis e sete patecõs, e todas as outras cousas a este respeito: e polo grande ganho que tinhaõ os que mercãuaõ o cobre, o batião ã moeda, e o traziaõ aa dita cidade, ã que quasi dobrãuaõ o seu cinheiro, e o mesmo acõtecia nos patecõs que elles faziaõ em toda esta costa, por não auer deferença dos que se batiãõ na moeda, de que eu não tinha nhũ proueito, antes muita perda ã minha fazenda e na de meus vasallos, porque como minhas compras eraõ muitas e grossas, ficaua perdêdo mais, e pera a carga da pimenta em que se despendia tanta contia de dinheiro que auia de ser comprada per moedas douro: e se tinha algũ ganho na de prata, por me custar no Reino me-

nos da que se lauraua qua, não podia ser tanto que mais não fosse a serrafagê da que se comprava; ora em todas as outras cousas que todos os dias se cõprauão de madeira, pregadura, breu, cairo, cifa, cotunias, mantimêtos de toda sorte pera prouimento de minha ribeira, armadas, e almazens, quanta contia de dinheiro se auia mister, e pelos preços que se sohiaõ comprar quando não auia mais moedas que as estrangeiras, e como indagora cõ ellas se compraria, e o que custaua por estas se poderia ver a deferença que auia huã da outra que não podia ser menos, porque o pardão douro, xerafim, e mais moedas não ouuera nellas alteraçãõ nê mudamento, que todas erãõ da ley e peso que sempre foraõ, e tinhaõ sua justa vallia, e a outra de prata, que se batia na moeda, fazendo-se de principio justa e boa, que corria no preço de pardão redondo, asy na dita cidade de Guoa, como ê todas as partes onde se leuaua, vieraõna a baixar na ley e peso, que fiquára muito desigual da outra, e causára auer serrafagê pera que fiquasê iguaes, pello que minha fazenda e o pouo recebiaõ o danno, que não teriaõ não auendo mais moeda que a antiga; e pois prouera a nosso Senhor trazer ao dito Visorrey aas ditas partes cõ tanto zello de meu seruiço, e de emendar danos, e remedear meus vasallos que nellasinha, e este negocio da moeda estaua mostrando pejo ê minha consciencia por culpa de meus officiaes, pois por minhas cartas mandára que se enmendase, o que ategora se não fizera, que fora causa da destroicaõ e sobresa do pouo, que não auia já quẽ se podesse manter por este respeito, e já se não achauã marchantes que quisesê dar carne, e os mesteiracs não queriaõ vsar de seu mester, e todos os dias pediaõ que lhe aleuantasem as taxas pelo aleuantamêto da dita moeda, e como estaua ê meu nome, a dita cidade ê seu nome, e das outras do meu estado da

Índia lhe pediaõ que por escusar tamanhas perdas ordenase e mãdase que ãe nhuã parte se laurase nhuã moeda douro nẽ prata, e que somente corresse a estrangeira, como sohia, pois craramente se via os muitos proueitos que cõ ella se recebiaõ; e lemitase algũ tempo honesto pera que se acabasse de gastar os patecoẽs, e que mais naõ ouuesse nhũs, e os que se achasẽ fossẽ cortados e ficasẽ em prata, porque se esperaua que com isso tornasẽ a seu priũeiro preço, e que ouuesse muita ãe abastança, e o mesino fosse em todalas outras cousas que se cõprasem e vendesẽ; como tambẽ mandar ãemendar a do cobre, que se naõ podia escusar, e se laurase conforme a como se vendese por quintal, mandando tomar enformaçaõ onde tinha mór valia, e por essa o desse ao dito pouo christaõ e vasalos meus, que todos os dias me estauaõ seruindo cõ as pessoas e fazendas; e parecia rezaõ que se naõ negase a elles o que se concedia aos infieis, como mais larguo se continha na dita petiçaõ, que era asinada pelos ditos Vereadores e officiaes; a qual vista pelo dito meu Visorrey, e o que se nella cõtinha, mandou que os meus desembargadores a vissẽ e lhe desẽ seu parecer, os quais a vyraõ, e deraõ o que se segue:

— Parece que quãto aos patecoẽs se deue de publicar a lei que fez o Visorrey, que foy, Dom Antaõ. V. S. a co. firme, e se cumpra, e naõ corraõ mais que por todo mes dabril que embõra vem. E quãto aos xerafins de prata que se batẽrãõ em Cochym, que se apregoue que se naõ batãõ mais, e se passe prouisão para que o Capitãõ laa tome os cunhos, e os mande qua: e os que estãõ feitos naõ corraõ mais que por todo abril do ano que vem de mil e quinhẽtos setenta; e que se naõ laure mais nhuã moeda de prata nesta cidade, nẽ em outra parte. E quanto aa moeda douro, que se batãõ Sam Thomẽs aquy em Guoa sõmentẽ, e que

V. S. prouēja no feitio, porque se diz que he excessiuo. E quanto aa moeda de cobre V. S. a deue mandar bater a rezão de trinta pardãos em tangas o quintal cõ o feitio; e os bazarucos sejam fundidos; e não se venderá ê menos preço em pasta. E se lhe parecer bem bater a mais ou menos, asy se porá o preço ao cobre que se vender por quintal, tirado o feitio, de maneira que nunca se venda por menos a peso do que se bater na moeda. E por aquy se euitarão muitas desordões e falsidades de moedas que vem da terra firme. E quanto aos xerrafos que a cidade ordene como lhe parecer mais seruiço de S. A. e bem da republica sê embargo da prouisão que mandou apregoar. Oje vinta quatro de março de mil quinhentos e sesenta e noue.—Gonçalo Lourenço—Francisco Marques Botelho—Francisco Aluarez—Manoel de Vilheguas.=

Da qual petição e parecer ouuerão tambem vista o Arcebispo de Guoa Dom Jorje Temudo, e o Arcebispo Dom Gaspar, Inquisidor, Prouisor, e Vigario Geral, e os Prelados e Padres dos côuentos de S. Paulo, S. Domingos, S. Francisco da dita cidade, capitão della, veador de minha fazenda, secretario, fidalguos; os quoaes por seus asinados, que estão juntos aos autos que se disso fizerão, conformarão cõ o parecer dos ditos desembargadores dando cada um as rezoões que lhe parecerão conuenientes pera bem de meu seruiço e do pouo. Pelo que o dito meu Visorrey mandou que se tresladasem nos ditos autos os capitulos das cartas que escreui aa dita cidade sobre a moeda de cobre e prata, dos quais o theor he o seguinte = Em outra vossa me dizeis o grande crescimento, em que hião nessa cidade os mantimentos por caso da moeda de prata e cobre que se nella lauraua ser de muito menos peso da que fez o Visorrey Dom Affonso; pedindome mandase que

a moeda que se ora laurase fosse da ley e peso que era a que mandou fazer o dito Visorrey. Eu escreuo ao Conde Visorrey que entenda nisso, e proueja como lhe parecer bem comũ, e meu seruiço; e por tanto a elle o podereis requerer; e folgarey de sempre me escreverdes, como fazeis, o mais que vos parecer meu seruiço. Escrita em Lisboa a quatro de março de mil quinhentos sesêta e tres (a). =E quanto aos incôuenientes que apontais se segue da moeda de prata e cobre, que se laura nesa cidade, ser de menos ley, peso, e valia do que corre a que vê de fora, e ao que niso pedis: eu escreuo e mando ao Visorrey Dõ Antão que veja esta materia e a pratique, e me escreua o que lhe parecer nella, pera cõforme a isso prouer o que ouuer por meu seruiço; tereis cuidado de lho alembrear. =Esta carta era escrita em Almeiry a vinte e tres de feuerreiro de mil e quinhentos sesenta e cinco. (b) E asy mandou que se ajuntase o treslado da carta que o Conde Visorrey, que Deos tem, pasou sobre o lauramento do cobre, do qual o theor també he o seguinte:

=Dom Sebastião per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virê faço saber que os Vereadores e officiaes da Camara desta cidade de Gnoa requererão ê nome da dita cidade e pouo della ao Conde, meu Visorrey que hora he da India, que prouese acerca da moeda dos bazarcos que nella corriaõ, pela perda que o dito pouo recebia na moeda, que o Visorrey, que foy,

(a) Este Capitulo he o VII do Documento n.º 36 do 1.º Fasciculo.—Notem-se as variantes, que nelle ha, do texto do registo no Livro das Cartas d'ElRey á Cidade.

(b) He o Capitulo II do Documento n.º 39 do 1.º Fasciculo.

Dõ Costantino mandou fazer a resaçõ de corenta e dous pardãos o quintal, valendo na terra firme geralmente a trinta e dous pardãos pouco mais ou menos, por na dita cidade e ilha della não a-uer mantimentos, nẽ outra cousa alguã, e se auer de prouer tudo da dita terra firme, pello que por resaçõ da dita moeda valiaõ os ditos mantimentos e cousas o dobro do que dantes valiaõ; e auendo o dito Conde meu Visorrey a isso respeito, e vendo que era necesario e compria a meu seruiço prouer no dito caso, assentou em Camara cõ o Arcebispo, desembargadores, e meu procurador, capitão da dita cidade, secretario, inquisidores, e parte dos fidalgos, caualeiros, cidadãos da dita cidade, que todos foraõ juntos na dita Camara, que daqui por diante se laurase o dito cobre a resaçõ de trinta e cinco pardãos de tangas o quintal cõ todo os custos que fizesse: pello que ey por bem e meu seruiço que asy se cumpra, e que na dita moeda se laurase aa dita resaçõ dos trinta e cinco pardãos da maneira que dito Visorrey assentou cõ os sobreditos. Por tanto o notefiquo asy aos vedores de minha fazenda, e a todos meus officiaes e justiças a que pertencer, que hora são, e ao diante forẽ, e lhe mando que asy o cumprão, e fação cumprir e guardar inteiramente sem duvida nẽ embargo algũ; e esta carta se registaraa na dita Camara pera que se saibr em todo o tempo como asy se assentou, e ey por bem que se cumpra. Dada ã a minha cidade de Guoa sob meu sello aos onze de Junho. ElRey o mandou por Dom Francisco Coutinho, Conde do Redondo, e Visorrey da India. Ruy Martins a fez ano do nascimento do noso Senhor Jesu Christo de mil quinhẽtos sesenta e dous.— *Conde Visorrey*.—Registada, Serrão—Registada, Rodrigo Monteiro—Gonçalo Lourenço. Pagou nihil. Em Goa a desoito dias de Junho de mil quinhẽtos sesenta e dous.

Agostinho Saluado.—Registada na chancellaria= E os treslados dos capitulos das ditas minhas cartas, e da do dito Conde Visorey serão treslados dos proprios por Duarte Garcia escriuão da dita Camara, e cõcertados cõ Francisco Fernandes tabellião na dita cidade.=

E visto tudo pelo dito meu Visorrey assêton e determinou cõ os ditos desembargadores que vista a petição da cidade, parecer dos Arcebispos, desembargadores, prelados, veador da fazenda, fidalgos, capitulos de minhas cartas, per que manda prouer a cidade, carta que o Conde Visorrey, que Deos aja, acima treladada, e que nos autos anda, passou sobre a moeda de cobre, auia por bem que a prouisão, por que se mandaua que se não laurase moeda de patecoês, meios patecoês, tangas redondas, se goardase inteiramente, e se comprise, e não corressê por mais que pelo peso que tiuesê, e somente correrião ã Malaqua como atequi correrão nos mesmos preços, e do dito (*sic*) Malaqua por diante, pera por esta uia se expedir deste estado: e quanto ao cobre se laurase a resão de trinta e cinco pardãos de tangas o quintal cõ o feitio, e a este preço e não menos o mandaria vender a peso. E por justo respeito que lhe apontarão e praticou cõ nessas expertas e entendidas neste negocio, auia por bem que corressê as ditas moedas de prata ate todo mez dagosto, este presente que ora vinha; e quando se batessê os bazarucos, proueria nos que estauão feitos e ora corrião como fosse meu seruiço e bem deste pouo; e os reales correrião per prata da maneira dos patecoês conforme á ley e peso que tiuerê. E por que não auendo a dita moeda de prata se auia de bater a do ouro á valia da serraçagê por respeito da moeda de prata, e na terra aver muyta moeda douro e larys dormuz auida por muito(?) mais do que em sy val por caso das ditas serraçagês, no que recebe-

rão grande perda os que a tem auendo de correr sê serrafagê sem se lhe dar algũ tempo pera se sairê della sem perda; e por aynda não serê feitos os bazarucos de maior peso que hão de corresponder aas valias das moedas, e ser també necessario darse algũ tempo pera se fazerê, e asy pera se enmendarê as taxas que ora ha feitas conforme aa valia das moedas, que corrião, que se hão de reduzir aa valia das que daqui em diante hão de correr; e por os ditos Vereadores e officiaes da Camara da dita cidade pedirê també ao dito meu Visorrey que prouese nisso como lhe parecese meu seruiço e bẽ do pouo: e vistas as ditas rezoês e praticado sobristo cõ o dito vedor da fazenda, desembargadores, e outros officiaes e pessoas de cõfiança, assentou que as moedas douro e larins corresê tambem até fim do dito mes dagosto como ora corrião, e dahy em diante corresê em sua justa e antigua valia sê serrafagê, como corrião antes de auer a dita moeda de prata, a saber, os pardãos douro redondos, e Sam Thomés douro seis tangas cada hũ de sesenta reis aa tanga, que são trezentos e sesenta no pardão; o madrafaxao nouo de peso de tres oitauas vinta quatro grãos vinte e tres tangas e meia; o madrafaxao velho de peso de tres oitauas vinte e huã tangas; e o venezeano de peso de huã oitaua menos dous grãos sete tangas; cinco larins de prata hũ pardão douro de seis tangas; as quais tangas todas são de sesenta reis; e todas as mais moedas douro correrão a este preço conforme ao peso e quilates que tiuerê; pelo que por asy auer por meu seruiço, e bem de minha fazenda, e estado, e pouo delle, e por todas as rezoês e respeitos sobreditos: Ey por bem e me praaaz que o assêto e detreminação que o dito meu Visorrey tomou e deu sobre as ditas moedas, se cumpra e guarde inteiramente asy e da maneira que foy por elle assêtado e detreminado, e como acima decra-

ra, e que se não laure nem bata mais a dita moeda de patecoês, e meios patecoês, e tangas redondas, e asy na dita minha cidade de Guoa, como é Cohym, nê em nhuã outra cidade, fortalezas, nê lugares das ditas partes conforme a prouisão que sobrisso passou o dito Visorrey Dô Antão, que se cumpriraa, e a confirmo como se nella contê sob as penas nella deccaradas cõ deccaração que corráo as ditas moedas de prata até por todo dito mes dagosto que ora vem deste ano presente pelo mesmo preço e valia que ora corrê, e passado o dito tempo não correrão mais que pelo peso que tiuerem como prata quebrada, e somente correrão ê Malaqua como atéquy correrão nos mesmos preços, e do dito Malaqua por diante, pera por esta via se gastarê e expedirê deste estado da maneira que dito he. E o cobre Ey por bem e mando que se laure a rezão dos ditos trinta e cinco pardãos de tangas o quintal, e a este preço e não menos o mandarey vender a peso, e os ditos reales corráo per prata da maneira dos ditos patecoês conforme aa ley e peso que tiuerê; e asy que as ditas moedas douro e tangas larís corráo també como agora corrê até fim do dito mes dagosto; e do primeiro de setembro deste ano presente de mil quinhentos e sesenta noue que ora vem em diante correrão aos ditos preços acima deccarados asy na dita minha cidade de Guoa, como em todas as mais cidades, fortalezas, e lugares das ditas partes asy e da maneira que tudo foy assentado e detreminado pelo dito meu Visorrey, sê nas ditas moedas douro e tangas larís auer alteração nê mudamêto algũ, senão correrê sempre igualmente por os ditos preços e maneira acima d. orrados sob pena de quẽ o contrario fizer e o não cumprir como nesta minha carta vay deccarado encorrer naquelas penas que por mim e ê minha ordenação são postas sobre o caso das tais moedas, e doutras semelhantes

aaqueles que vão contra a ley ou leis que sobre ellas fizer, ou mandar fazer por meus Visorreis e gouernadores, e nas mais penas que a mym, ou ao dito meu Visorrey parecer, e ouuer por bem, pera que inteiramente e sem falta alguã se cumpra esta minha ley, como se nela contem. Por tanto noteficoo asy aos Veadores de minha fazenda, capitão da dita cidade, ouuidor geral, e a todos os mais capitães, justiçaes, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora são, e ao diante forê; e lhes mando que asy o cumprão e goardê, e fação inteiramente cumprir e goardar da maneira que dito he, e se nesta minha carta contê sê duuida nê embargo algũ que a ello ponhão; a qual seraa registada no Liuro dos registos da minha fazenda dos contos, e na dita Camara, pera que em todo tempo se saiba como asy o tenho mandado e ordenado, e se hade cumprir inteiramente, e se publicaraa na minha chancelaria, e na dita Camara sendo o pouo junto pera que se saiba como asy estaa detreminado, e se enuiaraa o treslado della assinado pelo chançarel mór a todas as ditas cidades e fortalezas das ditas partes pera que nellas se pubrique pela mesma maneira, e se registre no Liuro das Camaras dellas, e das minhas feitorias, para que tambê se saiba como asy o mando e está assentado. Dada na minha cidade de Guoa sob meu sello aos dezaseis de Junho ElRey o mandou por Dom Luis dataide, do seu conselho, e Visorrey da India. Gaspar Pereira a fez ano do nascimêto de noso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos sesenta e noue. Nuno Alurez Carneiro a fez escreuer.—*O. VisoRey.*

(A 70)

55.

Dom Antonio de Noronha, do conselho delRey

meu senhor, Visorrey da India, &c. Faco saber a quantos este meu aluará virê que por quanto o dito senhor manda per huã carta sua que este ano escreueo a esta cidade (a), que o pouo della se ajunte e digua se o hũ por cento, que tem concedido pera fâzimêto das galés, se o concede de sua liure vontade e sê constrangimento nhũ, como se veraa pela dita carta; e por quanto ora ha muita necessidade da fortificação que se faz do sapal e Benestary, ey por bem ê nome de S. A. que do que se montar no dito hũ por cento por ano ametade se despenda na fabrika das ditas galés, e a outra ametade no fazimento dos muros e fortificação, pera que o pouo não pague, nê se tire delle por estar pobre e gastado desta guerra. El bem asy mando, e ey por bem que todo o mercador e pessoa de qualquer calidade que seja, que nesta cidade pagar de suas fazendas o hũ por cento na alfandega, e levando certidão dos officiaes della, o não pague em Dio, Ormuz, nê em outra nhuã parte. Portanto o notefiquo asy a todos os officiaes e pessoas a que este for apresentado, pera que asy o cumprão, e guardem como se nelle contem, o quoaal não pasaraa pela chancelaria sem embargo da ordenação em contrario. Duarte Garcia, escriuaõ da Camara, q tez a doze de nouembro de quinhentos setenta e hũ.—O Visorrey.

(fl. 85 v.)

56.

Em quinze dias do mez de nouembro de mil e quinhentos setenta e hũ anos nesta cidade de Guoan nas casas da Camara della, onde estauão Dom Pedro de Sousa, capitão, Francisco de Brito, Antonio Rebello, Vasco de Pina, Vereadores, Nuno Fernandes Giraõ, Paulo de Freitas, Juizes ordi-

(a) He a do n.º 46 do 1.º Fasciculo.

norios, Rui Freire, Procurador da cidade, Simão Fernandes, corrieiro, Antonio Gonçalves, tenoeiro, Manoel Rodrigues, sapateiro, Francisco Matheus, ferreiro, Merteres Procuradores do pouo, e muita parte dos fidalguos, caualeiros, cidadãos, moradores em a dita cidade, e Antonio Pires, corrieiro, Juiz dos vintaquatro, cõ a mór parte delles, em presença de my Duarte Gracia, escriuaõ da Camara por ElRey noso senhor, que todos foraõ juntos per rões, per que os chamaraõ, e por muitos pregoẽs, que lhe foraõ dados, por Antonio Rebello, Vereador, lhes foy dito que esta cidade, fidalguos, caualeiros, e mais pouo no ano de mil quinhentos sesenta e noue fizeraõ seruiço a S. A. e concederaõ que se arrecadasse nalfandega das fazendas que se nellas despachasẽ hũ por cento mais alem dos seis, que está per regimêto antigo pagarẽ, o quoaõ dauaõ pera fazimento das galtees, de que era feito auto no Livro dos acordos, e se fizera contrato pelos officiaes da Camara que entãõ seruiaõ cõ Dom Luis dataide, Visorrey que foy nestas partes, o qual se mandára a S. A. e por elle visto escreueo á dita cidade huã carta, que traz hũ capitulo, cujo treslado veriaõ que era o seguinte.. (a)..... A qual carta veio este ano presente; e porque a tençaõ de S. A. era que cada hũ neste caso liuremente dêsse seu parecer se era contente concederse este hũ por cento, lhes pedia o quisesẽ dar pera se responder ao dito senhor, e fosse per escrito cõ cada pesoa assinar ao pee do que disese para mais authoridade; o que a todos pareceo bem, e começaraõ loguo a votar, e seus votos saõ os seguintes, todos escritos por my escriuaõ. Duarte Garcia o escreuy.

(a) Aqui vai o 1.º Capitulo da Carta d'ElRey á Cidade de 27 de Fevereiro de 1571, a qual fica no 1.º Fasciculo em n.º 46.

E tomados asy os ditas votos, pelos mais se conformarẽ que o dito hũ por cento se arrecade na alfandega como se atégora arrecada, e se despenda ametade na fabrica das galees, e a outra ametade no feitio e fazimento dos muros que se començaõ, e estaõ começados a fazer do passo cequo pera Benastary, e todas as mais que saõ necessarias para esta cidade fiquar forte, por auer taõ pouco tempo que se vio em grande trabalho e perigo no cerquo, que lle o Idalcaõ Rey do Balaguatê pôs; e pedẽ todos a ElRey noso senhor o aja asy por bem, e mande que a dita obra dos muros se faça cõ muita breuidade dando ajuda pera se acabar de sua fazenda, pois nesta cidade soo está o remedio de todo o estado, e este dinheiro que se arrecada he hũ pequeno remedio pera as ditas obras, porque haõ de ser muitas e muito grandes. E pedẽ por merce ao senhor Visorrey que mãe passar hũa provisãõ ã nome de S. A. pera que o dito rendimento se comece a despender nellas, porque o principal fundamento deste pouo conceder o dito hũ por cento foy por respeito de se fazer a obra. E por asy assentarẽ fiz este termo, que o capitaõ, Vereadores, officiaes da Camara assinaoẽ. E eu Duarte Garcia escriuaõ ã ella por ElRey nosso senhor que o escreui.

(fl. 84)

57.

Dom Antonio de Noronha, do conselho delRey meu senhor. Visorrey da India &c. Faço saber aos que este meu aluaraa virẽ que eu vi este accordo e assento, que em Câmara se tomou pelo capitaõ, Vereadores, Juizes, officiaes della, e polos fidalguos, canaleiros, cidadãos, vintaquatro mestres, que para isso foraõ juntos, e bem asy o termo,

porque me pedem manda passar aluara pera que o dito acordo aja effecto, e o dinheiro que se arrecadar na alfandega do hu por cento pera fazimento das galees, conforme ao contracto passado que sobrisso he feito, se despenda o meo na fortificação das obras que se fazem e ao diante fizerẽ do passo cequo pera Benestary, e onde mais for necessario. E por my todo visto, e cõsiderando a necessidade que ha de as ditas obras se fazerẽ, e a tenção do pouo ser que o meo do dito hu por cento se despenda nellas; Ey por bem e nome do dito senhor confirmarlhe o dito termo, e mando que de todo o dinheiro que na dita alfandega se arrecadar, ametade se despenda nas ditas obras pela ordẽ que for ordenado pelos Vereadores e officiaes da Camara, e a outra ametade na fabrika das galees conforme ao contrato que se fez cõ o Viso Rey, que foy, Dom Luis da tarde. E per asy mo pedirẽ os ditos Vereadores, e officiaes, ou por bem concederlhe e nome de S. A. e para mais firmeza o juro aos sanctos euangelhos, em que puz minha mãõ, perante o escriuaõ que este fez, e dos ditos officiaes abaixo nomeados, de cumprir este contracto; e se naõ despende o dito dinheiro e outra nhuã necessidade, saluo auendo alguma tal que elles ditos Vereadores e officiaes o ajão por bẽ, e derẽt pera isso consentimento, por asy o sentir por mais seruiço de Deos e de S. A. e bem deste p. ao. Por tanto o notefiquẽ asy a todas as justiças e pessoas a que este pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e goardẽ como se nelle contem. E este quero que valha, e tenha força e vigor como se fosse carta e nome de S. A. e passada pela chancellaria sem embargo das ordenaçõs em contrario. Duarte Garcia, escriuaõ da Camara o fez em Guoa nos paços de S. S. aos vinte e sete dias do mes de dezembro, principio do ano do nascimento de noso senhor Je-su Christo de mil quinhentos setenta e dous annos

(a). A qual obra começará a correr do dinheiro que se arrecadar no primeiro deste mes de dezembro em diante.—O *Visorrey*.

(fl. 85.)

58.

Muito Magnifico Senhor Veador da Fazenda delRey nosso Senhor.—Os Vereadores, Juizes, Procurador, officiaes da Camara desta muito nobre e muito leal cidade de Guoa fazemos saber a v. m. que vendo os officiaes pasados que seruião na dita Camara a desordem com que se arrecadauão as rendas de S. A. por não auer tombos nê foraes autenticos, antes os veadores da Fazenda acrescentando muitas condições em dano e prejuizo deste pouo, escreueraõ a S. A. dandolhe dello conta, o que por elle visto, como Rey taõ christianisimo e zeloso do bem da sua republica, escreueo, e mandou ao Visorrey Dõ Antão de Noronha, que com muita breuidade mandase ajuntar o Arcebispo de Goa cõ os theologos e letrados que lhe bem parecece, os quoaes vissẽ todos los foraes, tombos, e arrendamentos que ouuese na dita cidade, e em todas as outras destas partes, e prouesẽ nelles, tirando todas as rendas e condições dellas, fóros que fossẽ cõtra sua consciencia, por que não auia por bem, nê seu seruiço que se arrecadasẽ, posto que do tempo antigo estiuesse em costume leuar-se, e de tudo fizesẽ tombo nouo, e cõ boas decrações, de que se usaria; o que foy satisfeito cõ o dito Visorrey mãdar que em casa do Arcebispo Dom Gaspar fossẽ juntos os ditos theologos, e desembargadores da Relação, procurador de sua fazenda, onde estiuerão muitos dias vendo os di-

(a) Era frequente neste tempo começar a contar o novo anno em dia de Natal, 25 de Dezembro, como nesta Carta se vê. No estilo commum porém deve referir-se ao anno de 1571.

tos liuros, foraes, e tombos, arrendamentos antiquos; e visto, e bem examinados cõ enformação que tomarão dalguãs pessoas, asentarão e detreminarão a ordẽ de como as rendas de S. A. que ouuese nesta cidade e ilha auiaõ de correr; asy da alfandega, como outras de mantimentos, betre, panos, cotoalya, orracas, passos, sabaõ, anfiaõ, e todas as mais, como tirarẽ muitas que indiuidamente se arrendauaõ, e arrecadauaõ, e de todo se fizeraõ termos e autos bem declarados, per elles asinados, pera ficarẽ em boa goarda na casa dos contos. E por quanto a cidade quer ora requerer ao Senhor Visorrey, e onde lhe mais cumprir alguãs cousas que pertencẽ ao bem comũ deste pouo, o que naõ podẽ fazer sem os treslados de todalas ditas determinações que foraõ tomadas, e saberẽ o que cada hũ he obrigado pagar do que vender, asy de suas nouidades, como de todalas mais cousas que cõprarem, e trouxerem de fora: Pedẽ a v. m. por merce, e da parte do dito Senhor requerẽ mande ao escriuaõ da fazenda, ou ao contador, ou pessoa que o dito liuro e papeis tiuer, dê o treslado de todo o sobredito authorisado, concertado, e em modo que faça fé; e em v. m. asy o mandar nos fará justiça, e como he obrigado fazer per bem de seu cargo, e o que esta cidade faraa no que v. m. mandar. Dada em Camara aos 29 de março de 572 anos.—Antonio de Seotomaiaor a fiz escreuer e sobscriui por licença que pera isso tenho. —Cumpra-se, e pase o treslado do que se pede.—*Antonio Sanches de Gamboa.*

Certifiquo eu Joaõ Caldeira, escriuaõ da fazenda da India, por ElRey noso Senhor, que em meu poder no cartoreo desta fazenda estaa hũ caderno escrito da letra d'Antonio Gonçalves, escriuaõ que foy da fazenda, cõ as condições e detreminações que se fizeraõ nouas, com que as rendas desta cidade se auiaõ darrematar, que diz serẽ aceitadas

pela cidade; e o traslado do dito caderno todo asy como está de verbo a verbo he o seguinte :

*Rendas delrey nosso senhor desta cidade de
Goa, que se haõ de trazer em pregaõ
pera se arrematarem.*

A renda dalfandega e mandouy desta cidade de Guoa cõ os passos della, que se haõ de arrematar por tempo de tres annos começados o primeiro doutubro de 567 em diante, e a recadaçaõ dela se hade fazer conforme o regimento nouo que ora fez o Senhor Visorrey Dom Antaõ de Noronha; e naõ se hade usar do regimento antigo, nem prouisoẽs que saõ passadas.

Se haõ darrendar com condiçaõ que toda a madeira e outros prouimentos que vierem pera a ribeira desta cidade de Guoa e almazẽs delRey nosso senhor per contratos que fizerẽ com a fazenda de S. A. naõ pagaraa direitos nhũs na dita alfandega e passos, nos quoaes contratos quando se fizerẽ se deccraraa a dita liberdade; nẽ menos pagaraõ d'reitos os contratos de lenha e carnaõ pera a casa da poluora, ferrarias, e fundiçaõ, nẽ da lenha pera as armadas, e canas per arcos de pipas, que trouxerẽ pera S. A. per bem dos ditos contratos, por quanto estes nunca pagaraõ de muitos anos a esta parte.

A Renda das botiquas dos mantimentos.

Se arrendaraa pelo assento que he tomado sobre estas rendas da cidade, que toda a pessoa que quiser vender os ditos mantimentos em botiquas pelo meudo, o poderaa fazer onde lhe bem vier, e de tudo o que asy vender pagaraa a ElRey nosso senhor de dez hum, e o meudo seraa de huã maõ pera baixo. E no terreiro dos mantimentos se venderaa por junto de huã maõ pera cima sem pagarẽ cousa yhuã.

A renda do betre.

Que toda a pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que seja, que trouuer betre a esta cidade de Guoa, pagará a ElRey uoso senhor da entrada de dez hum, asy o que entrar por mar, como por terra; e o leuaraa á casa da cotolia, onde se faz o negocio da dita renda pera nella pagar os ditos direitos.

A pessoa que trouuer o dito betre depois de pagar os ditos direitos poderaa vender por grosso na dita cidade onde quiser sê mais pagar cousa alguã. E o dito grosso se entenderá de dez mil folhas de betre pera cima, que he meo fardo, porque o fardo tê vinte mil folhas. E quando vender pelo meudo de dez mil folhas para baixo, o poderá fazer onde quiser na dita cidade e ilha, com tanto que pagará mais a S. A. da dita vendagem pelo meudo a rezaõ de cinco hum. E o fará a saber á pessoa que tiuer carguo da dita renda.

Toda a pessoa que quiser vender o dito betre pelo meudo, o poderá fazer na dita cidade e ilha onde quiser pagando a S. A. de cinco hum, que he o quinto de tudo o que asy vender pelo meudo das ditas dez mil folhas para baixo. E o que asy vender o fará a saber ao que tiuer carguo da dita renda pera arrecadar os ditos direitos.

Todo o betre e arequa que entrar nesta ilha não pagará nhũs direitos na alfandega, nê nos passos della. E a dita arequa se entenderá a que entrar pelos ditos passos; e toda arequa que entrar pela barra pagará seus direitos na alfandega como até gora se pagou por ser mercadoria. E esta arequa não ficará obrigada aa dita renda do betre, salvo vendendose pelo meudo, que seraa de huã maõ pera baixo, porque a dita arequa que entrar pelos passos irá pagar seus direitos aa dita casa da cotolia, como o betre. Toda a pessoa que descaminhar o dito betre e arequa que entrar pelos pas-

sos, que não leuar aa casa da cotolia pera pagar os ditos direitos, será perdido hũ terço para o rendeiro, e outro terço pera S. A. e outro terço pera quẽ o acusar.

A renda dos panos dalguodam.

Toda a pessoa que quiser vender desta roupa dalguodam polo meudo o poderá fazer onde quiser, asy em botiquas, como pela praça e ruas. E do que asy vender pelo meudo será obrigado a pagar de dez hũ a ElRey noso senhor; e o dito meudo será de huã corja pera baixo de cada sorte; e isto depois de pagar os direitos na alfandega desta cidade.

E pelo grosso se entenderaa de huã corja para cima; a qual roupa pelo grosso poderaa vender quem quiser, e onde lhe bem parecer, sem pagar da vendagẽ cousa nhuã.

E seraão obrigados os que venderẽ pelo meudo fazer a saber á pessoa que tiuer esta renda. E os que fizerẽ o contrario pagaraõ a vendagẽ em dobro.

A renda dos panos de chamallotes, e cedas.

Esta renda correrá da mesma maneira da renda dos panos dalgodaõ; e será conforme ao que está assentado pola determinação que sobre esta renda se tomou.

A renda da sergueria.

Poderá toda pessoa fazer ceda, e retrós, e tengir sem por isso pagar cousa nhuã. Toda a pessoa que vender o dito retrós e ceda feita pelo mendo pagará a ElRey noso Senhor de dez hum; e pagando o dito direito, poderá vender quem quiser, e onde lhe bem vier, fazendo a saber á pessoa que tiuer carguo da dita renda. E do meudo se entenderaa de hũ arratel pera baixo, que ninguẽ poderá vender sem pagar os ditos direitos. E de hũ arratel pera cima fiquaraa em grosso pera poder vender

quem quiser sem pagar o dito direito. E os que o contrario fizerẽ pagarã vinte pardãos de pena por cada vez que for achado pera o dito rendeiro, e perderaa o que asy vender.

A renda do anfião, banguê, e sabaõ.

Toda a pessoa que quiser vender anfião, e banguê, o poderá fazer pelo meudo, pagando a El-Rey noso Senhor de quatro hum, que he a quarta parte. E pagando o dito direito, poderá vender onde lhe bem parecer. E o meudo se entenderá de hum arratel pera baixo, por ser cousa muy perjudicial aa saude e cõciencia de quem o come. E o que se vender de hum arratel pera cima não pagará cousa nhuã, por que fica em grosso.

Toda a pessoa que quiser vender sabaõ polo meudo, o poderá fazer onde lhe bem parecer, pagando a El-Rey noso Senhor de dez hum do que asy vender. E o meudo se entenderaa de huã maõ para baixo. De huã maõ para cima poderaa vender quem quiser liuremente.

E os que venderẽ todas estas cousas pelo meudo o poderá fazer onde lhe bem parecer, diguo que o faraaõ saber aa pessoa que tiuer carguo desta renda pera lhe pagarẽ os seus direitos.

A Renda da Cotoalia.

Desta renda se tiraraaõ estes ramos abaixo, de que não hão darrendar cousa nenhuã.

O ramo das apas, e fogueos, que seraa liure.

O ramo do cate, que he a carouqua, que paguaõ os chaudarins; e o que pertence ao dito ramo ficará liure.

O ramo dos çafadores.

E esta liberdade se entenderaa nos christaõs somente, que gosaraõ della; e os gentios e infieis pagaraaõ como sohiã.

O ramo do peixe tambẽ não hade pagar nada.

Tudo o mais que fiquar desta renda se arrendaraa.

A renda da barca d'Aguçaim.

Se arrendaraa e arrecadaraa asy como foraõ os annos passados.

A renda da chancelaria desta cidade cõ o setimo das merces asy como foy arrendada os annos passados.

As quaes rendas todas tirando a dalfandega as haõ darrendar por tempo de hum anno somente começado ao primeiro d'outubro de 567 em diante. E hadauer hum escriuaõ pera escrever o arrendamento destas rendas.

Francisco Rodrigues, porteiro das arrematações das rendas e fazenda del Rey noso senhor trazei em pregaõ as rendas contendas nesta folha pera se arrendarẽ, a saber, a renda dalfandega por tempo de tres annos, e as outras todas por hũ anno, asy como vay deccrarado em cada adicaõ, e notifiqa-reis aos lançadores que quarta feira vinta quatro deste mes de Setembro se haõ darrematar na salla das casas do senhor Visorrey da huã ora por diante pera se ahy juntarẽ. Comprio asy. Antonio Gonçales, o fez em Goa a 16 de setembro de 1567.—
Antonio de Teue.

Estas sãõ as vendas desta cidade, que corrẽ do primeiro de Janeiro de 568 em diante, que se haõ darrendar.

A renda das orracas desta cidade de Guoa se ha darrendar cõ estas cõdições, que está assentado pela ordẽ noua, que o senhor Visorrey fez, que a cidade tẽ aceitada e nome do pouo della. Que toda a pessoa de qualquer qualidade e cõdição que seja que nesta cidade de Goa e sua ilha e ilhas que quiser vender orraca branca, e vermelha, e cõfeioada, e çura, o poderá fazer em quaesquer casas, boticas, e tauernas que quiser, e em todos os lugares que lhes bem parecer, cõ tanto

que elles paguê de tudo que asy venderem pelo meudo a elRey noso senhor a resaõ de cinco por cêto. E o meudo se entenderaa de huã pipa pera baixo que seraa de vinta quatro até vinte e seis alnudes. E nhuã pessoa poderaa vender nê abrir a dita tauerna em venda sem primeiro o fazer a saber ao rendeiro da dita renda pera o assentar no liuro da dita renda que faraa o escriuaõ della pelo dito rendeiro arrecadar os ditos direitos. E os ditos vinhos e çura naõ pagaraõ outro nhũ tributo, nê renda mais a S. A. senaõ o foro que tiuerê os palmares que saõ obrigados a pagar, e o dizimo a Deos.

Toda a pessoa que vender os ditos vinhos branco, vermelho, e cõfeicoado, e çura dos muros desta cidade para dentro, naõ pagaraa direitos nhũs asy pelo meudo, como grosso, porque sempre foy liure a dita vendagê.

Toda a pessoa que vender os ditos vinhos por grosso de huã pipa para cima, tambem o poderaa fazer liurementemente sem pagar direitos nhũs ao dito rendeiro.

Toda a pessoa que se quiser concertar cõ o dito rendeiro pera vender os ditos vinhos, e çura, o poderá elle fazer, e aceitar os ditos concertos de que elles sejaõ contentes, aquelles que não quisorê pagar os ditos cinco por cento; mas naõ se concertando cõ o dito rendeiro, fiquaraõ obrigados aos ditos cinco por cento, como dito he, os quois concertos seraõ feitos perante o dito escriuaõ da renda, e lançado no liuro cõ suas decraraçõs.

As pessoas que tiuerem palmares nesta ilha de Guoa poderaõ vender orraca branca que delles tirarem, ou mandarem tirar pelo meudo e grosso onde quiserem liurementemente sê della pagarê direitos algus ao rendeiro, asy e da maneira que hora fazê; e isto até se detreminar se deuo pagar a dita vendagê pola posse em que estaão, sobre o que seraõ

ouvidos sê se auer respeito aa condiçaõ que se pôs no arrendamento passado, que atégora correo, por que naõ tem vigor mais que até o tempo que durou o dito arrendamento; e isto se entenderaa aquelles que mandarê fazer e tirar a dita orraqua branca, e çura pelos seus escrauos e seruidores para sy que os ditos palmares naõ tiuer arrendados; e os palmares seraõ aquelles que os casados, e moradores da dita cidade ouueraõ de merce em suas partes e quinhoês per bem da doaçaõ que lhes S. A. fez.

Nesta renda das orracas se tomou dous assentos, que a cidade ambos aceitou, pera que os moradores della podesê gosar de qualquer delles que quiserê, a saber, o primeiro assento he o que acima fica escrito, e o segundo he o seguinte. E de qualquer delles que quiserê poderaõ vsar, fiquando em sua escolha, e asy arrecadaraa o rendeiro seus direitos lançando tudo no dito liuro.

Querendo os donos dos palmares foreiros pagar por cada chaudary, que trouuer no seu palmar a resão de tres xerafins por ano, o poderaa fazer, e cõ isso poderá vender a çura, e orraca branca, que elles tirarê em toda a parte onde quiserê, asy em tauernas, boticas, e casas, como lhes bem vier, sem delle pagarê outro direito algũ senão o foro daldea, e o disimo a Deos.

Os que quiserê gosar deste assêto dos chaudaríns não poderaão vender mais que a dita orraca branca, e çura que tirarê dos ditos seus palmares; e vendendo vinho de passa, ou confeiçoado pelo meudo de huã pipa para baixo, pagarão ao rendeiro de quinze hũ, e dahy para baixo segundo se cõ elle concertar, e os taes cõcertos tambem seraõ lançados no liuro.

O ramo de parao fiquaraa como está pera o rendeiro o mandar fazer e vender como ora faz.

Os palmares de merce que forê devasos, e seus

donos trôuxerê arrendados, querendo usar deste concerto de chaudarins o poderaão fazer, mas pagaraão por cada chaudarĩ os ditos três pardãos por uso, e fazendo seu dono, e tirando para sy sê os arrendar, fiquará liure cõ as decarações atrás.

Toda a pessoa que fizer o contrario e vender os ditos vinhos e çura sê o fazer a saber aos ditos rendeiros e se assentar no livro da dita renda, ou sê se cõ elle cõtratar, aquelles que tiuerê obrigaçõ a isso, pagara dez pardãos de pena pera o dito rendeiro, e asy perderaa todo o vinho e çura que vender, pera o mesmo rendeiro. E quẽ tirar sê se concertar cõ o dito rendeiro per huã das sobreditas maneiras pagaraa acima a dita pena per cada vez que for achado.

A renda da especearia.

Nenhuma pessoa de qualquer calidade que seja poderaa vender pimêta, gengiure seco, e canella senão quẽ tomar a dita renda: e o que asy vender seraa polla taxa da cidade; e quem o contrario fizer pagaraa dez pardãos de pena pera o dito rendeiro, e perderá a especearia que asy vender pera o mesmo rendeiro. Todas as majs oousas que pertencẽ a esta renda da especearia poderaa vender toda a pessoa de qualquer calidade e condicão que seja que quizer vender asy em botiquas, como em casas em toda esta ilha o cidade de Goa pollo meudo, e do que asy vender pagaraa a S. A. de dez nm: e o meudo se entenderá de maõ de cada coisa para baxo; e o que passar da dita copia por grosso poderaa vender quẽ quizer liuremente, e sê pagar coisa nhã, e todos os que as ditas pertenças venderẽ seraõ obrigados ao fazerẽ saber ao dito rendeiro pera se escrever no liuro da dita renda, e pera arrecadarẽ seus direitos; e sê isso não poderaão vender sob a dita pena, e també estaraõ sometidos á dita taxa. E os que se quiserẽ con-

certar cõ o dito rendeiro o poderaõ fazer, e serão assentados no dito liuro. E asy no dito Capitulo estaua huã decraração na propria regra, como atrás estaa posta, asy e da manelra como noutro treslado estaa. E a dita postilha não faça duvida, por quanto se tresladou da Câmara (a) como estaua. A fructa seque que vem d'Ormuz, costa darabia, do estreito andaraa em ramo per sy, a saber, tamara, passa, nozes, amendoas, figos passados, avellaãs, pinhoës.

As quaes cousas toda a pessoa que quiser vender o poderaa fazer em todos os lugares que quiser, pagando a ElRey nosso Senhor de dez hũ, e isto seraa daquilo que venderẽ pelo meudo; e o meudo seraa de hũa mão para baixo; e que nhuã pessoa poderã vender sem pagar o dito direito, e o que vender de huã mão para cima de cada cousa seraa liure. E os que asy venderẽ o faraão saber aos rendeiros do dito ramo pera deles arrecadar as ditas vendagẽs; e as pẽssõas que se quiserẽ concertar cõ o dito rendeiro o poderaaõ fazer. E os ditos concertos, ou o que render a rezão de dez hũ se assẽtaraa no liuro da dita renda, sob pena de quẽ o contrario fizer pagar dez pardãos de pena pera o dito rendeiro, e perder o que asy vender.

O algodão e panha tambẽ he ramo da dita renda. Toda a pessoa que quiser vender pelo meudo o poderaa fazer onde lhe bem parecer, pagando a ElRey nosso Senhor de dez hũ da dita vendagẽ; e o meudo sentẽderraa de meo quintal para baxo; porque de meo quintal para cima poderaa vender quem quiser liuremente. E os que se quiserẽ concertar cõ o rendeiro o poderaão fazer, e tudo seraa lançado nõ liuro.

Francisco Rodrigues porteiro das arrematações das rendas e fazenda d'ElRey nbsso Senhor tra-

(a) Parece que deve ser — da maneira.

zei em pregão estas duas rendas, a saber, a das or-
racas, e a da especearia, pera se arrematarê por
tempo de hũ anno, começando do primeiro de Ja-
neiro de 568 em diante cõ as condições da orde-
nança noua, que o Senhor Visorrey tem feita; e
notefiquai aos lançadores que se hadarrematar se-
gunda feira pela menhã a 29 deste mez de De-
zembro na fazenda dos contos; e as ditas condições
são as que ficão atras escritas. Comprigasy. An-
tonio Gonçalves o fez em Goa a 22' de Dezembro
de 567. Antonio de Teue.

Os quaes mandados finaes estão assinados pelo
veador de fazenda Antonio de Teue, que então ser-
uia, e foy todo tresladado do proprio que no caderno
estaa sem vicio nã borradura que duuida faça por ver-
tude do mandado atrás do Veador da fazenda
Antonio Sanches de Gamboa. E eu Domingos Ro-
drigues, que o escreui oje 24 dabril de 1572. E eu
João Caldeira escriuaõ da fazenda o fiz escreuer,
e concertey cõ o dito Domingos Rodrigues, que
nesta fazenda escreue, que aqui asinou no con-
certo comigo. Eu João Caldeira que esto escrepi no
dito dia acima escrito.—*João Caldeira.—Domingos
Rodrigues.*

(H. 77 v.)

59.

Regimento por onde se despendem as rondas da Cidade.

Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Por-
tugal e dos Algarues daquẽ e dalẽ mar em Afri-
qua, senhor de Guiné, e da conquista, nauegação,
comercio de Ethiopia, Arabia, Persja, e da India.
A quantos esta minha carta virem faço saber que
por parte dos Vereadores e officiaes da Camara da
minha cidade de Guoa me foy pedido ouuesse por
bem que os gastos que se fazião da renda della

por mandado dos ditos officiaes se leuasê em conta, apresentandome huã carta que escreuy ao Conde Visorrey, feita em Lisboa a vinte cinco de Fevereiro de quinhêtos sesenta e hũ, na qual estaa hu capitulo, cujo treslado he o seguinte. (a)

=Quanto aa prouisaõ que pedis pera tudo o que se der por acôrdo do pouo e dos officiaes da mesa cõ assento do porque e pera que se deu cõ mandado dos ditos officiaes da mesa seja leuado em conta ao thesoureiro dessa cidade; ao dito Visorrey podereis requerer sobrisso, porque eu lhe mandey que o prouesse como lhe parecer mais meu seruiço.=

E asy me apresentaraõ mais huã carta do dito Conde Visorrey passada em meu nome, de que tambẽ o lhuor. tal he:

=Dom Sebastiaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquẽ e dalẽ mar em Africa; senhor de Griné, e da conquista, nauegaçaõ, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha carta virẽ faço saber que os Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Guoa me enuiaraõ dizer que nella estaua em costume gastarẽse da renda do conselho as cousas seguintes, a saber, o que se despendia nos recebimentos dos Visorreis e Governadores, asy nas entradas quando vinhaõ do Reino, como de victorias anidas contra nosos inimigos, e os paleos, com que os recebiaõ, e asy o que se daua de pitanças pelas duas festas do anno aos Vereadores, Juizes Ordinarios, e dos orfaõs, procurador da cidade, e mesteres; e asy o que se daua ao thesoureiro della alem da pitança, que naõ estaua em costume nẽ regimẽto, senaõ aluidrarse segundo leuaua o trabalho; e asy o que se pagaua ao posentador da

(a) Esta carta naõ foi escripta ao VisoRey, como aqui se diz, mas a Cidade; e o capitulo he o VII.—Vid. o Doc. 31 do 1.^o Fasciculo.

dita cidade, e ao guarda da Camara, e naique, e ao sollicitador, e ao que tangia o sino, e ao porteiro dos lazaro's, e ao pesador dos açongues; e asy o que se gastaua nas festas do ano nas procissões, e outras despesas meudas. E porque pera se leuar em conta ao thesoureiro da dita cidade era necesario sempre soprimêto para isso, me pedião que lhe mandase passar huã prouisão, pera que o que se despendese por mandado dos ditos Vereadores nas sobreditas cousas se leuase em conta ao dito thesoureiro sê mais outro soprimêto. Lẽ visto per my seu pedir, e auendo respeito ao que dizê, e por mo elles asy mandarẽ pedir ao Regno, e eu remetter esse caso ao meu Visorrey da India pera que nelle prouuese como lhe parece seu seruiço: e pola cõfirmação que disse tomou, e por achar que as ditas despesas estaua em costume fazerẽse, e que se não podiaõ escusar, pois eraõ para louuor e seruiço de Deos e meu, e bẽ e nobrecimento da dita cidade; Ey por bem e mando que tudo o que o dito thesoureiro que hora he, e os que ao diante forem, despenderẽ nas ditas cousas, e tiuerẽ despeso per mandado dos ditos Vereadores, se lhe leue ã conta sem mais outro soprimêto da maneira que pedõ. Por tanto o notefiquo asy a todos os officiaes e justiças, e quaisquer pessoas a que esta for mostrada, e o conhecimêto pertencer, e lhes mando que asy o cumprãõ e goardem inteiramente sê duuida, nẽ embargo algũ que a ello seja posto. E esta carta se registaraa na dita Camara pera que se saiba como asy o ey por bẽ, e se leuarẽ por ella ã conta as ditas despesas, como dito he. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello a trinta de nouembro. ElRey o mandou por Dõ Francisco Coutinho, Conde do Redondo, Visorrey da India. Ruy Martins a fez ano do nascimento de noso senhor Jesus Christo de mil e quinhẽtos e se-

zenta e hũ. E asy també o que se dá ao escriuaõ da Camara.—*Conde Visorrey.*==

Pedindome os ditos Vereadores e officiaes em concuraõ que lhe desse regimento da maneira que auiaõ de ter no despender das rendas da dita cidade, o quoaõ cõ a enformaçaõ que se tomou, e me foy dada por vertude do capítulo da dita minha carta acima tresladada, ordency pela maneira seguinte :

Os Vereadores, Procurador da cidade, e Juizes ordinarios, e os tres Juizes dos orfaõs portuguezes, e outro da gente da terra, teraõ vinta quatro xerafins de pitaõça em cada festa do ano, que saõ duas somente, a de Corpus Christi, e a de Sancta Catharina; e os quatro mesteres doze xerafins també de pitaõça em cada huã dias ditas duas festas, da maneira que até ora es. ditos Vereadores e officiaes sobreditos as tiueraõ.

E por quanto na cidade naõ ha prouedor das obras, e ao thesoureiro della he cometido o fazer de todas as pôtes, fontes, calçadas, e todas as mais obras que a cidade manda fazer, auerá o dito thesoureiro por tudo dordenado cadano cem xerafins sê mais nada.

O escriuaõ da Camara aueraa cadano de leuar a bandeira as vezes que for fóra dez pardãos somente, posto que a leuê mais vezes. E asy aueraa o dito escriuaõ da Camara corenta mil réis dordenado cadano sê mais outra cousa.

O pano que serue na mesa, quando de velho naõ seruir nella, dar-se-ha ao porteiro da Camara, e os Vereadores mandaraõ fazer outro nouo.

O sollicitador que a cidade tem pera negociar as cousas delia auerá dordenado por seu trabalho cincoenta xerafins cadano. E o escriuaõ do terreiro trinta e seis. E o repesador do açougue oito tangas cada mes. E o guarda dos lazarus huã tanga cada dia. E o que tange o sino de correr seis

tangas cada mes, da maneira que todos atéqui tiueraõ.

Averaa dous naiques da Camara somête, que seruirão no que lhes for mandado. E aueraão dez tangas cada hũ por mes, como se pagãua aos que seruião.

Os quatro naiques que os Juizes dos orfaõs tem, asy os dos portuguezes, como da gente da terra, que he hũ naique cada hũ, aueraão seis tangas por mes, como se lhes atéqui deu; os quais seruião tambem na Camara os dias della.

O que se gastar no paleo, que se faaz quando vê Visórreis nouos do Reino, cõ que se recebê, e se lhe dá; e os gastos que em suas entradas se fizerem de ramos, ariqueiras, junco, follias, charamellas, trombetas, se fará tudo cõ o parecer do pouo, de que se faraa assento, pera conforme a isso se letiar em conta o que no sobredito se despende.

Os gastos que a cidade fizer nas precisoês do ano, que são de sua obrigaçaõ, são as seguintes, a saber, de Sam Sebastiaõ, da Resurreiçaõ, de Sancta Catharina, de S. Martinho, e a do Anjo, de Corpus Christi, e a da Visitaçaõ, se farãe como costumaraõ sempre por mandado dos Vereadores e assento, que se disso faraa asinado polos da mesa.

O que se despende em outras festas que a cidade fizer, que são extraordinarias, quando vê nouas do Reino, em charamellas, trombetas, e ramos em alguãs precisoês que ordenaraão pelas mesmas nouas, ou victorias auidas cõtra imigos, seraa cõ o parecer do pouo, de que se tambẽ pela mesma maneira atraz faraa assento.

E porque a eleiçaõ dos officiaes da Camara se faaz de tres em tres anos, e ás vezes aõtece acabar-se de noite, he necessario para isso candeas e tochas em que se faaz gasto; acabandose a dita elei-

ção de noite se leuaraa em conta o que se niso despende per assento e mandado dos ditos Vereadores.

O que se gastar em obras de pontes, fontes, calçadas, reparar os açonges, terreiro dos manjômetros, a Igreja de Sancta Catharina, que estaa no muro, e as casas da Camara, e outras obras da obrigação da cidade, seraa cõ parecer do pouo, asy no fazer dellas, como na despesa, de que se tambem fará assento, pera conforme a isso se levar em conta. As meudesas ordinarias, que se faziaõ por canhenho e assento do escriuaõ da Camara, se faraaõ e leuaraõ em conta ppr mandado dos ditos Vereadores, e doutra maneira não.

E deste Regimêto ey por bẽ e mando, porasy, estar em custume antigo; que usem os ditos Vereadores e officiaes da Camara, e conforme a ordõ nãlle se façaõ as despezas e pagamêtos nelle contendos, e se leuẽ em conta ao thesoureiro da dita cidade, e não faraaõ mais despezas que as nelle declaradas; sendo certo que fazêdoas se lhe não leuaraõ em conta. E asy ey por bẽ feitas as que nos anos atraz saõ feitas conforme a este Regimêto; e asy as piraças; avendo respeito ao muito trabalhõ que os ditos officiaes tem no sernico da dita cidade. E sendo caso que excedaõ as dos anos pasados às deste Regimêto, ey por bẽ que se lhe leuẽ em conta as do tempo do dito Conde Visorrey a esta parte, auendo respeito aa forma da sua prouisaõ acima trasladada, em que lhe dá este poder; cõ tal declaração que não sênderaa a dita prouisaõ nos gastos que os officiaes, que poder tẽ de os mandar fazer, fizeraõ e proueito seu particular, porque a telçaõ do dito Conde não foy esta, saluo mostrando prouisoẽs dos meus Visorreis e Governadores passados, porque nos taes gastos se guardaraõ as ditas prouisoẽs asy feitas depois do dito Conde Visorrey como âtes; e desta

maneira mando que se cumpra e guarde em todo inteiramente esta minha prouisaõ e Regimêto, a qual se registaraa na chancelaria, e no liuro da Camara da dita cidade, pera que se saiba como asy o tenho ordenado, e conforme a elle se hade usar. Notifiquoo asy a todas as justicas, officiaes, e pessoas a que perteycer, que ora saõ, e ao diante forem, que asy o cumprão e guardẽ, e fação cumprir sem duuida nẽ embargo algũ. Dada na minha cidade de Guoa sob meu sello a seis dias de março. ElRey o mandou por Dõ Antonio de Noronha, do seu conselho, e Visorrey da India. André do Crasto a fez ano do nascimento do noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e setenta e dous. E a carta do dito Conde Visorrey acima treslada-da se rompeo ao asinar desta.—*O Visorrey.*

E asy aueraa o syndico desta cidade os cẽ pardãos, como atégora ouue por precurar e requerer as cousas della, que saõ trinta mil réis por ano.

E o guarda da Camara vinte mil réis, como atéqui teue. E este ordenado, e o syndico se pagaraa da renda da cidade cõ os mais ordenados cõtendos neste Regimento, em que figurão por assentantes.

E os Juizes ordinarios e procurador da cidade naõ tem mais de pitaça em cada huã das ditas festas do anno que dezoito pardãos de tangas cada huã, posto que atraz digna vintaquatto, por quanto naõ tem mais que os ditos dezoito pardãos.

E estas decraçaõs acima se comprirão pela manelra contenda no dito Regimento, e cõ esta decraçaõ sobredita. André do Crasto o fez em Goa ao derradeiro de Mayo de mil quinhẽtos e setenta e dous. E este naõ passaraa pela Chancelaria por já passar por ella o Regimêto atrás, mas registarseha cõ elle no liuro da Camara.

E o guarda da Camara teraa trinta mil réis cadano,

como sempre teue, sê embargo de acima dizer vinte.—*O Visorrey.*

(fl. 81 v.)

60.

Capitulo de uma carta d'ElRey ao VisoRey (a).

Quanto ao hum por cento que a cidade de Guoa deu para a fabrica das galees em tempo do Visorrey Dom Luis dataide, e tornandose depois em Camara a tomar os votos dos moradores e pouo della, por lhe eu escreuer que asy o fizese, declarou que era contente de dar o dito hũ por cento cõ condiçaõ que ametade do dito dinheiro se gastase na fabrika das ditas galees, e a outra metade na fortificaçaõ da cidade.

Vendo eu quanto conuẽ acabarse de fortificar Guoa, e a instancia cõ que mo requerẽ os Vereadores della, e como a mesma necessidade que disso ha o estaa pedindo, se me ofrecia mãdar por agota despende todo este hũ por cento na dita fortificaçaõ, auendo tambem respeito ao modo em que a cidade o concedeo, e a me pedir huãs viagês pera se fortificar, de que me escusei; mas considerando tambẽ a necessidade que ha de vos ajudardes de tudo pera se sostere e fazerẽ galees, ouue por melhor deixar este negoceo a vós pera nelle fazerdes o que for mais meu seruiço, cõ porẽm terdes muita conta por qualquer via que seja cõ a fortificaçaõ de Guoa, a qual me dizẽ que se auia de começar pela ilha, e acabar pola cidade, o que vereis e praticareis para se fazer o que for mais meu seruiço.

(fl. 86.)

61.

Dom Sebastião per praça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquê e dalê mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, e Rey de Maluco &c. A quantos esta minha carta virê faço saber que os Vereadores e officiaes da Camara da minha muy nobre e sempre leal cidade da Guoa me enuiaraõ dizer que eu fizera merce aa dita cidade das terças das rendas della pera as gastarê em pontes, fontes, calçadas, e outras cousas do bê comũ della, comunicando primeiro as taes despesas cõ os meus Visorreis e Governadores da India, e dessa maneira o fizeraõ atégora. E porque lhes era trabalho e oppressão darêhe sempre razão diesso, e auerê seus soprimentos, me pediaõ ouuesse por bem que elles Vereadores e officiaes por seus mandados despendeçê a renda das ditas terças nas cousas sobreditas, e naquellas que lhes parecesse bem, e prol comũ, escreuendose no liuro que anda na Camara o que monta cadanno nas ditas terças, e o em que se despenderaõ, pera por ahy se saber sempre a certeza de tudo. E visto por mĩ seu pedir, e auendo respeito ao que dizê, e o modo cõ que me seruem, e cumpre cõ as obrigações de seus cargos, e ser inquietação pera o que conuê a bê delles, e os muitos negocios que os meus Visorreis e Governadores sempre tem, començarê cõ elles as tais despesas, e por confiar dos ditos Vereadores e officiaes que as faraõ cõ toda a consideração, e naquilo que for prol comũ: Ey por bem e me praz que elles per seus mandados possaõ despende a renda das ditas terças nas cousas sobreditas, e que forem ao bem e prol comũ, como lhes melhor parecer que cõuê, e se leuê em conta ao thesou-

reiro da dita cidade que as fizer sê mais sopri-
mento, nê communicaçõ Jos ditos meus Visorreis
e Governadores, por quanto por esta polos respei-
tos sobreditos, e por folguar de fazer merce aa di-
ta cidade lho concedo com tal declaraçã que no
liuro que anda na Camara se escreua e declare
sempre pollo escriuaõ della o que montou a dita
renda, e as cousas em que se despendeo tudo mui-
to declaradamente, pera em todo tempo se saber
se foi posta em arrecadaçã, e gastada em prol e
bem comũ da dita cidade, como acima declara.
Portanto o notefiquo asy ao capitaõ della, Veador
da minha fazenda, e a todas as mais justiças, offi-
ciaes, e p̃soas a que pertencer, e lhes mando
que inteiramente cumpraõ e guardem esta minha
carta, e tudo o que se nêlla contem aa dita ci-
dade, Vereadores, e officiaes della, que ora sãõ, e
pelo tempo om diante forẽ, sem duuida nê em-
bargno algũ que a ello ponhaõ; a qual se regis-
taraa no liuro da dita Camara, onde registaõ as
tais cartas, e privilegios, pera que se saiba como
asy o ey por bem. Dada na minha cidade do Guoa
aos vinte dias do m̃es de Junho. ElRey noso Se-
nhor o mandou por Antonio Muniz Barreto, do seu
conselho, capitaõ geral e Governador da India.
Año do naciẽto de noso Senhor Jesu Christo de
mil e quinhentos setenta e sete annos. E esta ey
por bem e mando que se cumpra e goarde, posto
que naõ seja passada pela chancelaria, sê embargo
da ordenaçã em contrario. Antonio de Souto maior
escriuaõ da Camara a fiz escrever, e a soescreuy.
A qual despesa que asy fizerem sem se dar conta ao
meu Visorrey e Governador serã atẽ contia de cen-
to e cincoenta cruzados (a), e como pasar esta con-
tia se farã conforme as minhas promissoes cõ enfor-

(a) Neste numero ha uma cizenda; mas pareceo-nos ser exacto o que aqui pomos.

matê primeiro ao dito meu Visorrey e Governador;
dia 1.º mes, e anno.—*Governador Antonio Muniz
Barrato.*—

(fl. 41 v.)

62.

Ey por bem e mando que os Vercadores cor-
raõ cõ o gasto do meio do hũ por ceto, que se
gasta na fortificação desta cidade, per seus
mandados, dandome conta primeiro das obras que
se hã de fazer, auendo respeito ao contrato que
se fez. E isto fazeão em quanto o eu ouuer por
bem, e não mandar o contrario. Em Guoia aos
dabril de 82.—*O Conde Dom Francisco Mascarenhas.*

(fl. 85 v.)

63.

Dom Phelippe per graça de Deos Rey de Por-
tugal e dos Algarues, daquiem e dalém-mar em Africa,
Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, comer-
cia de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, e dos Rei-
nos de Maluco &c. A quantos esta minha carta vierem
faço saber que auendo respeito aos muitos e grandes
serviços que os fidalgos, canaleiros, cidadãos, e
moradores da minha cidade de Goa nas partes da
India, têm feito, aos Senhores Reis meus predecesso-
res de gloriosa memoria, asy na tomada da dita
cidade, cercas, e guerras que nella ouue, e naõ
terras firmes, como em outras cousas de meu ser-
niço, que no dito estado da India se pñerecerão e
muito risco das pessoas e custo de suas fazendas,
e darẽ o rendimento do hũ por cento, que se paga
na alfandega da dita cidade, e em tudo procede-
rem como bõs e leaes vassallos, e asy o mostrarẽ
na fidelidade, e quietação cõ que o anno passado

de mil quinhentos oitenta e hũ me juraraõ por verdadeiro Rey e Senhor natural dos Reinos e senhorios de Portugal e estados da India, e ao serenissimo Príncipe Dom Diogo, meu charo e muito amado filho, por Rey e senhor delles por fim de meus dias, e todos os mais meus descêdentes e successores, e depois da dita cidade (como cabeça e metropolitana do dito estado) o asy ter fêlto, todas as mais cidades e fortalezas das ditas partes fizeraõ o mesmo, e de todas recebi eõ muito amor e lealdade a devida obediencia, pelo que estou e mais obrigaçaõ de as favorecer, e em especial a dita cidade de Goa; e por quanto os Vereadores e officiaes da Camara della pediraõ a Dom Francisco Mascarenhas, Conde de Villã d'Orta, capitão mór dos ginetes, e da minha guarda, do meu conselho, e primeiro Visorrey que mandei ás ditas partes, que lhe cõfirmasse todos seus preuilegios e meu nome, e por vertude da procuraçaõ que mandei no dito anno a Dom Luis dataide, Conde datouguia, meu Visorrey que foy nas ditas partes, para em especial poder prometter ás ditas cidades e fortalezas sobre minha fé e palavra Real que lhe mandaria guardar todos e quaesquer preuilegios que tivessem dos Senhores Reis meus predecessores, e seus costumes, asy e taõ inteiramente como por elles lhe foraõ concedidos e guardados, e asy que se lhe cõpritiaõ respectivamête no que a cada hũa tocassem todas as graças, merces, liberdades, e franquizas que nas Cortes d'Almeirim por minha parte propôs e offereceo o Duque de Ossana, meu primo, para todos os naturaes dos ditos Reinos e Senhorios, de que veo o traslado sobescrito e asinado por Nunautez Pereira meu Secretario dos ditos estados da India, o que tudo Fernão Telles de Menezes meu gubernador, que então era, por soceder ao dito Conde per seu falecimento, lhes offecedeo e meu nome: Pelo que ey por beta e me

praz por vertude da dita procuração, fé, e palaura Real, que nella dei, que se cumpra e guarda á dita cidade de Goa, e officiaes da governança, fidalgos, caualeiros, casados, e moradores della todos e quaesquer privilegios, que tiuerem dos senhores Reis meus predecessores, e seus costumes, asy e da maneira que lhe foraõ cõcedidos, porque por esta lhos ei por confirmados todos e geral, e cada hum em especial, e ey por bem que delles gozem e uzem, e mando que se lhe guardem muy inteiramente sem duuida nẽ embargo algũ. E pera firmeza de tudo lhe mandey passar esta carta no Livro do tombo dos ditos priuilegios cõ o treslado da dita procuração, e das graças, merces, e liberdades, que nas cortes d'Almeirim propõs, e offereceo o Duque de Ossuna, meu primo, pera em todo tempo se saber da maneira que tudo tenho cõcedido e cõcedo pelo modo acima declarado, e o fez e meu nome o dito Conde de Villa d'Orta, meu Visorrey que ora he. E tambem lhe confirmo todos os priuilegios, e merces que os Visorreis, e gouernadores passados cõcederaõ á dita cidade pera bem e cõseruação della. Dada na minha cidade de Goa, sob o sello das armas Reaes dos Reinos da Coroa de Portugal a vinte de setembro. ElRey o mandou por Dom Francisco Mascarenhas, Conde de Villa d'Orta, capitaõ mór dos ginetes, e da sua guarda, do seu conselho, e Visorrey da India &c. Manoel Coelho, a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos oitenta e dous.

Carta per que cõfirma á cidade de Goa todos e quaesquer preuilegios, que tiuer dos Reis passados de Portugal, e seus costumes. asy e pelo modo que lhe foraõ cõcedidos, e todos os preuilegios, honras, e merces, que pelos Visorreis e Gouernadores do estado lhe foraõ tambem concedidos, como tudo acima decetara.—Pera ver toda.

64.

Apontamentos, que deu a Cidade ao Viso-Rey Dom Francisco Mascarenhas sobre as moedas de prata e cobre, que queria bater. (a)

Mandanos V. S. que lhe demos parecer sobre as moedas de prata e cobre, que ora novamente manda bater, e lhe apontemos os incôvenientes que ha pera não serê do peso, ley, e valia, que tẽ assentado.

Primeir que tudo lembramos a V. S. que sempre, ou as mais vezes, a novidade de moedas he em prejuizo do pouo; e que por a moeda ser cousa tão universal, e com ela os bons Reis e príncipes tem muita conta cõ a dar aos seus pousos de boá ley, e a proueito delles, porque dahy resulta tambeõ o seu. Disto ha muitos exemplos, e o principal, e que V. S. estaa obriguado imitar he o del Rey nosso Senhor, que posto em grandissimas necessIDADES de guerras pela defensão e bem universal da Christianidade, asy contra o turco inimigo comũ della, como cõtra os herejes (que soo na guerra de Frandes se diz ter gastado mais de cinquenta eunhos douro) nunca innovou moeda em prejuizo do seu pouo, e corrê oje em dia em Hespanha os reales do mesmo peso e ley, que os mandaraõ fazer os Reis catholicos Dom Fernando e Dona Isabel ha cem anos.

A Republica Venezeana, que se tẽ geralmente pela de milhor governo que quantas oute no mundo, a moeda que bate he de mellhor ley que todas as outras, em tanto que se traz por rifaõ na India quando se quer gabar algũ ouro, que he outro de Venezeano. E conforme a feto he a sua moeda de prata. Até o Turquo, que he o môstrano do mundo, nesta cousa da moeda o não he, antes imi-

(a) Este documento não traz data, mas pode ser perigo de erro attribuir-se ao anno de 1582.

ta nisso os Venezzeanos, e bate moeda do mesmo peso, e ley, e valia da sua, e asy corre entre nós. Tratando qna da India, todos os Reis gentios e mouros daõ aos seus ponos moeda de boa ley, e muy cõueniente ao proneito delles. E os Reis da China e Pegú, porque naõ queriaõ enitar que se naõ falsifiquase a moeda, defenderaõ que a naõ ouuesse douro nem prata; e asy a naõ ha; e corre o ouro e prata a peso cõforme a ley que tem.

Pois de crer he que se este ganho da moeda fosse licito, e dahy não resultasse muito maior perda aos mesmos Reis e Republicas, que não são os ministros e officiaes, per que se governaõ taõ ignorantes que não entendaõ o que entendem aquelles que estes aluitres daõ a V. S. tanto em perjuizo de sua alma, e deste pouo.

E porque este negocio naõ he nouo na India, deixadas as razõs, pois temos a experiencia em casa, ella nos digna o que nisto he o melhor.

Des do anno de 510, em que Affonso dalbuquerque tomou esta cidade, até o de 550 não se bateo nella moeda de prata. Corrião entre nós as moedas estrangeiras, e na valia que tinhaõ quando se tomou Goa, nessa mesma se conseruaraõ sem auer alteraçã aquelles corenta annos, que foraõ os mais felizes que este estado tene.

No dito ano de 550 mandou o Visorrey Dom Affonso bater moeda de prata, a que se pôs nome Patecões, e por ser de menos ley do que deuera, começou logo a moeda estrangeira a sobir na valia, e pelo consequinte a aleuantarẽ os mantimentos (porque estas duas cousas andaõ sempre juntas) Podese dizer que foy huã pragua, que o demonio semeou nesta terra; e como a obra era sua, naõ somente teue cuidado de a sustentar, mas acrescentoua, porque depois se bateraõ os mesmos patecões cõ muita mais ligua, e juntamente crescerã os preços em tudo: e posto que os officiaes

desta Camara cramauaõ, e o pouo se queixaua, não eraõ omnidos, porque quẽ auia de dar o remedio punha os olhos no interece, que ElRey tinha da moeda (e no seu particular), e não na grande perda, que o pouo recebia.

Durou isto até o ano de 66, e antaõ acabaraõ dentender o prejuizo, que a dita moeda fazia não somente ao pouo, mas aa fazenda delRey, porque se ganhaua trinta mil pardãos por huã parte, perdia cẽ mil pela outra no que mais custauaõ os mâtimentos, e as cousas que se comprauaõ pera os almozars e armadas por respeito da mesma moeda, que claramente se vio ser causa de tudo valer mais caro; pelo que o Visorrey Dõ Antaõ defendeo que não batesse mais a dita moeda, e lemitou tempo pera se gastar a que auia. O Visorrey Dõ Luis dataide, que lhe sobcedeo, não somente confirmou isto, mas por se não poderẽ esgotar os ditos patecoẽs, polos multos que traziaõ da terra firme, mandou que se não corresse mais preço que o que tinham de prata; e comegaraõ logo as serrafagões e mais cousas a baxar. E se elle pusera entaõ a moeda de cobre no que era justo (pois auia muito e barato), não ha duvida senaõ que todos os preços torparaõ atrás.

Porẽ como por nossos peccados o bem não perualece, e mesmo Dõ Luis mandou bater moeda de cobre, em que respondia o quintal trinta e cinco pardãos, e depois sobjo a corenta e dous, não custando per cobtrato mais que vinte; e juntamente fez moeda de prata que era de ley mais sofiuel, e em que o pouo não perdia tanto.

E quando tornou da segunda vez aa India, de seu poder absoluto, e cõtra todo direito deũmo e humano, mandou bater hũs xerafins, a que mândou lançar de ligua em cada dous laris e meo de prata hũ lari de cobre, e que valesse cinco tangas, cõ

que acabou de arruinar tudo, e alterar os preços a todas as cousas de eleição que já não sabemos que cousa he cōprar barato, porque como os mântimêtos e tudo mais de que a cidade se pronê, vem de fora, e a dita moeda não tem em sy a vallia que lhe elle quis dar (aa custa do pouo), he forçado trocalla cō a estrangeira, a qual tem sobido já tanto, que hũ Venezeano, que valia sete tangas, val agora dez; e o pardão redondo, que valia seis, val noue; e o xerafim douro, que valia cinco, val sete e mea; até os reales, que dantes não valiaõ mais que seis tangas e dezaseis réis, valê sete e dez reis; e conforme a isto foraõ sobindo os mantimentos, e tudo o mais, porque o paõ, que valia dous bazarucos, val cinco; e o arratel de vaca, que valia quatro, val dez; e o candil darros, que valia doze tangas, val trinta: e não digaõ a V. S. que esta alteraçã nasce doutra cousa, porque as terras não respondem agora cō menos nouidades, e a gente nesta cidade he muito menos que dantes, asy por respeito de doenças e mortes que ha nella, como porque muitos homêes se' vaõ viver a outras partes, por se não poder sustentar aquy cō a grande carestia.

E por esta moeda ser taõ prejudicial, tanto que faleceo D.º Luis dataide, o Gouernador Fernão Telez não consentio mais bater-se. E se V. S. agora mandar bater de novo, alem de ir cōtra sua cōciencia, e ser cōtra todo direito e justiça, daraa grandissima perda a este pouo, e acabará cō isso de pôr as cousas em tanta carestia, que não poderãõ os homêes viver nesta cidade, porque estando tão consumidos e pobres, tomaraõ por remedio ir viver a outras partes como muitos fazê.

Quanto aa moeda de cebre manda V. S. bater bazarucos taõ pequenos que cada quintal responde a cinquenta e sete pardãos, custando aa fazenda d.º S. M. vinte dous, e desta maneira fiquaraa El-Rey dando ao seu pouo moeda por preço taõ ex-

cesino, que em cada cê cruzados lhe leua cêto e setenta de ganho (se este nome se lhe pode pôr).

E posto que a moeda de cobre seja necessaria ao pouo, não se lhe pode dar cõforme a direito senão pelo preço que val em pasta, por onde a cidade he de parecer, e pede a V. S. que mande fazer bazarucos conforme a ley e detreminação, que se tomou nesta cidade o anno de 69 com parecer de dous Arcebispos, e de muitos theologos, e dos Provinciaes de todas as Religioes, e dos principaes fidalgos da India, e do Vedor da fazenda, desembargadores, e mais officiaes, que todos sem nhũ discrepar assentaraõ que o cobre se batesse a trinta e cinco pardãos (entrando nisso o feitio), como mais larguo parece pela dita ley, que foy apregoadã cõ trombetas, cujo treslado apresentamos aqui a V. S. e lhe pedimos nola guarde, pois foi feita com parecer dos mesmos officiaes da fazenda, e de taõ doctos letrados, e conforme a direito diuino e humano, e por vertude das cartas, que ElRey noso Senhor sobre isto escreueo.

E se os officiaes da fazenda achaõ quẽ lhe compre o cobre em pasta por mais preço que os ditos trinta e cinco pardãos, V. S. o deue mandar vender, pois nisso a fazenda de S. M. ganha tanto; e pera o pouo mande V. S. bater bazarucos de calã, como atequi se batiaõ; e cõ isso escusaraa o grande escandalo e perda, que esta pouo receberaa cõ bazarucos de cobre de preço taõ excessiuo.

E pelo conseguinte pedimos a V. S. que não mande bater moeda de prata, pois he taõ perjuicial, e pela dita ley estaa determinado que se não bata, e que em tudo nola guarde, porque aalem de ser justiça, ElRey noso Senhor não se ha dauar por seruido de no principio de seu gouerno se dar oppressão ao seu pouo cõ moeda que não he de ley, e mais em tempo que os homẽs estaaõ taõ pobres e necessitados, e que ha tão pou-

co que cõcedemos o nouo trebutto do hum por cẽto, que monta nas suas alfandegas mais de cinquenta mil pardãos cadano; e V. S. tem rezaõ de nos fazer muitas honras e merces em seu nome, asy pelos grandes seruicos dos moradores desta cidade, e estarmos ofrecidos a outros, como pelos que nosso Senhor tem feito a V. S. neste estado, e o amor com que o receberaõ, e gosto que tem de se ver gouernados por V. S.—*Francisco Puez.—Jorge Moreira.*

Vendo o Senhor Conde estas razõs da cidade, e como era perjuizo do pouo baterse moeda de prata, mandou que se naõ laurase, e na de cobre abaixou dez pardãos por quintal do que dantes tinha assentado. (fl. 76.)

65.

Regimẽto e ordem, com que se hade receber o Visorrei, que nouamente vier á India. (a)

Hum palleo nouo, que hade ter seis varas, as quoaes haõ de lenar os Vereadores deste ano, e os do ano passado, e faltando algum lenalaá o Ouvidor da cidade, e os deste ano lançaraõ sortes qual hade lenar a vara do couce da mãõ direita, e quai a da mãõ esquerda, e o mesmo faraõ os Vereadores do ano passado sobre as varas de diante, e o Ouvidor da cidade leuará a da mãõ esquerda pegado cõ a do couce.

Ordem com que kão de sair da Camara.

Ajuntarseaõ cedo na Camara o Capitaõ, Vreadores, Juizes, officiaes, todos os que andaõ no gouerno da cidade, e todolos mais cidadrõs e pessoas nobres, e procuradores do pouo, que seraaõ cha-

(a) Este Regimento he do seculo XVI. e talvez dos ultimos annos d'El-Rey D. Sebastião. Contudo o pomos neste logar, por naõ podermos descobrir-lhe a data exactamente.

mados per rões e pregoës, e aly haõ de vir as danças, follias, e todos os meirinhos.

E diante de tudo iraaõ as festas e as trombetas e charamelas, e os ourives e pintores e mercados de panos, catleiros, e manaytos.

Após isto o Capitaõ, Vreadores cõ suas varas, e adiante delles iraa o procurador da cidade tambem cõ vara vermelha, e diante do procurador da cidade iraa o thesoureiro e veador das obras cõ as chaues das cerimoniaes em hũ bacio grande de prata.

E o guarda da camara leuarã ã outro bacio de prata o liuro dos Sanctos euãgelhos, e o liuro dos preuilegios.

Os Juizes iraaõ aa ilharga dos Vreadores cõ o Ouvidor da cidade, e os mesteres iraaõ em seu lugar, e todos os mais cidadaõs e pessoas iraaõ detrás.

Nesta ordem iraaõ cõ a maior pompa que poder ser até chegar aa porta do almazẽ, e tanto que o Visorrey desembarquar no caes, aly deixaraõ o paleo e os liuros pera juramẽto, e da porta pera o caes iraaõ nesta ordem.

Da porta pera o caes.

Iraa o Capitaõ, e os tres Vreadores cõ suas varas, e o procurador da cidade diante cõ vara, e junto delle o thesoureiro e veador das obras cõ as chaues em hũ bacio, e diante de (*sic*) todos os meirinhos, que façaõ afastala gente, e os Juizes e Ouvidor da cidade aa ilharga dos Vreadores, e os mesteres em seu lugar, e os mais cidadaõs e gente nobre todõs iraaõ detrás.

E tanto que o Capitaõ e Vreadores chegarẽ junto do Visorrey, o Vreador, que for para isso ordenaço, deixará a vara, e tomará as chaues do bacio, e beijandoas primeiro as meteraa na mãõ ao Visorrey, dizendo—*Esta mui nobre e sempre leal*

cidade de Guoa entregua a V. S. as chaves do suas portas, e dos leais corações de seus moradores, pera cõ elles, e com o que tiverem servirem sempre a El-Rei nosso Senhor e a V. S. a quem noso Senhor deu muitas victorias e bons sobceos neste seu governo pera exalsamento de nosa sancta fee, e acrescanta-mento deste estado. = He costume o Visorrey tomar estas chaues, e ditas alguãs palauras dagradeci-mento aa cidade, entregualas ao Capitão.

Tornada do caes pera a porta.

E acabado isto o Vreador tornará a tomar a vara, e viraaõ todos acõpanhãdo o Visorrey aa sua mão direita até chegarẽ á porta, e antes dentrar se po-rraa diante a pessoa que lhe ouner de fazer a fa-la, e a faraa mais breve que poder ser.

E depois de acabada o mesmo Vreador, que lhe deu as chaues, dirá ao Visorrey = *que S. S. por fazer honra e merce aa cidade, e por asi estar em costume hade jurar de lhe guardar e comprir todollos seus preuilegios, honras, e liberdades, que lhe El-Rei noso Senhor tem concedidos por seus merecimentos e serviços.* = E nisto tomaraa o mesmo Vreador o liuro dos Sanctos euangelhos, que hadestar a este tempo no bacio em cima do liuro dos preuilegios nas mãos do escriuaõ da Camara, onde o Visorrey ju-raraa.

E sendo caso que o Visorrey naõ tenha dado omenagẽ do estado antes de chegar aa porta, naõ se fará aqui esta cerimonia do juramento, senaõ na See depois delle ter dado omenage e tomado juramento como adiante declara.

Da porta pera a See.

Acabada a falla e a cerimonia do juramento (se se fizer neste lugar) entraraaõ pera dentro, e os Vreadores deixaraaõ as varas vermelhas, e toma-raa cada hũ a que lhe couber do paleo pelas sortes e repartiaõ que primeiro teraaõ feito na Camara,

e asy iraaõ até á See , e nesta mesma ordê torna-
raõ da See até á casa do Visorrey ao pee das
escadas onde se espediraaõ delle , e tornaraaõ asy
juntos aa Camara , e fiquaraa o paleo ao capitaõ da
guarda.

Ao tempo que sair o Cabido cõ a cruz a recê-
ber o Visorrey , que dene ser ao principio da See
nona , se trouxerê crucifixo ou retabolo , ao tempo
que se detiver o padre ha o Visorrey de sair fora
do paleo a fazer adoraçaõ , e depois de feita se
tornaraa a meter no paleo , e iraaõ da mesma ma-
neira.

E tanto que chegarê aa porta da See deixaraaõ
aly o paleo a pessoas de recado que o tenhaõ , e os
Vreadores iraaõ cõ S. S. até os degrãos do altar
mór , onde o Capitaõ lhe hade tomar a omena-
gê , a qual o Secretario hade lér , e depois o Chan-
celer lhe hade dar o juramento.

E acabado este juramento da omenagê , a cida-
de lhe dará o seu de lhe goardar seus preuilegios,
asy como lho ouuera de dar aa porta , como atrás
fiqua dito , e o escriptaõ da Camara terá aly o liuro
dos preuilegios e o dos euangelhos , em que S. S.
hade jurar.

Mandar a todos os meirinhos que tenhaõ muita
conta cõ fazer dar lugar e afastar a gente , e que
tragaõ para isso rotas dobradas.

Mandar a todos os nauios que estiuerê no mar que
se embandeirê e desparem toda a artelheria que
tiuerem.

No caes da galé pera o baluarte que se ponhaõ
alguãs peças dartelharia para o tempo que o Vi-
sorrey desembarcar , e alguãs camaras boas.

As galees que este n descubertas e embandeiradas.

Mandar aos mocadoês dos ourines que se vis-
taõ todos muito bein e leuê aquelle onro que lan-
çaõ sobolo Visorrey e anlho de deitar aa porta do
lanceiro.

O mesmo faraaõ os pintores, que haõ de levar alguã inuençaõ.

Os mercadores dos panos haõ de levar seus panos pera os deitar per cima da gente diante do Visorrey.

Aos lanceiros e armeiros que tenhaõ suas portas e frontarias cõ muitas lanças, arinas, armilhas, e capacetes.

As janellas das ruas per onde passar o Visorrey alcatifadas, e as portas enrramadas, e tudo ornamentado o mais ricamente que poder ser.

Ordenar quatro cidadaaõs que vaõ cada hũ cõ cincoenta soldados lustrosos e bẽ armados, e suas bandeiras, pifaros, e atambores diante da Cidade receber o Visorrey, e lhe dẽ saluas despingardaria.

Huã follia de oyto pessoas muito estreitada e lustrosa.

Huã dança de siganas.

Outra dança de mourisca.

Outra dança darcos.

Da porta pera fora ate o caes se hãõ de fazer arcos de ramos e bandeiras.

Da banda do terceiro do Visorrey, e asy no terceiro do Sabayo se haõ de pôr páos enramados e enbandeirados que acompanhem.

Na capella mór da See da banda do euangelho junto cõ a grade hade estar huã alcatifa fina e cadeira, e coxãs pera o Visorrey.

No dia em que se faaz a festa na Igreja de Sancta Catharina a pquena, se ahy for o Visorrey. lhe daraaõ huã capella de rosas por festa da bemanenturada Sancta padroeira desta cidade, asy como se daa em Lisboa a ElRey no dia de Saõ Vicente, e a dita capella seraa leuada pelo goarda da Camara em hũ bacio de prata alçado nas maõs diante dos Vereadores, e em chegando ao Visorrey a tomaraa aquelle Vreador que por sorte for ordenado antreles, e quando a apresentar ao Visor-

rey no dito bacio estando todos em joelhos a beijaraa, e lha metera na mão dizendo alguãs palavras de serviço e humildade que o caso ofrecer.

(fl. 86 v.)

66.

Ayres de Saldanha, do Concelho de S. Magestade, Visorrey da India &c. Faço saber que avendo eu respeito ao que na petição atras escrita na outra meã folha de papel dizê os Vreadores e mais officiaes da Camara desta cidade, e o que nella alegaõ, e visto o capitulo da carta que S. Magestade me mandou escreuer de Lisboa a vinte de Janeiro do anno passado de seiscentos e hum no capitulo 43, cujo treslado he o seguinte :

= E aesy me escreue que quasi todas as cidades desse Estado tem usurpado todas as apresentaçõs dos officios dellas, e que seria meu serviço mandar que se tirassê, não entrando nisto a cidade de Goa, a quem deuia conceder a apresentação dos officios, e liberdades que pedem; pelo que vos emcomendo e mando que vos informeis destas cousas, e não consintaes tomarêsse os officios de minha jurisdicção, não sendo todavia as ditas cidades desapossadas sem serem primeiro ouvidas, e me auisareis de suas resõs, e das que ouuer contra ellas, pera eu mandar o que ouuer por mais meu serviço; e a cidade de Goa fareis guardar os preuilegios e liberdades, que lhe concederaõ os Senhores Reis meus predecessores, e não lhas encontre o Chanceler e desembargadores da Relação desse Estado. =

E visto por mim o Capitulo da dita carta e o que S. Magestade quer e manda, Ey por bem e me praz em nome do dito Senhõr de confirmar a dita cidade de Goa todos os preuilegios e liberdades, que ella tem, e athegora usou e gosou dos Senhores Reis passados e de S. Magestade, que se cumprirão e guardarão muy ynteiramente sem duuida

nê. contradicão alguã. Noteficoo assy ao Chancel-
ler do Estado, Ouvidor geral, mais officiaes e pe-
soas a que pertencer, e lhes mando que asy ho
cumpraõ e guardem, e façaõ cumprir e guardar co-
mo se neste, e nos ditos preuilegios e libertades se
contem, e valera como carta, sem embargo da Or-
denaçãõ do L.^o 2.^o Tit. 20 em contrario. Antonio
da Cunha o fez em Goa a xxiiij de Setembro de
602. Eu Mauro da Rocha o fiz escrever.—*Visorrey*.
(fl. 96.)

67.

O Procurador da Cidade them necessidade pera
bem da justiça dos officiaes da Camara do tresla-
do da Instrucção, que Sua Magestade mandou, na
qual dispoẽ quem ande ser as pesoas, que ande de-
terminar as causas e cousas de justiça tocantes aa
cidade, que esta na Secretaria. P. a v. m. lha man-
de passar como constar na verdade, e recebera
merce.—*Passa*.

Mauro da Rocha, Secretario do Estado da In-
dia por Sua Magestade &c. A quantos esta minha
certidaõ virem faço saber que em huã carta, que
Sua Magestade escreueo ao Senhor Visorrey Ayres
de Saldanha, escrita em Lisboa a quinze de feue-
reiro de seiscentos e tres, esta o capitulo çorenta
sinco que diz o seguinte:

= Tambem me dais conta que a cidade de Goa
tinha particular preuilegio pera que dos agrauos,
que della ouuesse, conhecesse Eu somente, e que
como isto naõ podia ser, me pediaõ que os Viso Reis
e Governadores desse Estado conhecesse delles, e
naõ a Relacão; e vendo o qre sobre esta materia
me apontais, Ey por bem que conheçais dos ditos
agrauos com o Arcebispo e desembargadores, que
pera isso escolherdes, e vos mando que assi o fa-
ais.—

O qual capitulo esta conforme á dita carta, e que me reporto, e por me ser pedida a presen^{ça} pela petição acima, lha mandey passar. Bastião Martins a fez em Goa a tres de Setembro de mil seiscentos e quatro — *Mauro da Rocha*.

(fl. 97 v.).

68.

Ayres de Saldanha, do Concelho de Sua Magestade, Visorrey da India &c. Faço saber aos que este alvaraa virem que auendo eu respeito a nesta cidade de Goa não estarê as ruas limpas, e a limpeza conveniente, e por esa causa auer nella muitas doenças e infirmitades pela muita inmundicia. que os moradores della mandaõ por seus moços deitar fora, e elles sem temor algũa deitaõ pelos caminhos e ruas publicas, e conuem que se enite esta desordem tam prejudicial a esta cidade e ao pouo della; E y por bem e me praz, e por este mando em nome de Sua Magestade que os Vereadores e officiaes da Camara desta cidade de Goa elejaõ huã pessoa portugueza de boa vida e consciencia e costumes, que seruirá de meirinho da limpeza da dita cidade, e juntamente seruirá de meirinho das forças, que fazem no terreiro dos mantimentos, a qual sera tal que satisfaça com sua obrighação em huã e outra cousa, a qual naõ fara execução algũa mais que tocantes ao bem da limpeza da dita cidade. e as ditas forças, e so poderá prender no fraguante delicto somente; e a pessoa que asy servir auera da fazenda de Sua Magestade o ordenado que tem os mais meirinhos, que eruem na dita cidade, e aos peaes seraõ paguos na renda do verde. Notifico asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e aos ditos Vereadores, e mais officiaes e pessoas, a que pertencer, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente fa-

ção cumprir e guardar da maneira que se neste conthem sem duvida nem embargo algũ. E este valera como carta pasada em nome de Sua Magestade, selada de seu selo pendente sem embargo da Ordenaçã do 2.º L.º Tit. xx, que o contrario dispoẽ. Luis Gonçalves o fez em Goa a dezanoue de Septembro de mil bj e tres (1603). Eu Mauro da Rocha o fiz escrever.—*Viso Rey.*—

(fl. 97)

69.

Dom Phellipe per graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarues da quem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber aos que esta ley virem que posto que conforme a minhas Ordenações todas as pessoas de qualquer qualidade e condição que sejaõ sãõ obrigados nos casos d'almotacaria responder perante os almotacês; atguãs pessoas, que por priuilegio tem juiz particular para auer de conhecer de suas causas, pretendẽ que tambem tome conhecimento das que tocaõ à almotacaria, de que se segũ grandes inconuenientes e dano contra o bom gouerno e administração de justiça de todas as cidades e villas e lugares destes Reinos, especialmente desta cidade de Lisboa pelo grande numero de priuilegiados que nella ha, e querendo eu ora nisso prouer, como convem a meu seruiço, e ao bem comũ e bom regimento das ditas cidades e villas, depois de tomar todas as informações necessarias, e mandar ouuir todos os priuilegiados, cõ parecer dos do meu conselho para cessarem todes as duuidas, Ey por bem declarar, como por esta ley declaro, que todas as pessoas, posto que priuilegiados sejaõ, nas materias de almotacaria sãõ obrigados responder perante o almatace de seu foro conforme às leis e Or-

mais Camaras das cidades, e villas, e lugares deste Reino. Dada na cidade de Lisboa a 23 de Outubro. Sebastião Pereira a fez de mil seiscentos e quatro. João da Costa a fez escrever.—REY.—*Pero Barboza.*

(fl. 101.)

70.

Eu ElRey faco saber aos que este meu Aluara virem que por assi o hauer por meu serviço e bem comũ, Ey por bem e me praz que nenhũ cidadão da cidade de Goa se possa escusar de servir o cargo de Juiz dos orfaõs della sendo pera isso elleito, posto que tenha servido de Vreador, sem embargo de qualquer sentença dada, ou disposição de direito em contrario. E outrossi Ey por bem e me praz que se não prouja nenhũ cargo dos que a Camara da dita cidade pode prouer, nẽ o possa servir nẽ sirua nenhuã pessoa por mais tempo de tres annos, sob pena que os officiaes que reelegerem alguã pessoa fiquẽ loguo pelo mesmo feito suspensos de seus cargos, e a que aceitar o cargo em que for reeleito não possa levar o ordenado delle, tendoo, e levando se lhe peça, e seja obrigado a restituir, e alem disso tudo o por elle feito seja nullo e de nenhũ vigor, e as partes lhe possam pedir as perdas e damnos que por essa causa receberẽ. Notefiquoo assey ao meu Visorrey das partes da India, que hora he e ao diante for, ou ao Governador dellas, e lhe mando, e aos officiaes da dita Camara que polo tempo forem que assi o cumprã, e façã em todo cumprir como neste se contem sem duvida nem embargo algũ, e sem embargo do que ordenei por minha prouisão passada em treze de março de mil quinhentos e noventa e sinco acerca do modo que se teria em caso que se tratasse de se fazer reeleição, a qual

prouisaõ se cumprirá em todo o mais, e este como nelle se contém, o qual se registara nos Livros da Relaçãõ de Goa, e nós da mesma Camara, onde o proprio se porá em boa guarda, e valera como carta, e naõ passara pela Chancellaria sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Livro, Tit. 39 e 40, que dispoem o contrario. E se passou por sinquo vias; huã só averá effeito. Manoel do Reguo o fez em Lisboa a tres de feureiro de mil seiscentos e quatorze. Eu o Secretario Antonio Viles de Sinas o fiz escrever.

REY.

O Conde Almirante.

Aluara per que Vossa Magestade manda que nenhũ cidadãõ da cidade de Goa se possa escusar de servir o cargo de Juiz dos orfaõs della sendo pera elle eleito; nem os cargos que a Camara della pode prouer os sirua nenhuã pessoa por mais tempo que tres annos, na forma e pela maneira acima declarada.

Para vossa Magestade ver.

E vai por sinquo vias.

(fl. 98.)

71.

Eu El-Rey faço saber aos que este aluara virem que a Camara da cidade de Goa das partes da India me enuiou pedir ounesse por bem conceder-lhe prouisaõ para por sy e seus Juizes poder prender e segurar seus rendeiros e devedores, na qual se declarasse tambẽ que não seriaõ admittidos a entrar nas rendas de minha fazenda em quanto lhe naõ ounessem dado satisfiaçãõ: e visto seu requerimento, e informaçaõ, que acerca disso me enuiou o meu V.Rey da India, que ao tal tempo era; Hey por bem e me praz que a Camara da dita cidade de Goa possa arrecadar suas diuidas na

forma que o faz a Camara desta cidade de Lisboa, assy e da maneira que lhe he concedido pelas provisões, alvarás, regimentos, e sentenças, que para isso tem; de que lhe sera passada a copia em modo que faça fé, os quaes mando que se lhe cumprão e guardem inteiramente como nelles se contém sem duuida nem embargo algum. E outrossy ey por bem que as pessoas que lhe deuerem diuidas de suas rendas não sejaõ aceitas nem admitidas ás da minha fazenda daquelle estado, em quanto elle não tiuer dado satisfação e constar disso primeiro, como pede; pelo que mando ao meu V.Rey ou Governador das partes da India, que ora he, e ao diante for, chanceller, e desembarcadores da Relação dellas, e mais justiças, a que o conhecimento disto pertencer, cumprão este alvará inteiramente, como se nelle contém, o qual sera registado nos liuros da dita Camara e Relação para constar de como assy o ouue por bem, e valera como carta sem embargo da Ordenação em contrario; e se passou por tres vias, e huma só auerá effeito. Pedralurez dalmeida o fez em Lisboa, a vinte deus de feureiro de mil seiscentos e desuito. Manoel Fagundes o fez escrever—REY.
(fl. 100 v.)

72.

Capitulo de uma Ordem de S. M.

Hey por bem e mando que logo que chegardes a Goa ordeneis que os officiaes da Camara, nem outro algum passem certidoões senão do que constar por autos, e nara assy se cumprir passareis o despacho necessario. Escripta em Lisboa a noue de feureiro de seiscentos e vinte e hum.

Hey por bem e mando aos Vereadores e mais officiaes da Camara da cidade de Goa que cumprão e guardem a ordem de S. M. assim escripta assy co-

mo se nella contem. Goa a vinte e quatro de feue-
reiro de seiscentos e vinte e tres.—*O Conde.*

(fl. 100 v.)

73.

Eu ElRey faço saber aos que este meu Aluará virem que eu sou informado que o rendimento dos dous por cento do Consulado, que concedeo a minha cidade de Goa para se despendem nas armadas, que no estado da India se fizerem contra os rebeldes, se gasta e despende em outros efeitos fora dos conteúdos no contrato que disso se fez, tomándose por titulo de emprestimo e por outros meynos semelhantes, e porque eu sou servido que elle se despenda somente nos efeitos pera que foi imposto; e como o principal he auer artelharia bastante pera prouimento das armadas e defensão da dita cidade de Goa; Ey por bem que o rendimento do dito direito se vá despendendo em fundir artelharia, e em sustentar gente do mar e bombardeiros que servirão nas armadas, porque sem a tal gente e bombardeiros não poderão ellas ser de effeito; e não se podera o dito direito despendem nem gastar nem tomar por emprestimo pera outra cousa alguma fora do pera que foi imposto, nem o podera fazer nem mandar fazer nenhũ Visorrey nem Governador do estado da India, nem outro ministro algũ sob pena que o Visorrey ou Governador, que o contrario fizer, pagara de sua fazenda tudo o que constar que tomou ou mandou despendem, e podera ser demandado por elle sem embargo da provisãõ que tem pera não serem citados, porque nesta parte a derogo, e tambem se arrecadara dos Vereadores e officiaes da Camara da dita cidade, que lhe derem e consentirem dar o tal dinheiro. E porque tambem fui informado que do dito rendimento se deão dez mil xerafins que se despenderaõ por ordem do Conde do Redondo, que Deos perdoe, sendo Vi-

sorrey daquelle estado contra a forma do dito contracto; Ey por bem que se peça conta delles a quem os despendeo, e se arrecadem de quem direito for, por quanto ne meu serviço que o dito direito dos dous por cento se não despenda senão nos efeitos referidos pera que foi imposto conforme ao dito contrato, e que nessa mesma forma se fação as despesas. E este valera como carta sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, Tit. 40 em contrario, e se registara nos liuros da Secretaria, e Relaçã daquelle estado, e nos da Camara da dita cidade. E se passou por tres vias Gonçalo Pinto de Freitas o fez em Lisboa ao primeiro de abril de 621. Diogo Soares o fez escrever.

Aluara pera V. M. ver.

(fl. 98 v.)

74.

Eu El-Rey faço saber aos que este aluara virem que por justas consideraçõs de meu serviço ey por bem e me praz que os filhos daquelles que na India morrerem na guerra contra os inimigos de Europa lhe tiquem os despachos de seus paes com a mesma antiguidade de tempo que elles os tiverem, pelo que mando ao meu V. Rey ou Governador daquellas partes que conforme a este Aluara passem cartas em meu nome aos ãlhos dos sobreditos dos despachos de seus paes com a mesma antiguidade de tempo que elles tiuerem ; e o cumprão assy, e fação inteiramente cumprir e guardar como nelle he conteudo, o qual so registara na Secretaria dos despachos deste Reino, e nos liuros de minha fazenda, e da casa da India, e o proprio se pora na Secretaria daquelle estado em boa guarda. E valera como carta feita em meu nome por mim asinada, e selada com o meu sello sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, Tit. 40 em contrario. Bento Jusarte o fez em Lisboa a

sette de feureiro de 1622. Eu e Secretario Ruy Dias de Menezes o fiz escrever—REY—O *Duque de Villa hermosa. Conde de Ficalho.*

(fl. 102 v.)

75.

Conde V. Rey, Amigo. Eu El-Rey vos enuio muito sandar como aquelle que amo. Vendo o que o Governador Fernão dalboquerque me escreueo nas vias do anno de 1620 sobre o dinheiro do rendimento dos dous por cento, que tractaua ajuntar entretanto que se não fazia a armada de alto bordo a que esta aplicado, me pareceo que foi grande erro não aprestar o Governador os nauios de alto bordo, e vos encomendo que os tragais sempre mui a ponto fazendo despender somente no sustento delles o rendimento do dito direito, do qual me enuiareis cada anno huã lista com declaração da receita e despesa que delles se tiuer feito; e a cidade de Goa mando ordenar que por sua via me enuiem tambem outra lista na mesma forma pera se conferirem ambas aqui, e por este modo ser eu informado do que se tem na despesa do dito dinheiro. Escrita em Lisboa a 12 de feureiro de 622.—REY.

(fl. 99.)

76.

Conde V. Rey, amigo. Eu El-Rey vos enuio muito sandar como aquelle que amo. Encomendouos ordeneis que da renda do Consulado do estado da India se acuda aos marinheiros e aos artelheiros que la estão nelle, e daqui se enuiarão pera seruirem nas armadas, e aos mais que vão em vossa companhia que nellas ouuerem de servir, com o que he obrigação dar-se lhes pera seu sustento de maneira que ande esta gente contente, e não tenha causa de se ausentar por deixarem de

se lhes fazer suas pagas Escrita em Lisboa a 19
de fevreiro de 1622.—REY. (99 v.)

77.

Conde V. Rey, amigo. Eu El-Rey vos envio muito
saudar, como aquelle que amo. Pela informação que
tenho da falta que ha de artelheria em alguãs das
fortalezas do estado da India vos encomendo orde-
neis ás Camaras das cidades de Goa, Bacaym, Cha-
ul, Damão, Cochim, e a cidade de Columbo em Cei-
laõ, e de Malaca, e Machao na China que empre-
guem em cobre a quarta parte do rendimento do hum
por cento daquellas cidades, como o Conde do Re-
dondo, que Deus perdoe, escreueo que lho tinha orde-
nado, e fação do que nisso importar fundir arte-
lharia grossa que sirua somente pera defensão das
ditas cidades, e seja de qualidade que nunca pos-
sa servir em naos, e se evitar por este modo tra-
zerêna os capitaes nas suas embarcações, enco-
mendando as ditas cidades de minha parte que
me dê conta do que cada huã em particular fizer
neste negocio. Escrita em Lisboa a 26 de feve-
reiro de 1622.—REY. (fl. 100.)

78.

Conde V. Rey, amigo. Eu El-Rey vos envio
muito saudar, como aquelle que amo. Gaspar de
Mello de Sampaio, que veio a mim enviado da ci-
dade de Goa, me fez petição em nome daquella
cidade sobre se hauer de ordenar que o jireito
novo do Consulado se assente em todas as alfan-
degas da India, e que se naõ possa despender em
outra cousa mais que em galeões e artelheria, naõ
se levando as fortalezas as pecas que se laurarem,
e que as tenha a dita cidade de Goa em seus al-
mazens para prouimento das armadas; e porque
eu ouue por bem que assy se faça como o pede a
cidade de Goa, vos encomendo ordeneis que assy

se execnte, com declaracaõ que tambem se poderá empregar o procedido do dito direito no sustento da gente de mar e guerra que hade andar nas armadas. Escrita em Lisboa a 27 de feueireiro de 1622.—REY. (fl. 99 v.)

79.

Eu El-Rey faço saber aos que este aluara virem que por justas consideraçõs do meu seruiço e de bom gouerno do Estado da India ey por bem e me praz que a capitania da cidade de Goa, e as dos passos daquella Ilha quando vagarem senão prouejão em vida, nem se dem pera filhos, e se me consultem nellas pessoas benemeritas e de qualidade e experiencia que se requiere para que se possaõ occupar nas occasiõs de meu seruiço que se offerecerem; e na mesma maneira se naõ prouejão em vida, nem se dem para filhos os officios de escriuaõ grande da alfandega de Goa, e corretor mor della; pelo que mando que assy se cumpra e guarde inteiramente como se neste contem; o qual se registara na Secretaria dos despachos do Reino, e nos liuros de minha fazenda, e da casa da India; e o proprio se pora em boa guarda na Secretaria daquelle Estado, para que em todo o tempo possa constar desta minha resoluçaõ, e valera como carta feita em meu nome por mim asinada, e selada com o meu sello sem embargo da Ord. do Liv. 2.º Tit. 40 em contrario. Antonio Pereira o fez em Madrid aos tres dias de Março de 1622 anos. E eu Francisco de Lucena o fiz esereuer.

REY.

O Duque de Vila hermosa. Conde de Ficalho.
(fl. 103.)

80.

Eu El-Rey faço saber aos que este Aluara virem que por justas causas de meu seruiço, e por

fazer mercê a meus Vassallos que tractaõ e comerezaõ no stado da India, Hey por bem que do anil e canella que trazem as naos que daquellas partes vem em cada hum anno se faça pauta assy e da maneira que se faz das roupas e fazendas que saõ de aualiaçaõ pondo-se o preço que communmente valerem na terra, e conforme a dita pauta se despachara o dito anil e canella daqui em diante em quanto eu naõ mandar outra cousa. E este se publicara nas ditas partes da India pera a todos ser notorio, e se registara nas partes necessarias, o qual se cumprira como se nelle contém, e valera como carta posto que seu effeito aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. E assy se aualiaçaõ e despacharaõ per aualiaçaõ todas as mais drogas que se despachauaõ por preço certo. Agostinho Ferreira o fez em Lisboa a 11 de Março de bjxxij (1622). Diogo Soares o fez escrever.—*D. Diogo de Crasto. Bispo Conde. D. Nunatures de Portugal. Luis da Silva.*

Aluara per que V. M. ha por bem que do anil e canella que trazem as naos da India se faça pauta assy e da maneira que se faz das roupas e fazendas que saõ de aualiaçaõ, pondo-se o preço que communmente valerem na terra, e conforme a dita pauta se despachara o dito anil e canella daqui em diante, como acima se declara. E este valerá como carta, o qual vay por tres vias.

(fl. 99.)

81.

Fernaõ dalbuquerque do conselho de S. M. e seu capitaõ mor e Governador da India &c. Faço saber aos que este aluara virem que por quanto em conselho deste Estado se assentou vista a falta que ha de gente pratica do exercicio da artelharía, e o muito a que ha que acudir com ella, que para

se facilitar mais o hauella, e se poderem sustentar, se lhes acrescentassem os quarteis dos condestables a vinte sinco pardaos, e os dos bombardeiros a desaseis, e se lhes dessem a treze tangas de mantimentos por mez sem embargo de não terem pelo regimento tanto de quartel: Hey por bem, vista a presente necessidade, e conformando-me com o dito assento do conselho que em conformidade delle se lhes pague daqui em diante sem embargo do regimento. Notifico assy ao Vedor da fazenda geral, e a todos os feitores de S. M. e mais officiaes a que pertencer, e lhes mando que assi o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar como neste aluara se contém sem duvida alguma, e este se registara nos contos e matricula, e nos liuros da fazenda, e onde mais cumprir. O Secretario Affonso Rodrigues de Geuara o fez em Goa a 25 de Outubro de 1622.—*O Governador.*

Hey por bem de confirmar este aluara, e que se cumpra como nelle se contém, com declaração que o que por elle se concede he a condestabres e bombardeiros Portuguezes soamente; e esta ualera como carta sem embargo da Ordenação em contrario. O Secretario Affonso Rodrigues de Geuara o fez em Pangim a 15 de Janeiro 623.—*O Conde Almirante.*

O conteudo na postilha e prouisaõ se entenderá andando embarcados, ou residindo e seruido nas fortalezas fronteiras.—*Conde Almirante.*

Aluara sobre o pagamento dos condestabres e bombardeiros e acrescentamento que nelles se faz conforme o assento que sobre isso se tomou em conselho pelos respeitos, e na forma acima. Pera V. S. ver todo.—*Gcuara.*

(fl. 99 v.)

82.

Conde V. Rey, amigo. Eu El-Rey vos enuio

muito saudar, como aquelle que amo. Sou informado que o dinheiro do hum por cento applicado a fortificação de Goa não esta no mosteiro de S. Francisco conforme a ordem que sobre isso esta dada, de que resultaõ inconuenientes, e que se fazem deste dinheiro outras obras e despezas que não tocaõ à fortificação, como foi a do concerto do mandouim dos mantimentos, e dinheiro que se deu a Gaspar de Mello; e porque conuem que elle se não despenda em outros effeitos que não sejaõ aquelles a que esta applicado, ordenareis que assy se cumpra, e que o cofre deste dinheiro se torne ao mosteiro de S. Francisco, e se não tire d'elle, e que o escriuaõ da Camara o não seja da receita e despeza do thesoureiro do dito dinheiro pelos inconuenientes que se tem entendido que disso resultaõ. Escrita em Lisboa a 19 de Março de 1623.—*Dom Diogo de Castro. Bispo Conde.*

Para o Conde VisoRey da India.

(fl. 102.)

83.

Ordem que hade ter a cidade no dia do aleuantamento e juramento d'ElRey nosso Senhor, a qual o Senhor Conde V. Rey mandou aqui lançar pera auer noticia della. (a)

Hade estar a cidade incorporada na Se esperando ally ao Senhor Conde V. Rey, que hade sahir da fortaleza ás duas oras da tarde; e ao tempo que S. Ex.^a chegar o hade receber a porta da mesma Sé da banda de fora, por quanto da de dentro hade estar o Rd.^o Bispo com o cabido e cruz leuantada esperando tambem a S. Ex. a quem hirá daly a cidade acompanhando na precissaõ, em que o haõ de levar ate a Capella do Santissimo Sacramento, e quando S. Ex.^a subir ao theatro ficara a cidade

abaixo delle defronte de S. Ex. no meyo da Igreja, donde tambem o haõ de ficar da banda direita o cabido e mais pessoas eclesiasticas, e da esquerda os fidalgos cõ os desembargadores e mais ministros de S. Magestade. Tanto que o Capitaõ da cidade jurar, subira a cidade incorporada, e chegando os Vreadores junto ao liuro missal em que haõ de jurar, e de giolhos poraõ as maõs sobre elle, e faraõ o juramento que o Secretario do Estado lhes hade ir dizendo; e como os ditos tres Vereadores acabarem de jurar se leuantaraõ e chegaraõ os outros officiaes da Camara, e postos tambem de giolhos com as maõs sobre o dito liuro diraõ = *e nós assy o juramos*; e feito isto se tornaraõ todos a decer, e poraõ no lugar em que estauaõ; e haõ de estar sempre descubertos, e em pe; assy como tambem o haõ de fazer todos os inais.

(fl. 102.)

84.

Juizes, Vreadores, e procuradores da Camara da cidade de Goa. Eu El-Rey uos enuio muito saudar. Vendo o que me escreueo o Conde da Vidigueira meu V. Rey desse Estado acerea da imposiçam, que essa cidade poz sobre os mantimentos á imitação do Real d'agoa desta de Lisboa pera correr por tempo de seis annos (a) da mesma maneira em todas as mais cidades do Estado, e se empregar o rendimento della na guerra contra os rebeldes; tive particular contentamento de saber o grande seruico que a Camara dessa cidade me fez nesta imposiçaõ, e o bom modo com que a isso se dispoz, de que terey a lembrança que he rezaõ para folgar de lhe fazer todo o fauor e merce que for justo; e tenho por certo que as ou-

(a) A esta imposiçaõ chamaram vulgarmente em Goa a *Collecta*.

tras cidades á imitação do que fez essa de Goa tenham feito o mesmo, em que receberey igual serviço, como de minha parte lhe significareis, e no que toca ao dinheiro da dita imposição se não poder despendar fóra das cousas para que se concede, ouue por bem que se faça nisso o que me pedis, como o entendereis do Conde V. Rey. Escrita em Lisboa, a 25 de Janeiro de 1624.

REY.

*O Duque de Villa hermosa. Conde de Ficalho.
Nuno de Mendonça.*

(fl. 102 v.).

85.

Conde Visorrey, amigo. Eu ElRey uos enuio muito sandar, como aquelle que amo. Hey por meu serviço, e mando que os Visorreis ou Gouernadores desse Estado não possam prouer seruentia do officio de escriptura da Camara da cidade de Goa em pessoas de sua obriguacão, por se me representarem os inconuenientes que nisso ha; de que me pareceo auzaruos por esta minha carta, para que asy se proceda, tomandose em lembrança na Secretaria desse Estado, e a Camara fareis inuiar copia della para que tenha entendido esta resolução, e esteja tambem á sua conta lembrar o comprimento della quando necessario for. Escrita em Lisboa, a 19 de Março de 1626.—*D. Diogo da Silva. D. Diogo de Castro.*

(fl. 104)

86.

Juizes, Vreadores, e mais officiaes da Camara da cidade de Goa. Eu ElRey vos enuio muito sandar. Por algũs vezes tenho encarregado aos meus Visorreis desse Estado fazerem tomar conta cõ effeito do rendimento do hã por cento applicado a fortificação dessa cidade pela informacão

que tenho de auer excessos na despesa d'elle, o que até gora se não effectuou; e porque conueim muito ao bem dessa mesma cidade verificarse o como nisso se procede, e ter eu disso verdadeira informação, torno ora de nouo a encommendar esta materia.... ao Viso Rey, e mandei juntamente passar acerca da despesa do dito rendimento huã prouisaõ para ir nestas vias, que não possa a cidade fazer nenhũa despesa d'elle mais que nas obras da fortificação, e que se não possam por nenhũ caso pagar do mesmo rendimento ordenados, vestiarias, nem jantares, sob pena de o pagarem de suas fazendas os officiaes da Camara que o contrario fizerem, e que serão por isso executados em qualquer tempo que se sonber das taes despesas, e hauendo accusador se lhe dara a terça parte, nem possa dispensar nisso nenhũ V. Rey ou Governador desse Estado sob pena de o pagar qualquer que o fizer, e a Camara mandey escrever esta minha carta pela qual vos encarrego ordeneis darse a conta do dito rendimento, sem que aja cousa alguã que o impida, porque de assy se fazer me auerey por sertido, e do contrario (que não espero) receberey desprazer. Escrita em Lisboa, a 20 de Marco de 1626.—*Dom Dioguo da Silva. Dom Dioguo de Castro.*

(fl. 103.)

87.

Juizes, Vreadores, e mais officiaes da Camara da cidade de Goa. Eu El-Rey vos enuio muito sandar. Vy o que me escrenestes em carta vossa de de Janeiro do anno de mil e seiscentos e vinte quatro sobre mandar passar prouisaõ porque se ordene que todos os preuilegios e prouisoẽs que por mim e pelos Senhores Reis meus predecessores são concedidas a Camara e estão lançadas em hum Liuro.....trasladados nelle com as subscripções, registos, sinaes.....

.....oppor essa duuida, e para mandar defferir a esta materia vos encomendo me enuieis rellação por menor dos preuilegios e prouisoês que pretendeis se guardem, com declaração do tempo, em que cada hũ se concedeo, e no que pedis na mesma carta acerca de naõ serem constrangidos com prisaõ os soldados e pessoas que naõ tiuerem bens nem os possuirem, as condemnaçoês de dinheiro em que per culpas forem condemnados, resoluy que se goardem as leys que prouém neste caso. Escrita em Lisboa, a 25 de Março de 1626.—*Dom Diogo da Silua. Dom Diogo de Castro.*

(fl. 103.)

88.

Em Carta de S. M. ao VisoRey, de 25 de Março de 1626.

E por que tambem sou informado que os Viso-Reis e Gouernadores desse Estado costumaõ metter-se nas eleiçoês dos cargos que a cidade pode prouer, de que nasce naõ ficarẽ os officiaes della cõ seu voto liure para o darem às pessoas que entendem que mais os merecem, e naõ conuẽ que este estillo se continue; uos encomendo deixeis liuremente prouer a cidade os officios que lhe tocaõ nas pessoas que o merecerem, porque assy o bey por mais conueniente a meu seruiço e ao bom gouerno da cidade, e que tenhaes cuidado de que se guardẽ á Camara os preuilegios que lhe saõ concedidos, e que saiba o que nisto mando para nas occasioês que se offerecerem lembrar o cumprimento disso.

(fl. 104.)

89.

Conde Visorrey, amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Os officiaes

da Camara da cidade de Goa me enuiaraõ representar que sempre foi costume naquella cidade quando se arrendauaõ minhas rendas, antes de se fazerem as escripturas dos contractos, mandaremse a mesa da Camara as condiçoẽs que os rendeiros apresentauaõ por sua parte, para se ver se haueria algum em prejuizo do pouo e bem commum, que se deuesse tirar, e que isto se naõ guarda ha algũs annos, pedindome mande ordenar que antes de se fazerem as escripturas dos contractos, depois de o procurador de minha fazenda ver as condiçoẽs, vá á Camara cõ ellas, para o procurador da cidade poder requerer se tirem as que forem contra o bem publico, pois he certo que depois que se deixa de guardar esta ordem as rendas naõ sobiraõ mais, nem seraa justo que ellas se accrescentem com molestia e vexaçaõ de meus vassallos, e do pouo mesquinho, e para mandar tomar nesta materia a resoluçaõ que tiuer por mais conueniente..... me informeis della com o que se vos offerecer ouuindo a mesa de minha fazenda Escrita em Lisboa a 10 de Abril de 1626.—*Dom Diogo da Silva. Dom Diogo de Castro.*

(fl. 103. v.

90.

Juizes, Vereadores, e mais Officiaes da Camara da cidade de Goa. Eu El-rey vos inuio muito saudar. Encommendouos que todos os annos me inuieis huã relaçaõ por vias do que importou o rendimento da imposiçaõ da Collecta dessa cidade, e do em que se despendeo, por que folgarey de a ver, e saber por ella que tenho mais que agradecer a essa cidade. Escrita em Lisboa, a 17 de Abril de 1626.—*Dom Diogo da Silva. Dom Diogo de Castro.*

(fl. 103 v.)

91.

Conde V. Rey, amigo. Eu El-Rey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Vi a relação que me enuiastes na via do anno passado tirada da conta de Pero Nunes Salgado, sobre quem se carregaraõ em receita os cem mil crusados, que em tempo do Governador Fernaõ de Albuquerque se tomaraõ por emprestimo a Misericordia de Goa, e se despenderaõ nas cousas que se declaraõ na mesma relação. E por que na vossa carta dizeis se vos tinha dito naõ faltaraõ desordens na despesa delles, vos encarrego declareis as desordens que nisto houue, por quanto polla relação naõ consta dellas, e me informeis se se fizeraõ legitimamente as despesas e conforme a meus regimentos, e por cuja ordem e mandado, e se este emprestimo se tem pago, e de que dinheiro se fez o pagamento. Eserita em Lisboa, a 17 de Abril de 626.—*Dom Diogo da Silva. Dom Diogo de Castro.*

(A. 104)

92.

Dom Francisquo da Gama, Conde da Vidigueira, do Conselho de Estado de S. M. e seu gentil homem da Camara, Almirante, Visorrey, e Capitão geral da India &c. Faço saber aos que este aluára virem que S. M. me mandou hora escreuer huã sua carta do theor seguinte:

=Conde V. Rey, amigo. Eu El-Rey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Vi a pretenção que tem a Camara da cidade de Goa de naõ pagar chancellaria das prouisoõs dos officios, que os Visorreis desse estado passaõ em meu nome aos officiaes da eleição da cidade, que naõ tem ordenado, para poderem exercitar seus cargos; e hey por bem de lhe fazer mercê que por tempo

de quatro annos naõ pague direitos na chancellaria a minha fazenda das ditas prouisoẽs. Escrita em Lisboa, a dezasete de Abril de mil e seiscentos e vinte seis.— *Dom Diogo da Silva. Dom Diogo de Castro.*—Pera o Conde V. Rey da India—1.ª via.—

Pelo que conformando-me eu com a dita carta de S. M. e em virtude della hey por bem que pello dito tempo de quatro annos naõ pague a Camara desta cidade de Goa direitos na chancellaria do dito Senhor das prouisoẽs dos officios, que os Viso-Reis deste estado passaõ em nome de Sua Magestade aos officiaes da eleiçaõ da dita cidade, como o dito Senhor manda. Noteficoo assy ao veedor da fazenda de Sua Magestade, e ao chanceller do Estado, e todos os mais ministros e officiaes, pessoas, a que pertencer, para que assy o cumpraõ e guardem e façaõ inteiramente cumprir e guardar este Aluara como se nelle contem sem duuida alguma; o qual valerá como carta passada em nome de S. M. sem embargo da Ordenação Livro 2.º Tit. 40 em contrario. Saluador Gonçalves o fez em Goa a 3 de Outubro de 1626.—O Secretario Affonso Rodrigues de Gueuara o fez escrever.—
Conde Almirante.

(fl. 103 v.)

93.

Dom Francisco Mascarenhas, V. Rey da India, amigo. Eu ElEey vos enuio muito saudar. Os officiaes da Camara da cidade de Goa me enuiaraõ representar que por priuilegio, de que tenho feito mercê áquella cidade, lhe he concedido que nas eleiçoẽs geraes sejaõ officiaes da Camara aquelles que mais votos leuarem nas pautas das eleicoẽs, e que vagando algum lugar seja eleito nella a pessoa que os cidadãos elegerem por mais votos, e sem

embargo disso os V. Reys metem nos pelouros quem lhes parece, ainda que leuem menos votos, e os lugares que vagaõ os provém por suas prouisoões, não consentindo os elejaõ os cidadãos por mais votos, quebrando aquella cidade seu priuilegio, e procédendo nisso contra a forma das leys que assy o ordenaõ; pedindome mandasse prouer na materia, e que seus priuegios lhe sejaõ guardados: e auendo visto o que me enuiaraõ representar, e a informaçã que deu o Conde da Vidigueira, sendo V. Rey desse Estado, nas vias do anno passado de como nisso se procede: Hey por bem e mando que o V. Rey desse Estado apure as pautas na forma que athé agora o fez, e que quando succeda vagar algum dos officios da Camara, que elle os naõ prouēja por prouisoões suas liuremente; e que nesse caso tire das pautas a pessoa perra elles na forma e modo que se faz neste Reino, assistindo o Ouuidor geral com o escriuaõ da Camara, de que me pareceo auisaruos para que ordeneis que nesta forma se proceda, e vos encomendo que nos cargos, que saõ da dada da Camara, lho deixeis prouer liuremente, com declaraçã que quando fizerem algum prouimento contra as leis, mandareis ver na Rollaçã a inhabilidade dos eleitos, e conforme ao que se julgar o fareis executar; e desta carta ordenareis se dê copia a cidade para que saiba o que nisso mando. Escrita em Lisboa a 24 de Março de 628.

REY.

Paulo Rebelo.

(fl. 119 v.)

94.

Dom Joaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçã, co-

mercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. Aos que esta carta virem faço saber que eu mandei enuiar a Joaõ da Silva Tello de Menezes, Conde de Anéiras, do meu conselho de Estado, V. Rey e Capitaõ Geral da India, copia de huã prouisaõ feita em Lisboa a oito de Marco de seiscentos quarenta e hum, assinada por Francisco de Lucena, meu Secretario d'Estado, por que oune por bem que as cidades e villas dos Reinos de Portugal usem e gosem das cartas de priuilegios que pelos senhores Reys meus antecessores lhes foraõ concedidos; e porque minha tençaõ he que tambem as cidades da India usem e gosem dos mesmos priuilegios, de que estaõ de posse, ate eu entrar em confirmações, mandei escrever ao dito Conde V. Rey em 18 de Março do dito anno de 1641 huã carta para em meu nome passar as ditas cidades outras prouisoões da substancia da que se passou no Reyno, e o theor da dita carta e prouisaõ he o seguinte: = Conde V. Rey da India, amigo. Eu El-Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Com esta carta se vos enuia copia da prouisaõ, que mandei passar para que as cidades, villas, e lugares destes Reinos gosem de todos os priuilegios, de que estaõ de posse, ate eu entrar em confirmações: e porque a minha vontade e intençãõ foi fazer a mesma mercê a esse Estado, vos encomendo e mando que na conformidade da dita prouisaõ lhe passeis outras da mesma substancia em meu nome. Escrita em Lisboa a 18 de Março de 1641.—REY.

Dom João per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, nãuegaçãõ, cõmercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber aos que esta Prouisaõ virem que nas cortes geraes, que se celebraraõ nesta cidade de Lisboa em vinte e oito de Janeiro deste anno presente, para que mandei convocar os tres Es-

tados do Reino, tendo precedido acclamação e juramento solenne, preito, e omenagem, que por elles me foi feito como a seu verdadeiro, legitimo, e natural Rey e senhor, e acto de juramento, em que na forma costumada jurei de lhes guardar seus bons e antigos costumes, priuilegios, graças, e mercês, liberdades, e franquezas, que pellos senhores Reys meus predecessores lhe foraõ dados, e outhorgados, confirmados em geral, pelos Procuradores d'algũs das ditas cidades e villas, alem dos capitulos de cortes geraes do Estado dos povos, se me offereceraõ peticoẽs, e alguns apontamentos, e capitulos particnlares, per que me pediaõ que ounesse por bem confirmar alguns priuilegios, prouisoẽs, e graças, que a algumas dellas foraõ concedidas, pedindo outras de nouo, que dizem serem conuenientes ao bom gouerno e prol commum das ditas cidades e villas: e eu pela muito boa vontade e amor, que tenho a estes meus Regnos e vassallos, continuando com o que merecem, e sempre lhes tiueraõ os senhores Reys meus antecessores, e com a vontade com que desejo fazer-lhe mercê conforme a sua antiga lealdade, e ao prompto animo com que de presente se offereciãõ a me servir para a defensaõ destes Reinos com as pessoas e fazendas como bons e leaes vassallos, desejando de em tudo os comprazer, e lhes fazer graça e merce conforme ao estado presente das cousas, considerando que com os ditos Capitulos se naõ offerecem as mais das proui oẽs dos priuilegios e alvaras, de que pedem confirmação, e em outros he necessario mais informaçãõ por naõ prejudicar a terceiros e a justiça, e outras foraõ feitas em tempo da inuasaõ e occupaçãõ destes Reinos com respeito prejudiciaes a seu bom gouerno em a oppressaõ dos tributos, de que pelo amor que lhes tenho fui servido releva-los, e por a breuidade do tempo, e auerem de acodir a suas obrigações, e de meu seruiço, e bem

publico não permittir a dilação necessaria a se examinare, nem a particular affeição que lhes tenho despediremse sem toda a merce que de presente ha lugar: Hey por bem e me praz, por lhes fazer merce, que elles gozem e usem das cartas de priuilegios, que pelos Senhores Reis meus antecessores forão concedidas as ditas cidades e villas, de que estiuerem de posse. em quanto não publicar, e estiuer em despacho das confirmações, e pella mesa do Desembargo do Paço se passaraõ os Alvaras nesta conformidade, que se me enuiaraõ a assinar com advertencia de que se por alguns constar que são contra bem commum do pouo, ou meu seruico, se me dará conta primeiro, e nos mais particulares, que conthem e pedem nos mais apontamentos de bom gouerno e justiça, e nouas mercês alem dos ditos priuilegios, que lhes estão concedidos, se determinarão e deffirirá pelos ministros a que toca, e tenho ordenado, como julgar que he mais seruico de Deos e meu, e cumprir ao bem publico das ditas cidades e villas com o mesmo fauor e intento de lhes fazer mercê com toda breuidade, e em particular pelo Presidente da Mesa do Paço se encarregue aos Escriuaes da Camara das Comarcas corraõ com as lembranças, que lhes deixarem, e seus papeis, e os que lhes enuiarem, lembrando as respostas e despacho para menos despesa e mais breuidade. E quero e mando que esta Prouisaõ se cumpra e guarde inteiramente como nella se contem, a qual por firmeza de tudo mandei passar por my assinada e sellada do meu sello grande das minhas armas. Dada na cidade de Lisboa a 8 de Março. Antonio de Sotto Franco a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta e hum. E eu Francisco de Lucena a fiz escrever.—REY.—

E por quanto a cidade de Goa por seu procurador pedio ao dito Conde V. Rey que visto auer

eu pela minha carta nesta encorporada confirmado todos seus privilegios assy como o avia feito as cidades e villas dos Reinos de Portugal pela prouisão acima copiada, fisesse merce mandar passar outra, pela qual lhe confirmasse os privilegios que tinha; e tendo eu a isso respeito, e conformandome com a dita carta e prouisão, Hei por bem e me praz de fazer merçe a dita cidade de Goa que ella goze e use dos privilegios, que pelos senhores Reys meus antecessores lhe são concedidos e está de posse, em quanto não publicar e estiuer em despacho das confirmações, e quero e mando que esta carta se cumpra e guarde inteiramente como se nella conthem, a qual mandey passar pelo dito Conde V. Rey, e sellada com o sello das minhas armas, que seruem na minha Secretaria da India. Dada em Goa. Christouão de Menezes a fez a dez de Março anno do nascimento de nosso senhor Jesu de mil e seiscentos quorenta e tres. O Secretario Joseph de Chaues Sotto Mayor a fez escreuer.—
O Conde de Aueyras.

Carta que V. M. manda passar em virtude d'outra nella encorporada, porque ha por bem de fazer mercê á Cidade de Goa que ella gose e use dos privilegios, que pellos Senhores Reys antecessores de V. M. lhe são concedidos, e está de posse, em quanto não publicar e estiuer em despacho das confirmações, tudo na forma e pela maneira acima. Para V. M. ver toda.—*Joseph de Chaues Sotto Mayor.*

(fl. 104 v.)

95.

Assentouse em Conselho da fazenda presente o Senhor Conde d'Aueyras V. Rey, e mais Ministros deputados d'elle, que visto as razões que a cidade de Goa allegou ao dito Conselho sobre se conseruarem seus privilegios na conformidade que

S. Ex.^a tinha ordenado, assy nas contas das rendas da cidade se tomarem pelo contador della, e da omenagem que auiaõ de ter seus cidadãos; se guardassem seus priuilegios como S. Ex.^a tem ordenado conforme os Senhores Reys de Portugal passados lhe auiaõ concedido, o que se guardaria athe vir reposta de S. M. das cartas, que se lhe tem escrito sobre a obseruação dos ditos priuilegios, e das que de presente escreue S. Ex.^a por estes pataxos, em que lhe da conta por menor do negocio, para S. M. mandar o que for mais seruido. E por firmeza do contheudo se fez este assento, em que se assinou o dito Conde V. Rey com os Ministros. Francisco Manoel o fez em Goa a 28 de nouembro de seiscentos quarenta e tres annos. Miguel Rangel de Castelbranco o fez escrever.—O Conde.—Salema—Mello.—Figueiredo.—Pinto Pereira.—Affui, Cirne.

(105 v.)

96.

Conde V. Rey da India, amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Por parte da Camara dessa cidade de Goa se me representou que ordenandose o rendimento da Collecção para sustento de huã armada, que ouuesse de dar guarda as cafilas de mantimentos, que vão a dita cidade, se diuerte a outros effeitos em grande dano do prouimento daquella republica: e por que não he justo que a dita armada se occupe em outra cousa, sendo o rendimento com que se forma e sustenta ordenado para este fim: Hey por bem que em nenhum caso attenda a outra occupação mais que a da guarda dos ditos mantimentos; e que durante este rendimento se guarde inteiramente a condição que dispõe que os cidadãos que morrerem antes de entrar nos despachos de que forão prouidos, possam transmittir a antiguidade de

suas mercês a seus filhos e molheres, entendendose o mesmo nos que morrerem em guerra do inimigo por occasiaõ de meu seruiço. Escripta em Lisboa a quatro d'Abril de mil seiscentos quarenta e quatro.—REY.

(fl. 106.)

97.

V. Rey da India, amigo. Eu El-Rey vos enuio muito saudar. Hauendo visto o que os officiaes da Camara dessa cidade escreneraõ em carta de 31 de Dezembro do anno passado de 645 acerca de se naõ diuertir a armada da Collecta a outro effeito mais que para o que ella foi posta, que he o prouimento da mesma cidade, e que durante este rendimento se guardasse a condiçaõ, que dispoẽ que os cidadaaõs que morrerem antes de entrarem nos despachos de que fossem prouidos, podessem transmittir a antiguidade de suas mercês a seus filhos e molheres : entendendose o mesmo nos que morressem na guerra ; porem que se duvidára pollos Desembargadores naõ se hauer de entender esta mercê senaõ desta ultima concessaõ em diante, porque se atrazauaõ as merces que de presente tinhaõ alguãs pessoas ; e considerando eu o que se refere conforme a importancia do negocio, me pareceo dizeruos que fico vendo a materia de que se trata, para se resolver o que for mais conueniente a meu seruiço e bem dessa cidade ; e no interim que naõ vai resoluçaõ della ordenarẽis que se sobsteja em se lhe dar cumprimento, naõ se obrando cousa alguma por nenhuã via em todo ou em parte, e nesta conformidade o mando ordenar aos referidos officiaes, de que vos aviso para que o tenhais entendido. Escripta em Lisboa a 15 de nouembro de 646. Esta carta mandareis registrar na Secretaria desse Estado. Eu o

Secretario Affonço de Barros Caminha a fiz escrever.

REY.

Para o V. Rey da India.—1. via.

O Marquez de Montalvão.

(fl. 106 v.)

98.

Dom Phelippe Mascarenhas, Visorrey, amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Havendo mandado ver de nouo eom todas as boas considerações alguãs rasoês da queixa que se me representaraõ para naõ hauer de passar adiante a merce, que no anno passado de 645 fiz aos cidadãos dessa cidade de Goa de que em quanto durasse a concessaõ da Collecta, que me offereceraõ, pudessem testar por seus fallecimentos em seus filhos ou mulheres das merces que tiuessem, na mesma intrancia em que as tinhaõ, e respeitando ao grande prejuizo que desta merce se vira a seguir a muitos despachados benemeritos (posto que eu desejo muito fazer a esses moradores todo o fauor e merce por sua lealdade e affeicaõ que mostraõ a meu seruiço): Hey por bem de declarar que a dita merce se entenda somente que os cidadãos, a que couber entrar nas merces que por seus seruicos lhe estiuerm feitas (naõ as querendo ir servir por suas pessoas), as possaõ renunciar e mandar servir por seus filhos, ou por quem lhes parecer, sendo habéis na forma das ordens dadas. Encomendouos que nesta conformidade façaes declarar a dita merce, e passar em meu nome aos cidadãos dessa cidade que as pedirem, os despachos necessarios. Escrita em Lisboa a 17 de Beuesteiro de 1648.—REY.

Para o V. Rey da India.—1.ª via.

O Marquez de Montalvão.

(fl. 107.)

99.

Eu El-Rey faço saber aos que esta minha prouisaõ virem que tendo respeito ao que de nouo me representaraõ os officiaes da Camara e Cidadãos da cidade de Goa sobre a declaraçaõ, com que fui seruido concederlhes que durante o tempo da concessaõ da Collecta pudessem renunciar as mercês e despachos que tivessem por seus seruiços cabendolhes a intrancia delles em suas vidas, e ao que sobre a mesma materia me representou tambem Dom Phelippe Mascarenhas, meu V. Rey da India; Hey por bem e me praz, por fazer mercê aos ditos cidadãos da cidade de Goa, de lhe conceder que cabendolhes entrar nas merces de que forem prouidos, posto que seja por dote, herança, ou outro qualquer respeito, as possaõ renunciar em seus filhos, ou nas pessoas que lhes parecer, sendo sufficientes; e que os que fallecerem antes de entrar nas merces, com que por seus seruiços proprios forem despachados, possaõ testar dellas em seus filhos, ou molheres na vagante dos prouidos. Pelo que mando ao meu V. Rey, ou Governador das partes da India, que ora he e ao diante for, e aos mais ministros da justiça e fazenda daquelle Estado, a que tocar, cumpraõ, e guardem, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar esta minha prouisaõ, como nella se contem sem duuida nem contradicãõ alguã, a qual valera como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Liv. 2.º Tit. 40, que dispõe o contrario, e se passou por tres vias, e pagaraõ o nouo direito. Manoel d'Oliveira a fez em Lisboa a 9 de Nouembro de seiscentos e cincoenta. O Secretario Marcos Rodrigues Tinoco a fez escrever.

REY.

Prouisaõ porque V. M. ha por bem de fazer mer

cê aos cidadãos da Cidade de Goa que cabendo lhes entrar nas merces de que forem providos. posto que por dote, herança, ou outro qualquer respeito, as possaõ renunciar em filhos, ou nas pessoas que lhes parecer, sendo aptas, e que os que fallecerem antes de entrar nas merces, com que por serviços proprios forem despachados, possaõ testar dellas em seus filhos, ou mulheres na vagante dos providos, e isto em quanto durar a concessaõ da Collecta, como nesta se declara, que valera como carta, e vay por tres vias.— Para V. M. ver.—1.^a via.

(fl. 107.)

100.

Juizes, Vereadores, e mais officiaes da Camara da cidade de Goa. Eu El-Rey vos ennio muito saudar. Sempre que aja lugar folgarey de fazer a essa cidade e seus moradores todo o fauor e merce, como por alguãs vezes lho tenho auisado. E vendo agora o que vossos antecessores (entre outras cousas) me escreueraõ em carta de 24 de Dezembro de 650, e o que os Governadores desse Estado responderaõ a informaçã, que eu auia mandado pedir ao V. Rey Dom Phelippe Mascarenhas sobre a pretençaõ antiga dessa Camara de se lhe hauerem de dar cinco mil xerafins cada anno effectiuos nas imposições para pagamento dos ordenados de seus officiaes, gasto de procissoes, concerto de calçadas, e outras despesas necessarias. fuy seruido de confirmar os dous mil xerafins, que o pouo applicou a essa cidade para o mesmo effeito, e que se leuem em conta os annos que se tiuerem recebido sem esta minha approuaçaõ, e de vos conceder de nouo outros dous mil xerafins para ao todo serem quatto, com declaraçaõ que para euitar escrúpulos consentirá o pouo nesta segunda concessaõ, de que vos quis auisar, e que ao Visorrey se escreue que o faça

executar, e passaruos as ordens necessarias, e que cumprir. Escrita em Lisboa a 4 de feuerreiro de 652.

REY.

O Conde de Odemira.

Para os Officiaes da Camara da cidade de Goa.

1. vta.

(fl. 107 v.)

101

Eu El-Rey faço saber a vós que esta minha prouisaõ virem que tendo respeito ao que por carta sua me representaraõ os officiaes da Camara da cidade de Goa, que seruiroẽ no anno de seiscentos cincoenta e dous, e por ser conforme a razãõ, e ao respeito que se deve ter aos cidadãos da mesma cidade, e com mais razãõ quando sertirem na mesa da Vereaçãõ: Hey por bem e me praz que aos ditos officiaes da Camara, cidadãos, e moradores da cidade de Goa lhe sejaõ guardados inteiramente seus privilegios concedidos por mim e pelos Reys meus predecessores, sem a isso se poder por duvida nem contradicãõ alguã, e que para isto melhor se poder fazer, e haver pessoas que o sollicitem, e a que se tenha respeito, sejaõ os eleitores da eleicãõ geral obrigados daquy em diante a eleger seis Vereadores fidalgos e tres nobres, para com os Juizes e Procuradores, que tam-bem saõ nobres, seruirem cada anno na Camara dous fidalgos e quatro nobres. Pelo que mando ao meu V. Rey, ou Gouvernador do Estado da India, que ora he, e ao diante for, e aos mais officiaes e pessoas a que pertencer, e aos ditos eleitores da eleicãõ geral que cada um na parte que lhe tocar cumpiraõ e guardem esta minha prouisaõ muito inteiramente sem duvida nem contradicãõ alguã,

a qual se passou 'por tres vias, e valera como carta sem embargo da Ordenação do Liv. 2. Tit. 40 em contrario. E pagara o nouo direito se o deuer. Antonio Serraõ a fez em Lisboa a dez de Março de seiscentos cinquenta e quatro. O Secretario Marcos Rodrigues Tinoco a fez escreuer.

REY.

O Conde de Olemira.

Prouisaõ per que V. M. ha por bem que os officiaes da Camara, moradores, e cidadãos da cidade de Goa se lhe guardem seus priuilegios, e que os eleitores da eleicaõ geral sejaõ obrigados a eleger seis Vereadores fidalgos, e tres nobres, para seruirem em cada anno na Camara dous fidalgos, e quatro nobres, como nesta se declara, que valera como carta, e vay por tres vias. Para V. M. ver. —1.ª via.

(fl. 108.)

102.

Antonio de Mello de Castro, V. Rey, amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Os officiaes da Camara dessa cidade, que seruiraõ o anno de 655 se me queixaraõ que se lhes naõ guardauaõ seus priuilegios por respeito de um Aluara que dous Vereadores fidalgos, que seruiraõ na Camara o anno de 652, alcançaraõ a seu fauor, para que os eleitores elegessem dous fidalgos cada anno, excluindo os nobres, antependo seus particulares ao commũ desse pouo. E porque minha tençaõ naõ he prejudicar aos priuilegios da Camara, vos encomendo muito e mando que lhos façaes guardar muito pontualmente sem alteraçãõ alguma do que antigamente se fazia e obseruaua. Escrip-

ta em Lisboa a vinte seis de Março de seiscen-
tos sessenta e cinco.

REY.

Para o V. Rey da India.

P. M. O Conde de Arcos.

(fl. 108 v.)

103.

Petição.—Dizem os Vereadores e mais officiaes da Camara desta cidade de Goa, que S. M. lhe fez merce que durante a Colleta possaõ seus cidadãos renunciar os cargos, com que forem despachados, cabendo lhe entrar nelles, e testar em filhos, ou mulheres na vagante dos prouidos, como se vê das ordens reaes, que por trespado offerecem. E porque se tornou a prorogar a dita Colleta de consentimento do pouo, com expressa declaração que se gozaria dos mesmos priuilegios, alias se haver por levantada logo a dita Colleta, e o Senhor V. Rey, que Deos aja, prometteo guardar os ditos priuilegios, e se assinou no assento feito pelo pouo, cuja copia se ajunta; e a merce de S. M. está em sua força, por ser feita em quanto ounesse Colleta, como de presente ha, em grande utilidade da republica e augmento do Estado; pelo que—P. a VV. SS. lhe fação mercê ordenar se lhes guardem os ditos priuilegios, e que os cidadãos possaõ renunciar e testar seus cargos conforme a mercê e faculdade de S. M. e assento tomado pelo pouo corroborado com o sinal do dito Senhor V. Rey.—E. R. M.

Despacho.—Haja vista o Procurador da Corôa e Fazenda de S. M. G. a 13 de Dezembro de seiscientos sessenta e oito—*Mello.*—*Côrte Real.*

Resposta do dito Procurador da Coroa.—Senhores. A este requerimento da nobre cidade deuem VV

SS. deferir como lhes parecer, por quanto a VV. SS. toca este negocio. Goa 13 de Dezembro de seiscentos sessenta e oito—*Figueredo*.

Replika.—A nobre cidade satisfaz com a resposta do Procurador da Corôa. P. a VV. SS. a proueja em seu pedido.—E R. M.

Outro despacho dos Senhores Gouernadores.—Visto a resposta do Procurador da Corôa e fazenda de S. M. hauemos por bem de confirmar a resolução, que o Conde V. Rey tomou sobre a Colleta, e mandamos se cumpra e guarde como nelle se contem. Goa 13 de Dezembro de seiscentos e sessenta e oito, e que se guarde o aluara de S. M. passado sobre os priuilegios concedidos á nobre cidade—*Mello*—*Corte Real*.

(fl. 109.)

104.

Eu o Príncipe como Regente e Gouernador dos Reynos de Portugal e Algarues faço saber aos que esta Prouisaõ virem que tendo respeito ao que se me representou por parte dos officiaes da Camara da cidade de Goa, em rezaõ de se lhes naõ guardar o Aluara para que durante o tempo da concessaõ da Colleta poderem renunciar, ou testar das merces com que fossem despachados, cabendo-lhes as intrancias, na forma que se declara no mesmo Aluara, e respeitando eu aos seruicos que aquelles moradores me tem feito no apresto de muitas armadas, e prouimento das fortalezas do Norte; e visto o que sobre a materia respondeo o Procurador da Corôa: Hey por bem de lhes fazer merce de que se lhes guarde a Prouisaõ referida de noue de Nouembro de seiscentos e sincoenta na forma que nella se conthom e que possaõ usar da mercê e faculdade nella conteuda do dia que ultimamente se impoz a Colleta pelo tempo que ella durar. Pelo que mando ao meu V. Rey, ou

Governador do Estado da Índia, ao Vedor geral de minha fazenda delle, e a todos os mais Ministros, e pessoas a que pertencer, camaráo e guardem esta Prouisão muito intencamente como nella se conthem sem duuida alguma, a qual não passará pela chancellaria e valera como carta sem embargo da Ordenaçã do Liv. 2. Tit. 39 e 40 em contrario; e se passou por duas vias. Antonio Serraõ de Carnalho a fez em Lisboa ao primeiro d'Abril de seiscentos e setenta. O Secretario Manoel Barreto de São Payo a fez escrever.

PRINCEPE.

Prouisaõ por que V. A. faz merce aos officiaes da Camara da cidade de Goa de que se lhes guarde a prouisaõ de noue de Nouembro de seiscentos e sincoenta na forma que nella se conthem, e que possaõ usar da merce e faculdade nella concedida do dia que ultimamente se impoz a Colleta pelo tempo que ella durar, como nesta se declara, que não passara pela chancellaria, e vay por duas vias.—Para V. A. ver.—1. via.

(fl. 109 v.)

105.

Eu o Principe como Regente e Governador dos Reinos de Portugal e Algarues faco saber aos que este meu Aluara virem que eu fuy servido conceder por prouisaõ do primeiro de Abril de seiscentos e setenta aos cidadãos da cidade de Goa em corroboraçã de outra, que se lhes passou em noue de Nouembro de seiscentos e sincoenta, para que durante a concessã da Colleta podessem renunciar em seus filhos, ou em quem lhes parecesse as merces e despachos que tivessem por seus serviços cabendolhes entrar nelles, posto que fosse por dote, ou herança, ou outro qualquer respeito, e que falecendo antes de entrar nas ditas

mercês podessem testar dellas em seus filhos ou molheres na vagante dos prouidos: e tendo ora respeito ao que de nono me representaraõ os ditos cidadãos em rezaõ dos muitos serviços que me tem feito com a contribuiçaõ com que assistem para a armada da Colleta, e ficarem muito prejudicados no modo com que podem testar ou renunciar as mercês com que saõ despachados; e visto o que fica referido, e o que sobre isso responde o Procurador de minha fazenda, e por desejar de lhe fazer merce: Hey por bem d'elha fazer que possaõ testar por suas mortes das mercês que tiuerem a fauor de seus filhos ou molheres pelo mesmo tempo e vagante em que as tiuerem, porem naõ em outras pessoas. Pelo que mando ao meu V. Rey ou Governador do Estado da India, ao Veedor geral de minha fazenda delle, mais ministros e pessoas a que pertencer cumpiraõ e goardem este Aluara muito inteiramente como nelle se conthern, o qual naõ passara pela chanceliaria, e valera como carta sem embargo da Ordenaçã do Liv. 2.^o Tit. 39 e 40 em contrario, e se passou por duas vias. Pascoal de Azevedo o fez em Lisboa a quatro de Marco de seiscentos setenta e cinco. O Secretario Manoel Barreto de Saõ-payo o fez escrever..

PRINCIPE.

Aluara per que V. A. faz merce aos cidadãos da cidade de Goa que possaõ testar por suas mortes das merces que tiuerem a fauor de seus filhos ou molheres pelo mesmo tempo e vagante em que as tiuessem, porem naõ em outras pessoas, como neste se declara, que vay por duas vias: Para V. A. ver.—1.^a via.—*O Conde de Val de Reis.*

(fl. 110.)

106.

Eu o Principe como Regente e Governador dos Reinos de Portugal e Algarves faço saber aos que este meu Alvara virem que tendo respeito ao que me representaraõ os officiaes da Camara da cidade de Goa em rezaõ de mercê que fui servido fazer ás orfaãs do Recolhimento de Nossa Senhora da Serra da mesma cidade de Goa pera que os V. Reis ou Governadores da India as pudessem dotar e cazar, e que nellas tiuessem effeito as mercês que lhes fazem em meu nome sendo filhas de pessoas benemeritas, ainda que naõ morressem na guerra, sendo as orfaãs do numero, e que dotando nesta forma os ditos V. Reis e Governadores, e passandolhes suas cartas aos maridos com que cazavaõ, succedendo falecerem as taes pessoas antes de entrarem nos cargos em que saõ providas, ou antes dellas as molheres com que foraõ cazados, por cuja causa se lhes deraõ em dote, e hauendo outros prouidos que se lhes opoem com pretexto de que as ditas mercês caducaraõ, se lhes annullaõ na Relaçãõ as suas intrancias, ficando por esta causa sem ter effeito assy as dotadas, como seus maridos, julgandose-lhes somente as auoções pera requererem de nouo; e uisto o que fica referido, e o que sobre isso respondeo o Procurador da Corôa: Hey por bem de declarar que as mercês com que se dotarem e estinerem dotadas as ditas orfaãs, tenham effeito pelo mesmo tempo e vagante, em que lhe foraõ concedidas assy nos maridos, cujas molheres falecerem primeiro sem filhos, como nas molheres falecendo os maridos primeiro sem filhos, para dote do segundo matrimonio, por ser justo que as mercês com que as ditas orfaãs forem dotadas fiquem em falta de seus maridos a suas molheres sem embargo de naõ serem capazes de ter

filhos. Pelo que mando ao meu V. Rey ou Governador do Estado da India, e a todos os mais ministros a que pertencer cumpiraõ e guardem este Alvará muito inteiramente como nelle se contém, o qual valera como carta, e não passara pela chancellaria sem embargo da Ordenação do Liv. 2.º Tit. 39 e 40 em contrario, e se passou por duas vias. Pascoal d'Azenedo o fez em Lisboa a nove de Março de seiscentos setenta e cinco. O Secretario Manoel Barreto de Saõpayo o fez escrever.

PRINCIPE.

Alvará por que V. A. ha por bem de declarar que as mercês com que se dotarem e estiuerm dotadas as orfaãs do Recolhimento de Nossa Senhora da Serra da cidade de Goa tenhaõ effeito pelo mesmo tempo e vagante em que foraõ concedidas asy nos maridos, cujas mulheres faleceram primeiro sem filhos, como nas mulheres falecendo os maridos primeiro sem filhos, pera dote do segundo matrimonio, como se declara, que vay por duas vias.—1.ª via—O Conde de Val de Reis.

(fl. 110 v.)

107.

Regimento da Camara de Lisboa, em que contem os Pelouros, que pertencem aos Vreadores e Procuradores, que se trasladou aqui por ordem da nobre cidade, que he a seguinte:

O Escrivaõ do Camara registre no liuro Verde, e Regimento desta cidade as dnas promissoes que o Vreador Dom Manoel Lobo da Silveira trouxe a esta meza, que estaõ no liuro impresso da letra redonda, em que contem Regimento que toca aos officiaes desta Camara no tipto de cada qual, pelo qual se rege a Camara da cidade de Lisboa, pera constar a todo o tempo o que nelle dispõe s. a. Em meza 12 de Fevereiro de 1680. Eu Vice-Conte Soares de Castelbranco, Escrivaõ da Camara.

ra a fiz escrever.—*Silveira.*—*Campos.*—*Rocha.*—*Rodrigues.*—*Rebello.*—*Domingos do Valle.*—*Francisco Vieira.*—*Manoel Gonçalves.*

Promissão do Regimento da mesa da Vreção.

1.—Eu El-Rey faço saber aos que este virem que eu sou informado que entendendo o Senhor Rey Dom Sebastião meu Sobrinho, que Deos tem, que convinha para melhor ordem do governo da cidade de Lisboa mudar a de que áquelle tempo se usava acerca da eleição e nomeação dos Vereadores que na Camara havião de servir, pelas causas e razões declaradas nas promissões, que sobre este caso mandou passar, ordenou que na dita Camara comesse hum Presidente, fidalgo principal, das partes e qualidade, que para ho tal cargo se requerem, para que com tres Vereadores letrados, que fossem Desembargadores, de idade conveniente, e de experiencia das cousas do governo, tratassem ho desta cidade, para que com ho dito Presidente e tres Vereadores fossem quatro, como sempre omera na governança da dita cidade, com os quos juntamente servirão hos dous Procuradores da cidade, e quatro Procuradores dos Misteres della, como sempre servirão; e por se entender pelo tempo em diante que convinha e era necessario acrescentarse ho numero dos ditos Vereadores letrados, assy ho mandey, e que fossem quatro, e cõ ho Presidente sinco, para que mais facilmente podessem acudir aos negocios de suas obrigações, e desejando eu que nas cousas do governo desta cidade (por serem de tanta importancia) sejam tratadas como cumpre ao bem publico e pouo della (da qual como cabeça depende o bom governo de todas as outras cidades e lugares do Reino) me pareceo que por hora deuia continuar com esta ordem de Presidente, e Vereadores letrados. E porque sou informado que de se não cumprirem as promissões e regimentos, que para bom governo desta cidade são feitos, nascem as faltas e descuidos de que ho pouo se queiza communmente, e que muitas parte disto ho por se não cumprirem fora da Camara pelos Vereadores prasoalmente as obrigações, que estão á conta de cada hum delles, e assy por serem arduas as ditas obrigações, muitas, e diferentes, a que se n'õ pode acudir por tão poucos Ministros; E'y por bem e manceo que daqui em diante ajão e sirvã na Camara desta cidade hum Presidente, como até aqui ome, e assy seis Vereadores letrados, que ajão Desembargadores (que são mais dous dos que até agora servirão)

pata vire tendo as partes que se requerem, diuindindo ante sy has obrigacoes da governança da cidade, mais facilmente e cõ menos trabalho com suas pessoas possa acudir a ellas, sem as cometerem a outros Ministros inferiores, se não em casos em que forçosamente não possa ser outra couza, e com o dito Presidente e seis Vereadores servirão dous Procuradores da cidade, e quatro Procuradores dos Mestres della como sempre servirão: e o dito Presidente e seis Vereadores servirão seus cargos comprindo inteiramente com has obrigações que per minhas Ordenações, e regimentos; e outras prouvidões estão ordenadas no que em outro modo não for provido por este Regimento, que em todo se cumprira como adiuto pello sera declarado.

Presidente.

2.—O Presidente se assentira no meyo da meza da Verença (que ora se faz de nouo conforme ao que nisso temho assentado), e pela mesma parte do seu assento, que hade ser ao comprido da dita meza, que agora fica caberriça della, se assentará os seis Vereadores, tres a mão direita, e tres a esquerda por suas precedencias e antiguidade da Camara como athé aqui se costumou, e hos assentos serão escahetos cõ espaldares e acolchados de couro todos iguaes, e ho escrivão da Camara se assentará na ilharga da meza, topo della da parte direita, e hos dous Procuradores da cidade na outra ilharga da parte esquerda, e os quatro Procuradores dos Mestres abaixo da meza defronte do Presidente e Vereadores em dous assentos separados, dous dellas em cada loir, hum pouco afastados da meza da maneira que entre ella e o lugar donde estiverõ aja seruentia, e os assentos nos ditos Escrivão da Camara e Procuradores da cidade e Procuradores dos Mestres serão hos que até agora costumam ter; e cõ o auxeruidor, e outros Ministros da cidade, e mais pessoas que em Camara costumão ser quando assentados se guardarẽ e cumprirão o orden que per prouvidões e regimentos esta dada, e de que até agora se usou.

3.—O Presidente em todas as cousas que na Camara se tratarem prelidrá propoído estando ardeu em negocios de que se ouiet de tratar; e data ha campinha, mandara entrar, e responder a partes, e louara os votos, e votara por derradeiro de todos, e o que por mayor numero de votos se assentat se cumprirá, e sendo os votos iguaes, procederá a parte em que for o Presidente.

Para meza cõ os Vereadores e mais Ministros della tres vezes na semana, terças, quintas, e sabados, e hauerão em algum dia destes impedimento para se não poderẽ ajuntar, ou por ser dia santo, ou por outra qualquer causa justa, o dito Presidente escothora outro dia em mesma somma para que não aja falta nem dilação nos despachos que se hão de dar nas partes.

4.—E quando parecer necessario, o que conuẽ para haer dos negocios, e para alguma causa que poderão succeder, ajuntarem-se mais dias, e o Presidente se praticara na meza, e se ajuntará no dia que se ajuntar (a), ou pela manhã, ou a tarde segundo for a quantidade do negocio, e importancia delles; e isto alem dos tres dias ordinarios em que nunca deve hauer falta.

5.—Estará em despacho o dito Presidente cõ os Vereadores e mais officiaes da meza todos os dias que forem della, quatro horas por relógio de arco, que o dito Presidente terá diante de sy; começando do primeiro dia de Outubro até o derradeiro de março as sete horas e meia, e do primeiro dia de abril até o derradeiro de setembro as seis e meia, e todo o tempo que assy deueem estar, ordenara o dito Presidente que se gaste no despacho das partes e dos negocios que conuierem tratarem-se, e não em praticas, nem cousas de fora.

6.—Ordenará que as cousas que na Camara se tratarẽ, e sobre que hão de hauer votos, se tratem muito quieta e sem alterações nem porras, mas cõ a quietude e auctoridade que conueem ao lugar em que estão, por quanto são informado que ha y nisto alguns desordens, o que he causa das rixas e senão assentarẽ como cumpre ao bem dos negocios, alem dos outros inconvenientes que se deo a talhar.

7.—E assy o dito Presidente dará ordem cum que se despachem as petições cõ toda breuidade, não expetindo que las leuẽ a meza os Procuradores da cidade, nem os Alcaides, nem outros officiaes, mas que todas se deem ao porteiro para as leuar e pôr diante della na meza para nella se verem e despacharem como parecer rezar a justiça, ficando despachar primeiro as mais importantes, e as que por suas justas parecer que conueem serem preferidas as outras.

8.—E por quanto importa tratarem-se os negocios cum resguardo e segredo, o dito Presidente quando se requer dadas ordem cum que se despeje a causa em que está em yrande.

(a) Parece que deve ser—

fazendo su na meza as officinas que haõ de votar, e os minus trus que parecer que são necessarios serẽ presentes, e o escripto das couzas da cidade, que he escripto do Escriuõ da Camara, naõ estará presente senaõ quando assy parecer ao Presidente, e lhe for por elle mandado, e doutra maneira naõ.

9.—Os mantimentos dos officiaes e mais pessoas que os tiverem à custa da cidade se pagaráõ por mandados do Presidente, ou por folhas que fará o escripto da Camara assina das somente pello dito Presidente.

10.—O Presidente (depois de o communicar e assentae em meza) fará por em pregoõ todas as rendas da cidade que annetẽ de andar de arrendamento, e os pregoẽs se deitarãõ pella cidade, e os lances se tomarãõ em Camara sendo pre sentes todos os officiaes da fazenda da cidade, e feitas todas as diligencias necessarias se arrematareẽ em Camara a quem mais der, conformandose nestes arrendamentos tudo o que pu der ser cõ o regimento da minha fazenda.

11.—El Rey fará tomar conta ao thesoureiro da cidade pel lo menos de dous em dous annos, e parendolhe necessario fazerlha tomar, ou fazerse recenseamento antes do dito tem po, o fará todas as vezes que bem lhe parecer, communican doo primeiro na meza, e nella se proverá huã pessoa abou da e de confiança que naõ seja parente do thesoureiro para que sirua em quanto o proprietario des conta, e em todo o tempo que se lhe tomar naõ receberá por sy, nem por inter posta pessoa, e ficando denendo alguã cousa, naõ será admittido a tornar a servir o dito officio a lhe com effeito naõ acap nar de satisfazer e pagar inteiramente tudo o que se achar, qm ficou denendo, e tendo pago, e sendolhe dado quitação, jor nará a continuar, e servir, e naõ de outra maneira,

12.—Os pregoẽs, cartas, mandados, e mais despachos se lançarãõ e farãõ na forma em que atégora lançarãõ e fize raõ, nomeandose o Presidente.

13.—Nos despachos e mais cousas em que o Presidente quizer de assinar, e os Vereadores com elle, assinará o Pre sidente no principio da regra, e os Vereadores continuaráõ su mesma regra assinandose conforme as suas antiguidades; e os Procuradores da cidade, e Miñeres della se assinarãõ mais abaixo, como sempre se costumou, e agora se faz.

14.—As penas postas por posturas da cidade, ou regimen tos, e provisões, fará executar nos que mollos por sentença fuzem condemnados, naõ moderando, nem dispensando (por sy,

nem em Camara com os Vereadores) nas ditas penas, e condemnões julgadas, mas fazendo que se execute com effeito conforme as sentenças que forem dadas.

15.—O Presidente terá particular cuydado em todos os dias, ou nos que lhe parecer, de lembrar, e fazer tratar na mesa as cousas que entender que conuem ao bom governo da cidade, e da fazenda della, e dos mais negocios que lhe parecerẽ importantes pera a cidade ser melhor regida e governada, dando ordem para que com brevidade e justiça se dê despacho as partes, e se tome assento nas cousas que conuem ao governo da cidade, e se dê á execuçãõ.

16.—Não poderá dar por si, nem em Camara os officios que forem da dada da cidade, senão quando realmente estiuere[m] vagos ; e quando estando vagos se prouerem em Camara os não poderão dar senão a pessoa apta e habil para logo osauer de servir, e que tenha as qualidades que se requerem, e que ex por bem, e approno para semelhantes officios.

17.—Não consentira que passem, nem façãõ acordos pera se darem officios por morte dos proprietarios, por mais causas que para isso se apontem.

18.—Nem pela dita maneira podera dar dinheiro, nem dadiuas, nem esperas aos rendeiros e devedores da cidade sem minha especial prouisaõ, antes fará que sejaõ executados com brevidade conforme as obrigações em que estiuere[m].

19.—O Presidente terá particular lembrança de todos os principios do anno fazer vir a Camara os principaes mercadores assy naturaes, como estrangeiros, que sabidamente tiuerem o trato e meneo de comprar pão fora do Reyno, com os quaes tratara por rogo que queiraõ mandar trazer todo o pão que cada um boamente quizer mandar vir, dandolhe pera isso da parte da cidade toda ajuda e fauor, e praticado, e assentaõto o negocio em Camara, correrá com elle o Vereador a cuja conta estiuer o pelouro do terreiro do trigo, como se dira em seu titulo.

20.—E pella dita maneira fará chamar à Camara no começo do anno marchantes, e pessoas que viuem nesta cidade e seu termo por trato e mercancia de gado ; pera que cada hum segundo sua possibilidade o cubedal faça sua obrigação das rezes, que por todo o anno poderá cortar (conformandose com os tempos pera a qualidade das carnes) de que se fará assento no liuro que ha de estar em poder do Vereador, a cuja conta estiuer o pelouro das carnes, pera que desta maneira se possa saber as carnes que poderá ha-

ner em todo anno pera mantimento da cidade alem da que os criadores e mais pessoas de fora, e que não são obrigados, trazem a vender ha ella.

21.—E sendo ausente da Camara o Presidente correrá a presidencia em seu lugar pelos Vereadores, presidindo cada hum ás semanas começando pello mais antigo.

22.—Os seis Vereadores diuidirão entre sy as obrigações que hão de ter fora da Camara pela maneira seguinte.

Pelouro da Saude.

23.—Um servirá de Prouedor mor da saude, e do hospital de São Lazaro, o qual terá particular cuidado de saber do estado da saude da cidade, mandando aos officiaes oella que particularmente deem conta do que passa na cidade, e fora della no que tocar a saude, obrigandoos que cumprão inteiramente cõ as obrigações que por seus regimentos lhe são postas, e vendo ho dito Prouedor particularmente todos estes regimentos, e parecendo-lhe que ha necessidade de se acrescentarem e emendarem, ou fazer outros de nouo, dará conta na mesa ao Presidente, e Vereadores, e o que assentarem mo farão saber para mandar prover como cumpre a negocio de tanta importancia, o que fará logo tanto que começar a servir, por quanto son informado que não está nisto bastantemente provido.

24.—O Vereador que servir este cargo hira todos os dias que não forem de festa á casa de São Sebastião da Padaria, aonde se ajuntara cõ os Prouedores, e officiaes, e mais ministros da saude, o quaes tratará tudo o que parecer; e for necessario para preservação do mal, e conservação da saude da cidade.

25.—E assy visitara o hospital de São Lazaro, e sabera particularmente dos doentes como são curados e tratados, e como se gasta e despende a renda que para isso está applicada.

26.—E fara mais todas as diligencias que para effeito da saude lhe parecer que conuem, e de tudo o que fizer, e for necessario dará conta, e hó communicará na mesa ao Presidente e Vereadores.

Pelouro da Limpeza.

27.—Outro Vereador terá a seu cargo a limpeza da cidade assy pello muito que importa á saude, como ao ornamento della estarem as ruas limpas, e sem imundicias.

28.—Deve ter particular cuidado de visitar pessoalmente todos os dias que não forem da Camara a parte, e bairro

da cidade que lhe parecer, pera que pello menos dentro de um mez a tenha visitada toda, dando ordem aos Almotacés da limpeza que cumprão inteiramente suas obrigações, e o dito Vereador mandará fazer execuão em todas as pessoas poderosas como se faz na gente do pobo, e os obrigará que tenham as suas ruas e testadas de suas casas muito limpas como pellos regimentos que são feitos, e provisões passadas acerca da limpeza esta ordenado.

20.—E os canos que sahem das casas para as ruas mandará prouer de modo que por elles se não deitem agoas sujas, e os fara recolher, ou fazer sumidouros, com que a dita agoa suja e immundicias não pareçam nas ruas, por esta ser hũa das cousas que mais offende e impede a limpeza da cidade.

30.—E em todo o que entender que conuem prouer assy o fará fazendo autos contra os culpados nos casos da limpeza que lhe parecer necessario, os quaes despachará em Camara sem de sua sentença hauer appellação nem aggrauo.

31.—E pera estas visitas e mais execuções necessarias a obrigação da limpeza o dito Vereador poderá mandar chamar a cada hum dos alcaides da cidade que cõ diligencia cumprirão seus mandados (como outrosy os cumprirão de todos os outros Vereadores em todos os negocios que tocarem às suas obrigações, e comprirem ao governo e bem publico da cidade) e sendo os ditos alcaides negligentes, ou não cumprindo os mandados dos ditos Vereadores, poderá logo cada hum por si suspendelos, e feito auto de suspensão procederá contra os ditos alcaides como for justiça despachando em Camara com o Presidente sem delles hauer appellação nem aggrauo.

32.—E porque sou informado que no que toca a limpeza da cidade está bastantemente prouido por muitas provisões antigas, e outras modernas, o Vereador que tiver esta obrigação terá em seu poder o traslado dellas para as por si guardar, e fazer cumprir aos mais officiaes da limpeza assy e da maneira que nellas se contem, e ao diante neste Regimento ser á mais declarado.

Pelvro das Obras.

33.—Ontro Vereador terá cuidado das obras publicas da cidade, o que fgra com muita diligencia por sua pessoa visitando os lugares em que as ditas obras se fizerem, e subendo como se fazem, e prouendo no reparo das que for necessario serem repayradas.

34.—Trabalhará quanto for possível pera que as ruas estejam calcadas mandando acodir aos danos, que por causa de agoas e do tempo se fazem, porque de se dilatarem estas obras alem da desformidade que fica nas ruas, he causa de se fazerem mores despesas, o que se escusara se logo no principio se acodir aos danos, e as ditas calcadas se farão o mais direito e laçoris (?) que puder ser, porque de serem em outro modo, e com degraus naceem as vezes perigos, principalmente á gente de cavallo.

35.—Fará outrossi com que se cumpra tudo o que está-ordenado no fazer do tijolo, telha, e cal, e outros materiaes, e na venda de todas estas cousas conforme as promissoes e regimentos que sobre isso são passadas, cujos tratados terá em seu poder.

36.—Visitará o dito Vereador todos os mezes toda a cidade, repartindoa por bairros todos os dias que não forem de Camara, nos quaes por sua pessoa verá as cousas, que he necessario mandar prouer, de que dará conta na mesa, pera se dar a execução o que nella se assentar, e verá se ha casas de particulares que estam em perigo de poder cair, e obrigará aos donos dellas a que as repairem e concertem sem dilacão, e entretanto lhe ponhão pontoes, pera que não cayão.

37.—Mandarà chamar todas as vezes que cumprir o Vedor das obras da cidade, e o escrivão de seu cargo, e o mestre das obras, e com elles tratará particularmente tudo o que parecer necessario nesta sua obrigação, e verá se cumprem os ditos officiaes os seus regimentos, e sendo remissos e negligentes procedera contra elles, despachando seus feitos em Camara, sem disso auer appellação nem aggrauo, o que outrossy poderaõ fazer todos os Vereadores com os officiaes inferiores deputados á obrigação de seus cargos, e dos pelouros em que servirem.

Pelouro das Carnes.

38.—Terá outro Vereador a sua conta a obrigação dos açougues, e do curral, e carnes, pera o que fará todas as diligencias necessarias por sua pessoa, visitando os açougues, e sabendo como se parte e pesa a carne indo ao curral tomar os preços como por regimento esta ordenado.

39.—Sabera dos obrigados e merciantes se cumprem com suas obrigações e tera tal ordem com que a cidade esté provida em abastanca e dara a sua deuida execução as provisões, que sobre este particular são passadas, e tera muita aduertencia no passar das cartas de visiuhança, e tomara

contas como se cumprem, e as com ellas se fazem alguns desordens.

40.—Ordenará com que se tirem por hum Juiz do crime as deussas, que se mandão tirar no curral por provisões particulares, que ha na Camara, que mando que se cumprão e goardem, como se nellas contem.

41.—E quando ouner falta de carnes (em que se trabalhará todo o possivel que não haja) o dito Vereador depois de o praticar em Camara, mandará hum dos Juizes do crime, ou do crime a dez legoas darredor desta cidade com hum alcaide, pera que fação vir o gado, como se contem nas provisões, que sobre isso mandou passar o Senhor Rey Dom Sebastião, meu sobrinho, que Deus tem, as quaes posto que fossem temporaes, ey por bem e mando que inteiramente se cumprão, e goardem, como se nellas contem.

42.—E assy saberá o dito Vereador de todas as provisões, regimentos que são feitos sobre as carnes, e os treslados delles terá em seu poder, pera os guardar e fazer cumprir aos officiaes a que este negocio tocar.

43.—E no principio do anno, ou no tempo que parecer fará o Presidente em Camara todas as lembranças necessarias pera que haja obrigados, e se favoreção os criadores que tragão carne a cidade em abastança; e que se proveja de maneira com que se não padeão as necessidades e faltas, que communmente ha, e que se entem os talhos fora dos açougues (que he huã das principaes causas de não haver, nem se vender nelles carne, e se vender em outras partes por muitos mayores preços) dando á execuçãõ as posturas e provisões que sobre isso são passadas.

44.—E porque por algũas provisões e privilegios he concedido a algũas pessoas, communidades, e casas de Religiosos que possam ter talhos, e cortar algũas reses fora dos açougues desta cidade, por esta minha provisõ e regimento ey todos os ditos privilegios e provisões por derogadas, e que de nenhum delles mais se use sem embargo de quaesquer palauras e clausulas, que nos ditos privilegios e provisões aja.

45.—E o dito Vereador fará notificar as ditas communidades, e casas, e pessoas que tiver por informaçõ que tem os ditos privilegios, que não usem mais delles, nem tenham talhos, nem cortem carne fora dos açougues publicos, limitandolhe tempo conveniente pera me poderem requerer, e provisões pedir de nouo pera este effeito, as quaes he não mandarey passar senão aos que parecer que forçosamente será necessario concederlhe, e passado o dito termo não

lhe apresentando provisões novas, procederá contra os culpados conforme as provisões e regimentos da Cidade.

46.—O dito Vereador fará apartar nos açougues da cidade talhos certos e separados para que as pessoas que vem de fora, e trazem seus gados a cidade sem obrigação os possam cortar sem detença, e obrigara aos cortadores e esfoladores que deem todo o bom auxilio aos donos do dito gado fazendo nisto muita diligencia de maneira que por culpa ou negligencia dos ditos esfoladores e cortadores, ou de se não dar talho nos açougues, não aja falta, e deixem de ser bem auxiliados os que assy sem obrigação trazem gado a cidade, e os negligentes e culpados neste particular condenará o dito Vereador por cada vez que faltarem em dez cruzados sem remição, a metade pera o accusador, e a outra pera as obras da cidade.

Pelouro do Terreiro do trigo.

47.—A obrigação do terreiro do trigo, moendas, e atafas nas estarão a conta de outro Vereador, o qual deve ter muita aduertencia nas cousas desta obrigação por serem todas de muita importancia pella falta e necessidade que communmente ha nesta cidade de trigo, e pão, e fariuhas, pera o que o dito Vereador verá os regimentos, provisões, e posturas da cidade, que sobre esta materia são feitas, as quaes cumprirá e fará inteiramente cumprir e goardar.

48.—E assy verá o regimento do Juiz do terreiro, e do escriuão de seu cargo, e os fará cumprir como nelles se contem.

49.—Trabalhara de saber muito particularmente o trigo, e mais pão que entra nesta cidade, e de que partes vem, pera se saber a despeza, e sahida que tene, e de tudo dará conta na mesa, para sobre isso se prover como parecer que conuem.

50.—Não consentira que o juiz, nem escriuão do terreiro leuem ás partes dinheiro, nem cousa alguma fora do que por bem de seus regimentos podem leuar, e assy saberá como se dão as logias no terreiro, e se nesta parte se cumpre o que pellos regimentos e provisões està ordenado.

51.—Outrosy no principio de cada hum anno fara em Camara as diligencias e lembanças necessarias pera que se trate por todos o modo, com que a cidade seja provida de trigo, e mais pão, entendendo com os obrigados da terra contra os quaes se deve proceder não tendo cumprido com suas obrigações, como adiante será declarado.

52.—E assy fará lembrança todos os annos na Camara pera que me peção hum Dezembargador que tire deusa dos que comprão e atraueño pão para o tornarem a vender, ou mandarem fora da cidade, pera eu nisso prouer como entender que conueem ao bem della.

53.—E assy o dito Vereador tera cuidado de saber das atafonas, e moendas, e se se cumprem as posturas e regimento que sobre isso são feitos, para que se proceda contra os culpados como for justiça.

54.—Visitará o terreiro do trigo, e os mais lugares que lhe parecer necessario por sua pessoa nos dias e modo que esta ordenado ás outras obrigações.

55.—O dito Vereador fará com que haja hum liuro (por elle assinado e numerado) em que se escreua todo o pão que entrar na cidade pera se nella vender, por mar e por terra, e quem o trouxe, e por cuja conta, e quem o recolheo na cidade, pera se ao diante não poder esconder, nem subnegar, e cada hum das peassoas que assy o tiuer, e quizer vender, o fará a saber ao dito Vereador, pera da venda se fazer declaração no dito liuro.

56.—As pessoas que se quizerem obrigar a cidade a trazer pão da terra, farão suas obrigações em Camara sendo presente o dito Vereador, o qual terá em seu poder o liuro de todos os obrigados, e nas ditas obrigações e assentos que se fizerem fará declarar e limitar os tempos, em que estes obrigados hão de trazer o trigo e pão de suas obrigações ao terreiro, pera nelle lho venderem, tendo tal tento e ordem, com que se repartão estas obrigações por todos os mezes do anno, e que se não ajuntem e guardem pera hum só conjunção.

57.—Saberá muy particularmente (como assima esta dito) se os obrigados cumprem com suas obrigações, e passado o tempo dellas os executará nas penas declaradas nos assentos do contrato que tiverem feito, e isto sem mais appellação nem aggrauo, e no fim do anno dará conta em Camara do que fez no cumprimento deste capitulo, e na execução dos negligentes e culpados em não cumprirem em todo, ou no tempo as condições e clausulas de seus contratos.

58.—Encomendará a hum dos Almotaceas das execuções que bem lhe parecer que va em pessoa isitar todos os nauios de pão que vem de fora, e que saiba particularmente cujo o dito pão he, se de mercadores, se dos donos dos nauios, e sendo dos donos dos nauios, lhe dará toda a boa ordem e expediente pera que possam vender por si todo o seu pão

com muita brevidade , e não querendo esperar , o poderão vender ás pessoas que quizerem com licença do dito Vereador, o qual fará declaração (no livro dos assentos que pera este effeito hade ter em seu poder) da quantidade do pão , e das pessoas a que se vendeu , e a que preço.

59.—Tirárá deusssa em cada hum anno de todos os officaes do terreiro do trigo , e de todos os ministros que servem e andão no muneo do terreiro , despachando os feitos dos culpados em Camara sem appellação nem aggrauo.

Pelouro da Almotacaria.

60.—O Vereador a cuja conta estiuerem as cousas da almotacaria, e execuções, e ribeira, deve ser muy vigilante, sabendo particularmente de todos os mantimentos e cousas , que se vendem na ribeira, e praças, visitandoas pessoalmente todos os dias que não forem de Camara.

61.—Os almotacés das execuções communicarão ao dito Vereador as cousas que fizerem, e lhe parecerem necessarias acerca do negocio da almotacaria, e o acompanharão nas visitas que fizer cumprindo em todo os regimentos que lhe são dados.

62.—O dito Vereador sera superintendente dos almotacés das execuções, e dos escriuães dante elles, e saberá se cumprem seus regimentos, aos quaes mandara fazer as diligencias que entender que cumprirem pera o bem da almotacaria.

63.—Tomará nos dias de suas visitas informação das regateiras, pescadeiras, e todas as outras pessoas que vendem na ribeira , e sabera se fazem alguãs falsidades ou engano ao pouo nas cousas que lhe vendem, e se as dão por mais que pellos preços taxados, e das que achar comprehendidas, em que não aja necessidade de fazer processos, mandará fazer autos, e summariamente os despachará em Camara como for justiça.

64.—E nos casos em que for necessario suer processos, os mandará fazer aos almotacés, que se despacharão conforme a ordenação e regimentos da cidade.

65.—Entenderá outrossi o dito Vereador sobre caruoeiros e pessoas que tratão em caruão , e dara ordem com que o tragão em abastança e em tempo, pera que não aja falta que communmente ha na cidade. e contra os obrigados, que não cumprem seus contratos e condicões de sua obrigação, procedera como for justiça , e tera particular cuidado que o caruão se não venda por móres preços dos que em Camara forão ordenados.

66.—E porque se tem por informação que anda muita gente occupada sem necessidade no carreto do carneiro que vem de fora, e que o trazem pella cidade a vender, que he causa de se levantarem os preços, o dito Vereador se informara particularmente do que nisto passa, e tratará o negocio em Camara, pera se dar a ordem que se deue ter, e as pessoas certas que será razão andarem neste negocio occupadas, e o que se assentar se dará á execução.

67.—Na visitação que ouuer de fazer pella cidade prouera que não aja molheres, nem pessoas outras que vendão pescado pellas ruas contra as posturas, e acordos da Camara, encomendando aos almotaçes das execuções que disso tenham muito cuidado e vigilancia, e procedão contra as pessoas que forem achadas, ou se lhe prouar que venderão pella dita maneira pescado pelas ruas, e as condemnue com rigor nas penas das ditas posturas e acordos.

68.—Não consentirá que aja cabanas na ribeira, debaixo das quaes se venda o pescado, mas podeloam vender na ribeira, e mais praças publicas sem terem as ditas cabanas, nem outros repairos.

69.—Dará ordem com que se não venda lenha nem carvão, que vem por terra, pelas ruas, como athé aqui se costumaua, mas que somente se venda nas praças publicas pelos preços que forem taxados.

70.—E pera comprimento destes Capitulos, e dos mais deste Regimento praticara cada hum dos Vereadores em Camara com o Presidente, e mais officiaes a ordem que se deue ter, e as penas em que deuenem ser condenados os que nisso forem culpados, de que farão assento e acordos por todos assinados, que se darão á execução sem mais appellação nem aggrano.

71.—O Vereador que tiver esta obrigação no que toca á almotaçaria e ribeira, e assy todos os mais Vereadores deuenem saber particularmente, e ter em seu poder os treslados de todos os regimentos, promissões, e posturas, que tocarem a suas obrigações, e dos officiaes e ministros dellas, pera em tudo as cumprirem, e fazerem guardar e cumprir, e o escripto da Camara lhas dara concertadas e assinadas por elle.

72.—As obrigações que neste Regimento estão declaradas, e que cada hum dos seis Vereadores particularmente ha de ter, se darão por sortes, para que per hum anno as sirua cada hum dos Vereadores, como lhe cairem, e acabado

o anno tornarão a deitar sortes, mas de maneira que não possa hum Vereador tornar a servir na obrigação em que seguiu o anno passado, antes as ditas obrigações se repartão igualmente per todos, e podendo-se nisto resolver sem sortes, tambem o poderão fazer.

73.—O selo da cidade correrá por todos os Vereadores, e cada hum o tera por tempo de hum anno, começando pello mais antigo, e em todas as cartas que passarem pella chancellaria lhe porão o sello, e não dirão que valha sem sello.

74.—O Eseriuão da Camara tera particular cuidado que em todos os dias que ouuer mesa se acha presente, e a tempo pera escreuer os despachos que se derem, e servir em tudo o mais da sua obrigação, comprindo inteiramente o que por minhas ordenações e provisões particulares, e regimentos da cidade ao dito officio esta ordenado.

75.—Os dous Procuradores da cidade continuarão e servirão pella ordem e maneira com que ategora servirão, sendo muy diligentes no comprimento das cousas de sua obrigação, trazendo varas vermelhas, como per privilegios e provisões he concedido á cidade, e não as trazendo assy pellas ruas, como em todos os antes publicos da cidade, e nos outros que o não forem, se procedera contra elles, como parecer em Camara ao Presidente, e Vereadores sem appellação nem aggrauo.

76.—Os quatro Procuradores dos Mesteres da cidade servirão outrossy na Camara como atequi servirão, comprindo inteiramente com a obrigação que tem de lembrarem as cousas do bem publico da cidade, e bem do povo della.

77.—E posto que os ditos Procuradores dos Mesteres podessem ser eleitos para tornarem a servir passados tres annos somente, como lhe he concedido por provisão que sobre isso se passou, sem embargo da outra porque era ordenado que não tornassem a servir se não passados seis annos: por ora ser informado que não se usando da dita ultima provisão, mas da antiga, sera em mayor beneficio do povo, que em tudo o que for razão de desejo de ser favorecido, e pera que se estenda pur mais a honra, e privilegios, de que gozão os vinte e quatro, e Procuradores dos Mesteres, e para que aja muitas pessoas, que procurem as cousas, e bem da cidade: E y por bem que daqui em diant se não use da dita ultima provisão, e a antiga se cumpra, e que as mesmas pessoas que servirem hum anno, não possam tornar a servir de Procuradores dos Mesteres, nem ser electos em xxliij. senão passados seis annos depois de deixarem de servir.

78.—Esta prouisão e Regimento se tresladara no liuro da Camara, que anda na mesa, pera nella se ver e ler todas as vezes que for necessario, e o proprio se guardara no cartorio da cidade em toda boa goarda, e o Presidente, e Vereadores terão o treslado de todo este Regimento que lhe dará concertado, e por elle assinado, o escripto da Camara, pera que saibão o que he da sua obrigação, e de todos, e possão, lembrar e ordenar conforme ha elle o que lhes parecer necessario pera bom gouerno da cidade, e comprimento da obrigação de cada hum, e deste Regimento, que ey por bem que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha chancellaria sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, Tit. xx, que diz que as cousas, cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno, passem por cartas, e passando per aluará não valhão, e valerá este outrosi posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da Ordenação em contrario; o qual vay escripto em quatorze meias folhas assinadas cada hum dellas no pé por Miguel de Moura, do meu concelho do estado, e meu escripto da puridade. Duarte Correa o fez escrever em Lisboa a trinta de Julho de mil e quinhentos nouenta e hum. E eu o Secretario Lopo Soares o fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Regimento sobre o gouerno desta cidade de Lisboa.—Pera Vossa Magestade ver.

79.—E quando na mesa da Camara se ouuer de tratar dos Vereadores, ou Procuradores da cidade, e dos Mesteres, e Escrição della, ou de queixas que delles aja, ou de couzas que lhes toque; ou a parentes seus dentro no segundo e terceiro grão; Ey por bem e mando que não entem a isso presentes, e se abstrirão pera a casa de fora em quanto se tratar do que per qualquer das ditas viza lhes tocar.

80.—E porque sou informado que ha na dita mesa differentes pareceres sobre o entendimento do Capitulo 77 deste Regimento, que trata dos quatro Procuradores dos Mesteres, e d'os vinte e quatro, declaro que as pessoas que seuirem hum anno em qualquer das ditas couzas não poderão tornar a ver electos nestes, a saber: em Procuradores dos Mesteres, nem em vinte e quatro: senão passados seis annos depois d'edexarem de gerir. E say e fíz claramente o dito Capitulo, d'assy cõtem que seja pera que haja muitas pessoas que andem nestes cargos, e procurem o bem da cidade, e se entem couzas

que sou informado que sohia aver entre os poucos que a-
régora os costumauão servir. João de Torres o fez em
Lisboa a triuta de Nouembro de mil quinhentos nouenta e
hum. E eu Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Subre Procuradores.

Eu ElRey faco saber aos que esta prouisão virem que sendo
eu informado que no que toca a obrigação dos cargos dos
dous Procuradores da cidade de Lisboa não estava bastante-
mente prouido pelo Regimento que se fez em tempo delRey
Dñm Manoel meu Senhor e Avô (que Deos tem), em que
não auita mais que hum so Procurador da cidade, ouue por
meu seruiço e bem iella mandar declarar por esta prouisão
em que forma e modo se denem servir os ditos cargos daqui
em diante, que sera na seguinte, não se deixando por isso de
guardar o dito Regimento antigo, e quaesquer outras prouis-
ões, que ouuer, no que não for contra esta.

1.— Os ditos dous Procuradores da cidade serão continuos
na Camara todos os dias, que nella se fizer negocio com o
Presidente, Vereadores, e mais officiaes conforme a sua o-
brigaçã, e nas ausencias do Escriuão da Camara por doença
ou outro impedimento, o Procurador da cidade mais anti-
go seruirá o dito cargo, e fará tudo o que ao dito officio
pertence, assy e da maneira que o fizera o Escriuão da Ca-
mara, se presente fora, em quanto eu não prouer quem sirua
o dito cargo; e se o dito Procurador mais antigo for impedi-
do, entrara na dita seruentia o outro seu companheiro.

2.— E porque a principal obrigação dos Procuradores da
cidade he lembrar em Camara o que conueem ao bom gover-
no e administração della, terão particular cuidado de a cor-
rer tão particularmente, com tanta continuação repartindo
ambos os ditos Procuradores entre si os bairros, ruas, e trá-
ueas delles, que a todo tempo possam lembrar na Camara as
faltas que ouuer, pera se nellas logo prouer, e a tempo que o
remedio seja mais facil, e promptoso, e quando o Vereador
deste pelouro for fazer esta diligencia e visita ira com elle hum
dos ditos Procuradores.

3.— Os ditos Procuradores nos sabbados de cada semana
alarão na Camara nas demandas, e requerimentos, e causas
ordinarias da cidade, que estarão todas escritas em homili-
uro, donde se vãoão verão estando o Sindico da cidade pre-

sente, e o escrivão dos feitos, e o requerente dellas, o que se fara sempre em se começando o negocio daquelle dia.

4.—Todas as sextas feiras pella manhã se ajuntarão ambos os ditos Procuradores na Camara com o Vereador do pelouro da ribeira, estando presente o escrivão que escreve nos negocios da Camara, onde o dito Vereador fará então vir os Escriveses da Almotacaria, e pellos livros onde se assentão as penas della verão o que nos sete dias atraz (que começaram a sexta feira passada) montarão, de que logo ali perante todos se fará receita ao thesoureiro da cidade em cada hum dos livros dos ditos escriveses assinada pello dito Vereador, e pelos Procuradores, he escrita pello dito Escrivão que com elles hade estar, e dos ditos livros se trasladará a dita receita no livro que pera isso auera na Camara (numerado e assinado pello Vereador do pelouro) pera por elle se arreradaem as ditas penas, e condemnações, e se tomar conta da dita receita dellas ao thesoureiro da cidade quando a der das outras rendas della segundo ordenança.

5.—Hum dos Procuradores da cidade cada hum sua semana e os Procuradores dos Mesteres irão todas as terças feiras e sextas á tarde á casa aonde no curral se costumão tomar os preços (em que hade assistir o Vereador do pelouro das carnes) , e na forma em que se isto fez sempre se tomarão os preços da carne, que aquella semana se ade cortar nos açougues, e na forma da promissão, que o Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deus tem) sobre isso mandou passar, trabalharão sempre de porem as carnes nos mais baratos preços que puder ser sem perda dos donos dellas, que favorecerão no que for rezão, pera que sempre os de fora folguem de trazer gado á cidade.

6.—Quando na Camara succeder algum negocio que se assente nella que se deue ir tratar á mesa do Desembargo do Paço, ou a do conselho da minha fazenda, ou na Relação, ou em outro tribunal, hum dos Procuradores que para isso for eleito hira ao dito negocio, e com elle o Sindico da cidade, e ambos juntamente farão nisso, e em qualquer outra coisa o que pela mesa lhe for ordenado.

7.—Quando em Camara se ordenar que va visitar o Alqueidão, hira hum dos Procuradores em companhia do Vereador que pera isso for eleito, he dous Procuradores dos Mesteres, e os mais officiaes que parecer.

8.—Achando qualquer dos Procuradores da cidade que algumas pessoas vão contra as posturas da Camara assy nos

vendas dos mantimentos, como em outra qualquer coisa, e prenderão sem deixarem passar a occasião disso, e farão fazer autos por qualquer official de justiça de qualquer juizo, que pera isso chamarão, que remetterão aos Almotacés pera os detriminarem dando appellação e aggrauo conforme ao seu Regimento, e pera este effeito, e pera outro necessario, e serem conhecidos Procuradores da cidade, trarão sempre suas varas vermelhas, obrigação com que se não dispensará nunca.

9.— Os ditos Procuradores nas procissões em que for a cidade hirão no meyo dellas com suas varas na mão, dando ordem ás ditas procissões como he costume.

10.— E porque conforme ás posturas da cidade e costume antigo senão pode começar obras, , nem abrir alicerces novos nem velhos sem licença da Camara, e despacho da mesa da Vereação, pera se cordearem os ditos alicerces e obras, e se não poder tomar nada do publico, quando se ounerem de fazer os taes cordeamentos, a que hade assistir o Vereador do pelouro, ira com elle hum dos Procuradores da cidade, e ho Sindico della, ou juiz do tombo da mesa com o escripto do seu cargo, pera que a todo o tempo se saiba como se fizerão os cordeamentos nesta forma, e se não perca a memoria d'estes como ás vezes acontercia, per não auer esta ordem; e todos os ditos cordeamentos se assentarão em hum liuro (que para isso se fara cada anno da grandura conveniente pera esta escriptura), e o terá o escripto do tombo, numerado e assinado pello Juiz delle, e nos assentos assinará o dito Procurador, Sindico, ou juiz do tombo e o medidor da cidade (que sempre ira fazer os ditos cordeamentos) com as testemunhas, que se acharem presentes, declarando as confrontações e medidas muito distinctamente, e do dito liuro tirarão as certidões que necessarias forem com o traslado dos cordeamentos, pera se darem ás partes; e depois de acabado o anno em que cada liuro sevir se porá no cartorio da cidade a bom recado pera em todo tempo se poder saber como nos ditos cordeamentos se guardou esta ordem.

11.— Os Procuradores da cidade serão presentes quando o Presidente e Vereadores perante si fizerem tomar as contas da cidade ao thesoureiro della, e requererão o que cumprir á fazenda da dita cidade, e á boa arrecadação della.

12.— Os Procuradores da cidade não votarão primeiro que todos os da Camara, como ategora se fazia, antes votarão primeiro os Procuradores dos Meesteres por sua antiguidade, que he mais conveniente á ordem, que nisto deue auer, e votarão

logo os Procuradores da cidade, seguindo neste particular o que dispõem o Regimento que mandey dar a dita Camara.

13.—Aos tempos em que se ouuer de visitar o termo da cidade (que sera pello menos duas vezes cada anno) irá com o Vereador que a isso for, hum dos Procuradores da cidade com os mais officiaes della, que sobião a se achar nestas visitas. E o dito Procurador vera se são tomadas algumas cousas do concelho, e dos caminhos, e se informará dos rocios publicos, e de tudo o que conuém ao bem commum, pera sobre o que se achar fazer em Camara as lembranças que conuém, e se prouer com effeito no que compir.

14.—E porque sou informado que no despacho dos feitos que se despachão em Camara ha alguma confusão, cada hum dos ditos Procuradores da cidade tera hum rol dos ditos feitos, em que se declara o dia em que vem, e outro rol dos que são despachados, pera que auendo alguns retardados, ou despresos, lembrem que se despachem com a breuidade que conuein, porque estas cousas, e as semelhantes são as que (alem das mais milhor sabidas) tambem tocão a obrigação de Procuradores da cidade.

15.—Quando o Vereador do pelouro da limpeza for visitar a cidade conforme ao regimento, irá sempre com elle hum dos Procuradores da cidade, pera requerer tudo o que cumpre a bem da limpeza della, e o mesmo será quando os Vereadores dos pelouros da mota, e obras forem fazer as suas visitas, pera os ditos Procuradores requererem nellas o que virem que conuein, e forem obrigados conforme a seus officios.

16.—Os ditos Procuradores da cidade tanto que passar dia de São João Baptista de cada hum anno corressão os alpendres da Ribeira em companhia do Vereador do pelouro, com que tambem irão os Procuradores dos Mesteres, e saberão dos que estão vagos, para se prouarem, e dos bem occupados, pera se arrecadar o dinheiro do aluguer que se deuer, que se carregara em receita sobre o thesoureiro da cidade, e pella mesma maneira farao a dita diligencia nos cantos que estão pella cidade, que pagão pensão a Camara, que todos estarão escritos em liuro que auerá na Camara, pera se porem em arrecadação como fazenda da cidade.

17.—Os Procuradores da cidade serão obrigados a ter cada hum delles hum liuro, ou canhenho em que escreuerão as lembranças do que cumpre ao bem da mesma cidade, no qual liuro farão tres titolos separados, no primeiro estarão todas

as rendas da cidade que andarem de arrendamento por anno, e assy os lugares da Ribeira, e outros que ha pella dita cidade, e audarem arrendados por ella, pera sobre elles requererem o que cumprir na forma da ordenação; e o segundo titulo será de todas as penas e coimas que os rendeiros, não demandarem, nem executarem nos termos da ordenação pera as fazerem carregar sobre o thesoureiro sob as penas della; e no terceiro porção todas as mais lembranças de benefício da cidade pera as fazerem na Camara della.

E mando aos ditos Procuradores da cid de, que ora são, e ao diante servirem os ditos cargos, que cumprão inteiramente o que nesta prouisão se contem, que valera como carta começada em meu nome, passada por minha chancelaria, posto que por ella não passe sem embargo da ordenação do 2 liuro, Tit. XX que o contrario dispõem. E esta prouisão se registara nos liuros da Camara, e se dara o traslado della a cada hum dos ditos Procuradores, e a propria se ajuntara ao Regimento nouo da Camara. A qual vay escrita em quatro meias folhas com esta assinadas todas ao pe de cada humna por Miguel de Moura, do meu concelho do Estado, meu escriuão da puridade. João de Araujo a fez em Lisboa a des de Outubro de 592.

REY.

Conforma este traslado com o proprio que foy tornado ao dito Vereador conforme a ordem atraz lançada da nobre cidade a fl. , a que me reporto, e em virtude da dita ordem copeey aqui fazendo escrever; e o emendado que esta..... &c. &c, o que se fez na verdade. Goa 20 de Feuereiro de 680.

(fl. 111.)

108.

Eu o Principe como Regente e Governador dos Reinos de Portugal e Algarves faço saber aos que esta Prouisaõ virem que tendo consideraçã ao que me representaraõ os officiaes da Camara de Goa em rezaõ de eu ter dado forma por carta de vinte e quatro de Março de seiscentos viate e oito sobre a eleicaõ geral dos officiaes da Camara, e dis-

posto pela ley do Reino que os eleitores cada dous em seu rol não nomeassem mais pessoas que as necessarias para seruirem os ditos officios tres annos, e se ter peruertido esta ordem de annos a esta parte, sendo a obseruancia della muito conueniente: Hey por bem e me praz que se obserue o disposto pelas leis e ordens minhas sobre as eleições da mesma Camara, e que no apurar dellas os V. Reis e Governadores daquelle Estado se não afastem das pautas, apurando os que tiuerem mais votos, e não pondo nunca aquelles que não estiverem nas pautas: e que o mesmo se guarde na eleição dos capitães da armada da Colleta, que a Camara de Goa elege, sob pena de desobediencia a quem quebrantar a dita forma, e se dar em culpa aos V. Reis e Governadores em suas residencias, e que as pautas geraes se me remetaõ no fim dos tres annos para asy se justificar. Pelo que mando ao meu V. Rey ou Governador do Estado da India, e ao Veedor geral de minha fazenda delle, mais ministros e pessoas a que tocar cumpraõ e guardem, e façãõ muito inteiramente cumprir e guardar esta Prouisaõ como nella se conthem sem duvida alguma; e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Liv. 2.º Tit. 40 em contrario; e se passou por duas vias. Antonio Marreiros de Afonsequa a fez em Lisboa a trinta e hum de Janeiro de seiscentos oitenta e hum. O Secretario Andre Lopes de Laure a fez escrever.

PRINCIPE.

Prouisaõ porque V. A. ha por bem que se obserue o disposto pelas leis e ordens de V. A. sobre as eleições da Camara de Goa, e que os V. Reis e Governadores da India se não afastem das pautas e que o mesmo se guarde na eleição dos capitães da armada da Colleta, e que as pautas geraes se remetaõ a V. A. no fim dos tres annos para asy

se justificar, como nesta se declara, e vay. por duas vias. Para V. A. ver.—*Conde de Val de Reis.*

1.^a via.

(fl. 118. v.)

109.

Conde da Villa Verde, V. Rey da India, Amigo. Eu El-Rey vos ennio muito sandar, como a-
quelle que amo. Os officiaes da Camara dessa ci-
dade se me queixaraõ em varias cartas que me
escreueraõ nos annos de 692 e 693 dos Governadores
desse Estado lhe naõ guardarem seus privilegios
como succedera na eleiçaõ que fizeraõ em Dezem-
bro de 1691 pera Juiz dos orfaõs, que nomeando
a Francisco de Azevedo de Sande, o naõ quizera
aceitar com varios pretextos, de que se valera, fa-
vorecido dos Governadores, que por seu respeito
chegaraõ a prender na cadeia publica ao Vereador
e ao Juiz ordinario, fazendo proceder a noua elei-
çaõ, e nomeando Francisco de Faria Coutinho con-
tra minhas leis, alvaras, e ordens, mandando sol-
tar varias pessoas que o dito Senado tinha preso
por culpas commettidas em seus officios contra o
bem commum, fazendo Vreadores sem estarem
nos pelouros dos eleitores, e a outros naõ sendo
mais que meya pauta, e a muitos impedidos, apu-
rando as pautas sem assistencia do Eserinaõ da
Camara, tudo contra minhas ordens, como taõbem
o haueremlhe tirado o lugar que tinhaõ os ditos
officiaes da Camara a maõ direita dos V. Reis e
Gouvernadores nas Igrejas dando aos Conselheiros
do Estado, e ainda aos Desembargadores, e Secre-
tario d'elle, ficando o Senado no ultimo lugar ten-
do de antes o primeiro; porem como as mais das
cousas de que se queixaõ sãõ ja passadas nos
tempos dos Gouvernadores, e somente poderaõ ter
remedio para o futuro; Me pareceo ordenarvos

façais guardar aos officiaes da Camara dessa cida-
de seus privilegios, que por mim e pelos Senhores
Reis meus predecessores lhe são concedidos, sal-
uo se em alguns ouuer inconuenientes contra o
bem commû, ou contra a justiça, nos quaes dareis
especial conta, obrando em tal forma que este Se-
nado, que o he da cabeça de todo o Estado, de
quem eu tenho recebido serviços, naõ tenha justa
resaõ de queixa, tanto no que toca a sua jurisdic-
çaõ, como em suas eleições, e nos privilegios
que lhe são concedidos em commum e em parti-
cular, o que vos hey por muito recomendado.
Escrita em Lisboa a 25 de Janeiro de 1695.

REY.

O Conde de Alvor. P.

Para o Conde de Villa Verde, V. Rey da India.

(fl. 120).

110.

Eu El-Rey faço saber aos que esta minha Pro-
visão virem que tendo respeito aos officiaes da
Camara da cidade de Goa me representarem
terem assentado naõ haver mais que hum so
Juiz dos orfaõs brancos naquella cidade, e que
este vencesse as propinas que venciaõ os tres Jui-
zes, que ateagora hauia dos mesmos orfaõs bran-
cos, que importauaõ cento e quarenta e quatro xe-
rafinos, por lhes parecer que hum so Juiz bastaua
para os ditos orfaõs da gente branca, por ser esta
em menos numero que os da terra, de que era hum
só o Juiz, e tambem poucos os sujeitos para tan-
tos officios; e supposto os officiaes da Camara naõ
tinhaõ jurisdicção para xtinguirem officios, nem
crear outros de nouo, por ser esta disposicão me-
ramente do meu soberano poder: Tendo conside-
ração a attenuação que ha de gente branca em Goa.

e falta de sujeitos pera estes prouimentos : Hey por bem se reduzaõ os tres Juizes dos orfaõs a hum só Juiz da gente branea, e que a este se dem os cento e quarenta e quatro xerafins , que antigamente se repartiaõ por todos tres. Pelo que mando ao meu V. Rey, ou Governador do estado da India, e mais Ministros a que tocar cumpraõ e guardem esta prouisaõ, e a façãõ cumprir e guardar inteiramente como nella se contem sem duvida alguma, a qual valera como carta sem embargo da Ordenaçaõ do Liv. 2. Tit. 40 em contrario, e se passou por duas vias, e se pagou de nouo direito quinhentos e quarenta reis, que se carregaraõ ao thesoureiro Joaõ Ribeiro Cabral a fl. 233, cujo conhecimento em forma se registou no registo geral a fl. 196. Manoel Gomes da Silva a fez em Lisboa a onze de Feuereiro de seiscentos nouenta e noue. O Secretario Andre Lopes de Laure a fez escrever.

REY.

Próuisaõ porque V. M. ha por bem se redusaõ os tres Juizes dos orfaõs, que hania na cidade de Goa, a hum só Juiz da gente branca, e que a este se dem os cento quarenta e quatro xerafins, que antigamente se repartiaõ per todos tres, como nella se declara, que vay por duas vias. Para V. M. ver.

O Conde de Alvor. P.—2.ª via.

(fl. 120 v.)

III.

Eu ElRey faco saber aos que este meu Alvará virem que tendo respeito a estar concedido por outro de sete de Fenereiro de 622 as pessoas que morrerem na India na guerra contra os inimigos de Europa que os officios com que estiuereem despatchados fiquem a seus filhos com a mesma antiguidade de tempo que os tiuerem seus pays, e

ora me representarem os officiaes da Camara da cidade de Goa que pleiteandose na Relação daquelle Estado se a dita graça comprehendia a todos os que morriaõ nas guerras do dito Estado, ainda que naõ fossem contra os inimigos Europeos, senaõ Asiaticos, se julgára que como o referido Alvará limitava somente a dita graça nos que morressem pelejando contra os inimigos (a) : e por que hoje se achava naquelle Estado continuada guerra com muitos inimigos Asiaticos tam exercitados na milicia como os Europeos; e de se naõ estender a dita graça aos filhos dos que morrerem em qualquer das guerras em que se acharem, ou sejaõ contra os Europeos, ou contra os Asiaticos, se podia seguir hum consideravel damno á defensa do mesmo Estado por se naõ exporem os moradores delle ao perigo de vida daquelle guerra, de que naõ podem esperar resulte a seus filhos o mesmo amparo e remedio que haõ de alcançar com a sua morte, sendo acontecida na guerra contra os inimigos da Europa; me pediaõ fizesse mercê aos moradores e cidadãos daquelle Estado de que morrendo na guerra de quaesquer inimigos, que o fossem delle, tendo alguãs mercês de qualquer natureza que sejaõ, fiquem na mesma antiguidade em que estinerem a seus filhos, e em falta destes a seus uctos, se os tiverem, ainda que naõ haja testação; e tendo consideração a tudo o que me representaraõ, e ao que respondeo o Procurador de minha Coroa, a que se deu vista sobre esta materia: Hey por bem de fazer mercê aos moradores e cidadãos do Estado da India de que morrendo na guerra de quaesquer inimigos, que o forem delle, tendo alguãs mercês de officios ou capitaniaes do mesmo Estado, fiquem na mesma antiguidade em que as tiverem a seus filhos, e em falta destes

(a) Parece saltar a palavra — *Europeus*.

a seus netos, se os tiuerem, ainda que não haja testacão. Pelo que mando ao meu V. Rey ou Governador do Estado da India que na forma referida cumpraõ e goardem este Aluara, e facão cumprir e guardar inteiramente como nelle se contem sem duuida alguã, o qual valera como carta sem embargo da Ordenação do Liuro 2.º Tit. 40 em contrario, e se passou por duas uias, e pagou de nouo direito sinco mil e quatrocentos reis que se carregaraõ ao thesoureiro delle Francisco Sarmento l'itta as fl. 330, como se vio de seu conhecimento em forma, registado no registo geral a fl. 255 v. Dionizio Cardozo Pereira o fez em Lisboa a desasete de Feuereiro de mil setecentos e quatro. O Secretario Andre Lopes de Laure o fez escrever.

REY.

Aluara porque V. M. ha por bem fazer merce aos moradores e cidadãos do Estado da India de que morrendo na guerra de quaesquer inimigos, que forem delle, tendo algumas mercês de officios ou capitancias do mesmo Estado, fiquem na mesma antiguidade em que as tiuerem a seus filhos, e em falta destes a seus netos, se os tiuerem, ainda que não haja testacão, como nelle se declara, que vay por duas vias. Para V. M. ver.—1.ª via.

(fl. 121)

112.

Dom João, por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guine &c. Faco saber a vos D. Luis de Meneses, Conde de Ericeira, V. Rey e Capitão Geral do Estado da India, que eu sou informado que sendo prohibido por varias resoluções minhas aos V. Reys desse Estado não poderem dar renunciias de officios de Escriuaes, e de oultros semelhantes, que são perpetuos, por ser graça reservada a

meu poder soberano, em fraude das ditas resoluções se usava de hum meyo fraudulento e caviloso, porque depois de ajustada a renunciação com consentimento dos meus V. Reys, faziaõ deixação os proprietarios ajustada a se fazer merce nova na pessoa em quem tem renunciado, e que assim se praticava communmente, e os proprietarios ficando por este caminho vendendo os officios, e fazendo fraude ás minhas reaes ordens pela jurisdicção que eu tenho tirado aos ditos V. Reys de darem semelhantes renunciias; e para se evitarem as ditas fraudes, fui servido mandar-vos declarar por resolução de nove de Dezembro deste presente anno, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, que de nenhuma maneira acceiteis estas deixações de officios, que fizerem os proprietarios; e caso que elles as queiraõ fazer, que estas as devem fazer neste Reino pelo meu Conselho Ultramarino para se lhe fazer justica. E esta ordem fareis registrar nos Livros da Secretaria, e nas mais partes a que tocarem, para que a todo tempo conste o que por ella determinei, enviando certidão de como assim o executastes. El-Rey Nosso Senhor o mandou por João Telles da Silva, e Antonio Rodrigues da Costa, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Dionisio Cardoso Pereira a fez em Lisboa Occidental a dez de Dezembro de mil setecentos e dezasete. O Secretario André Lopes de Lavre a fez escrever.—*João Telles da Silva.* —*Antonio Rodrigues da Costa.* (fl. 121 v.)

113.

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné &c. Faço saber a vós João de Saldanha da Cama, V. Rey, e Capitão General do Estado da India, que vendo-se o que informastes

em carta de vinte e tres de Janeiro do anno passado sobre o requerimento de Sebastião Vieyra, em que se queixava de que estando servindo de Contador do Senado da Camara de Goa fora suspenso da dita serventia por entrar nella Antonio Nunes Leitaõ por nomeação da mesma Camara em razão da desistencia que fez a proprietaria D. Paschoa Josepha da Sylva, com quem elle havia ajustado a llo comprar por tres mil e quinhentos xerafins contra o que está determinado pelas minhas ordens, pedindo-me lhe fizesse mercê da serventia do dito officio, hauendo por nulla a que se fez do dito officio ao dito Antonio Nunes Leitaõ : Me pareceo dizer-vos que como he sem duvida que a Camara de Goa não podia aceitar a renuncia que D. Paschoa Josepha da Sylva fez do dito officio, porque se devia fazer nas minhas mãos, e quando eu fosse servido aceitala, só entaõ se podia considerar realmente vago, e apresentalo a Camara, porque nenhum donatario, a que he concedida a mercê de prouer officios, pode acceitar a renuncia ou desistencia delles; nesta consideração sou servido hauer por nulla a tal desistencia, e que o dito Sebastião Vieyra seja conservado na serventia do referido officio, de que vos aviso para que assim o tenhaes entendido. El. Rey Nosso Senhor o mandou por Antonio Rodrigues da Costa, e o Doutor Jose de Carvalho e Abreu, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Bernardo Felis da Silva a fez em Lisboa Occidental a desanove de Março de mil setecentos e vinte oito.—*Antonio Rodrigues da Costa.*—*José Carvalho de Abreu.*—2.^a via.

(fl. 122)

INDICE DOS DOCUMENTOS

DO 2.º FASCICULO.

Data		Num.
2 Março	1518	1
6 Março	1517	2
1.º Março	1518	3
—	—	4
—	—	5
—	—	6
—	—	7
18 Fevereiro	1519	8
29 Novembro	1519	9
31 Janeiro	1520	10

Contém Doc.

sem data (sec. xvi)

sem data (sec. xv)

sem data (id.)

20 Abril 1512

12 Fevereiro 1497.

sem data

14 Dezembro	1519	11
11 Janeiro	1520	12
—	—	13
13 Fevereiro	1520	14
14 Fevereiro	1520	15
5 Março	1521	16
—	—	17
5 Março	1534	18
4 Novembro	1541	19

Contém Doc.

2 Novembro 1541

sem data

6 Julho Era 1406

3 Abril Era 1422

11 Maio Era 1422

? Era 1427

13 Dezembro Era 1431

3 Setembro Era 1440

sem data

7 Outubro 1457

22 Fevereiro Era 1429

29 Abril 1483

12 Fevereiro 1497

23 Julho 1519

4 Setembro 1465

24 Julho Era 1429

16 Julho 1504

? 1471

20 Dezembro 1503

9 Outubro 1529

5 Outubro 1528

sem data (sec. xv.)

20 Janeiro 1542..... 20

Contém Doc.

7 Junho 1488

3 Julho 1483

21 Março 1542..... 21

? ? 1542..... 22

Contem Doc.

30 Agosto 1502

23 Marco 1542 23

— ———— 24

— ———— 25

24 Março 1542 26

— ———— 27

— ———— 28

— ———— 29

— ———— 30

— ———— 31

3 Abril 1542 32

5 Abril 1542 33

— ———— 34

8 Abril 1542 35

10 Abrii 1542 36

25	Maior	1543	37
10	Fevereiro	1545	38
18	Janeiro	1546	39
17	Novembro	1552	40
29	Agosto	1554	41
23	Março	1559	42
19	Outubro	1561	43
5	Março	1562	44
—	—	—	45
—	—	—	46
27	Março	1564	47
—	—	—	48
16	Novembro	1564	49
23	Julho	1566	50
15	Abril	1567	51
27	Novembro	1567	52

Contem Doc.

1.º Outubro 1567

3	Julho	1568	53
16	Junho	1569	54
12	Novembro	1571	55
25	Novembro	1571	56
37	Dezembro	1571	57
24	Abril	1572	58
6	Março	1572	59
?	?	1573	60
20	Junho	1577	61
6	Abril	1582	62
20	Setembro	1582	63
?	?	1583	64
?	?	?	65
24	Setembro	1602	66
15	Fevereiro	1603	67
19	Setembro	1603	68
23	Outubro	1604	69
3	Fevereiro	1611	70
22	Fevereiro	1618	71

9	Fevereiro	1621	72
1.º	Abril	1621	73
7	Fevereiro	1622	74
12	Fevereiro	1622	75
19	Fevereiro	1622	76
26	Fevereiro	1622	77
27	Fevereiro	1622	78
3	Março	1622	79
11	Março	1622	80
25	Outubro	1622	81
19	Março	1623	82
?	?	1623	83
25	Janeiro	1624	84
19	Março	1626	85
20	—	1626	86
25	—	1626	87
—	—	1626	88
10	Abril	1626	89
17	Agosto	1626	90
—	—	—	91
3	Outubro	1626	92

Contém Doc.

17 Abril 1626

24	Março	1628	93
10	Março	1643	94
28	Novembro	1643	95
4	Abril	1644	96
15	Novembro	1646	97
17	Fevereiro	1648	98
9	Novembro	1650	99
4	Fevereiro	1653	100
10	Março	1654	101
26	Março	1665	102
13	Dezembro	1668	103
1.º	Abril	1670	104
4	Março	1675	105
9	Março	1675	106

12 Fevereiro 1680	107
-------------------------	-----

Contém Doc.

30 Julho 1591

30 Novembro 1591

10 Outubro 1592

31 Janeiro 1681	108
25 Janeiro 1695	109
11 Fevereiro 1699	110
17 Fevereiro 1704	111
10 Dezembro 1717	112
19 Março 1728	113



INDICE

DAS MATERIAS DO 2.º FASCICULO.

N. B.

O Algarisino indica o numero do Documento.

Acolimação —Vid. <i>Alevantamento</i> .	
Affonso de Albuquerque —Privilegios, que concedeo á Cidade de Goa.....	1
Affilador das medidas —Seja provido este officio nos Procuradores dos Mesteres de Goa de tres em tres annos.....	36
Aggravos das sentenças da Cidade — Se pertence a El-Rei tomar conhecimento dos da Cidade de Lisboa, e não aos Desembargadores.....	18
— Que o Visolrei com o Arcebispo e Desembargadores, que elle escolher, conheçam dos agravos, que da Cidade de Goa houver.....	67
Alcaidarias das Fortalezas de Goa —Vid. <i>Officios</i> .	
Alcuides —Que haja em Goa mais de um, se necessarios forem, e o sejam sempre Portuguezes casados na Cidade.....	6
Alevantamento e juramento d'El-Rei —Ordem que hade ter a Cidade de Goa nesta auto.....	83
Almotacaria —Os feitos della pertencem aos concelhos, e não aos officiaes d'El-Rei.....	16
— Que não julguem os seus feitos os Corregedores, nem Ouvidores d'El-Rei, nem de outros Senhores.....	19
— Que a jurisdicção de seus feitos seja da Cidade de Lisboa; e os Sobrejuitizes, e Corregedores não conheçam delles....	19
— Que não haja privilegios que isentem de responder perante os Almotacés nos feitos da almotacaria.....	69
Almotacés —Que mantimento tem os de Lisboa.....	10
Ancoragem —Que a não pagem de seus navios os moradores da Cidade de Goa.....	
Anil e Canella —Forma porque se devem despachar.....	80
Apontamentos —Que vieram da Camara de Lisboa sobre os usos e estilos da Vereação della.....	21
Aposentadores —Que os possa ter a Cidade de Goa.....	23
Aposentadoria —Seja dada a qualquer cidadão de Lisboa, quando for à Corte a requerer alguma coisa daquella Cidade.....	19
Armada da Collecta —Que só se occorre na guarda dos mantimentos.....	96
— Que na eleição de seus Capitães se observe o disposto nas ordens, que ha sobre esta materia.....	109
Atafonas —Que pna tem os atafoneiros, que dão menos farinha de que rende o trigo.....	19
Atracessadores —Que os não haja nos Passos da Ilha de Goa.....	15

<i>Balança</i> —Que a haja publica em Goa, e de que seja Juiz um dos quatro Procuradores dos Mestres de tres em tres annos..	36
— Faz El-Rei mercê a' Cidade de Goa de uma casa velha, e seu chão às ferrarias velhas para a dita balança.....	39
<i>Bombardeiros</i> —Accrescentamento, que se fez nos quartéis do soldo dos Condestabres e bombardeiros.....	81
<i>Cambadores</i> —Que os não haja em Goa, e havendo-os que se não arrecade delles renda alguma.....	14
<i>Campe de S. Lasaro</i> —Faz El-Rei mercê delle a' Cidade de Goa.	47
<i>Canella</i> —Vid. Anil.	
<i>Capitanias</i> —Que os Vereadores e Officiaes da Camara da Cidade de Goa appresentem ao Governador as pessoas sufficientes para as das galés, nãos, e navios, que os moradores da Cidade armarem, e esquiparem para cousas do real serviço.....	25
— A Capitania da Cidade de Goa, e dos Passos da sua Ilha quando vagarem se não provejam em vida, nem se dem para filhos.....	75
<i>Capitão de Cidade de Goa</i> —Que por si só não faça o quo à Cidade pertence.....	17
<i>Certidões</i> —Se não passem senão do que constar por autos.	72
<i>Chancellaria</i> —Que a não pague a Cidade de Goa de seus privilegios.....	4
— Que por tempo de quatro annos se não paguem direitos de chancellaria das provisões dos officios, que os Vice Reis passam aos officiaes da eleição da Cidade de Goa.....	92
<i>Chão</i> —O que vai da casa do Mandovi até a porta da kibeira faz El-Rei merce delle a Cidade de Goa em troca do outro chão das ferrarias, que de antes lhe tinha dado para fazer casas para recolhimento dos mantimentos....	38
<i>Chão salgado</i> —Faz El-Rei merce a' Cidade de Goa do que esta ao Mandovi velho para praça e nobrecimento da Cidade..	31
— Faz El-Rei merce a' Cidade de Goa do que esta' do baluarte das casas da fortaleza, em que pousa o Vice-Rei até o caes de Santa Catharina.....	51
— Faz El-Rei merce a' Cidade de Goa do que esta' nos moinhos, que foram de Martim Garcia ate a fortaleza de Benasterim para ficar em vasa solta para defensão da Cidade.....	53
<i>Chão de Santa Luzia</i> —Faz El-Rei delle mercê a' Cidade para varadouro.....	48
<i>Chaves das portas da Cidade</i> —As de Lisbon estejam n'uma arca no Concelho, e cada porta tenha tres, uma das quaes tenha o official d'El-Rei, e duas dous homens bons do Concelho.	19
<i>Christãos novos</i> —Que não sejam Juizes, Vereadores, nem Escrição da Camara na Cidade de Goa.....	8
<i>Collecta</i> —Agradece El-Rei a Cidade de Goa a imposição deste direito para se empregar o dinheiro delle na guerra contra os rebeldes, e se não despenda ũra das cousas para que se concede.....	84
— Manda El-Rei que todos os annos lhe enviem uma relação do que importou o rendimento della em Goa, e do em que se despendeo.....	70

— Sua prorrogação na Cidade de Goa.....	103
— Vid. <i>Armada, e Despachos.</i>	
<i>Contempções</i> —Que se guardem as leis, que provêm no caso de serem contrangidos com prisão os soldados e pessoas, que não tem bens para pagar as condemnações....	87
<i>Con testibres</i> —Vid. <i>Bombardeiros.</i>	
<i>Condições das Rentis reaes</i> —Que sejam sempre presentes à Camara de Goa para ver se ha nellas prejuizo do povo e bem commun.....	89
<i>Corretor da Alfandega de Goa</i> —Vid. <i>Officios.</i>	
<i>Despachos</i> —Que os Vereadores da Lisboa que entram não tomem conhecimento do que já foi despachado pelos Vereadores que saíram.....	19
— Que aos filhos dos que na India morrerem contra os inimigos da Europa lhe fiquem os despachos de seus pais com a mesma antiguidade	74
— Que se guarde o contracto da Collecta para que os cidadãos de Goa, que morerem antes de entrar nos despachos, de que foram providos, possam transmittir a antiguidade de suas merces a seus filhos e mulheres.....	96
— Que se sobrestejá no que foi resolutu acerca da intrancia dos que forão concedidos aos cidadãos de Goa, e tenham morrido os providos.....	97
— Declaração de como se entende a merce feita aos cidadãos de Goa sobre elles.....	98
— Nova declaração sobre os concedidos aos cidadãos de Goa.	99
— Que se guardem as merces e privilegios, que sobre as intrancias delles foram concedidos aos cidadãos de Goa durante a prorrogação da Collecta	103
— Que se guarde a ordem delles como foi concedida aos cidadãos de Goa em quanto durar a Collecta.....	104
— Nova explicação de como se entende a merce das intrancias feita aos cidadãos de Goa em quanto durar a Collecta	105
— Que os que são concedidos aos cidadãos de Goa fiquem a seus filhos ou netos, morrendo em guerra contra quaesquer inimigos do Estado, europeos, ou asiaticos.....	111
<i>Despezas</i> —Concede El-Rei quatro mil xeratinos para as da Cidade de Goa cada anno	100
<i>Devedores</i> —Que os que a forem à Cidade de Goa não possam ser admittidos a lançar nas rendas da real fazenda.....	71
<i>Dividas</i> —Que a Camara de Goa possa arrecadar as suas na forma que o faz a Camara de Lisboa.....	71
<i>Dous por cento</i> —Que esta imposição se gaste somente em artilleria, e em sustentar gente de mar e bombardeiros, que servirem nas armadas.....	73
— Que o rendimento deste direito se despenda somente no sustento dos navios de alto bordo	75
— Que deste rendimento se ajuda aos marinheiros e aos artilheiros	76
— Que se empregue só em galeões, e artilleria, e no sustento da gen. de mar. e guerra.....	78
<i>Eleição</i> —Que na dos officios da Cidade de Goa se guarde o que está disposto nas leis e ordens.....	108

— Que se faça na forma das ordens, e se guardem neste particular os privilegios da Cidade.....	109
<i>Eleições</i> —Que as pautas das dos officiaes da justiça e governança de Goa, fiquem fechadas na Camara, e della não saiam. . .	28
— Que as dos cargos e officios da Cidade, de Goa os Vice-Reis e Governadores as deixem livres a' mesma Cidade, e lhe guardem seus privilegios.....	88
<i>Escrivães</i> —Que a Cidade de Goa possa pôr um em cada Aldéa quando nella. pizer Juiz.....	31
<i>Escrivães das Feitorias</i> —Vid. <i>Officios</i> &c.	
<i>Escrivães dos orçãos</i> —Que os de Lisboa possam fazer escripturas publicas nas cousas, que a seu officio pertencem....	19
<i>Escrivão grande da Alfandega de Goa</i> —Vid. <i>Officios</i> &c.	
<i>Escudeiros</i> —Que privilegios tenham os de Goa.....	18
<i>Espadas dambalas mãos</i> —Que as possam trazer os cidadãos de Lisboa.....	19
<i>Esteios nas ruas</i> —Que o Concelho de Lisboa possa mandar derubar todos os que virem que fazem prejuizo.....	19
<i>Feira Franca</i> —Que a haja em Goa por trinta dias cada anno. 14	
<i>Forças</i> —Que das que se fizerem no terreiro dos mantimentos de Goa seja meirinho o da Limpeza.....	68
<i>Furtos</i> —Que pertencem a' Camara de Lisboa conhecer dos feitos dos furtos de uvas e fructas sem embargo da nova Ordenação sobre elles feita.....	19
<i>Hortalizas</i> —Que os moradores de Goa não puguem direito algum das que colherem das suas hortas.....	49
<i>Infanções</i> —Gozam de privilegios dellos os cidadãos de Lisboa. 20	
<i>Injurias verbaes</i> —Que os feitos dellas se despachem em Camara com os Veradores segundo se costuma fazer.....	19
<i>Instrumentos de Aggravo</i> —Que o Escrivão da Camara de Goa os dê de graça aos Procuradores dos Mesteres quando os pedirem para bem e proveito da repubblica.....	46
<i>Juiz da balança</i> —Que o seja em Goa um dos quatro Procuradores dos Mesteres de tres em tres annos.....	36
<i>Juiz dos Orçãos</i> —Que ninguem se possa escusar de servir este cargo na Cidade de Goa.....	70
— Que haja um só em Goa da gente branca em lugar dos tres que d'antes havia.....	110
<i>Licenças</i> —Que o Capitão da Cidade de Goa não leve dinheiro pelas que der aos que vão buscar mantimentos a' terra firme. 24	
<i>Limpeza</i> —Gração do meirinho della na Cidade de Goa.....	68
<i>Mantimentos</i> —Que não paguem direitos alguns os que vierem a' Cidade de Goa.....	5
<i>Meirinho da limpeza</i> —Sua orisação em Goa e que seja tambem Meirinho das forças, que fazem no terreiro dos mantimentos.....	68
<i>Misericordia de Goa</i> —Vede El-Rei i obrigações sobre o emprestimo dos cem mil cruzados, que no tempo de Governador Fernão de Albuquerque se tomaram aquella casa. 94	
<i>Mozdas</i> —Sua historia em Goa; e Assento sobre ellas.....	54
— Apontamentos, que a Cidade de Goa fez sobre ellas ao Vice-Rei D. Francisco Mascarenhas.....	64
<i>Officiaes da Camara de Goa</i> —Que logar tem nas Igrejas os	

tando o Vice-Rei ou Governador.....	109
<i>Officinas da Cidade de Lisboa.</i> —Que a Câmara os possa man-	
dar prender por erros em seus officios.....	10
<i>Officinas mecânicas.</i> —Que os de Goa não sejam presos, nem in-	
corram em pena indo das tendas para as casas depois	
do sino, posto que espada, ou adarga, ou punhal levem.	45
<i>Officio de Escrição da Câmara da Cidade de Goa.</i> —Que os	
Vice-Reis e Governadores não possam grover a serventia	
delle em pessoas da sua obrigação.....	32
<i>Officina.</i> —Que os das Alcaldarias das fortalezas das Ilhas de Goa,	
e Escrições das fortorias sejam dados aos casados Portu-	
guezes daquella Cidade.....	12
— Que os de Escrição grande da alfandega de Goa, e Cor-	
retor della, não provejam em vida, nem se dêm a filhos.	70
— Que os de tabelhões de Goa sejam dados por eleição	
da dees e outros annos.....	6
— Que se guarde o privilegio para que os de tabelhões de	
Goa andem nos Portuguezes casados.....	13
<i>Officinas da Cidade de São Paulo.</i>	
<i>Officina da Cidade de Goa.</i> —Que andem nos casados da mes-	
ma Cidade.....	2
— Os da governança e mesteres andem sempre nos casados	
e moradores de Goa, que forem Portuguezes de nação e	
geração, e não em outros nenhuns.....	26
— Não sejam dados em Goas os que no Reino foram privados	
delles por culpa e falsidades, que nolles commetterssem.	27
— Que a Câmara de Goa os possa tirar, e dar por erros	
em Camara.....	31
— Que os Governadores não possam excusar os que para	
elles saírem deitos.....	40
— Que nenhuma pessoa os possa servir por mais de trez annos	
— Que sejam providos segundo a pauta da eleição, a qual	
na Vice-Reis guardarão, e o modo que a isso taffo.....	93
<i>Officinas da Cidade de Lisboa.</i> —Que os que a Cidade dá, os pos-	
sa dar por erros em Camara, e conheçam dos ditos erros	
com o Juiz da cidade.....	10
— Que os ditta Cidade, ficando assim revogados os provi-	
mentos del Rei, se os ha.....	19
<i>Ordenança da Provisão do Corpus Christi.</i> — <i>Art.º Regimento da</i>	
<i>maneira, que os Officinas mecânicos não nella.</i>	
<i>Ordem do Recolhimento da Serra.</i> —Declaração sobre os officios,	
que lhe são dados em doto.....	106
<i>Penhas.</i> —Que se não façam nas bestas e armas dos morado-	
res de Lisboa, que elles tirem para servir El-Rei....	15
<i>Pousadas.</i> —Como se darão na Cidade de Goa.....	23
<i>Povo de Goa.</i> —Que privilegio deubam as pessoas della.....	18
<i>Praia de Pangim.</i> —Faz El-Rei metes della á Cidade.....	41
<i>Presos em ferros.</i> —Que o não sejam os cidadãos de Lisboa....	10
— Os metemps.....	19
— Podem por os que não andam nos pelouros da Cidade	
de Lisboa.....	20
— Que a não possam ser os que tiverem servido os officios	
da Cidade de Goa.....	32


<i>Privilegios da Cidade de Goa.</i> —Os concedidos por Affonso de Albuquerque.....	1
— Que goze logo delles toda a pessoa assim Portuguez, como de qualquer outra nação, geração, e qualidade que seja, que na Cidade de Goa casar, e fizer casa de novo, sendo christão.....	30
— Confirmação geral delles em nome d'El-Rei D. Philippe 1. ^o de Portugal.....	63
— Outra confirmação.....	66
— Pede El-Rei relação delles.....	87
— Confirmação del-Rei D. João o 4. ^o	94
— Assento em Conselho da Fazenda, para que se guardem.....	95
<i>Privilegios da Cidade de Lisboa.</i> —Quaes são dentre elles o que El-Rei concede à Cidade de Goa.....	42
— São confirmados à Cidade de Goa.....	50
— Idem.....	52
<i>Privilegios dos Infanções.</i> —Vid. <i>Infanções.</i>	
<i>Problemas de Corpus Christi.</i> —Vid. <i>Ordenança da Procissão &c., e Regimento da maneira que os Officiaes mecanicos vão nella.</i>	
<i>Procuradores.</i> —Que a Cidade de Goa possua ter um na Corte.....	35
<i>Procuradores dos Mesteres da Goa.</i> —Sejam providos no officio de visitador das medidas de tres em tres annos.....	36
— Que um dolles seja Juiz da balança de tres em tres annos.....	36
— Que não possam haver peum publico de justica, a saber, apontes, barapo, e prego, e outras que se dão aos mecanicos.....	41
— Que lhes sejam dados de graça, pelo Escrivão da Camara os instrumentos de-aggrava, e traslados de escripturas, que elles pedirem para, bem e proveito da republica.....	46
<i>Realenga.</i> —Que se seja sempre a Cidade de Goa.....	3
<i>Recebimento do Vize-Rei.</i> —Vid. em que se hade fazer.....	65
<i>Recolhimento da Serra.</i> —Vid. <i>Ordens do Recolhimento, &c.</i>	
<i>Regedores.</i> —Que os não haja nos Concelhos de Portugal sobre os Vereadores.....	19
<i>Regimento da Camara de Goa.</i>	33
<i>Regimento da Camara de Lisboa (de 1502).</i>	22
Vid. <i>Assos e estulos da Elevação de Lisboa.</i>	
— Certidão que delle se passou à Cidade de Goa, e confirmação de qnos da Lisboa, a esta.....	52
— (de 1591).....	107
<i>Receimento da maneira, que os Officiaes mecanicos vão na Procissão do Corvo de Deos em Lisboa.</i>	10
— Outro.....	21
<i>Regimento das rendas da Cidade de Goa, e forma por que se vão de cobrar.</i>	58
<i>Regimento dos almoxarés de Lisboa.</i>	10
<i>Regimento dos Procuradores da Cidade de Lisboa (de 1592)</i>	107
<i>Regimento dos Vereadores de Lisboa.</i>	14
— Outro.....	22
— Outro.....	52
— Outro.....	107
<i>Regimento e ordem, com que se hade receber o Fardado, que a nomeamente vier a Lisboa.</i>	65

<i>Regimento por onde se despendem as rendas da Cidade de Goa.</i>	50
<i>Renda da hortaliça.—Vid. Hortaliças.</i>	
<i>Renda dos Bangueas em Goa.—Que se não arrecade, e a quem livres.</i>	14
<i>Rendas da Cidade de Goa.—Seu regimento, e forma porque se hão de cobrar.</i>	58
<i>Regimento por onde se despendem.</i>	59
<i>Renúncias dos Offícios.—Que só se podem aceitar no Reino pelo Conselho Ultramarino.</i>	112 113
<i>Revista das Sentenças.—Se não dê em Lisboa uma caução de 30 escudos de ouro.</i>	19
<i>Confirma El-Rei o que tem concedido á Cidade de Lisboa sobre ellas.</i>	19
<i>Sapal.—Faz El-Rei merce a' Cidade de Goa do que está ao longo do rio para ribeira e varadouro dos navios.</i>	37
<i>Sello da Cidade de Goa.—Que o Ouvidor não use de outro.</i>	39
<i>Soldos.—Que sejam bem pagos aos casados Portuguezes de Goa que os hão, e se apartem cada anno das melhores e mais certas rendas da Cidade.</i>	16
<i>Tergas do Concelho.—Que atende Goa as despenda a Cidade em pontes, fontes, calçadas, e outras cousas semelhantes, communicando o primeiro com o Viso-Rei.</i>	43
<i>Que se gastem nas pontes, fontes, calçadas, e outras cousas semelhantes por mandados dos Vereadores sem mais supprimento nem communicação dos Vice-Reis.</i>	61
<i>Tormento.—Privilegio de Lisboa para que os officiaes daquelle Cidade não sejam mettidos a elle, nem seus filhos.</i>	10
<i>Que os Juizes e officiaes da Cidade de Lisboa, nem seus filhos e netos não sejam mettidos a elle.</i>	19
<i>Que não possam ser postos a elle os que tiverem servido de officiaes da Cidade de Goa.</i>	32
<i>Traslados de escripturas.—Sejam dados de graça pelo Escrivão da Camara de Goa aos Procuradores dos Mestores quando os pedirem para bem e proveito da republica.</i>	46
<i>Um por cento.—Manda o Vice-Rei que metade se despenda na fabrica das galês, e a outra metade nos muros e fortificação da Cidade de Goa.</i>	55
<i>Assento, ou Termo em Camara para que metade se gaste na fabrica das galês, e metade nos muros.</i>	56
<i>Confirmação do dito Termo.</i>	57
<i>Deixa El-Rei a' Cidade de Goa o decidir se se hade gastar todo na fortificação, ou repartil-o para as galês.</i>	60
<i>Que a metade desta imposição, que se gasta na fortificação da Cidade, a despendam os Vereadores por seus mandados, dando conta primeiro ao Viso-Rei das obras que se hão de fazer.</i>	62
<i>Que a quarta parte deste rendimento se empregue em cobre, e do que nisso importar faça a Cidade fundir artilheria grossa, que se possa servir nas fortalezas e não em náos.</i>	77
<i>Que se não façam deste dinheiro outras obras e despesas, que não tocam a' fortificação, e o custo delle se torne ao</i>	

Convento de S. Francisco	82
— Que se não guste senão na fortificação	86
Usos e estilos da Cidade de Lisboa.—Vid. Apontamentos que vieram da Cidade de Lisboa.	
Usos e estilos da Vereação de Lisboa	21
Vuradouro.—Vid. Chão de Santa-Luzia,	
Vereadores de Goa:—Que sirvam cada anno na Camara dons fidalgos	101
— Revoga-se esta ordem	102



Errata, e Licções varias

- Pag. 11. lin. 13 — *feitores, escrições* — lea-se — *feitores, e escrições*
— „ lin. 45 — *Capitão* — lea-se — *Capitães.*
— 19. lin. 14. — *por nosso*, lea-se — *por tem e nosso.*
— „ lin. 18. — *vinte e nous de nouembro*, lê-se em outras copias
— *22 de Dezembro.*
— 39. lin. 1.ª — *corrieiros* — lea-se — *correeiros.*
— 41. lin. 14. — *Capitão*, lea-se — *Capitães.*
— 42. lin. 8. — *onze dias de Janeiro*, lê-se em outras copias —
— *9 de Janeiro.*
— „ lin. 19 — *tabalães*, lea-se — *tabaliadegos.*
— „ lin. 30 — *taballiados*, lea-se — *tabaliadegos.*
— 43. lin. 26. — *bacacés*, lê-se em outras copias — *bacares.*
— 45. lin. 7 — *moradores*, lea-se — *mercadores.*
— „ lin. 22. — *catorze dias de Feureiro* — lê-se em outras copias
— *13 de Fevereiro.*
— 119. lin. 1. *Doos*, lea-se — *Deos.*
— 165. lin. 22. — *Vereadoeres*, lea-se — *Vereadores.*
— 189. lin. 4. — *Merteres*, lea-se — *Mesteres.*
- 

PURCHASED

